FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 103 ★ Nº 34.315 QUINTA-FEIRA, 16 DE MARÇO DE 2023 R$ 6,00

Atores e produção durante gravação de cena do filme 'Complexo: Guerra dos 300', da produtora independente Rocywood, no complexo do Alemão, no Rio de Janeiro Eduardo Anizelli/Folhapress

Ação do Credit Suisse cai 25%, derruba Bolsas e amplia desconfiança

Após falência do SVB, mercado teme contaminação de crise; banco central suíço emprestará US$ 53,7 bilhões

As ações do Credit Suisse, que tem enfrentado problemas de liquidez em seus ativos, caíram ontem quase 25%, em meio à crise de confiança de investidores decorrente da falência do SVB (Banco do Vale do Silício). A queda contaminou as Bolsas europeias, que fecharam com fortes perdas.

O mercado refletiu a declaração do Saudi National Bank, detentor de 9,8% da instituição suíça, de que não poderia dar apoio financeiro por questões regulatórias.

No fim do dia, o Credit Suisse informou que pegará emprestado US$ 53,7 bilhões (R$ 284 bilhões) do banco central suíço.

No Brasil, o banco atua principalmente em gestão de fortunas e na área de investimentos. Analistas dizem ser prematuro apontar efeitos para os clientes no país, mas veem potenciais danos de imagem. Procurada, a assessoria do Credit Suisse informou que não se manifestaria. Mercado A17

Haddad entrega regra fiscal; Lula prevê fechar proposta até semana que vem

Fernando Haddad (Fazenda) disse que a proposta de regra fiscal para substituir o teto de gastos foi entregue ao Planalto. Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ter falado com Haddad, mas que ainda não tinha lido o documento.

Segundo o presidente, a intenção é concluir o formato do novo modelo antes de sua viagem à China, no dia 24. O ministro não se comprometeu com a expectativa de um anúncio oficial na semana que vem.

Os detalhes devem ser discutidos amanhã, em reunião de ministros da área econômica e da Casa Civil com Lula. De acordo com Simone Tebet (Planejamento), o governo está definindo números da proposta. Mercado A20

Loïc Venance/AFP

DIA D DE REFORMA NA FRANÇA

Manifestantes contrários a projeto que muda Previdência ateiam fogo a lixeiras em Nantes; Executivo ainda pode usar dispositivo para ignorar Parlamento, que vota a lei hoje Mundo A14

ilustrada C1

Câmera, operação

Estúdio Rocywood, da Rocinha, filma histórias de drama e terror nas favelas

turismo C8

Ilha do Pico oferece vinhos de uvas cultivadas em rocha vulcânica nos Açores

TCU ordena que Bolsonaro devolva joias em até 5 dias

O TCU decidiu que Jair Bolsonaro (PL) entregue em até cinco dias as joias sauditas que ganhou —a Secretaria-Geral da Presidência ficará com os bens. A medida prevê auditoria em presentes do Planalto ao fim de cada mandato. Política A4

Mulher de Helder Barbalho é escolhida para TCE do Pará

Política A10

ENTREVISTA

André do Prado

PL é fiel ao governo de SP, mas falo com todas as bancadas

Eleito para comandar a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) com 84 de 94 votos, o deputado se diz fiel ao governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos), elogia Bolsonaro e promete conversar com todas as legendas da Casa. Política A13

Moraes autoriza volta imediata de Ibaneis ao Governo do DF

O ministro do STF Alexandre de Moraes determinou o retorno de Ibaneis Rocha (MDB) ao Governo do Distrito Federal. Ele havia sido afastado por 90 dias, horas após os episódios do 8 de Janeiro. Segundo Moraes, a volta de Ibaneis não traz mais risco às investigações dos ataques. A8

Maria Hermínia Tavares

Momento é propício para Brasil atuar por transição negociada na Venezuela A2

Lira vê distorções no marco do saneamento e defende revisão

Mercado A23

Gestão Bolsonaro jogou fora remédios de alto custo

Gestão Bolsonaro incinerou remédios para doenças raras avaliados, ao todo, em cerca de R$ 13,5 mi. Houve também descarte de drogas contra câncer e HIV. B4

Americanos vêm a SP em curso para 'pegar mulher'

Grupo que diz ensinar a conquistar mulheres veio a SP e promoveu festa com brasileiras, que afirmam ter sido enganadas. Eles negam turismo sexual. B3

Posse de Lula basta para corrigir problemas ambientais, diz AGU

Ambiente B1

EDITORIAIS A2

O mistério das joias

Sobre versões para presente no governo Bolsonaro.

O teste de Macron

A respeito de reforma previdenciária na França.

ISSN 1414-5723

9 771414 572056 34315

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (*secretário*)
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio (*financeiro, planejamento e novos negócios*), Anderson Demian (*mercado leitor e estratégias digitais*), Everton Fonseca (*tecnologia*) e Marcelo Benez (*comercial*)

Laerte

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

O mistério das joias

Depoimento de ex-ministro só acrescenta dúvidas acerca do episódio do presente saudita a Bolsonaro

Nas aventuras de Sherlock Holmes, o detetive de Arthur Conan Doyle sempre se pauta pela separação meticulosa dos fatos antes de elaborar a tese a ser testada acerca da ocorrência de um crime. Não raro, contradições discretas mudavam o rumo das investigações.

Na vida real do Brasil de 2023, a sutileza passa bem longe. A apuração do opaco episódio das joias que o governo da Arábia Saudita teria enviado como presente para o então presidente Jair Bolsonaro (PL) tem revelado um cipoal de versões discrepantes.

O novo capítulo foi o depoimento dado pelo almirante Bento Albuquerque, ex-ministro de Minas e Energia, à Polícia Federal na terça-feira (14). Ele afirmou ter trazido, após reuniões no país árabe em 2021, dois conjuntos de joias sem saber do que se tratava.

Só descobriu, disse, quando seu assessor que carregava um estojo avaliado em R$ 16,5 milhões foi flagrado tentando entrar no país sem declará-lo à Receita Federal. Já em vídeo de segurança do aeroporto de Guarulhos, o almirante alegou que eram para a então primeira-dama, Michelle Bolsonaro, mas a carteirada não funcionou.

Em sua oitiva na PF, Albuquerque mudou a versão —reafirmada em entrevistas quando o caso emergiu neste ano— ao dizer que apenas supôs que os presentes eram para Michelle, e que o destinatário do mimo seria a impessoal União.

A explicação dada pelo almirante desmonta a alegação da defesa de Bolsonaro de que os agrados eram "personalíssimos" e poderiam, assim, serem levados para casa pelo então mandatário —o que de resto já contradizia a negativa inicial de conhecimento sobre o caso.

Para piorar, ainda será apurado o caminho de um segundo conjunto de joias, este masculino, que estava na bagagem de um dos membros da comitiva e escapou da interceptação pela Receita.

O ex-ministro o manteve de forma incompreensível em um cofre, e o material foi entregue a Bolsonaro em novembro de 2022, enquanto o estojo apreendido em 2021 foi objeto de oito tentativas frustradas de recuperação por parte da Presidência perante o fisco.

Nada no caso parece se encaixar, a começar pelo valor dos presentes, acima da já bem generosa média dos agrados da monarquia absolutista do Golfo. Já o transporte do material nas raias da ilegalidade apenas exacerba as dúvidas sobre a natureza do presente.

O caso constrange também os sauditas, mudos até aqui, não menos porque Albuquerque esteve reunido na viagem com a gigante petrolífera estatal Aramco, que é negociada em Bolsa nos EUA —o que implica regras draconianas sobre relações com governos, como oferecimento de presentes suspeitos.

O teste de Macron

Reformista francês tenta endurecer sistema de aposentadoria no país recordista em gasto público

Quase seis anos depois de assumir a Presidência francesa com uma plataforma reformista, Emmanuel Macron pode ter nesta quinta-feira (16) um dia decisivo para o penoso plano de rever as normas previdenciárias do país.

Em seu segundo mandato, Macron volta a se deparar com massivos protestos de rua contra restrições propostas para as condições de aposentadoria. A primeira tentativa acabou interrompida pela pandemia e deu lugar a um projeto menos ambicioso.

As imagens que inevitavelmente simbolizam a nova onda de resistência feroz à reforma são da capital Paris coberta por toneladas de lixo. Trata-se de efeito da greve dos coletores, que hoje têm direito de se aposentar aos 57 anos —o governo quer elevar essa idade mínima a 59 anos.

Mudanças previdenciárias são controversas em qualquer sociedade, por estarem em jogo direitos fundamentais e o próprio contrato entre cidadãos e poder público. Na França, as reações são proporcionais a um Estado superlativo.

Ali está o maior gasto governamental do planeta, equivalente a 55% do Produto Interno Bruto, chegando aos 60% durante o enfrentamento da pandemia, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI). No Brasil, que se destaca em hipertrofia estatal entre os emergentes, são 44%.

O dispêndio francês com o sistema de aposentadorias é o terceiro maior do mundo rico, atrás apenas dos de Itália e Grécia, consumindo cerca de 14% do PIB —o desembolso brasileiro, quando se consideram União, estados e municípios, aproxima-se desse patamar.

Perto da votação conclusiva no Legislativo, a reforma de Macron tem como principal proposta a elevação, de 62 para 64 anos, da idade mínima geral para aposentadoria. Não há nada de draconiano aí. Grande parte dos países ricos e remediados já adota um piso de 65 anos —aqui, ele vale para os homens, sendo de 62 o das mulheres.

Lá como aqui, o argumento em favor da mudança é a insustentabilidade do sistema com o envelhecimento da população: se nada for feito, os encargos previdenciários ocuparão parcelas crescentes do Orçamento e exigirão cortes em outras prioridades ou alta escorchante dos impostos.

A verdade é que, dados os enormes obstáculos políticos, as reformas em geral são feitas com atraso, já sob pressão da asfixia econômica. Assim foi no Brasil e é na França.

Quanto vale ou é por quilo?

Thiago Amparo

Quarenta e seis centavos de real: este é o preço de uma pessoa escravizada no Brasil, proporcionalmente. As vinícolas gaúchas Aurora, Garibaldi e Salton pagarão, em razão de acordo com o Ministério Público do Trabalho (MPT), o correspondente a 0,46% do seu faturamento anual, no valor de R$ 7 milhões de indenização.

Se faturassem anualmente R$ 100 por ano, seriam R$ 0,46. O termo de ajustamento de conduta (TAC) das vinícolas —tal como no assassinato de Beto de Freitas, no Carrefour em Porto Alegre— levanta a importante questão de como reparar atrocidades.

Deste valor, apenas R$ 2 milhões vão de fato aos trabalhadores, ou seja, R$ 0,13. Cada um deve receber pouco mais de R$ 9.000, o mesmo que os tribunais superiores concedem por bagagem aérea extraviada. O restante (R$ 5 milhões) deverá ser destinado a organizações.

Em que pese o trabalho sério dessas organizações, é perversa, posto que mesquinha e mercantil, a lógica de subjugar as vítimas diretas a um valor baixo diante da atrocidade. Carece no Brasil debate aprofundado sobre reparação, monetária e não monetária, o que passa por questionar o preço barato da carne negra.

Há de se convir, aliás, que o caso da escravidão em vinícolas é puro suco de Brasil. O culto à meritocracia (sobrenome não garante emprego, disse certa vez Luciana Salton, da Salton) contrastando com a valia que só uma boa exploração trabalhista gera. A tentativa de tapar o problema estrutural —omissão judicial, capitalismo predatório e escasso controle do mercado— com a peneira do TAC. A intersecção entre preconceito regional e racial onde baianos apanhavam nas vinícolas, e gaúchos, não.

Ou levamos a sério a reparação —o que passa inclusive por nomear mulheres negras ao Supremo Tribunal Federal— ou continuaremos a jogar centavos para o ar como se pérolas fossem, neste mito da benevolência ao qual chamamos de Brasil.

O espinheiro da segurança pública

Bruno Boghossian

O debate da segurança pública foi um adubo da extrema direita brasileira na última década. A violência urbana e a imagem do "cidadão de bem" abandonado foram exploradas para ampliar a rejeição à esquerda e alimentar soluções obtusas como a matança policial e a liberação indiscriminada de armas de fogo.

O bolsonarismo reivindicou o monopólio do tema, mesmo sem entregar uma plataforma para a área. Aproveitando o histórico errático do PT, o grupo renovou a falsa crença de que direitos humanos só beneficiam criminosos, tiraram do armário eleitores que defendem a brutalidade e carimbaram adversários como inimigos da polícia.

Lula voltou a esse campo de espinhos nesta quarta (15). O presidente relançou o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, destacando investimentos sociais, programas de qualificação de agentes e críticas à violência policial.

"Muitas vezes, o Estado só está presente na periferia com a polícia. E não está presente para resolver, está presente muitas vezes para bater", disse. As estatísticas e o noticiário estão aí para provar que o presidente não cometeu nenhuma imprecisão, mas o discurso se tornou munição para a oposição.

Há anos, a esquerda tem dificuldades para enfrentar rivais nas discussões sobre segurança. O PT e aliados guardam o mérito da defesa dos direitos humanos, mas as abordagens sobre a redução da criminalidade contrariam parte do eleitorado.

Em 2019, 72% dos brasileiros disseram ao Datafolha que havia policiais em número insuficiente em suas regiões. Além disso, 54% afirmaram que a sociedade estará mais segura se houver mais pessoas presas. Os índices eram semelhantes entre os mais pobres e eleitores do PT.

Na cerimônia desta quarta, Flávio Dino (Justiça) ensaiou uma autocrítica e disse que o governo enfrenta o desafio de um reposicionamento. "Fazer segurança pública é cuidar dos mais pobres, algo que nós da esquerda brasileira às vezes temos dificuldade de entender", afirmou.

Tais militares, tais civis

Ruy Castro

Civis não podem entrar de surpresa num quartel militar e sair pintando postes sem autorização —os militares são muito ciosos de seus postes. Civis não podem invadir as repartições dos quartéis e sair carimbando despachos ou assinando promoções de segundo sargentos a primeiro sargentos —os militares são muito específicos a respeito de despachos a serem carimbados e de quais segundo sargentos merecem passar a primeiro. E, claro, nenhum civil pode se candidatar a general e, mesmo que seja absurdamente aceito pela comunidade militar, continuar se dizendo civil, com os gozos e benesses dos civis.

Já o contrário é possível. Os militares têm o direito anual de rolar seus pesados tanques e canhões pelas ruas dos civis, sem ligar para o estrago do asfalto sob as rodas e lagartas. Os militares podem trabalhar como funcionários em repartições civis, abrir gavetas, escarafunchar fichários, cantar as secretárias e ainda serem pagos para isso. E, pior, um general pode subir em palanques eleitorais e continuar general com os privilégios dos generais —como o de ser julgado por seus pares, não pela Justiça civil, e sair assobiando no azul.

É verdade que, num regime democrático, um militar só fará tudo isso com o estímulo de um civil, geralmente o presidente da República. Foi o que tivemos com Bolsonaro. Os militares estavam quietos nas casernas, limitando-se a rosnar em surdina contra as bandalheiras civis, quando viram em Bolsonaro a resposta às suas preces. Para muitos, ali estava o homem que botaria ordem no país. E pularam no seu colo.

Só não imaginavam que, sob Bolsonaro, teriam de acobertar desmatadores, cobrar propinas por vacinas, praticar charlatanismos, arapongar desafetos do presidente, tumultuar as eleições, abrigar golpistas, exterminar indígenas, contrabandear joias etc. —o rol é vasto.

E, que nem os civis, aprender a mentir.

Venezuela: hora de agir

Maria Hermínia Tavares

Pesquisadora do Cebrap e professora aposentada da USP. Escreve às quintas

Ao lado do compromisso ambiental e do empenho pela paz, a defesa da democracia é um dos instrumentos mediante os quais o governo do presidente Lula busca recuperar o respeito e o protagonismo do país na cena internacional.

Para que o enunciado seja crível, porém, não basta coerência entre o que se prega no exterior e o que se faz em casa: também para o mundo, ações devem se seguir às palavras.

O Brasil está à vontade para falar de democracia. A resiliência das instituições políticas, a atuação de organizações da sociedade civil e a impecável resposta do governo e dos Poderes de Estado à grotesca tentativa de golpe em 8/1 respaldam uma política exterior empenhada em defender o regime de liberdades sob ameaça em muitos lugares.

Não falta o que fazer nessa frente no plano internacional. E será na América do Sul que o Brasil haverá de exibir —ou não— vontade e capacidade de se opor à ameaça populista. Eis por que a Venezuela é tema da hora, já não bastassem outros motivos.

Os dois países compartilham 2.199 km de fronteiras, encravadas na bacia Amazônica, fluviais na maior parte. Por elas navegam o ouro de extração ilegal, drogas e, nos últimos anos, milhares de fugitivos da crise avassaladora provocada pelo desgoverno de Nicolás Maduro.

A presença na zona fronteiriça de grupos armados —os "sindicatos", como os venezuelanos os designam— e o envolvimento de agentes do regime chavista com a mineração ilícita empilham obstáculos a quaisquer políticas eficazes de proteção do patrimônio ambiental amazônico; já a presença dos refugiados aprofunda o drama social no Norte brasileiro.

No passado, a ambiguidade de parte da esquerda nacional em relação ao populismo venezuelano permitiu que a direita confeccionasse o despropositado espantalho político segundo o qual um Brasil governado pelo PT poderia se transformar numa segunda Venezuela chavista. Nada mais longe dos fatos nem mais palatável ao apetite das redes de mentiras.

Seria bom acabar de vez com essa mal-intencionada tolice.

O momento favorece a atuação do Brasil por uma transição negociada para a democracia no país vizinho. As sanções de Washington para forçar a queda de Maduro falharam, como demonstra o Serviço de Pesquisa do Congresso americano na edição de 30 de novembro do boletim In Focus, no texto "Venezuela, Overview of US Sanctions" (Venezuela, visão geral das sanções dos EUA).

Ao mesmo tempo, as divididas e desorientadas oposições internas ao populismo parecem mais do que nunca dispostas a negociar com o inimigo.

Hora de o Brasil entrar em cena.

opinião

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Pobres no Orçamento, parte 2

Ações associadas à transferência de renda devem se sobrepor ao punitivismo

Leandro Ferreira e Anderson Lopes Miranda
Presidente da Rede Brasileira de Renda Básica
Coordenador do Movimento Nacional de Luta em Defesa da População em Situação de Rua

Em 10 de janeiro, a **Folha** publicou o editorial "Pobres no Orçamento", em que elogia a checagem de informações de beneficiários do Auxílio Brasil que foram contemplados com R$ 600 por erros de desenho da política pública causados pelo governo Bolsonaro. São os unipessoais, adultos que estão na base do Cadastro Único, sem familiares nem renda.

A suspeita é de fraude, uma vez que alguns teriam buscado cadastramento individualmente para maximizar os benefícios de R$ 600 que suas famílias, ao todo, podem receber. Sobre eles, iniciou-se uma averiguação de consistência de informações, popularmente referida como pente-fino, atualmente paralisada para que se reavalie o enfoque dado pelo governo anterior. Não é de hoje que pesa sobre beneficiários de programas sociais a desconfiança decorrente da "fraudofobia" —a imputação de conduta irregular sem analisar condições objetivas.

Antes de escolher quais são os pobres que merecem e os que não merecem estar no Orçamento, a **Folha** poderia realizar uma investigação mais profunda sobre o fenômeno unipessoal. A 700 metros da Redação do jornal, na região central de São Paulo, fica o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), onde milhares de pessoas que vivem nas ruas paulistanas procuram pela assistência social do município todas as semanas. São cidadãos sozinhos, com vínculos efetivamente rompidos, ainda que tenham parentes diretos que também se encontrem nas bases administrativas do governo.

Os R$ 600 não são suficientes para que essas pessoas vivam às custas de benefícios. São uma segurança, entretanto, muito maior que os benefícios baixíssimos pagos anteriormente a indivíduos. Deixar de pagá-los não vai assegurar as condições fiscais almejadas por toda a sociedade e pode piorar a condição social de quem recebe, com impactos negativos sobre toda a sociedade.

A preocupação do governo federal deve ser a de corrigir problemas que o Bolsa Família tinha e que o Auxílio Brasil não resolveu. São questões identificadas há anos: desburocratizar o acesso, criar uma regra de atualização de benefícios e linha de elegibilidade, impedir a formação de filas de espera e aprimorar as formas de encontrar famílias em condições de vulnerabilidade, seja para cadastrá-las, seja para entregar benefícios de forma eficiente.

Também é importante oferecer serviços associados à transferência de renda que fortaleçam a cidadania em vez do punitivismo. Entre essas políticas estão, além da segurança de renda, acolhida digna e convívio social e comunitário. Os unipessoais de hoje podem ser acompanhados para que os benefícios potencializem sua progressão. Cortá-los, contudo, é abrir caminho para que essa rede fracasse.

> [...]
> A preocupação do governo federal deve ser a de corrigir problemas que o Bolsa Família tinha e que o Auxílio Brasil não resolveu. (...) Desburocratizar o acesso, criar uma regra de atualização de benefícios e linha de elegibilidade, impedir a formação de filas de espera e aprimorar as formas de encontrar famílias em condições de vulnerabilidade

É indispensável que a reforma se oriente pelos princípios de uma renda básica de cidadania, universal e incondicional, a ser atingida responsavelmente frente as condições fiscais. Não por acaso, é uma determinação do Supremo Tribunal Federal, julgando ação impetrada em nome de uma pessoa em situação de rua, que se regulamente a lei federal 10.835/2004, que prevê sua existência. Jair Bolsonaro não a cumpriu.

Esse caminho será fundamental para que os R$ 150 por criança prometidos na campanha de Lula se efetivem. Ninguém deseja que crianças sejam provedoras indiretas da renda da família, mas, sim, que sua condição de desenvolvimento seja assegurada.

Há distorções ainda maiores nesse sentido: os filhos dos mais ricos recebem através de deduções no Imposto de Renda por dependentes, com despesas de saúde e educação, valores maiores que os benefícios previstos para as crianças pobres. Esse valor varia conforme a renda e as despesas de cada um, mas é mais alto conforme a família tem padrões maiores de renda.

Um dos autores deste artigo recebe deduções mensais no Imposto de Renda superiores a R$ 150 por seu filho dependente. É uma transferência de renda paga pela União a quem pertence a estratos mais protegidos e altos da distribuição da riqueza no país. O outro autor, com duas filhas, também dependentes, é beneficiário do Auxílio Brasil, cadastrado como unipessoal com renda zero. Quem deve ficar e quem deve sair do Orçamento?

Os elos perdidos na medicina

Disseminação de informações equivocadas deteriorou relação médico-paciente

Raymundo Paraná
Professor titular de gastro-hepatologia da Faculdade de Medicina da UFBA; ex-presidente da Sociedade Brasileira de Hepatologia e da Associação Latino-Americana para o Estudo do Fígado

A evolução tecnológica é implacável na geração de desafios diante das sucessivas conquistas que precisam ser comunicadas à sociedade tempestivamente. Na área médica, o desafio é ainda maior, pois precisa conciliar a ética e a não maleficência ao se propagar uma informação acerca de propostas diagnósticas e terapêuticas.

A era cibernética trouxe o fácil e superficial acesso às informações, mas isso tem levado a imensas distorções de conteúdos, incluindo as fake news. Em paralelo, o leitor abdica da avaliação qualitativa da fonte.

Já fazia tempo que a medicina tinha migrado do eixo meramente médico-centrista. O paciente, empoderado pela informação, tornou-se agente da sua saúde e não mais aceitou recomendações sem discuti-las. Esse aspecto é positivo, porém a facilidade em disseminar informações equivocadas feriu gravemente a medicina honesta e complicou a relação médico-paciente.

Este e outros aspectos pertinentes ao modelo assistencial da saúde no Brasil já tinham agravado a fidelização do paciente ao médico. Paulatinamente, a arraigada relação entre o paciente e o seu médico, pilar de uma assistência escrupulosa, foi substituída pela facilidade geográfica de acesso ou intermediação das operadoras de saúde.

Assim, fragilizou-se o elo entre o médico e o paciente, tornando-o algumas vezes tenso, quando deveria ser de confiança e harmonia. Já no lado do médico, a demanda por agendas densas levou a consulta médica a um nível de vulnerabilidade que não ajuda a resgatar a esgarçada relação.

Nesse cenário, o raciocínio clínico foi substituído pela demanda excessiva de exames descontextualizados e de fácil questionamento técnico. Esse aspecto ameaça o desfecho positivo na expectativa do paciente quanto ao seu agravo à saúde.

> [...]
> Informações imprecisas, inebriantes e ilusórias geraram no paciente dificuldade de discernimento entre o honesto e o desonesto, o cientifico e o empírico e, mais grave ainda, o benefício e o risco. Nessa falsa medicina das redes sociais, a forma tornou-se mais importante do que o conteúdo

A já fragilizada relação médico-paciente recebeu um segundo golpe com a chegada das redes sociais. As informações imprecisas, inebriantes e ilusórias geraram no paciente dificuldade de discernimento entre o honesto e o desonesto, o científico e o empírico e, mais grave ainda, o benefício e o risco. Nessa falsa medicina das redes sociais, a forma tornou-se mais importante do que o conteúdo, aumentando ainda mais a dificuldade de comunicação entre médicos honestos e pacientes.

A exceção fica na conta de alguns profissionais que ainda conseguem manter assistência mais sólida na relação médico-paciente; contudo, muitos já não se encaixam neste modelo.

Para piorar, estamos vivendo um boom de escolas médicas no país sem entendermos a responsabilidade de fiscalizatória. O controle na qualidade do profissional que é graduado parece incompatível com as habilidades que deveríamos exigir de um médico.

O modelo desagrada a todos e é gerador de conflitos entre médicos, pacientes e instituições. Ademais, estimula judicializações, eleva custos da assistência e desalinha expectativas.

Em resumo, o sistema está em risco, mas ainda não se vê uma política clara de enfrentamento. O momento exige criatividade e inovação. Repensar o modelo é o caminho.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Obras inacabadas do trecho norte do Rodoanel, próximo a av. Raimundo Pereira de Magalhães, em São Paulo Danilo Verpa/Folhapress

Impacto ambiental

"Trecho norte do Rodoanel de SP é arrematado em leilão com 4 competidores e descontos elevados" (Mercado, 14/3). Convém lembrar que movimentos ambientalistas lutaram pelo trajeto menos impactante ao meio ambiente, considerando que ele atravessa perpendicularmente a serra da Cantareira, a menos de 12 km do centro da cidade de São Paulo. Convém não esquecer que fumaça, barulho e trepidações (e as costumeiras invasões) serão levados para junto do Parque Estadual da Cantareira, pulmão verde da metrópole.
Francisco Eduardo Britto (São Paulo, SP)

Benefícios

"Petroleiras vão à Justiça contra imposto de exportação de petróleo" (Mercado, 8/3). Interessante o PL ser contra o imposto de exportação. Parece que o partido prefere que a gasolina fique cara para a população ou quem sabe tenha se vendido para as grandes companhias estrangeiras que exportam nosso petróleo cru de maneira barata e importam derivados prejudicando o país. Ou será que tem alguma joia por trás? Se o PL é contra então será bom para o povo.
Edelson de Assis (São Caetano do Sul, SP)

Crítica

"O Brasil precisa de uma mulher no Supremo Tribunal Federal" (Mariliz Pereira Jorge, 14/3). Com o senso crítico preservado por ter votado em um homem e não em um mito, endosso as críticas antecipadas de Mariliz Pereira Jorge à indicação do homem branco e amigo Cristiano Zanin ao STF. Se concretizada, vai mostrar que Bolsonaro fez escola. Diante dessa briga que promete ser dura da coerência contra a hipocrisia, sugiro lançar o movimento MNA no Supremo — mulher, negro ou ambos.
João Paulo Viana Magalhães (Brasília, DF)

Descarte

"Ministério da Saúde deixou vencer 39 milhões de vacinas contra Covid avaliadas em R$ 2 bi" (Saúde, 15/3). A vida é o bem maior dos homens. Sem vida não existem objetivos, projetos, valores, liberdades, direitos, felicidade. Maiores do que os custos das doses perdidas são os prejuízos econômico e emocional causados pela perda precoce de vidas.
Paulo Rabelo Corrêa (São Paulo, SP)

Idiotas

"Ex-ministro de Bolsonaro diz à PF ter só presumido que joias seriam para Michelle" (Política, 14/3). A nova versão do sr. Bento Albuquerque que não poderia ser mais disparatada sobre as joias para Michelle. Dizer que colar, anel, relógio de diamantes eram para o Estado brasileiro é risível. O bolsonarismo está mesmo convencido de que somos todos idiotas. Só pode ser isto ao imaginar que a muamba que, por acaso foi barrada, não seria para a senhora.
Clarilton Ribas (Florianópolis, SC)

*

A família Bolsonaro comprou dezenas de imóveis com dinheiro vivo. Agora, sem poder usufruir do "presente" de diamantes no valor de R$ 16 milhões, Michelle alega estar morando de aluguel. Respeito é bom e o povo brasileiro merece.
Sylvio Belém (Recife, PE)

Descanse em paz

Enfim, depois de uma gloriosa luta, o PSDB alcançou a sua insignificância. Um partido de quadros, fundado pela elite da política com um projeto moderno de país foi entregue para pessoas com sobrenomes reluzentes e projetos pessoais vazios. Gente que renegou o que o partido fez de melhor, como a gestão reformista de FHC, até transformá-lo no contrário do que sonharam seus fundadores. Da grande promessa restou a atuação medíocre de linha auxiliar da extrema direita. Que descanse em paz.
José Tadeu Gobbi (São Paulo, SP)

Circo

"Entidades pressionam Mendonça por punição contra Nikolas após fala transfóbica" (Mônica Bergamo, 13/3). Desnecessário cortar a cabeça do deputado circense pela palhaçada no plenário. À esquerda cabe refletir e avaliar o conteúdo da sua fala que vai além da transfobia. Da mesma maneira a direita deve estar aberta a reavaliar questões que são tomadas como dogmas. É na abertura para o outro que poderemos sair dessa polarização insana e nociva. Sem a necessidade de cortar cabeças.
Ângela Luiza S Bonacci (São José dos Campos, SP)

Justiça

"Desdobramentos de caso Marielle avançam sem conclusão sobre mandante do crime após 5 anos" (Cotidiano, 13/3). Ainda bem que criaram o Ministério da Igualdade Racial. Quem sabe agora os culpados serão encontrados, pois há mais de 20 anos o prefeito de Santo André foi assassinado em uma emboscada de maneira covarde e cheia de mistérios e até hoje o crime está sem solução, pois seus autores não são conhecidos.
Luciana Lins (Campinas, SP)

Pauta

Como leitor assíduo da **Folha** e canais parceiros, me incomodou a falta de divulgação do discurso de ódio de Caue Moura para com o Kim Kataguiri dizendo que o deputado deveria quebrar pedra na Gulag e que deveria "colocar consciência de classe na base da porrada". Ambos têm relevância nacional e posicionamentos políticos claros. Questionem-se: se a fala fosse ao contrário, a **Folha** também não iria pautar?
Emerson Pereira (Rio de Janeiro, RJ)

Discriminação

"Universitária discriminada pela idade recebe homenagem de colegas" (Cotidiano, 13/3). Nós, mais jovens, devemos entrar nessa luta contra a velhofobia. Juntos, os mais velhos de hoje e os velhos de amanhã, podemos vencer esse problema. Caso contrario, certamente sofreremos com ele também.
David Villalva, fundador e CEO da Digitalidade (Itaquaquecetuba, SP)

Disputa ideológica

"Guerra dos batismos" (14/3). Hélio Schwartsman, mais uma vez magistral, acerta em sua crítica! Usar logradouros para guerras ideológicas é um desrespeito e a demonstração cabal da verdadeira índole e caráter do mandatário, Tarcísio de Freitas, por mais que disfarce, deixa escapar sua vocação de escorpião, na verdade, um bolsonarista transvestido de democrata e civilizado! Pobre São Paulo!
Therezinha Lima e Oliveira (São José dos Campos, SP)

política

PAINEL | *Fábio Zanini*
painel@grupofolha.com.br

Fundo do poço

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, criticou manobras contábeis que a Petrobras faz para evitar pagar impostos, em reunião nesta quarta-feira (15) com a Frente Parlamentar do Empreendedorismo. Ele citou como exemplo a prática da estatal de emitir notas fiscais por meio de suas subsidiárias na Europa em transações de comércio exterior, para não recolher impostos no Brasil. Embora não seja ilegal, a conduta foi classificada como "inaceitável" por Haddad.

PELO RALO A reclamação ocorreu no contexto da defesa feita pelo ministro do "voto de qualidade" no Carf, órgão da Receita que arbitra disputas tributárias. Hoje, os empates no colegiado beneficiam o contribuinte, e a Petrobras costuma ser favorecida. Ele citou que a estatal tem algumas causas que chegam a R$ 5 bilhões no Carf.

EM PAZ Haddad encerrará seminário do BNDES sobre desenvolvimento na terça (21). O evento, promovido também por Fiesp e Cebri, terá a presença de economistas internacionais como Mariana Mazzucato, Jeffrey Sachs e Joseph Stiglitz. A presença do ministro busca também demonstrar entrosamento com Aloizio Mercadante, presidente do banco.

BONDE O governo Lula convidou 20 deputados federais a integrarem a comitiva que viajará à China entre 26 e 30 de março. As despesas dos que aceitarem serão pagas pela Câmara. Estão na lista os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), da Frente Parlamentar Brasil-China, Fausto Pinato (PP-SP), e da Comissão de Relações Exteriores, Paulo Barbosa (PSDB-SP), além de líderes de partidos como PT, PDT e PC do B.

MANSIDÃO Eleita presidente da Comissão de Fiscalização da Câmara, a bolsonarista Bia Kicis (PL-DF) promete uma atitude "séria e sem politicagem" à frente do órgão. Ela diz que terá três temas prioritários: transposição do rio São Francisco, BNDES e fundos de pensão. Defensora ferrenha do ex-presidente, Kicis foi alvo do PT, que queria impedir sua presença no comando do colegiado.

FAMÍLIA, Ê Celso Giannazi (PSOL) deu cargo a Victoria Ferraro, filha da também vereadora na Câmara Municipal de SP Silvia da Bancada Feminista (PSOL), para trabalhar em seu gabinete. Apuração da Casa então identificou o parentesco e tornou sem efeito a portaria de nomeação para assessora especial, citando súmula do STF que trata de nepotismo.

OUTRO LADO O vereador diz que o processo foi tocado por sua equipe, que não sabia do parentesco. Já a vereadora afirma que soube pela equipe do colega que sua filha estava sendo nomeada e que não houve nepotismo cruzado.

RECADO Ricardo Nunes (MDB) teve encontro nesta quarta (15) com Alexandre Padilha, ministro das Relações Institucionais, para tratar da possível compra do Palácio dos Correios, no Vale do Anhangabaú. O prefeito deseja reunir no local uma praça de serviços 24h e uma central de monitoramento.

DE FRENTE COM MIMI Michelle Bolsonaro conduzirá um talk show na terça (21), quando assumirá a presidência do PL Mulher. As convidadas falarão sobre política e desigualdade de gênero. A ideia do PL é, com isso, estimular a filiação de mulheres e ajudar a fortalecer a legenda para as eleições de 2024.

VISITA À FOLHA Max de Simone, CEO da Ferrero para a América do Sul, esteve no jornal nesta quarta-feira (15). Acompanhavam-no Fernando Careli, diretor de Assuntos Corporativos para a América do Sul, Fabiana Costa, gerente de comunicação, e Nathalia Bignon, da MCW.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

Cláudio

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL PLANO MENSAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6	R$ 9	R$ 942,90
DF, SC	R$ 7	R$ 10	R$ 1.189,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 7,50	R$ 11	R$ 1.501,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 11,50	R$ 14	R$ 1.618,90
Outros estados	R$ 12	R$ 15	R$ 2.008,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
343.169 exemplares (janeiro de 2023)

Estojo com joias masculinas não interceptado pela Receita e atualmente em posse de Jair Bolsonaro Reprodução

TCU manda Bolsonaro devolver joias sauditas e armas em até cinco dias

Ministros determinam que ex-presidente encaminhe material à Presidência e preveem auditoria em acervo de presentes

Constança Rezende

BRASÍLIA O TCU (Tribunal de Contas da União) determinou nesta quarta (15) que Jair Bolsonaro (PL) entregue no prazo de cinco dias à Secretaria-Geral da Presidência da República as joias que recebeu de presente da Arábia Saudita e as armas que trouxe em 2019 ao voltar de uma viagem ao Oriente Médio.

A medida foi tomada por unanimidade pelos seis ministros do tribunal que votaram na sessão (o presidente não vota). Jorge Oliveira, que foi ministro de Bolsonaro e indicado à corte de contas pelo ex-presidente, e Vital do Rêgo não compareceram.

A proposta de devolução foi sugerida pelo ministro Augusto Nardes, relator do caso.

Ele reformulou decisão cautelar da última quinta (9) que permitia a Bolsonaro ficar com a guarda (mas sem usar nem vender) dos artigos enviados a ele por intermédio de seu ex-ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia).

Também determinou que a Secretaria-Geral da Presidência mantenha sob custódia os bens entregues por Bolsonaro, após a deliberação da corte.

Em nota, a defesa de Bolsonaro disse que, "em cumprimento à decisão do TCU", "os bens serão encaminhados" à Presidência. O comunicado não faz referência direta às armas —segundo o site Metrópoles, elas estão sob custódia do Exército em Brasília desde que o ex-presidente se mudou do Palácio da Alvorada, em dezembro.

O presidente do TCU, ministro Bruno Dantas, disse ao final da sessão que, para um presente ser incorporado ao patrimônio privado de um presidente, deve preencher dois requisitos: ser classificado como item personalíssimo e ser de baixo valor, como uma camisa da seleção nacional de um país, um perfume ou uma bebida típica, o que não seria o caso.

"É preciso, de uma vez por todas, separar o público do privado. Esse entendimento do TCU vem no sentido de deixar claro aquilo que deve ser incorporado ao patrimônio público. E, no caso dessas joias, não há qualquer dúvida de que, pelo valor têm, elas devem ser incorporadas ao patrimônio público, jamais ao patrimônio particular de qualquer autoridade", disse.

Também sugeriu uma auditoria no acervo de presentes da Presidência sempre ao término de um mandato, o que foi aceito pelos ministros, incluindo análise dos bens recebidos por Bolsonaro no período de 2019 a 2022.

Foi incluída ainda proposta para que seja expedida ordem à Receita Federal para que encaminhe as joias que possam estar com o órgão à Secretaria-Geral da Presidência, assim que terminarem os trâmites burocráticos.

O ministro Walton Alencar, decano do TCU, disse que a medida é "forma de preservar o interesse público e salvaguardar os padrões de moralidade dentro da administração pública". E que as joias devem ser catalogadas e integrar o patrimônio brasileiro.

"Elas podem ser expostas e até usadas pela primeira-dama em ocasiões formais ou não, mas devem ser devolvidas à Presidência da República. Não há sentido em que essas joias valiosas, presentes de governo estrangeiro, permaneçam na guarda da Receita Federal, como se fosse uma mercadoria qualquer", afirmou.

A defesa de Bolsonaro havia mandado ofício ao TCU na segunda-feira (13) pedindo que o tribunal ficasse com os artigos até que acabassem as investigações, determinando a designação de data e local para sua apresentação.

Nardes, no entanto, afirmou que não há jurisprudência da corte para que o tribunal receba as joias e que tal ação não seria cabível ao TCU. O voto foi seguido pelos demais ministros, que ainda pedem que Bolsonaro encaminhe o comprovante de entrega do material à Secretaria-Geral da Presidência.

"Não deve ser este tribunal a receber as joias e demais objetos, por falta de amparo legal para adoção da medida, e uma vez já existir orientação nos normativos do Poder Executivo definindo os procedimentos a serem adotados em caso de presentes recebidos por autoridades públicas", disse o ministro.

O ex-presidente também enviou ofício à Polícia Federal dizendo que está à disposição do órgão para prestar depoimento sobre o caso.

+ TCU ARQUIVA APURAÇÃO SOBRE VIAGEM DE TORRES PARA PRESTAR ASSISTÊNCIA A ROBERTO JEFFERSON

O TCU (Tribunal de Contas da União) decidiu arquivar um processo aberto em 2022 que apurava a ida do ex-ministro da Justiça Anderson Torres ao Rio de Janeiro, para prestar assistência na prisão do ex-deputado Roberto Jefferson (PTB), a pedido de Jair Bolsonaro (PL). Jefferson resistia à abordagem da PF para cumprir um mandado de prisão expedido pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes. Em decisão tomada nesta quarta (15), os ministros do TCU decidiram não conhecer a documentação anexada ao processo (matérias jornalísticas) como motivos para abertura da investigação. O caso teve a relatoria de Antonio Anastasia, aberto por uma representação movida pelo subprocurador-geral do Ministério Público no TCU, Lucas Furtado.

A defesa de Bolsonaro argumentou que tomou a decisão diante das notícias publicadas em veículos de imprensa, "mesmo sem poder afirmar a fidedignidade da informação, já que não recebeu qualquer intimação ou teve ciência de forma oficial, senão pelos veículos de imprensa".

Em outubro de 2021, Albuquerque liderou uma comitiva para um evento internacional na Arábia Saudita.

No retorno, um conjunto de itens de luxo avaliado em R$ 16,5 milhões que inclui colar, brincos, anel e relógio da marca suíça Chopard foi retido pela Receita no aeroporto de Guarulhos (SP) assim que Albuquerque e equipe desembarcaram no Brasil. O caso foi revelado pelo jornal O Estado de S. Paulo.

Um segundo pacote, que inclui relógio, caneta, abotoaduras, anel e um tipo de rosário, todos também da marca suíça de diamantes Chopard e depois entregues a Bolsonaro, estava na bagagem de um dos integrantes da comitiva e não foi interceptado pela Receita, como mostrou a **Folha**. Esse pacote acabou incorporado ao acervo pessoal de Bolsonaro e agora terá de ser devolvido à Presidência.

Antes, em 2019, o ex-presidente também ganhou de presente uma pistola e um fuzil de representantes dos Emirados Árabes. O fuzil foi customizado com o nome de Bolsonaro, segundo informações publicadas pelo site Metrópoles. A pistola pode ter preços que variam de R$ 5,9 mil a R$ 15,6 mil. Modelos semelhantes do fuzil custam entre R$ 32 e R$ 42 mil.

A Receita também instaurou uma apuração sobre as circunstâncias da entrada no Brasil do segundo conjunto de joias enviado pelo governo da Arábia Saudita. Em nota, o órgão afirmou que "tomará as providências cabíveis no âmbito de suas competências para esclarecimento e cumprimento da legislação aduaneira, sem prejuízo de análise e esclarecimento a respeito da destinação do bem".

O órgão acionou o Ministério Público Federal em São Paulo para investigar o caso. Técnicos do Fisco se reuniram com representantes da Procuradoria e compartilharam informações disponíveis sobre a entrada dos artigos de luxo.

Receita vai investigar se houve violação a dados sigilosos de advogado de Adélio

Ex-secretário do Fisco diz que houve pedido para investigar defesa do autor da facada em Bolsonaro

Ranier Bragon

BRASÍLIA A Receita Federal informou que abrirá investigação interna para saber se houve, em 2019, acesso ilegal a dados fiscais do então advogado de Adélio Bispo de Oliveira, autor da tentativa de assassinato contra Jair Bolsonaro (PL) na campanha eleitoral de 2018.

A decisão ocorreu após o ex-secretário da Receita Marcos Cintra dizer à **Folha** que houve naquele ano pedido da Polícia Federal ao Fisco para descobrir a origem de eventuais pagamentos à defesa de Adélio.

Segundo a Receita, uma busca preliminar feita após a publicação das declarações de Cintra não encontrou nenhuma solicitação formal da PF ou de outro órgão de investigação e fiscalização para levantamento de dados relativos ao caso.

Se eventual investigação da Receita em 2019 tiver ocorrido de maneira informal, o ato é passível de sanções administrativas, penais e cíveis.

O advogado Zanone Manuel de Oliveira Junior foi defensor de Adélio da época do atentado até o final de 2019, quando o caso foi assumido pela Defensoria Pública da União.

"Nada. Naquele momento [junho de 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro] se discutia o atentado e pedido feito à RFB [Receita Federal do Brasil] para ver origem do pagamento ao advogado do Adélio Bispo", disse Cintra à **Folha** no início do mês, por meio de mensagem de texto, no contexto de outra apuração jornalística.

Adélio Bispo, preso após atacar Jair Bolsonaro Divulgação/PM-MG

Cintra, que chefiou a Receita de janeiro a setembro de 2019, respondia à pergunta sobre se haviam sido discutidos os acessos ilegais a dados de desafetos da família Bolsonaro em uma reunião entre ele, o então coordenador da inteligência do Fisco, Ricardo Feitosa, e o chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, Augusto Heleno, em junho de 2019.

Como a **Folha** revelou, Feitosa fez acessos ilegais a dados fiscais sigilosos do coordenador das investigações sobre o suposto esquema das "rachadinhas", o então procurador-geral de Justiça do Rio Eduardo Gussem, e de dois políticos que haviam rompido com a família presidencial, o empresário Paulo Marinho e o ex-ministro Gustavo Bebianno.

Cintra negou que essa reunião tenha tratado desses acessos ilegais, afirmando ter sido apenas uma visita de cortesia a Heleno, para conhecer o novo coordenador de inteligência da Receita e que, entre outros, houve conversa informal e de caráter geral sobre temas noticiados à época pela imprensa, como o mistério sobre quem estaria bancando o advogado de Adélio.

"Mas não deu em nada. Concluíram que o advogado mentiu e não recebeu pagamento algum", acrescentou.

Procurado novamente nesta terça-feira (14), o ex-secretário da Receita não quis se manifestar sobre a abertura de investigação pelo Fisco.

A tentativa de apontar supostos financiadores dos advogados de Adélio Bispo mobilizou Bolsonaro e aliados em toda a sua gestão, tendo sido também objeto de investigações da Polícia Federal, com desdobramentos até os dias atuais.

No mês em que Cintra se reuniu com Heleno no Palácio do Planalto, por exemplo, Bolsonaro publicou em suas redes sociais mensagem com vídeo editado por bolsonaristas em que o advogado de Adélio sugeria que estava sendo pago por emissoras de TV.

O advogado afirmou, posteriormente, que estava sendo irônico neste ponto e que a edição do vídeo camuflou seu correto contexto.

A versão contada por Zanone, que permanece a mesma, é a de que ele assumiu a defesa de Adélio após ter sido procurado por uma pessoa de uma igreja evangélica frequentada pelo agressor. Essa pessoa lhe teria adiantado R$ 5.000 em dinheiro, tendo rompido contato após o recrudescimento da repercussão do caso.

Ainda em 2019, a PF interrogou fiéis que frequentavam os mesmos templos de Adélio, entre outras diligências, mas jamais achou indícios de financiamento dos advogados por terceiros.

A hipótese considerada mais forte por investigadores é a de que Zanone tenha assumido o caso de graça, em troca da notoriedade que ganharia na mídia.

Apesar disso, Bolsonaro e aliados sempre mantiveram a afirmação de que Adélio agiu a mando de alguém, o que resultou na pressão sobre a PF para que ela descobrisse os supostos financiadores dos advogados.

Em dezembro de 2018, operação da Polícia Federal autorizada pela Justiça apreendeu os materiais de Zanone em seu escritório, mas em março do ano seguinte o Tribunal Regional Federal da 1ª Região paralisou a análise da busca sob o argumento de que ela feriu o sigilo profissional da advocacia.

O caso chegou ao Supremo Tribunal Federal, que o devolveu ao TRF-1 sem análise de mérito. Em novembro de 2021, o tribunal federal autorizou a quebra de sigilo bancário de Zanone. Com isso, a Polícia Federal reabriu o inquérito, que corre sob sigilo.

A defesa de Adélio, hoje a cargo da Defensoria Pública da União, foi composta inicialmente por quatro advogados.

Zanone seria o coordenador do grupo, composto ainda por Pedro Augusto de Lima Felipe e Possa, Marcelo Manoel da Costa e Fernando Magalhães.

Procurado nesta quarta-feira (15), Zanone afirmou acreditar que toda a vida fiscal de suas empresas tenha sido devassada.

O atentado contra Bolsonaro ocorreu em 6 de setembro de 2018, quando Adelio atingiu o então presidenciável com uma facada na barriga durante ato de campanha em Juiz de Fora.

A Polícia Federal concluiu, em duas investigações, que Adélio agiu sozinho, sem nenhuma evidência real de que tenha sido auxiliado por outras pessoas ou obedecido a um mandante.

Considerado inimputável pela Justiça Federal mediante diagnóstico de transtorno mental que o incapacita de entender o caráter de crime que cometeu, ele cumpre medida de segurança na penitenciária federal de Campo Grande (MS).

Bolsonaro admite que tribunal pode torná-lo inelegível e vê eventual prisão como arbitrária

Matheus Tupina

SÃO PAULO O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) disse nesta terça (14) que pode voltar ao Brasil no dia 29 de março, mas que estudará a situação do país uma semana antes para tornar definitivo ou não o seu retorno.

Questionado se tentará concorrer ao Planalto em 2026, respondeu que não é alvo de acusações de corrupção e mencionou a hipótese de se tornar inelegível pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) por causa de reunião com embaixadores promovida no ano passado na qual criticou, sem provas, o sistema de votação.

"Existe essa possibilidade de inelegibilidade, sim. A questão de prisão, só se for uma arbitrariedade", disse.

Em evento com brasileiros nos EUA, disse que a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro não é candidata a nenhum cargo Executivo, apesar de tê-lo ajudado na campanha e, segundo ele, ter habilidades políticas.

Sobre o retorno ao Brasil, afirmou: "Eu sempre marco uma data para voltar, a data agora marcada é dia 29 deste mês. Quando falta uma semana, a gente estuda a situação, como é que tá o Brasil, como estão os contatos aqui."

Michelle e Jair Bolsonaro se beijam em evento com brasileiros nos EUA na terça (14) Reprodução

Ele disse que Michelle possui habilidades políticas, boa oratória e o ajudou na sua frustrada candidatura à reeleição. Disse também que ela chegou a "ser lançada" à Presidência para 2026, mas que "ficou revoltada". "Não é candidata para o Executivo", disse Bolsonaro.

Ele, porém, não negou a possibilidade de ela disputar outros cargos, referindo-se ao Legislativo. "Ela pode realmente aí disputar um cargo eletivo", disse, citando depois os cargos de deputada federal e senadora.

A ex-primeira-dama também compareceu ao evento. Ela viajou nesta terça para os Estados Unidos e teve seu primeiro encontro pessoal com Bolsonaro após a revelação pública do caso das joias milionárias dadas pela Arábia Saudita e que levaram desgaste à família.

O ex-ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque chegou a dizer que um dos pacotes de joias, avaliadas em R$ 16,5 milhões e apreendidas pela Receita Federal, seriam para Michelle, mas, em depoimento à Polícia Federal, afirmou que apenas supôs isso. Um segundo pacote foi incorporado ao acervo pessoal de Bolsonaro, mas o TCU (Tribunal de Contas da União) determinou nesta quarta (15) sua devolução à Presidência.

Nesta terça, o ex-presidente também defendeu os presos após os ataques golpistas de 8 de janeiro às sedes dos três Poderes em Brasília, afirmando que eles não se enquadram em nenhum dos crimes imputados. "O objetivo, no meu entender, disso tudo, é tentar sepultar a direita que mal nasceu", afirmou.

A fala sobre uma possível volta ao Brasil ocorre após Flávio Bolsonaro (PL-RJ), seu filho e senador, anunciar a volta do pai para o dia 15 deste mês, mas recuar 14 minutos depois.

"Acabou a espera! Bolsonaro vem aí! No dia 15 de março, o nosso Johnny Bravo volta para o Brasil. Já pode pendurar a bandeira verde e amarela e vestir as cores do nosso País. Juntos, vamos fazer uma oposição forte e responsável, pelo bem do nosso Brasil. Deus, pátria e família!", escreveu o primogênito de Bolsonaro.

O ex-presidente viajou para os EUA em 30 de dezembro de 2022, um dia antes de deixar a Presidência, e, rompendo uma tradição democrática, não passou a faixa presidencial para seu sucessor, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

> Existe essa possibilidade de inelegibilidade, sim. A questão de prisão, só se for uma arbitrariedade
>
> Eu sempre marco uma data para voltar, a data agora marcada é dia 29 deste mês. Quando falta uma semana, a gente estuda a situação, como é que tá o Brasil, como estão os contatos aqui
>
> Ela [Michelle] não é candidata para o Executivo. Ela pode realmente aí disputar um cargo eletivo
>
> **Jair Bolsonaro (PL)**
> na terça (14) nos EUA

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, antes de ser afastado do cargo pelos atos golpistas de 8 de janeiro Pedro Ladeira - 27.dez.22/Folhapress

Moraes encurta afastamento e libera volta imediata de Ibaneis

Governador havia sido afastado por 90 dias após ataques de 8 de janeiro

José Marques e Thaísa Oliveira

BRASÍLIA O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou nesta quarta-feira (15) o retorno imediato de Ibaneis Rocha (MDB) ao Governo do Distrito Federal e a revogação de seu afastamento.

Ibaneis foi afastado das funções por 90 dias por determinação de Moraes horas após os ataques de 8 de janeiro, quando apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) invadiram e depredaram as sedes dos três Poderes, em Brasília.

Ele é investigado em inquérito do Ministério Público Federal que apura a conduta de autoridades responsáveis pela segurança local no dia dos ataques —sobretudo, de responsabilidade do Governo do DF.

Moraes disse que a PGR (Procuradoria-Geral da República) e a defesa de Ibaneis, além do relatório de intervenção federal na segurança pública do DF, apontam não haver necessidade de manter Ibaneis afastado do exercício de função pública.

"Os relatórios de análise da Polícia Judiciária relativos ao investigado não trazem indícios de que estaria buscando obstaculizar ou prejudicar os trabalhos investigativos, ou mesmo destruindo evidências, fato também ressaltado pela defesa e pela Procuradoria-Geral da República", diz Moraes em sua decisão.

"O momento atual da investigação –após a realização de diversas diligências e laudos– não mais revela a adequação e a necessidade da manutenção da medida, pois não se vislumbra, atualmente, risco de que o retorno à função pública do investigado Ibaneis Rocha Barros Júnior possa comprometer a presente investigação ou resultar na reiteração das infrações penais investigadas."

Após a decisão, Ibaneis disse em nota que aguardou com "muita paciência, resiliência e confiança na justiça" e que vai "seguir firme" para confirmar sua inocência. Ele divulgou um vídeo nas redes sociais em que promete "trabalhar muito" para recuperar o tempo que ficou afastado. Ibaneis também agradece a vice-governadora do DF, Celina Leão (PP), e a Câmara Legislativa do DF.

"[Quero] agradecer as muitas mensagens que recebi de toda a população do Distrito Federal, que em todo momento se colocou diante de Deus fazendo pedidos pelo nosso retorno. E agradecer a Deus pela oportunidade de voltar a governar a nossa cidade. Muito obrigado e aguardem com força o meu retorno."

Com a decisão, Celina Leão deixa a função de governadora interina do DF. O governador fará uma entrevista coletiva nesta quinta-feira (16) para marcar seu retorno ao cargo. Horas após a decisão, o emedebista foi ao lançamento de um livro organizado pelo ministro do STF Ricardo Lewandowski na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

Em fevereiro, Ibaneis pediu ao Supremo para retornar ao cargo. Na peça, a defesa argumentava que o fim da intervenção na segurança pública do DF, no último dia 31 de janeiro, mostrava que não havia motivo para manter o afastamento.

"O término da intervenção deixou claro que a segurança pública está saneada. Foi colocado um secretário de Segurança Pública de comum acordo com o ministro da Justiça, que o governador já se comprometeu a manter. Não há razão para deixar um homem reeleito no primeiro turno fora do cargo", disse, na ocasião, o advogado de Ibaneis, Alberto Toron.

Em janeiro, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão em endereço do governador. Mensagens analisadas pela PF também indicaram que ele e o comando da Polícia Militar minimizaram os indícios de que apoiadores de Bolsonaro invadiriam os prédios dos três Poderes em 8 de janeiro.

"Já estamos mobilizados. Não teremos problemas", afirmou o governador no dia anterior por meio de aplicativo de mensagem após ser procurado por Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado.

As informações constam em relatório da PF que analisou as conversas de Ibaneis.

"De alguma forma, a Polícia do Senado repassou informações ao seu presidente quanto à preocupação de invasão dos prédios públicos dos três Poderes. Ibaneis informa que estão mobilizados, que não haverá problemas e que todo o efetivo estará na rua para apoio", diz trecho do relatório.

Outro indício, colhido pela PF, de que o risco foi minimizado ocorreu também no dia 7. O ministro da Justiça, Flávio Dino, questionou Ibaneis após ele afirmar ao site Metrópoles que as manifestações estavam liberadas na Esplanada, desde que de forma pacífica.

Às 21h11, Dino encaminhou para Ibaneis ofício em que aponta para intensa movimentação e bolsonaristas e para a possibilidade de "ações hostis". O ministro questionou onde seriam os pontos de bloqueio e qual a atuação das forças de segurança do DF para o dia seguinte.

"Segundo relatos, o referido movimento teria a intenção de promover ações hostis e danos contra os prédios dos ministérios, do Congresso, do Palácio do Planalto, do Supremo Tribunal Federal, e, possivelmente, de outros órgãos como o Tribunal Superior Eleitoral", dizia o ofício.

Em resposta a Dino, Ibaneis encaminhou um informativo no qual se dizia: "Situação tranquila, no momento".

A ordem de afastamento expedida por Moraes foi confirmada dias depois no plenário do Supremo, com votos contrários apenas dos ministros André Mendonça e Kassio Nunes Marques.

> Os relatórios de análise da Polícia Judiciária relativos ao investigado não trazem indícios de que estaria buscando obstaculizar ou prejudicar os trabalhos investigativos, ou mesmo destruindo evidências
>
> **Alexandre de Moraes**
> ministro do STF em decisão que revogou afastamento de Ibaneis Rocha

Precisamos discutir indicações ao Supremo sob novos termos

ANÁLISE

Rubens Glezer
Professor da FGV Direito SP e autor de 'Catimba constitucional'

A conversa não avança. Há pelo menos uma década o debate público se mobiliza intensamente em torno da indicação de novos ministros e ministras para o STF (Supremo Tribunal Federal). No entanto, pouco se discute mais do que alguns aspectos biográficos dos indicados e se o modelo de indicação e ocupação da vaga deveriam ser modificados.

No geral, as questões postas no debate não mudam e, sem surpresa alguma, as respostas também não. Então as notícias de novas indicações ficam nesse misto de fofoca com a insatisfação superficial com o modelo atual. Precisamos discutir esse assunto sob novos termos.

A próxima vaga no STF será aberta em maio com a aposentadoria do ministro Ricardo Lewandowski, que completará 75 anos, idade limite para atuação no tribunal.

Creio que a pergunta central é: quais são as qualidades que uma pessoa deve deter para exercer bem a função de ministro ou ministra do Supremo?

Apenas se respondermos a essa pergunta poderemos discutir seriamente se a indicação de uma determinada pessoa é boa ou ruim. Contudo, para saber quais são as qualidades necessárias para preencher essa vaga de emprego, é preciso também discutir com clareza quais são as tarefas que deverão ser bem executadas, sem ingenuidade ou cinismo.

Se formos francos, temos que admitir que o Supremo —como toda Corte Constitucional no mundo— não é como qualquer outro tribunal.

Em 1835, Alexis de Tocqueville dizia que a paz, a prosperidade e a própria existência do país repousavam nas mãos dos ministros da Suprema Corte dos EUA. Para ele, escolher más pessoas para essa função poderia levar a situações de anarquia ou guerra civil. Por esse motivo deveriam ter qualidades que iam além daquelas exigidas pela magistratura em geral.

Do mesmo modo que um excelente professor de direito não será necessariamente um excelente juiz, uma excelente juíza federal não será necessariamente uma excelente ministra para o Supremo.

As qualidades necessárias para realizar essas funções são diferentes. Saber resolver problemas jurídicos é uma condição necessária, mas não suficiente para estar no STF.

Isso ocorre porque a função de ministros e ministras do Supremo não é apenas de interpretar a Constituição Federal. Eles têm que tomar uma série de decisões políticas para exercer seu ofício. A tarefa mais obviamente inevitável e política é a de optar por quais casos devem ser julgados logo e quais devem aguardar julgamento.

Além disso, como é evidente, há uma opção política de como se comportar perante excepcionalidades. Há também opções políticas sobre como atuar nos debates públicos e perante outros Poderes.

Em resumo, a tarefa de ministros e ministras do STF não é a de enfrentar apenas casos juridicamente difíceis e complexos. Há dificuldades sobre as implicações institucionais e econômicas de suas decisões, dificuldades sobre quando julgar um caso, dificuldades sobre como comunicar publicamente uma decisão, como interagir com causas de amplo interesse nacional etc.

É possível que juízes de outras instâncias enfrentem essas dificuldades, mas não com a frequência e magnitude com que isso ocorre no STF.

Se esse é o trabalho, quais devem ser as qualidades de uma pessoa merecedora da vaga?

É preciso que os senadores e a mídia apurem se a pessoa teve experiência resolvendo problemas complexos de ordem jurídica e de ordem política (no sentido amplo). Essas pessoas tendem a ser dotadas de humildade intelectual (para entender um problema sobre diferentes perspectivas) e temperança (resolvendo conflitos sem os vícios da covardia e da temeridade).

Em outras palavras, demonstrar que possui uma certa sabedoria prática.

Além disso, a Constituição Federal também aponta caminhos, apesar de ser concisa nos requisitos. É preciso ter cidadania brasileira, ter entre 35 e 70 anos, notável saber jurídico e reputação ilibada.

Com isso, me parece que a Constituição está sinalizando que a pessoa indicada precisa ter demonstrado em sua trajetória que é capaz de ter construído uma reputação sólida dentro e fora da comunidade jurídica.

Não podem ser pessoas sem experiência, sem bibliografia, com pouco a perder.

Tem que ser uma pessoa que construiu um nome e, com isso, laços de confiabilidade com diferentes audiências, necessariamente no meio jurídico e também em outros relevantes. Ilustres desconhecidos podem tomar decisões esdrúxulas com pouca consequência negativa sobre si.

Por último, vale a pena considerar que a qualidade das indicações pode ser pensada a partir da composição.

Um tribunal com 11 ministros se justifica pelo fato da pluralidade de formações e olhares deliberando sobre uma situação aumentarem a chance de se alcançar uma solução melhor do que uma pessoa só.

Aristóteles chamava isso de "a sabedoria das multidões". Então uma boa pessoa para estar ali deve ser alguém que apresenta uma perspectiva diferente daquela presente e maioria ali. Não basta, portanto, que se contemple uma carreira ausente, como a Defensoria Pública, mas também de alguém com uma trajetória pessoal e profissional diferente, como ser mulher ativista no movimento negro.

Em vista disso tudo, a escolha para a vaga do STF não é, nem tem como ser (e nem deveria ser), impessoal e técnica. Porém o STF também não é uma lotação política.

O Supremo é uma instituição de Estado, crucial para a sobrevivência e desenvolvimento democrático. Não deve ser utilizada para pagar favores a conhecidos nem para agradar os atuais membros.

Dada a profunda crise política em que ainda nos encontramos, seria importante ter alguém de firme orientação democrática, que possa contar com a confiança e o respeito de ampla parcela da população. Quem discordar que apresente melhores critérios.

Aposentadorias no Supremo

2023-2026
- Ricardo Lewandowski (mai.23)
- Rosa Weber (out.23)

2027-2030
- Luiz Fux (abr.28)
- Cármen Lúcia (abr.29)
- Gilmar Mendes (dez.30)

2031-2034
- Edson Fachin (fev.33)
- Luís Roberto Barroso (mar.33)

2039-2042
- Dias Toffoli (nov.42)

2043-2046
- Alexandre de Moraes (dez.43)

2047-2050
- Kassio Nunes Marques (mai.47)
- André Mendonça (dez.47)

Ministro defende lei enxuta sobre big techs

Para Alexandre de Moraes, que preside TSE e montou grupo com plataformas, regra complexa é ineficaz e difícil de aprovar

Patrícia Campos Mello

SÃO PAULO Na contramão das discussões do governo Lula (PT), o presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ministro Alexandre de Moraes, defende uma regulação de internet "sintética" e "enxuta".

Enquanto o governo desenha uma legislação ampla, nos moldes da Lei dos Serviços Digitais em vigor na União Europeia desde fevereiro, Moraes disse a interlocutores que uma regulação muito complexa não seria eficaz e teria dificuldade de ser aprovada no Congresso.

Segundo ele, é preciso combinar a autorregulação das plataformas com uma normatização sintética. O governo estabeleceria apenas alguns padrões básicos que balizariam a atuação das empresas.

As plataformas replicariam as políticas que adotam para conteúdo com pornografia, pedofilia e violação de direitos autorais para discursos de ódio e postagens que que violem a Lei do Estado Democrático. E o governo fiscalizaria se as empresas estão cumprindo suas próprias diretrizes.

No grupo de trabalho com as plataformas criado por Moraes, o secretário-geral do TSE, José Levi, também defende que se estabeleçam regras simples, apenas ampliando políticas de moderação já adotadas pelas empresas.

Já o deputado Orlando Silva (PC do B-SP), relator do PL das Fake News, que deve incorporar a proposta do Executivo, trabalha com uma regulação que incorpora, além de normas de transparência e responsabilização, a extensão da imunidade parlamentar ao ambiente online, financiamento de conteúdo jornalístico por empresas, regras de publicidade online e criação de um órgão regulatório.

O Planalto investe na responsabilização civil das redes por conteúdo que ameaça ou pede a ruptura institucional, estimula a violência para deposição do governo ou incita animosidade entre as Forças Armadas e os Poderes.

O texto também proíbe conteúdo que viole o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) mesmo antes de ordem judicial. No caso da legislação que protege os menores de 18 anos, já há precedente jurídico de decisões que vão nessa linha.

Pela proposta, semestralmente as empresas teriam de publicar um relatório sobre o chamado "dever de cuidado", especificando denúncias sobre conteúdo supostamente ilegal, remoções de postagens que violam a lei e medidas de mitigação para isso. Os números seriam auditados.

As companhias não seriam punidas se deixassem passar um ou outro conteúdo ilegal; só seriam multadas por descumprimento generalizado das diretrizes implementadas pela lei.

Por fim, a proposta em discussão no Executivo também determina transparência algorítmica. Com isso, as plataformas teriam de explicar por que os usuários recebem determinadas recomendações e como funciona o sistema que determina o que os internautas veem e o que deixam de ver.

Moraes em evento da FGV, no Rio, sobre liberdade de expressão Eduardo Anizelli - 13.mar.23/Folhapress

Uma medida polêmica é a que exige consentimento prévio dos usuários para o rastreamento de aplicativos e a coleta de dados por anunciantes. A medida é semelhante à regra de privacidade adotada pela Apple em seus aparelhos em 2021, que resultou em uma queda de cerca de US$ 10 bilhões no faturamento de aplicativos como Facebook, Instagram e Twitter.

Moraes acredita que a regulação deveria se focar em duas frentes. Por um lado, responsabilizar civilmente as empresas por conteúdo "monetizado, impulsionado ou que use algoritmo". E estender as regras de uso já aplicadas nos casos de violação de direitos autorais, pedofilia e pornografia para ataques à democracia e discurso de ódio.

As empresas ponderam, porém, que é muito diferente detectar e remover conteúdo pornográfico, com pedofilia ou violação de direito autoral, por se tratar de uma avaliação objetiva, facilmente identificável.

Já no caso de ataque à democracia e discurso de ódio, a avaliação depende do contexto. Uma postagem ou vídeo com pornografia é muito mais fácil de identificar do que o que tenha um ataque contra a democracia, argumentam.

Além disso, segundo as big techs, determinar que elas serão responsabilizadas por qualquer conteúdo exibido em função de algoritmo não é viável, já que, praticamente, as redes sociais usam algoritmo para tudo. O mecanismo determina o que cada usuário vê em sua linha do tempo, que vídeo é recomendado, qual é a distribuição e destaque de cada conteúdo.

"Se quisermos regular tudo sobre fake news, vamos acabar não regulando nada", disse Moraes em conferência organizada pela FGV, IDP e Rede Globo na segunda-feira (13).

"Vamos começar replicando as regras das plataformas para conteúdo com pornografia, pedofilia e violação a direitos autorais; estender isso para conteúdo com discurso de ódio e ataques à democracia." Ele ressaltou a necessidade de fazer com que as empresas apliquem as próprias regras, "senão vamos enxugar gelo".

Estatal barra empresa por obra com verba indicada por ministro

Codevasf diz que construtora não executou pavimentação no MA; Juscelino Filho rejeita cobrança por realização

Mateus Vargas e Flávio Ferreira

BRASÍLIA E SÃO PAULO Suspeita de corrupção em apuração da Polícia Federal, a empreiteira Construservice foi barrada das licitações da estatal federal Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) pelos próximos dois anos.

A construtora passou a ser alvo da PF após a **Folha** revelar, no ano passado, que ela foi a vice-campeã de concorrências da Codevasf, mas já era investigada pelo uso de laranjas, além de ter como sócio oculto o empresário Eduardo José Barros Costa, o Eduardo DP.

Segundo a estatal, a punição se deve ao fato de a Construservice não ter executado obra de pavimentação em bloco de concreto orçada em R$ 1,3 milhão, em Lago da Pedra (MA).

O serviço seria feito com verba indicada em 2019 pelo atual ministro das Comunicações, Juscelino Filho (União Brasil-MA), quando ele ocupava o cargo de deputado federal.

A PF também suspeita que a Construservice pagou propina de R$ 250 mil a Julimar Alves da Silva Filho, gerente afastado da Codevasf no Maranhão.

A suspeita de corrupção é avaliada pela corregedoria na Codevasf. A punição considerou só as obras não executadas.

O contrato foi firmado em outubro de 2020. A Codevasf assinou outros três aditivos, prorrogando o prazo para entrega da obra no interior do Maranhão de outubro de 2021 para o fim de janeiro de 2023.

Em 1º de fevereiro, a estatal publicou no Diário Oficial da União a penalidade, por "inexecução total dos serviços".

A companhia fixou multa de R$ 133,5 mil, correspondente a 10% do valor do contrato, além da "suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Codevasf, pelo prazo de dois anos".

A estatal não chegou a desembolsar os valores do contrato. A Construservice pode apresentar recurso.

"Ao longo da execução contratual, a empresa solicitou três aditivos de prazo alegando principalmente dificuldades no período da pandemia. Após análise técnica e jurídica da companhia, os aditivos celebrados prorrogaram o prazo de vigência, sem acréscimo de valor", disse a Codevasf.

Parte das obras da Codevasf no Maranhão era fiscalizada pelo gerente Julimar Filho. Esses contratos agora estão sendo reavaliados pela estatal.

A Construservice foi a segunda colocada no ranking de vitórias da Codevasf em 2021, com 10 licitações. Só perdeu para outra empreiteira do interior do Maranhão, a Engefort, que ganhou mais da metade dos pregões.

Como mostrou a **Folha**, a Engefort é apontada por auditoria do TCU como beneficiária de suposto cartel de empresas.

A empreiteira, que nega irregularidade nos contratos, também venceu algumas das licitações da estatal em disputas contra uma empresa de fachada registrada em nome do irmão de seus sócios.

Em abril do ano passado, a reportagem da **Folha** foi a Tocantins, onde constatou obras precárias da Construservice.

No município de Araguatins (TO), a 620 km de Palmas, as obras de asfaltamento da empresa tinham trechos tão defeituosos que expunham os motoristas ao risco de acidente. Os moradores relataram que o pavimento amolecia e afundava nos dias de muito calor.

Em um trecho asfaltado pela Construservice, moradores disseram que o pavimento amolecido fazia com que motociclistas caíssem ao estacionarem os veículos, pois os pés das motos entravam no asfalto.

No município de Sítio Novo do Tocantins (627 km de Palmas), moradores do povoado de Macaúba reclamaram que a obra na via de acesso estava paralisada havia mais de um mês, deixando grandes espaços entre os trechos já executados.

Após a publicação da reportagem, as obras foram retomadas, segundo moradores.

Eduardo DP chegou a ser preso em julho de 2022 na operação Odoacro, da PF, que mirou suspeita de fraudes em convênios de prefeituras firmados com a Codevasf. Os policiais federais apreenderam cerca de R$ 1,3 milhão em dinheiro em imóveis do empresário, além de itens luxuosos.

Juscelino Filho nega responsabilidade por serviço não realizado

OUTRO LADO

Em nota, o Ministério das Comunicações disse que a responsabilidade pela obra não é de Juscelino Filho. Ele indicou a verba para o serviço quando era parlamentar.

"Como acontece em toda e qualquer emenda parlamentar, a responsabilidade sobre a obra é do contratante e do contratado, e não do autor da emenda. Atribuir ao deputado é insistir em colocá-lo em um papel que não cabe a qualquer deputado, relevando que esse tipo de ilação não passa de uma perseguição vazia, baseada em distorções e inverdades", disse a pasta.

Procurado pela reportagem, o advogado da Construservice não se manifestou.

A Codevasf foi entregue pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) ao centrão e é mantida dessa forma por Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em troca de apoio no Congresso.

Como mostrou a **Folha**, a estatal assinou neste ano contratos de cerca de R$ 650 milhões herdados de Bolsonaro que levam para a atual gestão uma série de empreiteiras e condutas suspeitas de prática de cartel em obras de pavimentação.

O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional afirmou em nota divulgada no domingo (12) que "o governo também está revisando os contratos herdados da gestão anterior, buscando redução de custos e adequação aos objetivos de políticas públicas do governo atual".

Em nota sobre a assinatura dos contratos herdados da gestão Bolsonaro, a Codevasf cita justamente a penalidade aplicada à Construservice para afirmar que os contratos da estatal são "cumpridos com rigor".

"Em processos de contratação, empresas são tratadas com isonomia e devem necessariamente reunir todas as condições de habilitação estabelecidas pela lei. Os contratos mantidos pela Codevasf são cumpridos com rigor —em recente decisão, a companhia sancionou empresa responsável por obras de pavimentação no Maranhão com multa e com a suspensão dos direitos de participar de licitação e de firmar contratos com a instituição", disse.

Sem acordo nos estados, federação entre PP e União Brasil fracassa

Cézar Feitoza e Victoria Azevedo

BRASÍLIA O PP e a União Brasil decidiram encerrar as negociações para a formação de uma federação partidária, diante das dificuldades das lideranças dos dois partidos para destravarem resistências em vários estados.

O acordo estava emperrado desde a semana passada, com disputas sobre o comando registradas em o menos sete diretórios regionais.

O encerramento das tratativas foi comunicado pelo presidente do PP, Ciro Nogueira, pelas redes sociais.

"No que diz respeito ao Progressistas, encerramos as discussões para formação de federação junto com o partido União Brasil", escreveu Nogueira.

À **Folha** o presidente da União Brasil, Luciano Bivar, também confirmou o término das negociações. Ele afirma que "disputas regionais" travaram a federação.

O principal objetivo de PP e União Brasil para formarem uma federação era construir a maior bancada na Câmara, com 108 deputados.

Se viabilizada, ela daria o direito de os partidos escolherem a presidência das principais comissões da Casa e ajudaria as legendas a ficarem com a relatoria do Orçamento de 2023 —que constituía o principal objetivo da União Brasil no curto prazo.

As principais dificuldades encontradas estavam nos diretórios dos estados do Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Paraíba, Paraná e São Paulo.

O critério que havia sido definido para resolver as travas regionais envolvia entregar o diretório estadual para o grupo político mais influente localmente.

Naqueles estados em que o governador fosse filiado a um dos dois partidos da federação, o grupo que fosse aliado ao chefe do Executivo deveria ter precedência na definição do presidente do diretório.

Já nas regiões em que a federação não tivesse eleito um governador, a precedência seria definida pela quantidade de senadores. Caso houvesse um empate, o último critério seria a quantidade de deputados eleitos no estado.

Esses critérios não agradaram a políticos influentes no Congresso Nacional, que poderiam perder espaço regionalmente com a federação.

Na Paraíba, por exemplo, a União Brasil ficaria com o comando do diretório, já que Efraim Filho foi eleito senador no estado em 2022. Mas o grupo do deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) não aceitava perder a influência local e a possibilidade de lançar candidaturas para as eleições municipais de 2024.

Em Pernambuco, Luciano Bivar, disputava o diretório regional com os grupos de Mendonça Filho (União Brasil) e Dudu da Fonte (PP).

No Paraná, a federação sofria resistência do senador Sergio Moro (União Brasil) e do deputado Pedro Lupion (PP), que coordena a bancada ruralista no Congresso. Havia ainda resistência na União com o nome de Ricardo Barros (PP), principal cotado para comandar o diretório.

Moro havia dito a aliados que, por ora, ficaria na União Brasil pois a legenda permite que parlamentares sejam de oposição ao governo, apesar de o partido ter indicado titulares de três ministérios da gestão Lula. Mas a federação poderia mudar esse antigo acordo feito com o ex-juiz da Lava Jato.

LULA ALMOÇA COM ALMIRANTADO, E MARINHA DÁ 90 DIAS PARA OFICIAIS SE DESFILIAREM DE PARTIDOS
O presidente da República passa tropa em revista, nesta quarta (15), no Comando da Marinha em Brasília; ele se reuniu com colegiado de almirantes de Esquadra, mais alta patente da Força, que no mesmo dia emitiu ordem interna com o prazo para desfiliação de militares da ativa, sob pena de punição por 'descumprimento de norma constitucional' Cristiano Marins/Agência O Globo

Daniela Barbalho ao lado do seu marido, Helder Barbalho, governador do Pará Rodrigo Pinheiro - 1º.jan.23/Agência Pará

Mulher de governador do Pará é escolhida para tribunal de contas

SÃO PAULO A advogada Daniela Barbalho, mulher do governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), foi escolhida nesta terça-feira (14) pela Assembleia Legislativa como a nova conselheira do Tribunal de Contas do Estado.

No cargo, a primeira-dama terá salário de mais de R$ 35 mil brutos, além de estabilidade, com prerrogativas equiparadas a desembargadores do Tribunal de Justiça.

A indicação dela partiu de líderes de partidos aliados ao governador na Assembleia e foi referendada no plenário da Casa, por 36 votos a 2.

A Assembleia Legislativa tem direito no estado a indicar 4 das 7 vagas na corte.

Aos deputados nesta terça, Daniela afirmou que sua indicação mostra mais mulheres conquistando espaço em posições públicas de destaque.

Entre as atribuições da corte estão analisar anualmente as contas prestadas pelo governador, fiscalizar aplicação de recursos públicos e julgar a prestação de administradores estaduais responsáveis por ordenação de despesas.

O caso se soma a indicações em outros Tribunais de Contas de pessoas próximas a governadores e ex-governadores. Três ministros de Lula que recentemente deixaram os Executivos estaduais emplacaram suas esposas em Tribunais de Contas. O último foi Rui Costa (PT), cuja mulher foi aprovada para o Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia.

No Piauí, Rejane Dias, esposa do ministro do Desenvolvimento Social, o ex-governador Wellington Dias (PT), foi eleita por unanimidade em janeiros.

Há um ano, o ministro da Integração Nacional, Waldez Góes, emplacou a então primeira-dama Marília Góes para o cargo quando ele ainda era governador do Amapá.

Se você disser que eu generalizo

Criticar magistocracia é valorizar membros íntegros da Justiça

Conrado Hübner Mendes
Professor de direito constitucional da USP, é doutor em direito e ciência política e membro do Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade - SBPC.

A magistocracia corresponde a uma linhagem do estamento burocrático brasileiro. Possui tradições e poderes que fazem dela uma das mais parasitárias do interesse público (e não nos faltam parasitas). Tem hegemonia e governa o sistema de Justiça, mas não corresponde à totalidade dos seus membros. Normalizar depravação ética e corrupção institucional, e conquistar nossa complacência, é seu foco.

Quando se critica a magistocracia, escutam-se ecos defensivos daqueles que sentem ferida sua integridade. Acusam "generalização". Mas a confusão da parte com o todo está mais na leitura desatenta que na crítica. Ou na má vontade.

Recapitulei nas últimas semanas teses elementares: há uma Justiça para a pobreza, outra para a riqueza; a distribuição desigual do direito de defesa faz alguns réus mais iguais do que outros; a riqueza muitas vezes ainda se beneficia de defesa não exatamente jurídica, mas lobística em jardins babilônicos do Lago Sul. Ali se frequentam a advocacia lobista e magistocracia. Uma não vive sem a outra.

São retratos bastante banais. Difícil defender o projeto de Estado de Direito e, ao mesmo tempo, fazer vista grossa para o descalabro das práticas de seus operadores.

A magistocracia tem cinco atributos: autoritária, porque viola direitos (e turbina encarceramento em massa, por exemplo); autárquica, porque luta para se desviar de controle; autocrática, porque combate independência de juízes que pensam diferente; rentista, pois recorre a estratagemas jurídicos para benefícios patrimoniais irregulares; dinástica, bom, você sabe por quê.

Nem todo magistocrata terá pontuação máxima nos cinco atributos. Mas democratizar a Justiça significa enfrentar cada atributo. O magistrado não magistocrata deveria se incomodar menos com crítica que não se dirige a ele. Mais justo e produtivo se indignar com o objeto da crítica, a magistocracia.

Ela povoa os tribunais do país e inferniza a sua carreira. É inimiga de sua independência, inteligência e dignidade. Boicota seu autorrespeito e autoestima, afeta sua reputação, desafia sua vocação republicana e esgarça seus limites morais. E tenta comprar seu silêncio com benefícios pecuniários e simbólicos ilegais, e algumas pitadas de intimidação.

Há avanços modestos e esporádicos, apesar da magistocracia. Um juiz não pode, hoje, como antes, dar liberação genérica para a polícia invadir domicílios pobres. Conquista civilizada do STJ. Se a polícia pode prender preto suspeito por ser preto, está na mesa do STF para decidir. Mas quem disse que um tribunal soberano como o TJ-SP se subordina a tribunais superiores?

Recentemente, atleta e negro paraplégico, que sofre com dores agudas na coluna e recebeu salvo-conduto para plantar maconha com fins medicinais, foi preso em flagrante por suspeita de tráfico de drogas. Diante do abuso compartilhado por polícia, promotor e juiz, desembargador do TJ-SP mandou soltar. Não sem antes dizer: "por mais que ele tenha sido encontrado em situação típica de tráfico", "não expressa ofensividade em grau suficiente".

O problema não foi só o abuso rotinizado. E a liberação do desembargador tampouco foi uma solução. Pergunte se ele tomou alguma providência contra os agentes da grosseira ilegalidade. Onde desfila orgulhosa a magistocracia bandeirante, a violência estatal recebe carta branca.

Podemos também citar furo mais recente. Luiz Vassallo, do Estadão, descreveu como "Empresas com causas de R$ 158 bilhões patrocinam eventos para magistrados". Descobriu também que o CNJ afrouxou regras contra promiscuidade.

Um furo tão grande quanto o orçamento secreto. Um assunto tão perene que entra no campo das irrelevâncias. Amolecer nosso compasso moral é da magistocracia sua arte maior. Cidadãos resignados e jornalismo servil são o terreno onde magistocratas sapateiam.

O centrão partidário não consegue essa façanha. O centrão magistocrático, feito do mesmo material genético, mas munido da carteira de autoridade jurídica, consegue. Se você se preocupa com o centrão partidário, massa corrupta e amorfa que nada tem de centro democrático, você deveria se preocupar ainda mais com o centrão magistocrático.

Porque entre Gilmar Mendes e Toffoli, passando por desembargador que se insubordina a guarda falando um francês subculto para impressionar a si mesmo, ou do ministro que aceita mimos de luxo de advogado lobista ao desembargador que processa jornalista por falar a verdade, tem um sistema de Justiça a ser democratizado. Ou pelo menos posto sob a autoridade do direito. Porque a desobediência à lei sob a capa da legalidade é parte essencial do ethos magistocrático.

A magistocracia é ridícula, promíscua, pornográfica. Mas é também corrupta e perigosa. O magistrado não magistocrata pode lutar contra isso. Tirando a advocacia lobista e seus clientes, aqui fora só tem aliado.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Camila Rocha, Angela Alonso | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | **SEX. Reinaldo Azevedo** | SÁB. Demétrio Magnoli

Partidos concluem acordos para instalar comissões na Câmara

Negociações marcam 1ª queda de braço entre governo e oposição no Legislativo

Cézar Feitoza e Victoria Azevedo

BRASÍLIA Após mais de um mês de negociações, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), chegou a um acordo com líderes partidários para a instalação das comissões permanentes da Casa nesta quarta-feira (15).

A divisão mostra a composição de forças de base e oposição ao governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na Câmara, com o PL, do ex-presidente Jair Bolsonaro, em postos-chave para fazer jogo duro contra o Palácio do Planalto.

O martelo foi batido em reunião de Lira com líderes na manhã desta quarta. Até pouco antes de o encontro começar, partidos se articulavam na divisão de comissões. O PT tentava o comando da Comissão de Direitos Humanos —que havia ficado com o PP.

Na reunião, ficou acertado que o PT ficará com Direitos Humanos. Em troca, cedeu ao PP o comando da Comissão de Cultura. No final, o PT ficará com as presidências das Comissões de Finanças e Tributação, de Direitos Humanos e de Trabalho, além da de Constituição e Justiça, a mais importante da Câmara.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), conversa com jornalistas em Brasília Pedro Ladeira - 31.jan.23/Folhapress

Rui Falcão (PT-SP) foi eleito presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

Já o PL presidirá a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, de Saúde, de Segurança Pública, da Previdência Social e Infância e de Esporte.

O PL quer pôr bolsonaristas à frente das principais comissões. É o caso da deputada federal Bia Kicis (PL-DF), indicada pelo PL e eleita para comandar a Fiscalização e Controle —que tem poder para convocar os ministros de Lula para prestar esclarecimentos.

O líder do PT, Zeca Dirceu (PR), disse na terça (14) que lutaria até o último instante para evitar que "malucos" assumam cargos relevantes nas comissões permanentes.

"Eu apelo para que nenhum maluco extremista assuma [a presidência de] comissões. É ruim para Câmara, para o próprio Lira, para todo mundo", disse.

A distribuição das presidências das comissões leva em consideração o tamanho das bancadas na Câmara. O partido com mais deputados tem o direito de primeira escolha, e a menor sigla fica por último.

A regra privilegia o PL, que elegeu 99 deputados federais. Apesar disso, abriu mão da principal comissão em troca de um acordo, ainda não fechado, para indicar o relator da CMO (Comissão Mista de Orçamento) no primeiro mandato de Lula. Segundo parlamentares ouvidos pela **Folha**, esse assunto deverá ser tratado posteriormente.

Um dos grandes impasses envolvia negociações com a União Brasil, partido que elegeu 59 deputados. Inicialmente, por exemplo, a legenda tinha interesse em comandar a Comissão de Finanças e Tributação, que ficou para o PT, e a de Segurança Pública, que será comandada pelo PL.

O partido comandará as de Minas e Energia, Educação e Integração Nacional.

A Comissão de Meio Ambiente, que inicialmente foi disputada por PT, MDB e PP, acabou ficando com MDB.

As legendas negociaram a criação de cinco novas comissões na Câmara no início do ano. Com a mudança, a Casa passou a ter 30 colegiados para dar ao menos uma presidência a cada partido que apoiou a reeleição de Lira.

Lira se empenhou na resolução dos impasses. Fez reuniões na residência oficial com os líderes Elmar Nascimento (União Brasil), Altineu Cortes (PL), Zeca Dirceu (PT) e Antônio Brito (PSD). Encontro com todas as lideranças, previsto para o começo da tarde, foi desmarcado pouco antes do horário.

Lideranças afirmaram à **Folha**, sob reserva, que a decisão de Lira acelerar com a resolução do impasse em torno das comissões fez o processo ser açodado.

A escolha de membros das comissões principais é uma das principais estratégias de finir o rumo dos trabalhos.

Na Comissão de Constituição e Justiça, por exemplo, são 64 cadeiras a serem divididas pelos partidos. Pela proporcionalidade, o PL terá a maior representação, com 13 deputados, seguido pela federação de PT, PC do B e PV, com 10.

No colegiado, União Brasil e MDB serão fundamentais para o governo formar maioria —o que facilita ao Executivo a aprovação de propostas.

Sem os partidos alinhados ao governo, a base terá somente 25 votos na CCJ. Com eles, tem maioria do colegiado, com 38.

Lira fala em mudar Constituição para acordo sobre MPs

BRASÍLIA O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), enfrentou o Senado e sinalizou nesta quarta (15) uma mudança constitucional para chegar a um acordo sobre a retomada do funcionamento das comissões mistas responsáveis por analisar as MPs (medidas provisórias).

Lira disse em plenário que é preciso que os integrantes das mesas das duas Casas se sentem "democraticamente, educadamente, civilizadamente [para] encontrar um ritmo adequado".

"Há de se encontrar uma maneira racional, de se evitar a volta das comissões mistas, porque elas eram antidemocráticas com os plenários da Câmara e do Senado. E nós vamos encontrar uma maneira, nem que seja fazendo alteração constitucional para ajustar esse tema", disse Lira.

A Constituição diz que MPs do presidente da República devem ser analisadas pelo Congresso. O rito começa em uma comissão formada por deputados e senadores. E o relator se alterna entre os parlamentares das duas Casas.

Em 2020, mudou o processo, e, por causa da pandemia, MPs passaram a seguir diretamente à Câmara. Em fevereiro, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), retomou o rito constitucional. Lira resistiu e disse que a determinação precisa ser das duas Casas legislativas.

VA, Thaísa Oliveira e CF

Senado cria bancada evangélica com Damares e foco em 'ameaças'

Thaísa Oliveira

BRASÍLIA O Senado Federal instalou nesta quarta (15) sua própria bancada evangélica, com a promessa de tentar barrar a legalização dos jogos de azar e enfrentar pautas que podem ampliar o acesso ao aborto ou à descriminalização das drogas.

Aprovada pela Casa no ano passado, a Frente Parlamentar Evangélica reúne alguns dos principais nomes do bolsonarismo, como a ex-ministra da Mulher Damares Alves (Republicanos-DF), o ex-secretário da Pesca Jorge Seif (PL-SC) e Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Ao todo, 17 senadores devem integrar essa bancada. Apesar do nome, o grupo tem tido apoio de parlamentares conservadores de outras religiões, como o recém-eleito e católico Cleitinho (Republicanos-MG).

"[O objetivo é] fortalecer a bancada evangélica nessas pautas que os conservadores são contra, como ideologia de gênero, legalização das drogas, essa questão de aborto. É fortalecer a bancada evangélica para que, quando tiver essas pautas, a gente possa barrar", disse Cleitinho.

A opinião é compartilhada pelo senador Eduardo Girão (Novo-CE), espírita, que diz que a frente "transcende a questão evangélica", e que é importante que senadores troquem informações sobre "pautas de valores e princípios".

"É uma frente cristã que defende a liberdade de culto, a liberdade religiosa. E isso é muito importante, principalmente agora que voltam as ameaças de liberação de aborto, liberação da maconha, ideologia de gênero", afirma.

A bancada evangélica ampliou sua influência durante o governo de Jair Bolsonaro (PL) e é hoje o bloco religioso mais articulado do Congresso.

Mesmo com parlamentares das duas Casas, senadores reclamam do protagonismo da Câmara dos Deputados e dizem que muitos projetos de interesse do grupo acabam travados ou modificados quando chegam ao Senado.

Ex-líder da bancada, o deputado federal Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) vê a iniciativa do Senado como "reforço da estratégia". "[A ideia é] reforçar o trabalho legislativo de resistência no Senado", afirma.

A bancada evangélica do Senado também reage ao que o grupo chama de "ameaças" do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Na pré-campanha, Lula defendeu que o aborto fosse tema de saúde pública.

Mas a fala acabou usada por adversários e levou Lula a gravar vídeo para dizer que era "a favor da vida" e contra o aborto. "Não só eu sou contra o aborto, como todas as mulheres que eu casei são contra o aborto", afirmou.

O senador Carlos Viana (Podemos-MG) —que articulou a criação da frente e vai presidir o grupo— afirma que a liberação do aborto, das drogas e dos jogos de azar são temas que "estão sendo muito discutidos no Brasil hoje".

"O PT não faz uma defesa oficial do aborto, mas a própria ministra da Saúde já disse que isso pode ser legalizado. E isso muitas vezes não é feito por lei, por voto. Isso é feito nas comissões. Vem como portarias", diz.

"Então nós estamos atentos a isso, a não permitir que criemos outras possibilidades. A nosso ver, a lei que está em vigor já é suficiente", diz Viana, garantindo que não pretende reverter direitos conquistados.

Ele acrescenta que a proposta da bancada é garantir "a liberdade religiosa no Brasil", e que o grupo vai defender interesses de todas as religiões —incluindo as de matrizes africanas—, e não só de evangélicos.

A ofensiva contra o aborto tem apoio na Câmara. O líder da bancada evangélica, Eli Borges (PL-TO), defendeu remover o direito ao aborto em casos de estupro, hoje legal.

Quatro senadores da base de Lula integram a frente: Vanderlan Cardoso (PSD-GO), Eliziane Gama (PSD-MA), que é evangélica, Jorge Kajuru (PSB-GO) e Soraya Thronicke (União Brasil-MS), que são católicos. E os senadores Alan Rick (União Brasil-AC), Laércio Oliveira (PP-SE), Magno Malta (PL-ES), Marcos do Val (Podemos-ES), Mecias de Jesus (Republicanos-RR), Rogério Marinho (PL-RN) e Zequinha Marinho (PL-PA).

Zanone Fraissat/Folhapress

André do Prado, 53
Deputado estadual do PL, cumpre seu quatro mandato consecutivo, tendo sido eleito presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo. Começou na política como vereador em Guararema (SP), com 23 anos. Foi vice-prefeito, secretário da saúde e, em 2004, foi eleito prefeito da cidade

André do Prado

Meu tempo não é debate na internet, e converso com todas as bancadas

Novo presidente da Alesp se diz fiel a Tarcísio e elogia Bolsonaro, mas foge de ideologia e promete atender também PSDB e PT

> Tenho respeito total a quem defende as pautas [de costumes], porque tudo é benéfico. [...] É que nunca militei nessa área. Como fui prefeito, vereador, o meu tempo não é debate na internet, o meu tempo é olhar, ir lá na cidade de Itaquaquecetuba, que precisa fazer casas, precisa ter emprego. São pautas mais relacionadas a questões práticas

> O governador, sabendo do meu histórico, percebeu que serei um presidente que trabalhará para todos e terá bom senso de fazer com que projetos do Executivo possam tramitar mais rapidamente na Casa

> Quando [alguém] praticar excessos, como presidente tenho que manter a ordem da Casa. E se passar do limite temos instrumentos para ser avaliada a atitude

ENTREVISTA

Carolina Linhares e Artur Rodrigues

SÃO PAULO Eleito novo presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo com 89 dos 94 votos possíveis, André do Prado (PL), 53, costurou uma ampla aliança que lembra a do deputado Arthur Lira (PP-AL) na Câmara dos Deputados.

A diferença é que, ciente do peso do apoio de Tarcísio de Freitas (Republicanos) em sua eleição, André prega fidelidade absoluta ao governador.

Em entrevista à **Folha**, logo após ser confirmado no comando da Casa nesta quarta-feira (15), ele também busca conciliação com os adversários, como PT e PSDB, estabelecendo um trânsito político que é a marca do centrão.

O aceno à oposição ocorreu por meio do respeito à proporcionalidade das bancadas na distribuição do poder da Mesa Diretora, composta por oito siglas. Nenhuma mulher, porém, foi escolhida para a nova cúpula da Assembleia.

Após uma legislatura marcada por agressões entre os parlamentares e uma deputada apalpada em plenário, André foge do discurso ideológico e promete punição aos empossados nesta quarta que cometerem abusos. Inclusive com novas cassações, mas sem "atropelar nada".

Numa referência aos bolsonaristas, ele diz não gastar tempo em "debate na internet", mas sim visitando cidades e ouvindo as demandas.

Ao falar com a imprensa após ser eleito, ele se esquivou ao responder se apoia ou não a privatização da Sabesp, principal meta de Tarcísio —que enfrenta oposição de boa parte do Legislativo.

"Não adianta fazer um debate de uma coisa que ainda não existe, que não chegou, disse.

*

O que o sr. vai mudar em relação ao comando do PSDB na Alesp? O PSDB encerrou um ciclo, são 28 anos e eles foram competentes. Ficar sete mandatos consecutivos comandando o estado de São Paulo é sinal que tinha aprovação da população. Eles deixaram um grande legado. Porém, temos muitos desafios a serem enfrentados, como a questão da habitação, tem milhões de pessoas morando à margem de rios, encostas.

O sr. mesmo apoiou Rodrigo Garcia (PSDB) no primeiro turno. Quando Bolsonaro veio para o partido, eu já tinha dado a palavra e fazia parte da base do governo do Rodrigo Garcia. A gente votou nos últimos quatro anos projetos estruturantes, o estado está saneado. Porém, tem muitos desafios, desigualdades sociais, essa questão da cracolândia.

Aqui na Assembleia a gente vai manter tudo aquilo que vem dando certo, a gente vai inovar ao votar mais projetos de deputados. Vamos fazer um trabalho de articulação com o governo para diminuir o máximo possível os artigos que podem ser vetados.

Na Câmara, Arthur Lira (PP-AL) conseguiu também uma coalizão de apoio a ele. É parecida a situação do sr. aqui? Deve contemplar oposição e situação? Usando o regimento da Casa, sempre que possível vou usar a proporcionalidade. A minha candidatura partiu com apoio do governo, apoio dos deputados do PL e aí depois eu fui fazendo uma estratégia para respeitar a proporcionalidade.

Foi assim com PT, PSDB e mantive firme essa estratégia. Coloquei praticamente todos os partidos com quatro ou mais deputados na Mesa.

O PP não é a maior bancada na Câmara. Aqui, a maior bancada é o PL. Então, lá teoricamente não seria ele [o presidente], mas devido à força política que ele tem, conseguiu construir os acordos políticos com todas as bancadas.

Como conseguiu o apoio do governador se não o apoiou no primeiro turno? O PL era para ter a vice do Tarcísio e abriu mão para agregar o PSD na coligação. Eu tinha um compromisso com Rodrigo Garcia. Isso tudo conversado com o governador Tarcísio, falando: temos esse compromisso, mas, caso Rodrigo não vá para o segundo turno, estamos na sua campanha.

Muda algo na dinâmica da Casa um presidente de um partido diferente do governador? Não, o PL será base do governo Tarcísio, principal partido da base, pelo número de deputados que tem a nossa bancada.

Questionado se é bolsonarista, o sr. disse que não é um deputado de ideologia e costumes... Tenho respeito total a quem defende as pautas, porque tudo é benéfico. Estamos vivendo uma transformação no nosso país, as pessoas se posicionam o que elas são a favor, são contra.

É que nunca militei nessa área. Como fui prefeito, vereador, o meu tempo não é debate na internet, o meu tempo é olhar, ir lá na cidade de Itaquaquecetuba, que precisa fazer casas, precisa ter emprego. São pautas mais relacionadas a questões práticas.

Essa pauta ideológica dominou a política brasileira nos últimos quatro anos, com a chegada de Bolsonaro. O governador foi eleito com essa base. Por que o governador não apoiou um nome do PL que seja bolsonarista? Porque se a Casa pende só para um lado não vai ter a governabilidade e segmentos da sociedade não serão representados. Como venho de uma ala moderada, converso com todas as bancadas. Minha votação, inclusive, com 89 votos, foi por conta disso. O governador, sabendo do meu histórico, percebeu que serei um presidente que trabalhará para todos e terá bom senso de fazer com que projetos do Executivo possam tramitar mais rapidamente na Casa para serem aprovados.

Como o sr. vai lidar com a bancada de mulheres e os negros, dados os embates passados? A minha paciência vai ser de Jó, para ouvir, para esperar. Não tenho pressa, nós temos tempo. Não vou atropelar nada. Tenho que respeitar, porque é a voz da sociedade de representada através desses deputados. Não posso jamais calar nenhum deputado.

Disse que iria coibir abusos entre deputados. Como será isso? Todos os deputados estão mais maduros, esses quatro anos amadureceram muito. A gente vai cumprir o regimento. Quando [alguém] praticar excessos, como presidente tenho que manter a ordem da Casa. E se passar do limite temos instrumentos para ser avaliada a atitude de cada deputado, tivemos deputados cassados e suspensos [na legislatura passada].

Não é um tabu mais cassar deputado? Não é tabu, fizemos uma cassação [de Arthur do Val por fala sexista em relação a ucranianas] de maneira muito natural, porque achamos que foi cometido um excesso brutal, uma desonra muito grande principalmente com falta de respeito a mulheres do nosso estado.

Falando na eleição de 2024, o deputado Ricardo Salles (PL) se coloca como candidato a prefeito, o que gera uma saia justa com parte do PL, que está propensa a apoiar o prefeito Ricardo Nunes (MDB). Como o sr. se coloca nessa questão? O PL hoje é protagonista em qualquer cidade do estado de São Paulo. Aqui [na capital] é uma cidade que o PL vai trabalhar muito para fazer a maior parceria possível. Agora, hoje tem um grupo que defende a manutenção e apoio ao prefeito Ricardo Nunes e tem um grupo que acha que já temos tamanho suficiente para lançar candidaturas a prefeito. E o Ricardo Salles é um dos deputados mais votados de São Paulo e do Brasil.

O sr. parece simpático a essa ideia. A gente tem que pensar o seguinte dentro do partido: quando um nome desse tem a coragem de colocar o nome à disposição, nós temos que ir avaliando se o nome dele é viável. É uma pessoa muito preparada, ele já demonstrou que tem capacidade. É um nome que tem o direito de pleitear isso. No momento correto, o partido vai se reunir para definir qual a melhor estratégia aqui para São Paulo.

Até o posicionamento do nosso ex-presidente Jair Bolsonaro, tudo depende muito disso. A gente vai aguardar para que, no momento correto, a gente possa entender qual é o melhor quadro para disputar a eleição em São Paulo ou declarar apoio ao atual prefeito Ricardo Nunes [MDB].

Qual o peso de Bolsonaro hoje? Se fizer uma pesquisa hoje, a polarização ainda existe. A população está esperando muito do atual governo federal para saber como vai ser a realidade do país. Bolsonaro foi um ganho muito grande para o PL. Estamos trabalhando para ver a melhor forma possível de ele nos ajudar em 2024. E, em 2026, está muito cedo. Depende muito do que acontecer no governo federal.

Ele pode se tornar inelegível? A lei que vai falar, eu não posso fazer pré-julgamento. Para isso existe o TSE, o Supremo. São eles que vão falar. Nós gostaríamos que não, porque é um forte candidato, seria nosso candidato em 2026.

Ele deveria voltar dos EUA? Não sei qual é o planejamento, é uma decisão muito pessoal.

A respeito dos gastos da Alesp, há uma previsão de aumentar os gastos de comunicação e há um setor, o Núcleo de Avaliação Estratégica (NAE), que é visto como um cabide de emprego. Tem planos para reduzir custos? O que a gente puder economizar, vamos trabalhar para isso. O Orçamento da Alesp é quase de R$ 1,5 bilhão. Proporcionalmente ao Orçamento do estado, dá 0,47%. É o menor de todo o país. Tem estados que gastam até 5%. Eu vou tomar pé de cada despesa e contrato para reavaliar. Queremos estudar a questão do NAE para que ele possa dar mais resultados para a sociedade.

Por que o sr. mantinha Renato Bolsonaro, irmão de Bolsonaro, como seu assessor na Alesp por três anos se a reportagem do SBT comprovou que ele trabalhava na loja dele de móveis em Miracatu (SP)? Essa denúncia foi muito injusta. O Renato era uma das pessoas que mais trabalhava no meu gabinete. O próprio Ministério Público pediu o arquivamento. Nós apresentamos provas do trabalho que ele desenvolve, ele não era fantasma. Os funcionários têm uma carga horária a ser cumprida, não importa se no meio do dia ele vai visitar a loja. Tem sábado e domingo que ele trabalha, me representa diversas vezes.

A Secretaria de Administração Penitenciária apurou uma visita do sr. à penitenciária de Pontal (SP), onde um parente do sr. estava preso, quando as visitas não eram permitidas por conta da Covid. Eu recebi na época uma denúncia de maus-tratos. Respeitei todos os protocolos da Covid quando adentrei lá, e percebi que a denúncia não era real.

Ter um parente preso lá foi coincidência? É um primo de terceiro grau por parte da minha esposa.

mundo

Dia D da reforma da Previdência na França ocorre sob ameaça autoritária

Incertezas sobre votação elevam tensão sobre dispositivo de aprovação sem aval parlamentar

Fernanda Mena

TOULOUSE (FRANÇA) A França viverá nesta quinta (16) o Dia D de sua controversa reforma da Previdência, apresentada pela primeira-ministra Elisabeth Borne como crucial para as finanças públicas, mas rejeitada pela maioria dos franceses.

É neste dia que a batalha entre o governo do presidente Emmanuel Macron e os parlamentares da oposição, apoiados pela maior mobilização sindical dos últimos 12 anos no país, deve chegar a um desfecho a partir de uma dupla votação do texto —primeiro no Senado e, depois, na Câmara, em meio a um cenário de deterioração e sob ameaça de interdição do debate.

No último sábado (11), a proposta já havia sido aprovada por 195 votos a 112 no Senado. A Casa tem maioria conservadora e é dominada pelo partido Republicanos, com o qual Borne negociou concessões, flexibilizando propostas do texto original.

Nesta quarta-feira (15), a reforma foi submetida a uma comissão parlamentar mista. Composto por 7 senadores e 7 deputados, o grupo debateu os pontos do projeto ao longo de nove horas, em reunião a portas fechadas, e chegou a um consenso sobre o texto, que agora segue para votação relâmpago nas duas Casas nesta quinta.

Enquanto a aprovação no Senado é dada como certa, há grande incerteza do governo sobre os votos da Assembleia Nacional, onde mesmo os deputados do Republicanos já declararam voto contrário ou abstenção.

Essa tensão elevou as suspeitas de que a primeira-ministra possa recorrer ao polêmico artigo 49.3 da Constituição francesa, que permite aprovação de projetos de lei apresentados pelo governo mesmo sem a chancela parlamentar. Esse recurso já foi acionado dez vezes por Borne desde o início de seu mandato, sempre diante de impasses nas votações de projetos de lei no campo das finanças públicas, e é considerado um instrumento pouco democrático.

Diante da impopularidade da reforma e dos ânimos acirrados nas ruas e entre deputados, da ultradireita à ultraesquerda parlamentar, paira sobre a votação desta quinta a ameaça de que Borne lance mão do dispositivo que os franceses apelidaram de "número maldito".

Para Bruno Palier, diretor de pesquisas do Instituto de Estudos Políticos de Paris (Science Po), o governo deve escolher entre seguir o trâmite tradicional e recorrer ao artigo 49.3, que permitiria a aprovação sem o voto dos parlamentares, mas reduziria sua legitimidade democrática.

Caso opte pela imposição da nova Previdência aos franceses, a dupla Macron e Borne ainda terá problemas. "O movimento popular de contestação deve continuar, ainda que sem o mesmo grau de mobilização, mas com novos contornos, o que deve incluir maior radicalização, mais bloqueios e até cortes de energia", analisa Palier.

Laurent Berger, secretário-geral da Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT), uma das principais centrais sindicais do país, considera o recurso controverso um "vício democrático". "Que o fim da história seja o [artigo] 49.3 é algo que me parece inacreditável e perigoso", declarou à Radio France.

O sindicalista aponta ainda que o governo se recusa a ouvir os argumentos contrários à reforma. Macron não concedeu, por exemplo, uma audiência às principais lideranças sindicais. Foram elas as responsáveis pela maior mobilização trabalhista da década no país, com uma série de greves e manifestações que paralisaram escolas, transporte público, refinarias e centrais de energia.

Uma das jornadas de protesto, em 7 de fevereiro, levou quase dois milhões de pessoas às ruas de grandes cidades da França. O movimento perdeu força nas adesões, mas cresceu em radicalidade.

Nesta quarta, na oitava jornada de greve e protestos da junta intersindical, confrontos entre policiais e manifestantes ocorreram em Lyon e em Paris, onde os atos concentraram 37 mil pessoas, segundo a polícia, e 450 mil, segundo os sindicatos. De acordo com o Ministério do Interior, os atos desta quarta reuniram 480 mil pessoas, contra 1,7 milhão, na contagem das uniões sindicais.

Nas ruas da capital francesa, ao redor das duas Câmaras legislativas onde o destino da reforma será selado, mais de sete toneladas de lixo se acumulam há 12 dias desde o início da paralisação dos garis. Para completar o cenário de conflitos sociais em Paris, houve quebra-quebra de lojas durante os protestos desta quarta, com ao menos 22 manifestantes presos.

Além de elevar a idade mínima para aposentadoria de 62 para 64 anos até 2030 e de prolongar os anos de contribuição dos franceses para acesso à pensão integral, de 42 para 43 anos, já a partir de 2027, a reformulação também mexe nos chamados regimes especiais —aqueles dedicados a atividades consideradas mais penosas, como as de garis, bombeiros, policiais e enfermeiros, que podem se aposentar antes das demais categorias, teriam a idade mínima elevada de 57 para 59 anos.

A crise sanitária gerou também uma crise política paralela. Prefeita da capital francesa, a socialista Anne Hidalgo tem sido apontada como negligente em remediar a situação com vistas a desestabilizar o governo num momento crítico do trâmite da reforma, considerada peça central da agenda reformista de Macron.

O governo argumenta que a medida é fundamental para evitar o colapso do sistema previdenciário e aponta que a aprovação deve gerar economia de € 18 bilhões (R$ 100 bilhões) até 2030. Mas a resistência à reforma é um caso raro que foi capaz de unir a ultradireita, representada pelo Reunião Nacional, de Marine Le Pen, às siglas de ultraesquerda, como o França Insubmissa, de Jean-Luc Mélenchon.

A tábua de salvação do governo tem sido buscar apoio entre os Republicanos, decisivos nas votações desta quinta. Membro do partido, a senadora Brigitte Micouleau explica que sua sigla geralmente não vota a favor dos projetos de Macron por não considerá-lo parte da direita tradicional francesa. "Mas o Republicanos, que há tempos defende a necessidade de uma reforma deste tipo na França, avaliou que seria uma hipocrisia deixar de apoiar o projeto apenas marcar oposição ao governo", diz.

Ciente do apelo deste argumento, Borne declarou à Assembleia Nacional na terça (14) que o voto a favor da proposta "não é um voto de apoio ao governo". Tampouco é possível afirmar que o sim à reforma represente bem os franceses. Segundo o instituto de pesquisa Ifop, enquanto o projeto do então presidente Nicolas Sarkozy em 2010 foi avaliado como "aceitável" por 53% dos franceses, o texto de Borne e Macron alcança apenas 23% de aceitação.

Manifestante usa guarda-chuva para se proteger de granadas de gás lacrimogêneo lançadas pela polícia em Nantes, na França Loic Venance/AFP

Presidente de Israel propõe opção a plano polêmico de Netanyahu

BELO HORIZONTE O presidente de Israel, Isaac Herzog, anunciou nesta quarta (15) uma alternativa à reforma judiciária proposta pela coalizão ultradireitista do primeiro-ministro Binyamin Netanyahu, projeto de lei que desencadeou protestos e greves no país há dez semanas. A opção já foi rejeitada pelo premiê, e seus aliados classificaram a iniciativa de "inaceitável".

Segundo Herzog, seu papel enquanto mediador busca evitar o que vê como o limiar de um conflito interno. "Uma guerra civil é uma linha vermelha", disse. "Eu não vou permitir que isso aconteça, a qualquer custo."

A tensão em Israel se intensifica na medida em que a reforma de Netanyahu avança no Knesset, o Parlamento israelense. Críticos ao projeto argumentam que ele ameaça a autonomia do sistema Judiciário no país, inclusive aumentando a influência do governo na seleção de juízes, ao passo que amplia o poder do Legislativo —e do próprio premiê.

A reforma permitiria, por exemplo, que o Parlamento derrubasse decisões da Suprema Corte por meio de votações com maioria simples. Ela também impede que a Justiça revise os projetos de lei do país, mesmo nos casos em que eles contrariem as Leis Básicas de Israel —que funcionam como balizadores num país sem Carta Magna escrita.

Apesar das preocupações com a crise na sociedade israelense, Herzog disse acreditar ser possível valer-se do momento para definir as bases de uma Constituição. "Estamos em uma encruzilhada", ele afirma. "Uma crise histórica ou um momento constitucional definidor".

A alternativa proposta por Herzog prevê que nenhum juiz seria nomeado sem a contribuição de outro Poder. A Comissão de Seleção Judicial seria formada por membros do governo, da coalizão, do próprio Judiciário e da oposição. Nesse modelo, as nomeações para a Suprema Corte exigiriam uma maioria de sete dos 11 membros da comissão, incluindo votos de quatro mulheres e de um membro árabe.

Entretanto, o papel do presidente israelense é meramente cerimonial, e ele não confirmou ter o apoio dos legisladores. Netanyahu afirmou que o texto não foi combinado com a coalizão. "Os elementos centrais da proposta que ele fez apenas perpetuam a situação existente e não trazem o equilíbrio necessário entre os Poderes", disse o premiê.

O ministro das Comunicações, Shlomo Karhi, criticou a proposta de Herzog antes mesmo de ela ser oficialmente divulgada. "Senhor presidente, a 'reforma do povo' [como o projeto está sendo chamado] foi definida há exatos quatro meses", escreveu no Twitter, referindo-se ao pleito que elegeu o atual premiê. A ministra dos Transportes, Miri Regev, disse que a proposta "insulta a inteligência da população" e vai contra a soberania da nação. Líderes da coalizão a classificam de "parcial, tendenciosa e inaceitável".

> Uma guerra civil é uma linha vermelha. Eu não vou permitir que isso aconteça, a qualquer custo
>
> **Isaac Herzog**
> presidente de Israel

Por outro lado, o governador do Banco de Israel, Amir Yaron, instou o governo a manter a independência do sistema judicial, alertando para as "enormes implicações" da reforma. Em entrevista à CNN, ele diz temer um aumento nas taxas de inflação.

Netanyahu, que detém maioria parlamentar junto a seus aliados religiosos e nacionalistas da coalizão, diz que o objetivo da reforma é promover equilíbrio entre os Poderes.

Com Reuters

Mãe de Raynéia, morta na Nicarágua, cobra ação de Lula

MPF inicia processo de cooperação internacional sobre crime ocorrido em 2018

Mayara Paixão

SÃO PAULO Há cinco anos, a pernambucana Maria José da Costa, 60, enfermeira aposentada, viu a vida virar do avesso com a morte da filha, Raynéia Gabrielle Lima, assassinada em Manágua, na Nicarágua.

Desde então, ela vive uma rotina que inclui falar com advogados e ativistas em busca de justiça. "Eu já movi o mundo", conta à **Folha**, por telefone, de sua casa em Caruaru, onde vive com seis cachorros que tirou da rua —Raynéia almejava abrir um abrigo para animais, e a mãe, da maneira que conseguiu, coloca de pé o desejo da filha única.

Raynéia foi morta a tiros no ápice dos atos contra a ditadura de Daniel Ortega e Rosario Murillo, a dupla de sandinistas que, a despeito de ter combatido um regime autoritário no final dos anos 1970, ergueu na última década um sistema repressor e autocrático.

Maria José afirma não ter recebido do Estado ajuda para esclarecer as circunstâncias da morte da filha, e pessoas familiarizadas apontam inércia das instituições brasileiras.

Mas, sob o governo Lula 3, a mãe de Raynéia diz ver uma esperança. Ainda que o governo tenha tardado a adotar postura crítica em relação a Ortega, Maria José se fia à defesa dos direitos humanos, bandeira da atual gestão, para acreditar que algo possa mudar.

O caso de Raynéia é analisado pelo Ministério Público Federal (MPF), que há um ano abriu investigação criminal. Há cerca de dez dias, conforme a reportagem apurou, o órgão deu início a um processo de cooperação internacional e deve pedir à Nicarágua acesso a documentos e informações sobre o caso, que corre em sigilo.

A brasileira, uma estudante de medicina, não era uma manifestante anti-Ortega. Foi assassinada quando dirigia em um bairro nobre de Manágua. Poucos dias depois da morte, um segurança privado assumiu a autoria do crime, mas a família e pessoas envolvidas afirmam se tratar de um bode expiatório para encobrir a participação de paramilitares aliados do regime.

Pierson Gutiérrez Solís, o assassino confesso, foi julgado e condenado a 15 anos de prisão, em um processo ao qual a família de Raynéia não teve acesso. Mas um ano após ser preso, ele foi beneficiado por uma lei de anistia, mecanismo aprovado pelo Legislativo alinhado a Ortega, que deixou impunes atores responsáveis pela repressão no ano de 2018.

Maria José com a cadela Ariel Adolfo Santos Sonteria - 1º.nov.18/Folhapress

Para especialistas em direito internacional e interlocutores do Itamaraty, a ação do MPF pode ter relevância simbólica, mas será provavelmente infrutífera do ponto de vista prático. A depender de futuros desdobramentos, a iniciativa encontra respaldo na lei para analisar crimes cometidos por um estrangeiro, como Solís, contra um cidadão brasileiro. Mas há entraves para casos em que a pena já foi cumprida ou extinta, como ocorreu com o nicaraguense.

Quero que os verdadeiros responsáveis sejam punidos, mas não posso contar com nada da Nicarágua

Maria José da Costa
mãe de Raynéia

O desenrolar do processo mostra como tentativas de diálogo com Manágua já foram frustradas. Uma das portarias do caso indica que a Secretaria de Cooperação Internacional da Procuradoria-Geral da República (PGR) relatou "insucesso nas tentativas de obtenção de informações sobre o caso com o ponto de contato da Nicarágua".

Assim, a expectativa em relação ao caso da brasileira, um elo entre Brasília e o regime centro-americano, mora em uma ação que corre a milhares de quilômetros, na CIDH, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, baseada em Washington, nos EUA.

Em outubro passado, esse braço da OEA (Organização dos Estados Americanos) acolheu uma petição apresentada por Maria José para avaliar o caso de Raynéia, em uma ação que acusa o Estado da Nicarágua de não ter investigado o caso de maneira adequada.

A panamenha Esmeralda Trotiño, comissária responsável pelo caso na CIDH, disse à **Folha** que ele já foi avaliado e que a comissão prepara um informe final a ser revelado em breve. Ela afirma que o caso de Raynéia só pode ser compreendido junto ao contexto de repressão do regime. "Trata-se de um regime de terror, que quer acabar com todos os direitos de liberdade de expressão. É uma ditadura com nível inimaginável de controle da vida dos cidadãos."

A diplomacia brasileira, quando instada, tem se manifestado de maneira crítica ao fato de Solís ter sido anistiado.

As denúncias internacionais contra a ditadura de Ortega-Murillo se multiplicam. Há duas semanas, um relatório da ONU disse ter identificado ao menos 40 casos de execuções extrajudiciais praticadas por policiais ou paramilitares ligados ao regime em 2018. No material, o Conselho de Direitos Humanos recomenda que os Estados iniciem processos legais contra indivíduos responsáveis por abusos de direitos humanos e outros crimes na Nicarágua.

Para Paulo Abrão, professor visitante da Universidade Brown e ex-secretário executivo da CIDH, o chamado dos especialistas deveria ser ecoado no Brasil. "Havendo uma vítima brasileira, o Estado estaria habilitado para abrir uma investigação sobre as responsabilidades penais dos autores materiais e intelectuais desse assassinato, uma vez que o Estado de origem não adorou medidas para isso."

A reportagem entrou em contato com a embaixada da Nicarágua no Brasil na manhã da última sexta-feira (10), por email e por telefone, mas não obteve um posicionamento até a conclusão desta edição.

Enquanto isso, Maria José segue à espera de respostas. "Quero que os verdadeiros responsáveis sejam punidos, mas não posso contar com nada da Nicarágua."

Brasil é fundamental para isolar Ortega, diz dissidente expulsa

ENTREVISTA
DORA MARÍA TELLEZ

Thiago Amâncio

WASHINGTON As ressalvas apontadas pelo Brasil em relação à ditadura de Daniel Ortega na Nicarágua são fundamentais para pressionar o regime. Mesmo que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não seja enfático na crítica ao líder do país centro-americano, a mudança de postura expressa no Conselho de Direitos Humanos da ONU na última semana completa o isolamento de Ortega na região e aumenta a pressão pelo fim da ditadura.

É o que diz a ex-guerrilheira Dora María Tellez, 67, que lutou ao lado de Ortega contra a ditadura dos Somoza, quando ficou conhecida como "Comandante Dois", e foi ministra da Saúde, antes de romper com ele em 1995.

Presa em 2021 após a escalada autoritária do regime, foi solta e expulsa do país em fevereiro para os Estados Unidos, onde teve a nacionalidade de nicaraguense revogada.

Ela mora hoje na Geórgia, cuida dos trâmites para decidir onde vai viver e trabalhar, e diz que pretende voltar à Nicarágua assim que o regime cair, o que só acontecerá com pressão internacional.

Criticado por não condenar de maneira veemente o regime de Ortega, o governo Lula fez no último dia 7 um discurso mais duro contra Ortega na ONU, em que citou "sérias violações de direitos humanos e restrições no espaço democrático, em especial execuções sumárias, detenções arbitrárias e tortura contra dissidentes políticos." Também se dispôs a receber dissidentes expulsos do país.

*

Como vê o regime Ortega hoje? Totalmente isolado. Sobretudo com os últimos enfrentamentos com a Igreja Católica [o regime Ortega suspendeu as relações com o Vaticano]. A Igreja não tem respondido, com exceção do que o papa disse [chamou o regime de ditadura e Ortega de desequilibrado] porque acredito que sua paciência já esgotou.

Temos bispos presos, padres e freiras exilados à força, padres expulsos e desnacionalizados, pessoas cujos bens foram confiscados. É um regime sem suporte social nem político além de suas próprias fileiras de seguidores, que nem sequer cobrem todo o partido Frente Sandinista.

O Brasil disse no Conselho de Direitos Humanos da ONU que vai acolher cidadãos expulsos do país. Como recebeu essa notícia? A declaração foi contundente e reconheceu que há violações aos direitos humanos na Nicarágua, execuções sumárias, presos políticos, que não há liberdade, e isso me parece uma coisa extremamente importante.

O Brasil dizer que está disposto a receber nicaraguenses que foram desnacionalizados e que estão sendo basicamente expulsos do país é um elemento-chave e envia uma mensagem para o regime, que completa seu isolamento. A posição do Brasil era necessária dentro do contexto da América Latina, e o pronunciamento do Conselho reuniu evidências as gravíssimas do que está acontecendo na Nicarágua.

Dora María Tellez, 67
Ex-guerrilheira, participou da Revolução Sandinista ao lado de Daniel Ortega. Chegou a ser ministra da Saúde, mas rompeu com a Frente Sandinista em 1995. Foi presa em 2021. Em fevereiro deste ano, foi liberta e expulsa do país, quando teve sua nacionalidade revogada

Mas Lula não condena de maneira clara o regime, como fizeram outros aliados da esquerda, como Gustavo Boric no Chile e Gustavo Petro na Colômbia. E alas do PT defendem o regime de Ortega. A posição expressa na ONU foi contundente por parte do governo Lula. A declaração pessoal do presidente é importante, evidentemente, mas o fundamental segue sendo a posição institucional da chancelaria do Brasil e, portanto, do governo Lula, que foi contundente.

Que Lula se cale e não emita uma declaração pessoal são diferenças para outros presidentes, mas cada um tem uma maneira de se expressar, e creio que o essencial é que o Brasil não ficou em silêncio sobre a situação da Nicarágua.

O que saiu mal na Nicarágua para que as coisas chegassem a esse ponto? Após uma revolução, as coisas nem sempre saem como se quer. A Frente Sandinista nunca se comprometeu com os processos democráticos, isso resultou no controle de Ortega, no fim do partido como tal e no estabelecimento de uma ditadura.

Qual a saída? A única maneira é se tivermos o compromisso com a luta cívica. Os direitos e a liberdade na Nicarágua devem ser restabelecidos, deve haver eleições limpas, transparentes, justas e competitivas. Não vamos derrubar o regime pela via armada.

Como está sua vida hoje? Quer voltar à Nicarágua? Vou voltar, evidentemente. Não sei quando, mas é meu país porque vão se estabelecer nossas liberdades em algum momento. Estou regularizando meu visto humanitário. Estou na Geórgia, mas preciso resolver onde vou ficar e com o que vou trabalhar para me sustentar.

EXPLOSÃO EM MINA NA COLÔMBIA DEIXA AO MENOS 11 MORTOS

Pelo menos 11 pessoas morreram em uma explosão causada por acúmulo de gases dentro de uma mina de carvão na cidade de Sutatausa, na Colômbia. Outros dez trabalhadores ficaram presos abaixo da terra. A explosão ocorreu na noite desta terça-feira (14) e foi divulgada pelo governador do departamento de Cundinamarca nesta quarta (15). Segundo Nicola Garcia, os mineiros presos estão a 900 metros de profundidade, o que dificulta as buscas. "Cada minuto que passa é menos tempo de oxigênio", disse o governador à Blu Radio, lamentando que será "muito difícil" encontrar os trabalhadores com vida. O acidente aconteceu na área rural de Sutatausa, a 75 quilômetros ao norte de Bogotá. Na foto, socorristas descansam durante a operação de resgate.

Luisa Gonzalez/Reuters

É a estupidez, estúpido

Derrotados voltam aos palanques dos EUA com desculpa de eleição roubada

Lúcia Guimarães
É jornalista e vive em Nova York desde 1985. Foi correspondente da TV Globo, da TV Cultura e do canal GNT, além de colunista dos jornais O Estado de S. Paulo e O Globo

Como parece distante o ano de 1992, quando o slogan "é a economia, estúpido" transportou Bill Clinton na campanha que matou o sonho de reeleição de George Bush pai.

Hoje, o triunfo almejado pela ultradireita americana —e a que a imita em Pindorama— parece ser apenas a estupidez cristalina. Os EUA caminham para o ano eleitoral de 2024 com um apetite para repetir farsa como farsa. Candidatos grotescos derrotados em 2022 voltam aos palanques, com a desculpa de que qualquer eleição perdida é uma eleição roubada.

O líder da minoria republicana no Senado, Mitch McConnell, culpou o desempenho decepcionante de seu partido em novembro passado pela "qualidade dos candidatos", um eufemismo para a variedade de lunáticos, sociopatas e semianalfabetos reunidos sob o guarda-chuva trumpista.

Um garoto propaganda desta manada de desajustados é Doug Mastriano, fragorosamente derrotado candidato ao governo da Pensilvânia, um violento racista que até republicanos qualificaram como desastroso.

No transe do culto a políticos como Mastriano, que marcou sua volta com um comício no último fim de semana, é o establishment republicano que precisa se adaptar aos agentes do caos, não os renegados que devem seguir um consenso partidário.

Neste ambiente de karaokê entoando os refrões do fim da cadeia alimentar, Nikki Haley, a outrora vista como consistente ex-governadora da Carolina do Sul e ex-embaixadora dos EUA na ONU, usou uma das primeiras vitrines como pré-candidata à Presidência para afirmar que "wokeness" —um clichê vazio de propaganda antiesquerda— é mais grave do que qualquer pandemia. Isto no país em que mais de 1 milhão de vidas foram perdidas para a Covid-19.

Há uma diferença entre malvados com intelecto, como Mitch McConnell, que não hesita em promover a liquidação da democracia para se manter no poder, e beócios como Mastriano, que atraem nichos de apoio, mas com poucas chances de se eleger. Eles ganham até quando perdem.

O financiamento de campanha nos EUA é um laranjal para dar inveja a gângsteres profissionais. Entre Super PACs (abreviação de Comitês de Ação Política, em inglês), capazes de atrair doações anônimas prodigiosas de organizações sem fins lucrativos e empresas que não revelam seus doadores, candidatos azarões, sob a raramente cumprida regra de não se comunicar com estes grupos, tornam-se veículos do esquema que equivale a lavagem de dinheiro.

O americano filho de brasileiros e mentiroso serial George Santos é um exemplo típico. Depois de derrotado em 2020, ele entrou na campanha para deputado em 2022 ainda como uma piada entre líderes do partido em Nova York, antes de um redesenho de seu distrito eleitoral que o tornou um candidato competitivo.

Mas atraiu quase US$ 3 milhões em doações, uma quantia surpreendente que serviu para alimentar fornecedores e outras campanhas, num emaranhado altamente suspeito e, pelo ritmo de múltiplas investigações em curso, possivelmente criminoso.

Sem chance de se reeleger em 2024, Santos acaba de registrar documentos para uma possível nova campanha que permita a ele continuar a levantar fundos, um esforço evidente de pagar os custos de se defender na Justiça. Ele imita a patifaria de seu ídolo Donald Trump, que paga um exército de advogados com dinheiro doado por otários.

| DOM. Sylvia Colombo | SEG. David Wiswell | QUI. Lúcia Guimarães | **SÁB. Igor Patrick**

Senadores dos EUA discutem papel da China no Brasil

Parlamentares americanos cobram Lula sobre Ucrânia e criticam decisão de receber navios do Irã

Thiago Amâncio

WASHINGTON A menos de duas semanas da viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à China, senadores dos EUA questionaram autoridades do governo Joe Biden sobre a dependência do Brasil em relação a Pequim e como evitar o aprofundamento da influência chinesa na região.

Em audiência no Comitê de Relações Exteriores do Senado nesta quarta-feira (15), senadores receberam Brian Nichols, secretário-assistente de Estado para Hemisfério Ocidental, e Richard Duke, vice-enviado especial para o Clima, em audiência em que discutiram o estado das relações diplomáticas entre Brasil e EUA. Os parlamentares também questionaram a falta de firmeza do governo brasileiro em condenar a Rússia na Guerra da Ucrânia e discutiram a decisão de Lula de receber navios iranianos alvos de sanção.

A preocupação com a influência da China, principal adversária dos EUA hoje, foi compartilhada tanto por senadores democratas quanto por republicanos e expressada também por autoridades do governo Biden. Lula chegará no próximo dia 26 em Pequim para uma viagem de cinco dias. Em fevereiro, o presidente viajou a Washington para se encontrar com seu homólogo americano na Casa Branca.

"A China é hoje o maior parceiro comercial do Brasil e o maior mercado para muitas das commodities brasileiras. Também é o maior investidor em projetos de infraestrutura. A China investiu em construir fortes relações com legisladores e outros líderes brasileiros. Há uma forte base pró-China no país", disse Duke, assistente de John Kerry, ex-secretário de Estado que esteve no Brasil recentemente.

A expansão da influência chinesa na América Latina é uma forte preocupação da política externa americana, sobretudo pela chamada Nova Rota da Seda, iniciativa de financiamento de projetos de infraestrutura em outras nações. O Brasil oficialmente não faz parte do projeto chinês, mas ainda assim recebe cerca de metade do investimento de Pequim na região.

Um senador republicano, Pete Ricketts, recorreu à Doutrina Monroe, que estabelece que os EUA devem dominar a zona de influência política nas Américas, lembrando que ela "tem sido o pilar da política externa americana há dois séculos, alertando potências contra a interferência no Hemisfério Ocidental". Segundo ele, Washington tem "permitido que a China acesse extensivamente" os mercados na região.

O governo Biden também foi cobrado a aumentar a pressão sobre o Brasil para condenar Moscou na Guerra da Ucrânia. "A verdade é que o Brasil não tem apoiado muito as sanções contra a Rússia", disse o senador democrata Ben Cardin. O republicano Ricketts lembrou do pleito do Brasil de se tornar um membro permanente no Conselho de Segurança da ONU e questionou a "falta de apoio à integridade territorial da Ucrânia", bem como a recusa em enviar armamento à Alemanha.

Outro ponto de questionamento foi a decisão do Brasil de receber navios iranianos, descrita por Nichols como "profundamente decepcionante", ainda que reconhecida como uma decisão soberana do país. Os senadores pressionaram por consequências ao Brasil. "Já aplicamos sanções antes por fazerem coisas assim [receber embarcações alvos de sanções]", afirmou o republicano Jim Risch.

O presidente do Comitê de Relações Exteriores, o democrata Robert Menendez, aproveitou para questionar a presença de Jair Bolsonaro nos EUA. "Bolsonaro está nos EUA desde dezembro [...] e continua a espalhar desinformação sobre as eleições do Brasil", disse. Menendez questionou o governo sobre uma possível extradição, mas não teve resposta.

ASSAD ENCONTRA PUTIN NO KREMLIN
No dia em que a Guerra Civil na Síria completa 12 anos, o ditador Bashar al-Assad reuniu-se com o presidente Vladimir Putin, um de seus poucos aliados, em Moscou. Assad reiterou apoio à Rússia na Guerra da Ucrânia Vladimir Gerdo/Sputnik/Reuters

Moscou e Washington trocam acusações sobre drone caído no mar Negro, mas abafam crise

GUERRA DA UCRÂNIA

Igor Gielow

SÃO PAULO Rússia e Estados Unidos trocaram acusações acerca do incidente em que um drone americano caiu no mar Negro após ser interceptado por caças de Moscou, mas ambos os países trabalharam ao longo desta quarta-feira (15) para buscar evitar uma escalada da crise.

Em uma série de falas que culminou em um telefonema entre o secretário Lloyd Austin (Defesa) e seu par russo, o ministro Serguei Choigu, as potências nucleares mantiveram suas posições básicas sobre o incidente, o mais grave encontro de aeronaves russas e ocidentais desde o início da Guerra da Ucrânia.

Mas tomaram cuidado para evitar o ocorrido entre EUA e China no mês passado, quando a derrubada de um balão de Pequim acusado de espionagem sobre território americano gerou grande atrito entre os rivais —os chineses são os principais aliados dos russos.

Na manhã da terça (14), dois caças russos interceptaram um drone de reconhecimento e ataque MQ-9 Reaper no mar Negro. Moscou disse que o aparelho havia violado o espaço aéreo delimitado pelos russos desde o começo da guerra, em fevereiro de 2022, como restrito. Washington não reconhece essa fronteira.

Segundo o relato americano, um dos Sukhoi Su-27 passou a interferir com o drone, despejando combustível à sua frente e fazendo manobras próximas, quando acabou batendo em sua hélice, levando o aparelho a cair. Os russos negam, dizendo que a queda foi provocada por uma manobra brusca do Reaper.

A advertência principal havia sido feita em comunicado do embaixador russo nos EUA, Anatoli Antonov, na madrugada desta quarta. Ele havia sido convocado pelo Departamento de Estado para dar explicações sobre o episódio. "A atividade militar inaceitável dos EUA perto de nossas fronteiras é motivo de preocupação. Elas recolhem inteligência, que subsequentemente é usada pelo regime de Kiev para atacar nossas Forças Armadas e território", afirmou.

Os americanos moderaram o tom, focando a acusação no que chamaram de antiprofissionalismo da abordagem russa. Insistiram em que o Reaper, um dos cerca de 300 aparelhos de até US$ 30 milhões cada (quase R$ 160 milhões hoje) que operam, estava desarmado e em ação de vigilância.

O porta-voz da Casa Branca, John Kirby, disse que os EUA pediram, na conversa com Antonov, que "os russos fossem mais cuidadosos". Já o principal chefe militar do país, general Mark Milley, disse que a interceptação agressiva foi "proposital e segue um padrão", mas não falou em ataque.

No fim do dia, os chefes da Defesa se falaram por iniciativa americana. Segundo o relato de Moscou, Choigu afirmou que o incidente ocorreu devido ao aumento nas atividades de espionagem dos EUA na região. Isso é "provocativo e cria precondições para uma escalada no mar Negro".

"A Rússia não tem interesse em tal desenrolar, mas irá continuar a responder a todas as provocações de forma proporcional", disse a pasta. Mais cedo, a chancelaria russa criticou os Estados Unidos, mas deu o caso por encerrado.

> "A atividade militar inaceitável dos EUA perto de nossas fronteiras é motivo de preocupação. Elas recolhem inteligência, que subsequentemente é usada pelo regime de Kiev para nos atacar
>
> **Anatoli Antonov**
> embaixador russo nos EUA

A repórteres, Austin disse depois da conversa que reafirmou que suas aeronaves irão "voar onde o direito internacional permitir" e que pediu ao russo "cautela em suas operações". Milley, por sua vez, conversou com seu par em Moscou, Valeri Gerasimov —que é o comandante oficial da guerra.

Em sua fala, Antonov havia desenhado a queixa. "Deixe-nos fazer uma questão retórica: como a Força Aérea e a Marinha dos EUA iriam reagir se um drone de ataque russo aparecesse perto de Nova York ou San Francisco? Parem de fazer surtidas perto das fronteiras russas", afirmou.

O ponto do embaixador é óbvio e correto, embora ignore propositadamente a realidade: as fronteiras de atrito entre a Rússia e o Ocidente ficam em torno da antiga esfera soviética: mares Negro e Báltico, Pacífico Ocidental, por exemplo. E, se não têm nenhum drone perto da costa leste americana, os russos voam suas próprias patrulhas de reconhecimento, quando não apenas para testar a velocidade de reação dos adversários, particularmente no norte da Europa.

Por evidente, o risco desses cenários é o de uma escalada não intencional em um cenário conturbado, exatamente o que há hoje entre Moscou e Washington.

Ação do Credit Suisse cai 25% em meio a crise de confiança e afeta mercados

Banco central da Suíça vai emprestar US$ 53,7 bilhões à instituição para fortalecer sua liquidez

Renato Carvalho

SÃO PAULO As ações do banco Credit Suisse caíram quase 25% nesta quarta-feira (15) na Bolsa de Zurique em meio a uma crise de confiança de investidores, num ambiente que já vinha tenso nos mercados mundiais nos últimos dias com a quebra do americano SVB (Silicon Valley Bank).

A queda contaminou os principais índices europeus, que fecharam com fortes perdas nesta quarta.

No fim do dia , o Swiss National Bank (SNB, o banco central suíço) afirmou que poderia ajudar o Credit, o que reduziu as perdas nos mercados. Já na madrugada europeia, o Credit anunciou que vai tomar um empréstimo equivalente a US$ 53,7 bilhões (R$ 284 bilhões) no SNB para fortalecer sua liquidez.

A preocupação se estende para além da Suíça, e o Tesouro americano, já pressionado pela turbulência desencadeada pela falência do SVB, declarou que estava "vigiando a situação e em contato com seus homólogos internacionais".

O Credit está em dificuldades há dois anos, após a falência da empresa financeira britânica Greensill, que marcou o início de uma série de escândalos que enfraqueceram sua imagem no mercado. Em 2022, enfrentando problemas de liquidez em seus ativos, houve uma série de boatos que levaram a uma corrida dos correntistas para sacar seus recursos.

Desde março de 2021, a ação perdeu mais de 83% de seu valor. Alguns acionistas acabaram jogando a toalha, como a empresa de investimentos americana Harris Associates, que era um acionista relevante e revelou, na semana passada, ter vendido toda a sua participação.

Na terça (14), relatório do Credit Suisse indicou distorções em suas demonstrações financeiras. A situação se agravou nesta quarta, após um de seus principais investidores declarar que não poderia fornecer apoio financeiro ao banco suíço por travas regulatórias. "Não podemos [socorrer o banco financeiramente], porque iríamos acima de 10%. É uma questão regulatória", disse Ammar Al Khudairy, presidente do conselho de administração do Saudi National Bank, banco saudita que adquiriu no ano passado uma fatia de quase 10% do Credit Suisse.

Fachada de agência do Credit Suisse em Vevey, Suíça; instituição com sede em Zurique foi fundada em 1856 Fabrice Coffrini/AFP

Os sauditas têm hoje 9,8% do banco suíço. "Se passarmos de 10%, uma série de novas regras entra em vigor."

A declaração fez os papéis do Credit Suisse caírem mais de 30% pela manhã. À tarde, chegaram a ensaiar uma recuperação, mas a situação voltou a piorar, apesar das tentativas de tranquilizar os investidores, que já vinham de dias tensos com a crise do setor bancário nos EUA.

A crise contaminou os mercados europeus, especialmente o setor bancário. A Bolsa de Paris perdeu 3,58%; a de Frankfurt, 3,27%; e a de Londres, 3,83%. Já a de Milão recuou 4,61%, e a de Madri, 4,37%. O Índice do Setor Bancário Europeu (Stoxx 600 Banks) caiu quase 7%.

Os efeitos na Bolsa brasileira e em Nova York foram sentidos mais na parte da manhã. À tarde, houve uma recuperação, mas os índices fecharam, na sua maioria, em baixa.

O Dow Jones fechou em baixa de 0,87%, e o S&P 500 caiu 0,70%. O índice Nasdaq encerrou em alta de 0,05%.

O presidente do Credit Suisse, Axel Lehmann, descartou eventual ajuda governamental. "Não é um tema", afirmou ele durante conferência do setor bancário na Arábia Saudita. "Temos índices financeiros sólidos, um balanço sólido." Mais tarde, no entanto, o banco anunciou que tomou empréstimo no SNB.

Abalado por vários escândalos, o Credit Suisse registrou um prejuízo líquido de quase 7,3 bilhões de francos suíços (US$ 7,9 bilhões) em 2022.

Esse foi o pior resultado de um banco suíço desde a crise financeira de 2008, quando a instituição registrou prejuízo superior a 8 bilhões de francos. O dado acendeu um alerta no mercado, já que o banco tem enfrentado problemas de imagem desde o ano passado.

"Parece que cada vez mais investidores estão olhando para o CS [Credit Suisse] como o próximo dominó mais provável de cair", disse Neil Wilson, analista da Finalto. Mas "é realmente grande demais para quebrar", acrescentou.

O banco conseguiu levantar mais de US$ 4 bilhões, com ajuda do banco central suíço, e acalmou momentaneamente os investidores.

Diferentemente do americano SVB, uma instituição de nicho, voltada à startups, o Credit é um dos 30 bancos internacionais considerados "grandes demais" para quebrar, o que também resulta em regras mais rígidas para resistir aos momentos mais turbulentos.

Para Lucas Martins, especialista em renda variável da Blue3 Investimentos, há ainda um potencial efeito colateral dessa ajuda dos bancos centrais para salvar instituições como o Credit Suisse e o SVB.

"Se for necessário injetar dinheiro em grandes bancos, haverá uma pressão inflacionária. A partir daí, as autoridades monetárias teriam que aumentar os juros ainda mais. Isso enfraqueceria o mercado de ações em todo o mundo."

Os sauditas se tornaram os maiores acionistas do Credit Suisse durante um aumento de capital lançado em novembro para financiar uma grande reestruturação da entidade.

A lei suíça prevê que as pessoas físicas e jurídicas que detenham, direta ou indiretamente, ao menos 10% do capital, ou do direito de voto, de um banco devem dar "a garantia de que sua influência não é suscetível de ser exercida em detrimento de gestão prudente e sã" do estabelecimento.

Superar esse limite de 10% no segundo maior banco suíço pode causar alvoroço no país, depois que seus acionistas já viram sua participação se reduzir após o aumento de capital, e assistem à queda de seu valor.

Com AFP e Reuters

Desempenho de ações de grandes bancos europeus e americanos nesta quarta-feira
Variação no dia

* Ação do banco na Bolsa de Madri
Fonte: MarketWatch

Expectativa com regra fiscal impede queda maior em SP

SÃO PAULO Mesmo com o impacto da crise enfrentada pelo Credit Suisse nos mercados globais, a Bolsa brasileira ganhou um fôlego à tarde e fechou em queda mais moderada que o ritmo visto pela manhã.

O índice chegou a atingir o patamar de 100 mil pontos, o pior registrado desde julho de 2022. Mas a notícia de que o novo arcabouço fiscal já foi entregue para ao Planalto deixou os investidores locais menos pessimistas.

O Ibovespa fechou em baixa de 0,25%, a 102.675 pontos. Na mínima do dia, o índice bateu em 100.692 pontos. O dólar comercial à vista subiu 0,72%, a R$ 5,294. O câmbio é mais influenciado pelo noticiário envolvendo o Credit Suisse, e segue a tendência global. Mas na máxima do dia, a moeda chegou a R$ 5,32.

Os juros apresentaram baixas moderadas, com a percepção de que as políticas monetárias nos Estados Unidos e na Europa podem mudar, caso a crise bancária se prolongue e comece a ter efeitos na atividade econômica.

Nos contratos com vencimento em janeiro de 2024, a taxa recuou dos 13,05% do fechamento desta terça-feira (14) para 12,97% ao ano. Para janeiro de 2025, os juros caíram de 12,22% para 12,06%. Para janeiro de 2027, a taxa caiu de 12,58% para 12,51%.

Leia mais nas págs. A18 e A20 e na coluna de Vinicius Torres Freire, na pág. A23

Entenda a crise no Credit Suisse

O QUE ACONTECEU?

- Uma **crise de confiança** dos investidores em relação ao banco Credit Suisse começou na terça-feira (14), após relatório divulgado pelo banco indicar **distorções** em suas **demonstrações financeiras**

- A auditoria PwC incluiu no relatório anual do Credit Suisse uma "opinião adversa sobre a eficácia do controle interno do grupo sobre relatórios financeiros"

- As notícias sobre o banco vêm em um momento de **fragilidade para o setor bancário global**, na esteira da **quebra do SVB** (Silicon Valley Bank) na semana passada. O banco voltado para o setor de startups foi duramente atingido pelo **aumento dos juros** pelo Fed (Federal Reserve, banco central dos Estados Unidos), que causou prejuízos bilionários para a carteira alocada em títulos de longo prazo do governo americano

- CEO da BlackRock, Larry Fink disse que a quebra do SVB pode não ter sido um evento pontual. Em carta anual endereçada a investidores e executivos, ele diz que ainda é cedo para saber quão generalizado será o dano, mas não descarta um cenário em que a quebra do banco se espalha pelo sistema bancário regional dos EUA, provocando mais falências

POR QUE AS AÇÕES DO CREDIT SUISSE PASSARAM A DESPENCAR NESTA QUARTA (15)?

- As ações caíram quase 30% na manhã desta quarta-feira (15) e encerram os negócios com queda de 24,2%, após um de seus principais **investidores** declarar que **não poderia fornecer apoio** financeiro ao banco suíço por travas regulatórias

- "Não podemos [socorrer o banco financeiramente], porque iríamos acima de 10%. É uma questão regulatória", disse Ammar Al Khudairy, presidente do conselho de administração do Saudi National Bank, banco saudita que adquiriu no ano passado uma fatia de quase 10% do Credit Suisse

- No final da tarde, as perdas diminuíram, após o **banco central da Suíça** sinalizar que forneceria **apoio financeiro** ao banco

QUANDO COMEÇOU A CRISE ATUAL DO BANCO?

- No fim de 2022, o Credit Suisse já havia sido atingido por uma **onda de saques** dos investidores, após sinalizações de que o banco necessitaria de um **aumento de capital** para manter a solidez financeira —em outubro, o Credit Suisse anunciou que planejava levantar 4 bilhões de francos suíços (US$ 4 bilhões) com investidores e cortar milhares de empregos

- Os planos envolvem ainda uma mudança no foco do seu negócio de banco de investimento, que prevê a segregação dessa unidade e a criação do CS First Boston, voltado para trabalhos de consultoria, como fusões e aquisições

- A crise fez com que o banco encerrasse o ano passado com um prejuízo anual de cerca de 7,3 bilhões de francos suíços (US$ 7,9 bilhões, ou R$ 41,3 bilhões).

O RISCO DE CONTÁGIO AFETA OS BANCOS BRASILEIROS?

- Na **Bolsa brasileira**, as ações dos **grandes bancos** oscilaram no campo negativo pela manhã, mas inverteram a tendência ou reduziram substancialmente as perdas no período da tarde. O apoio do BC suíço, bem como a expectativa dos agentes financeiros sobre o novo arcabouço fiscal, contribuíram para o movimento

- Os papéis do Bradesco, que chegaram a cair mais de 1%, fecharam em alta de 1,4%, enquanto os do BB avançaram 0,1%. Já os do Itaú encerram o dia em leve baixa de 0,25%, e os do Santander cederam 0,18%. O Ibovespa terminou os negócios com desvalorização de 0,25%

QUAIS SÃO AS OPERAÇÕES DO CREDIT SUISSE NO BRASIL?

- O Credit Suisse tem atuação principalmente nas áreas de **gestão de fortunas** (wealth management e private banking) e de recursos (asset management), e de bancos de investimento, como operações de crédito, emissão de ações e títulos, abertura de capital (IPO), **fusões e aquisições** de empresas (M&A), corretagem e tesouraria

HÁ RISCO PARA OS CLIENTES BRASILEIROS?

- Analistas dizem ainda ser difícil fazer uma avaliação precisa sobre os impactos que a crise na matriz pode acarretar para a unidade brasileira e para os clientes no país por enquanto, mas têm a avaliação de que as notícias que vêm da Suíça não são positivas para as operações globais do banco

- Segundo Luis Miguel Santacreu, analista de bancos da Austin Rating, o maior impacto que já se materializou em relação ao banco é o relacionado à **imagem** do Credit Suisse, que ficou bastante **arranhada** após o episódio

- "[A crise] deve ter efeitos nos negócios internamente, e claro que vai ter um receio maior dos investidores de transacionar com o Credit Suisse", afirma Santacreu, acrescentando que, em um cenário mais extremo, a depender da evolução dos acontecimentos no exterior, não descarta a possibilidade de o banco vender as operações no país

- A assessoria do Credit Suisse informou que o banco não iria comentar o assunto

Lucas Bombana

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Tsunami

A onda de pedidos de recuperação judicial acelerou em fevereiro elevando o alerta sobre a insolvência das empresas nos país. É o que mostram os novos dados que a Serasa Experian vai divulgar nesta semana. Foram 103 pedidos de recuperação judicial, o que representa uma alta de quase 90% em relação às 55 requisições feitas em fevereiro do ano passado. O crescimento foi mais intenso do que o registrado em janeiro, quando o avanço na comparação anual foi de 37%.

BOLETO A maior preocupação está nas micro e pequenas empresas, que concentram mais da metade dos casos. Na análise por setores, o comércio registrou 36 pedidos, enquanto as empresas de serviço respondem por 33, seguidas por indústrias (21) e setor primário (13). Já o volume de pedidos de falência subiu de 62 em fevereiro de 2022 para 86 no mês passado, também com foco nos negócios de menor porte.

FASE Luiz Rabi, economista da Serasa Experian, afirma que o começo do ano está complicado do ponto de vista da insolvência das empresas. "Em 2022, tivemos um crescimento quase ininterrupto da inadimplência. E a insolvência é a próxima etapa", afirma.

SAQUE O noticiário negativo no cenário global alimentado pelo colapso do SVB e a crise do Credit Suisse eleva o alerta sobre um possível mecanismo de transmissão. Se a crise bancária internacional se agravar, pode haver o risco de uma saída de capital do mercado bancário doméstico.

CALCULADORA "Quando se tem um aumento dos níveis de insolvência e inadimplência, isso faz com que os bancos fiquem mais seletivos na concessão de crédito, o que pode agravar essa situação, principalmente entre as empresas mais endividadas. O crédito fica mais caro ou mais curto e isso pode acarretar um agravamento dessa estatística", afirma Rabi.

BLOQUEIO De acordo com o economista, o acúmulo dessa situação com uma crise bancária no exterior potencializa o problema pelo risco de um choque de oferta, com uma restrição de crédito por parte do concedente.

PORTAS FECHADAS Os ataques no Rio Grande do Norte nos últimos dois dias deixaram o setor do turismo em alerta. Segundo a Abav-RN (associação que representa agências turísticas), houve adiamento de viagens e queda nos atendimentos presenciais. Apesar da insegurança, a expectativa do setor é de volta à normalidade nos próximos dias, de acordo com Michele Pereira, presidente da Abav no estado.

BOLSO A ABBC, associação que representa os bancos de pequeno e médio porte, manifestou preocupação nesta quarta (15) com os efeitos do corte do juro do consignado do INSS sobre as empresas do setor. Segundo a entidade, uma parte do mercado já opera oferecendo crédito com taxas abaixo do teto e com baixa rentabilidade na operação.

DÍVIDA A redução das taxas de 2,14% ao mês para 1,70%, aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Social na segunda (13), deve inviabilizar a concessão de dinheiro, especialmente àqueles que concentram maior risco de inadimplência, segundo a ABBC.

PARCELA "A redução traz riscos à continuidade das suas atuações, o que poderá resultar em concentração de mercado em poucos bancos, prejudicando a concorrência na prestação de serviços ao aposentado", diz a ABBC.

LADEIRA A entidade prevê nova queda nos empréstimos, aprofundando o movimento dos últimos anos. Em 2020, foram repassados R$ 104 bilhões ao público do INSS, caindo para R$ 56 bilhões em 2022.

BUZINA A montadora de ônibus elétricos Higer Bus prepara, até junho, a entrega das primeiras 50 unidades dos veículos Azure A12BR, vendidas a municípios de SP. Segundo a empresa chinesa, outros 150 ônibus chegarão até o fim do ano. Uma unidade do veículo custa em média R$ 2 milhões, segundo estimativas do setor.

SOM NA CAIXA A fabricante dos equipamentos de áudio JBL e Harman Kardon, que vem acompanhando as apreensões pela Receita dos produtos falsificados de suas marcas, afirma que foram mais 100 mil itens apreendidos em 2022. Entre eles, havia 37 mil caixas de som e 15 mil fones.

MOTOR A aquisição da plataforma de venda de automóveis Webmotors pelo marketplace australiano Carsales foi notificada ao Cade nesta quarta (15). O negócio foi anunciado pelo Santander Brasil no início do mês para a venda de uma fatia de 40% por R$ 1,24 bilhão. Com a adição, a australiana passará a ter 70% do site.

com Paulo Ricardo Martins e Diego Felix

INDICADORES

Juros

Fonte: Procon-SP

Contribuição à Previdência

Competência janeiro

Autônomo e facultativo

Valor mín.	R$ 1.302,00	20%	R$ 260,40
Valor máx.	R$ 7.507,49	20%	R$ 1.501,49

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo pode contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 15.fev

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 1.302	5%	R$ 65,10

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.302,00	7,5%
De R$ 1.302,01 até R$ 2.571,29	9%
De R$ 2.571,30 até R$ 3.856,94	12%
De R$ 3.856,95 até R$ 7.507,49	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 17.fev. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

Imposto de Renda

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Empregados domésticos

Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.433,73	Valor, em R$
Empregado	109,50
Empregador	286,71

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 7.fev. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

CEO da BlackRock não descarta efeito dominó após quebra do SVB

Em carta anual a investidores, fundador da maior gestora de recursos do mundo afirma que pode haver mais convulsões no setor financeiro

Thiago Bethônico

SÃO PAULO A quebra do SVB (Silicon Valley Bank) pode não ter sido um evento pontual, e outros dominós ainda correm risco de cair e desencadear uma crise bancária. A possibilidade é levantada por Larry Fink, fundador da BlackRock, a maior gestora de recursos do mundo, com mais de R$ 40 trilhões sob gestão.

Em carta anual endereçada a investidores e CEOs, o executivo diz que ainda é cedo para saber quão generalizado será o dano, mas não descarta um cenário em que a quebra se espalha pelo sistema bancário regional dos EUA, provocando mais falências.

Fink diz que o caso SVB é o preço que está sendo pago por décadas de "dinheiro fácil" e compara os eventos recentes à crise de Poupanças e Empréstimos (S&L, em inglês), quando mais de mil associações financeiras nos EUA quebraram nos anos 1980.

"Ainda não sabemos se as consequências do dinheiro fácil e das mudanças regulatórias se espalharão pelo setor bancário regional dos EUA (semelhante à crise do S&L) com mais convulsões e fechamentos chegando", disse.

Segundo o CEO da BlackRock, desde a crise financeira de 2008, os mercados foram definidos por políticas fiscais e monetárias extraordinariamente agressivas.

Na avaliação dele, esses movimentos fizeram a inflação subir rapidamente para níveis não vistos desde a década de 1980, obrigando o Fed (Federal Reserve) a elevar as taxas de juros.

"Isso [altos juros] é um preço que já estamos pagando por anos de dinheiro fácil —e foi o primeiro dominó a cair."

A questão para Fink é se a quebra do SVB vai provocar um efeito cascata. Ele diz que os bancos inevitavelmente recuarão nos empréstimos, o que levará mais empresas a recorrer ao mercado de capital.

"A resposta regulatória até agora foi rápida, e ações decisivas ajudaram a evitar riscos de contágio. Mas os mercados permanecem no limite."

> **"Ainda não sabemos se as consequências do dinheiro fácil e das mudanças regulatórias se espalharão pelo setor bancário regional dos EUA com mais convulsões e fechamentos chegando"**
>
> **Larry Fink**
> CEO (presidente-executivo) e fundador da BlackRock

Além dos possíveis impactos no mercado financeiro, Fink diz em sua carta que mudanças dramáticas no cenário econômico deverão manter a inflação elevada por mais tempo.

Ele menciona, por exemplo, o impacto da pandemia e da Guerra da Ucrânia na organização da economia global.

Segundo o executivo, os sucessivos choques dos últimos anos remodelaram dramaticamente as cadeias de suprimentos, levando empresas e países a buscar formas de se proteger de tensões geopolíticas.

Uma economia global menos integrada e mais fragmentada, diz Fink, até pode produzir melhores resultados para a segurança nacional —com cadeias de suprimentos mais resilientes e seguras—, mas a curto prazo os efeitos são altamente inflacionários.

"[Essa é uma das razões] pela qual acredito que a inflação persistirá e será mais difícil para os bancos centrais domá-la. Como resultado, creio que é mais provável que a inflação fique perto de 3,5% ou 4% nos próximos anos."

Resposta rápida do governo Biden vai evitar colapso do sistema bancário, diz economista

ENTREVISTA
JUSTIN WOLFERS

Thiago Amâncio

Justin Wolfers
Professor de políticas públicas e economia na Universidade de Michigan, é doutor em economia por Harvard. Escreve para o jornal americano The New York Times e é pesquisador sênior dos think tanks Brookings e Peterson Institute for International Economics.

WASHINGTON A resposta do governo Joe Biden de assegurar todos os depósitos do Sillicon Valley Bank (SVB) vai impedir que a falência do banco seja o gatilho para uma crise financeira sistêmica, diz o economista Justin Wolfers, professor da Universidade de Michigan.

Doutor em economia por Harvard, Wolfers afirma que o colapso ocorreu devido ao afrouxamento que Donald Trump fez em 2018 das políticas implementadas após a crise de 2008 e defende o aumento da regulação do setor.

Lei de 2010 pôs bancos sob a fiscalização de um Conselho de Supervisão para Estabilidade Financeira (FSOC), com função de identificar riscos que possam afetar o mercado e criou uma Agência de Proteção Financeira ao Consumidor (CFPB) para supervisionar o setor de crédito a pessoas físicas.

Em 2018, Trump assinou lei que liberou bancos de médio portes das regras mais rígidas estabelecidas em 2010. Com a flexibilização, somente os bancos com mais de US$ 250 bilhões em ativos ficaram sujeitos às supervisões federais —o que restringiu à época o universo de instituições a menos de dez. Antes, a régua era mais baixa, US$ 50 bilhões.

*

A falência do SVB é o gatilho para uma crise financeira sistêmica? Não. Na teoria, se o governo federal não tivesse feito nada, uma crise poderia ter se espalhado. Mas a resposta do governo federal foi garantir todos os depósitos. Implicitamente, é uma promessa de que, se outro banco falir, os depositantes terão uma restituição integral. Isso muda completamente a probabilidade de novas falências.

A corrida aos bancos acontece quando há a preocupação de que a instituição não terá dinheiro para pagar os depósitos, então tentam limpar as contas enquanto ainda há dinheiro nos cofres. Se você sabe que vai receber seu dinheiro independentemente do que os outros façam, você não precisa mais correr para o banco, e assim os bancos não quebram. É uma resposta muito forte do governo federal que remove o incentivo para outros depositantes retirarem seus fundos mesmo de bancos em dificuldades.

Economistas falam desde o ano passado em recessão nos EUA. Estamos mais perto disso? Não muito. O SVB é um banco que atende apenas um setor da economia, o de tecnologia. É um setor pequeno, predominante em apenas uma parte do país. E todos garantiram seu dinheiro.

Se você pensar na maioria das pessoas na economia, como a vida delas é diferente hoje do que era na sexta-feira [quando o banco faliu]? A resposta é que não muito. Se eu tenho uma fábrica em Ohio, vou produzir tantos carros hoje quanto na semana passada. E, se possuo uma lanchonete em Maryland, vou tentar vender o mesmo número de sanduíches. Isso se deve em grande parte à resposta do governo.

Os dados mostram que a inflação continua resiliente. Os dados não refletem o que aconteceu com o SVB, mas, sim, mostram duas coisas verdadeiras: a inflação ainda é um problema constante e está melhorando lentamente. A recessão não acontece quando a inflação está alta ou baixa, crescente ou decrescente, mas quando estamos produzindo menos, comprando menos, com menos empregos. Os dados até aqui sugerem que a economia cresce bem.

Haverá impacto nos aumentos das taxas de juros? O SVB apostou que as taxas de juros permaneceriam baixas e estavam errados. Quando perderam a aposta, em vez de admitir que perderam, continuaram com os investimentos ou dobraram as apostas, deixaram aumentar as perdas. E você pode dizer "é terrível que esses bancos possam fazer apostas tão grandes e depois o governo federal ter que intervir", e eu concordo com isso. Isso se tornou possível por causa do enfraquecimento da regulamentação bancária que ocorreu em 2018 e, portanto, os grandes bancos não seriam autorizados a correr riscos como o SVB correu. É louca a ideia de permitir que esses bancos de médio porte façam essas coisas especialmente quando é o governo federal que tem que limpar a bagunça.

O governo Trump afrouxou a regulamentação imposta após a crise de 2008. A resposta agora é endurecer as regras? Tenho bastante confiança de que veremos algum tipo de ação regulatória nessa direção. O SVB literalmente não poderia fazer esses investimentos se não fosse a desregulamentação de 2018.

A questão mais ampla é que se nós, os contribuintes, vamos bancar o seguro dos bancos, temos que garantir que eles não possam fazer essas negociações que basicamente são: cara, ganham, coroa, o governo limpa a bagunça. Temos que impedi-los de brincar com isso se somos nós quem arcaremos com as perdas. É por isso que existe a necessidade de maior regulamentação em relação aos investimentos de bancos, ao tamanho deles, ao risco e à facilidade de liquidá-los.

Haddad entrega regra fiscal; Lula diz que proposta sai até a semana que vem

Presidente afirma que intenção é concluir discussão antes de viagem à China, no dia 24

Nathalia Garcia, Marianna Holanda e Idiana Tomazelli

BRASÍLIA O ministro Fernando Haddad (Fazenda) afirmou nesta quarta-feira (15) que a proposta de regra fiscal elaborada pela pasta para substituir o teto de gastos está no Palácio do Planalto. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), por sua vez, afirmou que teve uma primeira conversa com Haddad, mas que ainda não viu a proposta.

Os detalhes devem ser discutidos em reunião de ministros da área econômica e da Casa Civil com Lula nesta sexta (17), segundo Haddad. Inicialmente, a previsão era que esse encontro ocorresse nesta quinta-feira (16), mas não foi possível conciliar as agendas para que isso acontecesse.

O presidente tem viagem marcada para Foz do Iguaçu (PR) e, depois, participa de uma solenidade em Brasília.

"Ele [Lula] marcou [para] depois de amanhã, portanto, a reunião para que os detalhes sejam apresentados. Eu já conversei ontem [terça, 14] com ele sobre o assunto. Entreguei para o vice-presidente [Geraldo Alckmin] e falei com ele [Lula] que entreguei para o Alckmin e expliquei mais ou menos em linhas gerais", disse Haddad na noite desta quarta.

"Mas ele [Lula], obviamente, depois de amanhã vai saber os detalhes todos para validar os parâmetros, validar o desenho, para que possa autorizar a redação do projeto de lei complementar que vai para o Congresso."

Horas antes, o presidente afirmou a jornalistas que não poderia fazer comentários sobre a proposta de novo arcabouço fiscal porque não havia visto os detalhes. Ele disse que chegou a ter uma primeira conversa com o ministro e que o formato final da regra será definido antes de sua viagem à China, no dia 24.

"Quando eu vir [a proposta], terei o maior prazer de conversar com você e contar tudo que vai ser colocado no arcabouço. Mas ainda não vi. Tive uma primeira conversa com Haddad, ele ficou de aprontar e, quando ele aprontar, vou ver. Assim que eu vir, a hora que for aprovado, vocês vão ser as segundas pessoas a saberem do arcabouço", disse a jornalistas após almoço na Marinha.

Quando lhe foi perguntado se a decisão sobre a regra fiscal sairia antes de sua viagem à China, Lula confirmou: "Até porque o Haddad vai viajar comigo, deve ser antes da viagem". O aval do presidente é a última etapa antes de a proposta ser enviada ao Congresso.

Mais cedo, o ministro da Fazenda já havia sinalizado a entrega da proposta ao Planalto. "Já está no [Palácio do] Planalto", respondeu, ao ser questionado por jornalistas sobre a entrega do desenho do novo arcabouço fiscal a Lula.

Já à noite, Haddad evitou se comprometer com o anúncio oficial da proposta na semana que vem e disse que essa decisão cabe ao presidente.

"Ele que define. Agora é o presidente da República. É um assunto que nos inspira muita cautela. Ele quer saber os detalhes, os impactos, as trajetórias. Ele validando, a última palavra é dele."

Sem aprofundar o tema, o ministro afirmou que a proposta é "um desenho novo" e será "consistente". A partir do sinal verde de Lula, o texto legal ainda precisará ser redigido pelos técnicos do governo. "Isso se faz em 24 horas."

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse que a "moldura" da regra fiscal está pronta e que a equipe econômica está discutindo os números da proposta. Segundo ela, o governo está "fechando a questão numérica para apresentar a perspectiva mais pessimista e a mais otimista para o presidente".

Tebet afirmou que a proposta "está muito bem equilibrada e é flexível". "Ela olha pelo lado da despesa e pelo lado da receita. Ela é crível, ela é factível. Sobre esse aspecto, agrada a todos", acrescentou.

Segundo a ministra, é possível conciliar cada um dos interesses "fazendo conta". "No meu caso, pelo lado da despesa. É preciso cortar gastos, é preciso zerar o déficit fiscal, e essa âncora contempla esse lado do Ministério do Orçamento. Acredito que vamos ter um bom anúncio quando ele for efetivado", disse.

Quando Haddad apresentou o desenho a Tebet, na semana passada, ela se disse satisfeita "do lado orçamentário e fiscal" e acrescentou que a proposta garante investimentos e irá agradar "inclusive ao mercado".

Membros do governo envolvidos no debate afirmam que o arcabouço vai permitir que se alcance o objetivo de zerar o déficit primário já em 2024.

Segundo o ministro, em entrevista à CNN Brasil, o novo modelo não irá reproduzir as limitações identificadas em outros mecanismos, como a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e o teto de gastos —que limita o crescimento das despesas públicas à inflação registrada no ano anterior.

Na terça (14), Haddad apresentou a proposta a Alckmin, que também acumula o cargo de ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Por interferir de forma direta nas expectativas em torno da trajetória para as contas públicas ao longo dos próximos anos, o novo arcabouço fiscal é um dos temas mais aguardados pelos economistas da iniciativa privada.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que prepara regra fiscal para substituir o teto de gastos Gabriela Biló - 13.mar.23/Folhapress

+ Inflação dará alívio a pobres, avaliam especialistas

Depois de castigar os mais pobres nos últimos três anos, a inflação de alimentos deve dar trégua em 2023. Neste ano, a classe média é que deve sentir mais o peso da aceleração dos preços, que será mais forte nos itens administrados (como gasolina e energia) do que nos alimentos. Em debate promovido pela **Folha** e pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas, especialistas consideraram que uma das prioridades do governo Lula será manter e aperfeiçoar os benefícios sociais aos mais pobres. Eles lembram que os alimentos já reduziram muito o poder de compra dessa faixa da população. Segundo André Braz, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor do Ibre-FGV, os alimentos no domicílio subiram 45% em três anos, ante uma inflação oficial acumulada de 22,8%. Para 2023, Braz estima que a alta dos alimentos será de 3,7%, abaixo da expectativa de mercado para o IPCA, de 6%.

BC cortar juro para se antecipar a crise externa pode dar errado, como em 2011, afirma Itaú

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Os problemas no sistema bancário americano e a possibilidade de o banco central dos Estados Unidos suspender o processo de alta de juros por lá ainda não justificam um corte na taxa básica no Brasil. Essa é a avaliação do economista-chefe do Itaú Unibanco, Mario Mesquita.

Ele lembra que em 2011 o Banco Central do Brasil tentou se antecipar a um suposto problema no sistema financeiro na Europa e deu um cavalo de pau na política monetária: cortou os juros cerca de 45 dias após anunciar um aumento da taxa básica.

O resultado, no entanto, foi o aumento da inflação, o que fez com o BC tivesse de subir a taxa a níveis ainda mais elevados posteriormente.

"A gente ainda tem inflação elevada, expectativas bem distantes da meta. Cortar os juros agora a curto prazo seria arriscado, com bastante chance de dar errado. Quando em 2011 o Banco Central buscou se antecipar ao choque negativo colocando em segundo plano a meta de inflação, deu bastante errado", afirmou Mesquita.

Ele diz que uma parada no processo de alta de juros nos EUA, ou um aumento menor que o projetado anteriormente, não são suficientes para mudar o cenário da política monetária no Brasil, embora sejam fatores que devem entrar no modelo de projeção do BC, para avaliação do impacto para a inflação.

Na avaliação do Itaú, o cenário mais provável é um aumento de 0,25 ponto percentual nos juros dos EUA na próxima semana, embora não esteja descartada a possibilidade de uma pausa no aperto monetário caso a crise bancária se mostre mais grave nos próximos dias. O banco projeta que a taxa passe do teto de 4,75% para 5,75% neste ano, sem cortes antes de 2024.

O cenário de crédito no Brasil também não justificaria um corte de juros por aqui neste momento. Mesquita disse não ver um cenário de crise de crédito aqui, mas uma desaceleração dos empréstimos normal em momentos de alta de juros. A inadimplência das pessoas físicas também dá sinais de melhora.

Somente se episódios recentes, como a crise da Lojas Americanas, intensificarem a desaceleração do crédito, pode haver alguma mudança na perspectiva para a inflação e para a política monetária. Em sua avaliação, isso é mais um risco do que algo concreto neste momento.

O economista fez avaliação positiva de Fernando Haddad nestes quase 90 dias à frente do Ministério da Fazenda.

Disse que o ministro é muito aberto ao diálogo com a sociedade, teve uma vitória importante na discussão que resultou na reoneração parcial dos combustíveis e agora vai travar uma ofensiva de convencimento quando anunciar o novo arcabouço fiscal.

Afirmou, no entanto, que os clientes corporativos do banco estão com atitude de espera em relação a novos investimentos, enquanto não há definição sobre a mudança no teto de gastos em estudo e em relação à reforma tributária.

Mesquita diz esperar uma regra que permita o crescimento da despesa um pouco acima da inflação, mas que não irá frear a trajetória de crescimento da dívida pública. "Não tem sintomas de que nosso problema fiscal crônico esteja virando agudo."

+ Faria Lima critica direção da política econômica

Pouco mais de dois meses desde que tomou posse, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem sido avaliado de maneira bastante negativa por praticamente a totalidade dos agentes do mercado financeiro. Pesquisa da corretora Genial Investimentos e da Quaest indica que 98% dos entrevistados do mercado avaliam que a política econômica do país está indo na direção errada. Desde a campanha eleitoral no ano passado, o petista tem adotado um tom crítico a pautas caras aos investidores, como a autonomia do BC (Banco Central) e a privatização da Eletrobras. Além disso, 78% avaliam que a economia brasileira deve piorar ao longo dos próximos 12 meses. Apesar do resultado da pesquisa, no boletim Focus divulgado nesta semana, as projeções dos economistas consultados pelo BC apontam para uma expansão de 0,89% da economia brasileira. A pesquisa Genial/Quaest ouviu 82 gestores de fundos em São Paulo e no Rio de Janeiro de 10 a 13 de março.

Receita recebe número recorde de 1 milhão de declarações no 1º dia

SÃO PAULO A Receita Federal recebeu um número recorde de declarações no primeiro dia de envio do Imposto de Renda 2023. Segundo o fisco, mais de 1 milhão foram enviadas até as 17h desta quarta-feira (15), primeiro dia de prazo para declarar o IR. O número —1.050.023— é recorde. No mesmo período de 2022, foram enviados 372.419 declarações.

Nas primeiras duas horas, 488.242 declarações foram entregues. O dado contabilizava os envios até as 11h20 no primeiro balanço disponibilizado pelo órgão. A entrega do IR foi liberada às 9h.

Poucos minutos após a abertura do prazo, houve falha no aplicativo Meu Imposto de Renda e instabilidade no e-CAC (Centro de Atendimento Virtual), plataforma digital em que o contribuinte tem acesso aos dados da declaração. Nas redes, contribuintes relataram dificuldade para acessar os sistemas. A Receita disse que a situação é transitória. A entrega vai até as 23h59 de 31 de maio.

Americanas é suspensa do Ethos, instituto voltado a boas práticas

SÃO PAULO A Americanas, que entrou em recuperação judicial em janeiro após escândalo contábil de R$ 20 bilhões, está suspensa do Instituto Ethos, voltado à disseminação dos conceitos de boas práticas de governança ambiental, social e corporativa (ESG) no meio empresarial.

A varejista se associou ao Ethos em 2017. É a 13ª companhia a ser suspensa nos 25 anos de história do instituto.

A empresa foi notificada da suspensão na terça (14). Em nota, a Americanas disse que "respeita a decisão da instituição, com a qual tem uma relação de mais de cinco anos".

O Ethos é uma Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) que conta com 460 grandes e médias companhias associadas, como Petrobras, Alcoa, Santander, Natura, Magazine Luiza, TIM e JBS.

No rito da organização, a Americanas fica suspensa por seis meses, período em que pode apresentar suas justificativas para continuar integrando o instituto.

Daniele Madureira

AGU suspende precatórios no pagamento de concessões

Decisão afeta os investimentos no aeroporto de Congonhas, assumido pela Aena

Julio Wiziack

BRASÍLIA A AGU (Advocacia-Geral da União) suspendeu o uso de precatórios no pagamento de concessões e na compra de imóveis até que seja publicada portaria que regulamente esse procedimento.

A expectativa é que um grupo de trabalho organize essas regras em até seis meses, prazo que pode ser renovado por igual período.

Advogados ligados a concessionárias dizem que a medida, publicada no Diário Oficial da União nesta quarta-feira (14), fere a Constituição. A AGU nega.

Precatórios são dívidas da União reconhecidas pela Justiça em decisão definitiva. No fim de 2021, o Congresso aprovou emenda constitucional permitindo o uso desses papéis para pagar concessões de forma "autoaplicável".

No entanto, no poder público a criação de uma metodologia mais robusta para liberar as transações ainda é vista como necessária.

De acordo com a AGU, a suspensão não vale para o pagamento de dívidas tributárias com a União, que segue o regramento definido pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

A discussão em torno do uso dos precatórios em concessões já levou a Rumo, que opera ferrovias, a exigir na Justiça o direito de utilizá-los já que, pelos trâmites administrativos na ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), não foi possível.

Há mais de dois meses, a Aena, grupo espanhol que, no fim do ano passado, arrematou Congonhas e outros dez aeroportos, discute com a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) o pagamento de R$ 2,45 bilhões da contribuição inicial da outorga por meio de precatórios. O grupo aguarda a solução para esse impasse.

A AGU informou que, apesar da suspensão, a decisão sobre o recebimento dos precatórios para essa finalidade caberá a cada agência reguladora —motivo que usa para se defender de descumprimento legal.

No entanto, advertiu que deverá avaliar se as condições da licitação permitiram o pagamento sem infringência da igualdade do certame.

Ou seja: se, ao oferecer a opção de pagamento com precatórios, não excluiu potenciais interessados no certame.

"A recomendação da AGU é que aguardem [agências] a regulamentação a ser realizada por meio da nova portaria, fato que garantirá maior segurança jurídica para a decisão do gestor."

Os precatórios entregues pela Aena para a Anac foram adquiridos no mercado com um desconto de 82%, segundo operadores, o que permitiu que, de fato, o desembolso da concessionária fosse de cerca de R$ 2 bilhões.

Essas operações financeiras feitas por grandes bancos e fundos de investimento já movimentam R$ 30 bilhões, mercado que se formou na esteira da promulgação da emenda constitucional.

Contribuintes que têm dívidas tributárias com a União também estão adquirindo esses papéis no mercado para quitar suas pendências com desconto.

Na prática, trata-se de operação contábil de troca de dívidas que só se encerra completamente quando o precatório (título da dívida da União) é pago efetivamente pelo governo.

Esses pagamentos vêm sendo feitos seguindo um cronograma definido em lei e que, na média, gira em torno de R$ 100 bilhões por ano.

Como qualquer precatório pode ser apresentado —que será pago no ano corrente ou nos anos seguintes—, a quitação plena só é dada após o pagamento ao dono do título (aquele que ganhou o processo contra a União na Justiça).

Nesse período, o contribuinte não ganha um documento de quitação, mas seu nome sai do cadastro da União, perdendo restrições que o impediam de tomar empréstimos no mercado, por exemplo, ou de fazer negócios com o poder público.

Assessores do Palácio do Planalto afirmam que a equipe econômica tem restrições ao uso desses títulos em concessões.

No que se refere ao abatimento de dívidas, não veem impedimento. É uma forma de reduzir custos (despesas) do endividamento público.

Nas concessões, no entanto, querem ter dinheiro entrando no caixa, forma de melhorar as receitas e, ao final, o resultado primário.

A AGU afirmou que o uso de precatórios na compra de imóveis, quitação de dívidas e pagamento de outorga de delegações de serviços públicos foi definido por um decreto no final do ano passado.

O órgão disse que sua regulamentação do decreto —contendo "os requisitos formais, a documentação necessária, a possibilidade de exigência de prestação de garantias e o procedimento— tem divergências e está desatualizado em relação às normas definidas pela PGFN, Ministério da Fazenda e o CNJ (Conselho Nacional de Justiça)".

"Adicionalmente, há informações públicas de que, nos próximos dias, o CJF (Conselho da Justiça Federal) deverá apresentar um modelo de padronização dos aspectos necessários para composição da Certidão de Valor Líquido Disponível, procedimento necessário para garantir a liquidez dos precatórios", disse a AGU em nota.

"Dessa forma, a revisão da portaria se tornou indispensável para garantir a segurança jurídica necessária aos procedimentos de recebimento de precatórios."

Fachada do saguão principal do aeroporto de Congonhas; vencedora do leilão, espanhola Aena quer pagar outorga com precatórios Eduardo Knapp - 15.jun.22/Folhapress

Infraestrutura sofre com atrasos e dúvidas após iniciativas do governo Lula

BRASÍLIA A atuação do governo Lula na área de transportes vem deixando investidores em dúvida e gerando atrasos em cronogramas de empreendimentos. A situação afeta rodovias, portos e aeroportos e está ligada a disputas políticas e ideológicas.

A orientação do PT contra privatizações paralisou o projeto de transferir à iniciativa privada o porto de Santos, assim como os últimos aeroportos da estatal Infraero. A atuação da presidente do partido, Gleisi Hoffmann, tem emperrado ainda a concessão de rodovias no Paraná.

Também por orientação do governo, o ministro Márcio França (Portos e Aeroportos) descartou que concessionárias possam cumprir suas obrigações com o poder público usando precatórios (dívidas a serem pagas pelo Estado a contribuintes, após decisão judicial). O mecanismo foi criado por emenda constitucional, e seu veto gera preocupação no setor.

Nesta semana, França protagonizou mais um episódio —nesse caso, por anunciar uma medida sem aval superior. Ele disse ao jornal Correio Braziliense em entrevista publicada no domingo (13) que prepara um programa de venda de passagens aéreas a R$ 200 para pessoas de baixa renda, mas foi desautorizado.

Na terça (14), ele tomou uma bronca do presidente —que proibiu ministros de lançarem "genialidades" sem antes consultar a Casa Civil. França não estava presente e não foi mencionado explicitamente.

Primeiro, por meio de sua assessoria, o ministério disse que o recado era para toda a Esplanada. No entanto, o ministro assumiu a crítica a jornalistas durante o lançamento da Frente Parlamentar Mista de Portos e Aeroportos, reconhecendo que a proposta não passou pela Casa Civil.

O ministro reiterou, no entanto, que o projeto não envolve subsídio público e que está sendo desenvolvido pela Secretaria de Aviação Civil (SAC). "Tão logo esteja formulado, será apresentado para apreciação da Casa Civil", disse em nota.

Na época da transição, França já havia pedido a suspensão de privatizações em andamento.

Em outra frente, sua pasta já vem sendo questionada por concessionárias de aeroportos que pretendem pagar uma parcela da contribuição inicial da outorga com precatórios. Sua posição foi clara: recusar esses papéis como pagamentos em concessões. Nesta quarta (15), a AGU (Advocacia-Geral da União) suspendeu o uso de precatórios (leia texto acima).

No caso do porto de Santos, foi criado um impasse e o projeto aprovado pelo TCU (Tribunal de Contas da União) está paralisado.

Alas do PT preferem manter o terminal sob gestão pública e conceder o canal e armazéns. Esse modelo, no entanto, não atende aos interesses dos grupos que usam o porto para exportações —especialmente aqueles sediados em São Paulo e no Centro-Oeste.

Os investimentos pesados para fazer dobrar a capacidade só sairiam do papel, segundo esses grupos, se todo o porto fosse privatizado.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas —ex-ministro de Infraestrutura, responsável pela condução do projeto de privatização do porto—, tenta com o governo federal aprovar um plano B, capaz de agradar aos diversos interessados.

Até o momento, no entanto, as conversas não avançaram. Embora o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, tenha dito publicamente que o governo "não tem dogmas" sobre o tema, França afirmou que o porto de Santos, o maior da América Latina, não será privatizado.

"No porto de Santos serão realizadas concessões de terminais e serviços portuários", disse a pasta via assessoria.

"Entretanto, a autoridade portuária será mantida pública."

Além das divergências técnicas, existe no PT uma enorme resistência ao governador de São Paulo, afilhado político de Jair Bolsonaro. Lula tenta apaziguar os ânimos, mas a pressão do partido não arrefece.

Nas rodovias, Gleisi protagoniza um dos maiores embates políticos usando sua influência no governo para modificar um projeto do governador do Paraná, Ratinho Junior (PSD).

O embate envolve o ministro de Transportes, Renan Filho (MDB-AL), e a Casa Civil em torno da concessão de mais de 44 mil quilômetros de rodovias no Paraná. O projeto deve exigir investimentos de mais de R$ 90 bilhões.

"Em relação às concessões de rodovias no Paraná para novo pedágio, a equipe de transição do governo Lula está analisando a mudança de critério do leilão para baixar o preço da tarifa e vai solicitar alteração do edital neste sentido", disse Gleisi em novembro.

No início deste mês, os detalhes do projeto seriam anunciados em evento com o governador, mas ele foi cancelado na última hora. Segundo assessores, seria divulgado o acordo para que os 2 primeiros lotes de rodovias —de um total de 6— fossem leiloados. Ambos já tiveram aprovação do TCU.

Esse anúncio foi feito depois de diversas reuniões entre o ministro Renan Filho e a Casa Civil. A primeira reunião, no entanto, foi marcada a pedido de Gleisi, que tentou minar o projeto, ainda segundo relatos, para modificá-lo totalmente.

A presidente do PT não concorda com o modelo de concessão aprovado, que dificulta a redução do pedágio. Para a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) e para os técnicos do TCU, o caixa da concessão pode ser posto em risco, ameaçando os investimentos, se a redução da tarifa for motivada por uso político.

Segundo a modelagem previamente aprovada, há uma escala de investimentos próprios a serem feitos ao longo de cada ano pelo concessionário para que ele tenha o direito de conceder descontos no pedágio.

Essa cláusula garante que sempre haverá dinheiro no caixa (por meio do depósito obrigatório) para alguma emergência, mesmo com a redução do valor do pedágio.

Desde 2019, o governo do Paraná tenta viabilizar a concessão de 3.300 quilômetros de rodovias estaduais e federais que cortam o estado, dos quais 1.782 quilômetros precisam de obras de duplicação.

Nesta semana, o vice de Ratinho Junior enviou carta ao ministro pedindo que apresse a concessão. O assunto, ainda segundo assessores, foi parar na mesa do presidente Lula.

Consultada, Gleisi disse, via assessoria, que a redução do pedágio nas rodovias do Paraná é um compromisso de campanha do PT estadual e de Lula, que implica numa nova modelagem de concessão, ainda em construção no âmbito federal. **Julio Wiziack**

+ Problemas na BR-277 complicam exportações via Paranaguá, diz agro paranaense

No Paraná, o agronegócio tem apontado prejuízos com as chuvas e interdições frequentes na BR-277, principal via de acesso ao porto de Paranaguá. O setor cita problemas como falta de espaço para armazenar a produção de grãos, já que nem sempre é possível liberar os caminhões para a estrada. Por isso, há cooperativas que têm optado por enviar suas cargas para outros portos, como o de São Francisco e o de Santos. Desde o final do ano passado, a BR-277 enfrenta problemas após fortes chuvas, com deslizamentos de terra e pedras, e até afundamento de pista.

Nova crise da finança mundial

Não se sabe o tamanho ou a duração do tumulto, mas finança está em reviravolta ruim

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Estamos em uma crise financeira, crise mundial, de duração e tamanho incertos. O rolo vai ter alguma ou muita influência, da sua aplicação no banco à política econômica do governo, passando pelo Banco Central, para citar apenas questões caseirinhas.

É o estágio um da crise: as autoridades dizem que os problemas são localizados e o sistema é sólido. Apagam os incêndios que enxergam. Pode haver fogo em outra parte.

Fazer prognóstico seria agora, mais do que sempre, chute desinformado. Desconhece-se o tamanho de certos estragos. Alguns mercados são obscuros (não há dados, cotações ou quantidades, públicos). Os entendidos fazem avaliações ainda mais disparatadas.

Francamente, quase ninguém deve mesmo saber a dimensão do que se passa.

Faz uma semana, não havia sinal de terremoto ou quase ninguém prestava atenção a prenúncio de problema.

Até quarta-feira da semana passada (8), os povos dos mercados discutiam se a taxa básica de juros dos EUA AUMENTARIA em 0,25 ou 0,5 ponto percentual. Até então, as taxas de juros que definem o custo de financiamento do governo SUBIAM. Começaram a cair na quinta-feira (9) e despencam desde segunda-feira (13).

Nesta quarta (15), especulava-se, em palavras e atos, se o Fed, o BC dos EUA, vai elevar a taxa básica na quarta-feira que vem (22) e o quanto vai BAIXÁ-LA até o final deste 2023.

Não dá para confiar muito nem mesmo na informação que vem do mercado de juros dos EUA. Segundo relatórios de alguns bancões e relatos da mídia financeira americana, os negócios com títulos do governo estão meio emperrados, engasgados, por falta de liquidez (não há bastante ofertas de compra e venda). E daí? Quando há pouco dinheiro na praça, poucos negócios podem provocar variações grandes de preços.

Há quem compare este engasgo de agora ao do começo de 2020, que piorou muito com a epidemia. Foi um dos motivos pelos quais o BC dos EUA voltou a tomar as medidas extremas e heterodoxas que se tornaram comuns desde 2008. Na prática, mas indiretamente, o Fed passou a financiar governo e certos setores da economia.

Por enquanto, não se fez nada de parecido. O fundo garantidor de crédito dos EUA salvou os correntistas gordos do SVB; o Fed ofereceu empréstimos para que bancos não precisem vender seus títulos a preço de liquidação. Mas parou por aí, uma tentativa de circunscrever a crise dos bancos médios do país. Na Europa, a Suíça diz que vai dar segurar as pontas do Credit Suisse, bichado e com uma capivara, ficha corrida, ruim.

A decisão do Fed sobre os juros na semana que vem é complicada. A inflação ainda está alta, maior do que no Brasil. Pelo manual, bancos centrais fariam o possível para conter o que, se diz, seria apenas uma crise de liquidez (acesso regular a financiamento) e os pânicos. Outras agências salvariam atropelados, a crise amainaria, e a definição da taxa básica de juros seria pautada pelo problema inflacionário.

O "socorro" virá. Altas de juros e finais de ciclo de crédito, com mais ou menos especulação ruim ou bolhas, sempre dão problema. Sem "socorro", o sistema não para em pé, como se sabe pelo menos desde 1929.

Mas é conversa mole dizer que a política do Fed ou do BC do Brasil ficarão insuladas, protegidas do rolo. Todas essas questões se entrelaçam. Qual o efeito de juros ainda mais altos sobre bancos? O pânico de agora vai provocar quebradeiras, paradão na economia dita real?

O BC do Brasil, que decide o que fazer da Selic também na semana que vem, vai enfrentar problema similar, em outra escala. Talvez tenha a ajuda do Ministério da Fazenda, que pode apresentar um bom plano para gastos e dívida, o que seria um alívio para a crise aqui neste rincão do mundo.

A gente não precisava mais desta.

Lira defende mudança no marco do saneamento

Presidente da Câmara aponta distorções e diz que lei precisa ser aprimorada; secretário descarta 'modificação para pior'

Danielle Brant

BRASÍLIA O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), reconheceu nesta quarta-feira (15) que há distorções na execução de concessões de saneamento no país e disse que a lei que trata do assunto precisa ser aprimorada.

Lira participou do lançamento da agenda legislativa dos operadores privados de saneamento 2023, realizada no Salão Nobre da Câmara.

"O marco do saneamento disponibiliza que o privado participe dessas negociações. Essa lei precisa ser aprimorada", disse. "Algumas distorções ainda acontecem na execução prática das concessões. A vontade do Parlamento é fazer uma lei que atenda a todos, ao macro, ao máximo possível, mas o Brasil é muito peculiar em encontrar soluções que variam do 8 ao 8.000."

Lira afirmou que é preciso analisar eventuais brechas no marco do saneamento para evitar que contratos acabem sendo resolvidos na Justiça.

Secretário-executivo do Ministério das Cidades, o ex-deputado Hildo Rocha (MDB) negou intenção de modificar o marco do saneamento para pior. "Pode ser que tenha mudança para melhor. Nós não vamos dizer 'não, não vai se mudar a lei porque ela é nova'. Ela é nova, eu participei. Mas tem alguma coisa que nós podemos melhorar? Tem. Sempre tem algo a ser melhorado."

Ele defendeu que o investimento privado em abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos permitirá que o governo aplique mais recursos em drenagem, vertente do saneamento que tem dificuldade de investimento da iniciativa privada.

"Precisamos usar mais o recurso público para drenagem. Mas, para isso, é necessário que a gente gaste menos com abastecimento de água e esgotamento sanitário."

O diretor-executivo da Abcon (Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto), Percy Soares Neto, lembrou que o setor precisa de investimentos. "É um setor que, ao fazer investimento, gera emprego, gera renda, gera melhor qualidade de vida para a população."

O deputado Fernando Marangoni (União Brasil-SP), coordenador da Frente Parlamentar Mista do Saneamento, disse que, até 2026, mais de R$ 300 bilhões precisam ser investidos no setor.

"Só vamos conseguir atingir essas marcas com a participação ativa da iniciativa privada via PPPs, concessões. Não podemos aceitar retrocessos, mas sim avanços."

Chegada de mais aviões deve facilitar viagens internacionais no 2º semestre

Atrasos na produção dificultam entregas e tiram da aposentadoria modelos como 747 e A380

Comparativo dos grandes aviões

Modelos descontinuados

	Boeing 747 (Dados do 747-400)	Airbus A340 (Dados do A340-600)	Airbus A380 (Dados do A380)
Comprimento	70,6 m	75,36 m	72,7 m
Envergadura (distância entre as pontas das asas)	64,4 m	63,45 m	79,8 m
Início de operação comercial da 1ª versão	1970	1993	2007
Alcance máximo	13.570 km	14.450 km	15.000 km
Peso máximo de decolagem (em toneladas)	396	380	575
Máximo de passageiros	416	475	853
Motores	4	4	4
Velocidade máxima (em mach)	0,85 (1.049 km/h)	0,86 (1.061 km/h)	0,85 (1.049 km/h)

Modelos ainda em fabricação

	Boeing 777 (Dados do 777-300)	Boeing 787 (Dados do 787-9)	Airbus A350 (Dados do A350-1000)
Comprimento	73,9 m	62,8 m	73,79 m
Envergadura (distância entre as pontas das asas)	60,9 m	60,10 m	64,75 m
Início de operação comercial da 1ª versão	1995	2009	2015
Alcance máximo	17.395 km	11.500 km	16,112 km
Peso máximo de decolagem (em toneladas)	299	252	319
Máximo de passageiros	550	294	480
Motores	2	2	2
Velocidade máxima (em mach)	0,84 (1.037 km/h)	0,85 (1.049 km/h)	0,89 (1.098 km/h)

Fontes: Airbus, Boeing e KLM

Rafael Balago

SÃO PAULO Em abril, a ilha de Maiorca, no Mediterrâneo, receberá um visitante de peso: um Boeing 747-400, capaz de levar até 416 passageiros.

Em vez de cruzar o oceano, como faria sem dificuldade, esse 747 da Lufthansa está escalado para ir de Frankfurt, na Alemanha, só até a ilha espanhola. O avião, capaz de voar mais de dez horas sem parar, fará um trecho de apenas duas horas, para atender à demanda do começo da temporada de calor na Europa.

A cena de um Jumbo fazendo viagens curtas é um exemplo de como a falta de aeronaves afeta o setor de aviação, especialmente a internacional, que demanda modelos maiores.

O problema, que marcou o setor em 2021 e 2022, deve ficar para trás, esperam representantes das empresas. Neste ano, os fabricantes devem entregar 1.540 novas aeronaves — das quais 125 na América Latina. Em 2009, último ano antes da pandemia, foram entregues 1.240, segundo dados da Iata (Associação Internacional de Transporte Aéreo).

"As coisas estão bastante normais. É possível que haja problemas específicos de atraso com algum modelo, mas a indústria vai entregar mais de 1.500 aviões em um ano. É algo acima da média", aponta Jose Ruiz, diretor de Operações e Segurança da Iata para as Américas.

Apesar das projeções, ainda há gargalos. A Latam, por exemplo, teve de adiar em um mês, de julho para agosto, o início de uma rota de São Paulo a Los Angeles que usará um Boeing 787.

"Foi um ajuste em razão de um atraso de um mês na chegada da aeronave", disse Jerome Cadier, presidente da Latam, em entrevista coletiva.

A incerteza sobre as entregas, diz, impossibilita que a empresa assegure que conseguirá ampliar a oferta de voos internacionais neste ano.

A Boeing reconhece o problema, mas tem dito que busca priorizar a qualidade dos produtos ante uma retomada apressada. "Nossa realidade ainda é uma difícil cadeia de suprimentos. Embora, na média, as entregas atendam aos nossos objetivos, continuamos a encarar paradas nas nossas linhas de produção", disse David Calhoun, presidente da Boeing, em uma apresentação de resultados em janeiro.

A chegada de mais aeronaves ajudará na retomada de voos do Brasil para o exterior, especialmente em rotas que existiam antes da pandemia, mas que ainda não voltaram a operar, como diversos voos para o exterior que saíam do Rio e de Belo Horizonte, e mais conexões diretas com outras cidades dos EUA e da Europa.

Com menos aeronaves, as companhias buscam alocar os aviões disponíveis em rotas mais lucrativas. Assim, o Brasil, cuja moeda tem menor poder de compra do que de destinos como Estados Unidos e Europa, acaba prejudicado.

Na prática, uma empresa de atuação global precisa decidir questões como colocar um avião em uma trecho em que pode cobrar US$ 1.000 por assento ou em outro no qual só pode cobrar US$ 500, pela mesma distância, em razão do poder de compra.

Durante a pandemia, as companhias aéreas precisaram fazer outra escolha difícil: manter ou não sua frota ativa. Deixar um avião estacionado gera custos: essas máquinas são feitas para ficar ligadas quase 24 horas por dia. Se ficam no chão por semanas ou meses, o gasto para reabilitá-las é alto: para um avião de grande porte, capaz de fazer viagens intercontinentais, a recuperação pode custar algo em torno de US$ 1 milhão.

Assim, muitas empresas optaram por abrir mão dos aviões de vez, encerrando contratos de leasing ou vendendo as aeronaves. Mas, conforme a pandemia cedeu, a demanda por viagens se recuperou rapidamente, e faltavam aviões para colocar em circulação em 2021 e 2022.

Para complicar o cenário, a Covid-19 gerou problemas nas cadeias de produção e logística. Com isso, a falta de peças e gargalos nos portos atrasaram a entrega de novos pedidos de aviões.

Assim, uma das saídas foi voltar a usar aeronaves mais antigas, como o 747, que teve sua primeira versão lançada em 1969, e o Airbus A380, o maior avião comercial de passageiros, que estreou em 2005 e já teve sua fabricação encerrada.

Outra vantagem do 747 e do A380 é que, por terem mais espaço, podem receber mais assentos de classe executiva e de primeira classe, que dão mais lucro às empresas. Empresas como Lufthansa, Qantas, Etihad, Korean e Singapore voltaram a operar com modelos A380 que estavam aposentados, de acordo com levantamento feito pela agência Bloomberg.

Apesar da volta de alguns aviões antigos, a tendência no setor é de renovação, dizem representantes das empresas e analistas do setor.

No início da pandemia, em março e abril de 2020, havia 18 mil aviões parados no solo, segundo dados da Iata. Hoje, 6.000 seguem estacionados.

"Não vejo muitos deles voltando ao ar no futuro. A maioria das empresas aéreas aproveitou que partes de sua frota precisaram parar [na pandemia] para fazer um esforço e comprar aeronaves novas e mais eficientes no consumo de combustível", diz Ruiz.

O 747 e o A380 perderam protagonismo por serem muito grandes e gastarem mais combustível do que modelos mais modernos. Ambos têm quatro motores, enquanto modelos mais recentes, como o 787, têm dois. Como o consumo é maior, voar com eles meio vazios gera mais prejuízo, o que levou as companhias aéreas a enviá-los para o exílio, muitas vezes em grandes áreas no deserto.

Cida Bento
Excepcionalmente hoje a coluna não é publicada.

Inflação anual na Argentina supera 100% pela primeira vez desde 1991

BUENOS AIRES | REUTERS A taxa de inflação anual da Argentina passou de 100% em fevereiro e atingiu os três dígitos pela primeira vez desde 1991, quando o país estava saindo da hiperinflação.

O aumento mensal do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) foi de 6,6% no segundo mês do ano, acima das previsões dos analistas. A inflação anual chegou a 102,5%, e a do bimestre, a 13,1%.

Nos mercados, lojas e residências da Argentina, o impacto da espiral de preços está sendo sentido intensamente, conforme uma das taxas de inflação mais altas do mundo pesa nas carteiras das pessoas.

"Não sobra nada, não tem dinheiro, as pessoas não têm nada, então como compram?" disse a aposentada Irene Devita, 74 anos, enquanto verificava as etiquetas de preços em uma feira em San Fernando, nos arredores de Buenos Aires.

Com a inflação alta, os preços mudam quase semanalmente. "Outro dia cheguei e pedi três tangerinas, duas laranjas, duas bananas e meio quilo de tomates. Quando ele me disse que custava 650 pesos, eu disse a ele para tirar tudo e deixar só os tomates porque não tenho dinheiro suficiente", afirmou Devita.

6,6%
foi a taxa de inflação da Argentina em fevereiro, medida pelo IPC (Índice de Preços ao Consumidor)

13,1%
foi a inflação no primeiro bimestre

102,5%
foi a taxa em 12 meses terminados em fevereiro, primeira vez em que o índice anual superou os três dígitos desde 1991

O governo tem tentado em vão domar o aumento dos preços, que prejudica o poder aquisitivo das pessoas, a poupança, o crescimento econômico e as chances de o partido governista de se manter no poder nas eleições de outubro.

Nas ruas, a inflação domina as conversas. Semeia frustração e raiva, pois os salários geralmente ficam abaixo do custo dos produtos, apesar dos esquemas do governo para limitar os preços e as exportações de grãos para aumentar a oferta doméstica.

Patricia Quiroga, 50, disse que 100% de inflação é impossível de suportar, enquanto esperava na fila para fazer suas compras.

"Estou cansada de tudo isso, dos políticos que lutam enquanto o povo morre de fome."

Consumidor compra carne de porco em mercado em Buenos Aires Agustin Marcarian - 14.mar.23/Reuters

AGU diz ao STF que posse de Lula basta para acabar com desmatamento

Órgão afirma que medidas do novo governo já colocaram fim ao estado de coisas inconstitucional

PLANETA EM TRANSE

Alexa Salomão

Garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami, em Roraima Lalo de Almeida - 11.fev.23/Folhapress

BRASÍLIA Causam estranhamento na área ambiental os primeiros posicionamentos da AGU (Advocacia-Geral da União). Quem acompanha as discussões jurídicas afirma que, neste início de governo, as manifestações assinadas pelo advogado-geral da União, Jorge Messias, buscam amenizar o enfrentamento de problemas socioambientais que são questionados no STF (Supremo Tribunal Federal).

A AGU já se manifestou em pelo menos dez ações no STF na tentativa de suspender o julgamento ou apresentar atenuantes a processos da pauta verde. Na terça-feira (14), o órgão comemorou a primeira vitória dessa leva de pedidos.

A preocupação maior de entidades socioambientais é que a AGU está focada em rever o chamado estado de coisas inconstitucional, um tipo de técnica decisória que é aplicada quando se pressupõe que há violações graves e sistemáticas de direitos fundamentais, causadas e sustentadas por omissão das políticas públicas, sejam de caráter administrativo, regulatório ou orçamentário.

Em nota, a AGU afirma que as manifestações no Supremo buscam apenas informar e atualizar a corte sobre medidas do governo relacionadas a temas tratados nos processos.

O estado de coisas inconstitucional sustenta cinco ações no STF que tratam de direitos fundamentais em temas como desmatamento na Amazônia e queimadas no Pantanal.

AGU pede que o julgamento de mérito considere o fim do estado de coisas inconstitucional em 1º de janeiro de 2023, data da posse de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), como se a troca de comando na União fosse suficiente para corrigir as distorções ambientais.

A percepção entre ambientalistas, que preferem não ter os nomes citados, é que o posicionamento tem caráter político e é juridicamente precipitado. O órgão tentaria marcar no STF a diferença da gestão de Lula com a de Jair Bolsonaro (PL), para não atrapalhar a imagem do atual presidente, principalmente no exterior, onde Lula busca protagonismo.

No entanto, por tabela, a canetada sustentaria a ideia de que a desestruturação ambiental acabou no Brasil, o que não é verdade. O desmatamento na Amazônia e no cerrado bateu recorde em fevereiro, mesmo após os primeiros esforços do governo para reconstituir a política ambiental.

Essa leitura é fortalecida quando se considera outra iniciativa no AGU no STF. O órgão já havia causado descontentamento entre ambientalistas ao dar parecer favorável ao uso da chamada boa-fé para atestar a origem legal do ouro dentro de duas ADIs (ações direta de inconstitucionalidade) que tentam derrubar a norma.

A AGU afirma que o instrumento é positivo, mas foi mal interpretado e mal aplicado. No entanto, diferentes órgãos públicos, entre eles a PF (Polícia Federal), afirmam que a norma "esquenta" o ouro de garimpo ilegal, especialmente o explorado em terras indígenas e reservas ambientais, e facilita a lavagem de dinheiro.

A boa-fé está prevista na lei federal 12.844, de 2013, de autoria do deputado Odair Cunha (PT-MG). Ele incluiu os artigos em uma MP (medida provisória) que tratava de seguro agrícola, sem nenhuma relação com ouro. Ou seja, como se diz no jargão do Congresso, colocou um jabuti na lei. O texto final foi sancionado pela ex-presidente Dilma Rousseff.

Quem monitora as ações no STF concorda, porém, que a política ambiental e a equipe de Lula representam uma benéfica e radical mudança em relação à gestão de Bolsonaro, cujo governo foi marcado pelo negacionismo na área. Ambientalistas alertam, contudo, que boa parte das ações no STF tratam de falhas agravadas pelo bolsonarismo, mas que já existiam antes e permanecem no cenário atual.

"Há problemas estruturais na política socioambiental brasileira. Há muitos anos somos campeões em desmatamento e um dos líderes em violência contra defensores ambientais. Esses problemas foram profundamente agravados durante o governo Bolsonaro, produzindo danos seríssimos", afirma o advogado Rafael Giovanelli, do WWF-Brasil.

> "O novo governo adotou medidas importantes para solucionar a questão, mas ainda há muito o que ser feito. É importante que esses casos sejam julgados e que o STF dê uma resposta firme, para que a calamidade dos últimos anos jamais se repita
>
> **Rafael Giovanelli**
> advogado

"O novo governo adotou medidas importantes para solucionar a questão, mas ainda há muito o que ser feito. É importante que esses casos sejam julgados e que o STF dê uma resposta firme, para que a calamidade dos últimos anos jamais se repita."

Para Paulo Busse, advogado do Observatório do Clima, a AGU precisa deixar mais claras as razões dos posicionamentos. "A AGU precisa explicar aonde quer chegar com as petições, porque dizer que não cabe mais estado de coisas inconstitucional no Brasil não ajuda a pauta ambiental, nem os povos indígenas, a Amazônia, nem o MMA [Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima] ou o próprio governo. Os problemas estruturais continuam aí", diz.

Busse afirma ainda que o reconhecimento judicial do estado de coisas inconstitucional abre caminho para uma mobilização oficial de organismos do próprio Estado e entidades numa contraofensiva conjunta para monitorar e cobrar a adoção de novas ações, capazes de reconstituir a normalidade.

No governo Bolsonaro, diversos processos, nas mais diferentes frentes, recorreram a essa técnica no STF. Há processos em tramitação que tratam de cultura, aborto, racismo e população de rua. A AGU pediu revisão apenas da pauta verde, onde a posição da corte já começou a ser demarcada.

Em dezembro de 2022, a ministra Carmem Lúcia proferiu voto em que reconhecia o enfraquecimento do quadro normativo em matéria ambiental e o estado de coisas inconstitucional no Brasil ao avaliar duas ações que tratam do desmatamento na floresta amazônica, a ADPF 760 e a ADO 54. O julgamento foi suspenso a pedido de vista do ministro André Mendonça,

A AGU afirma que o governo Lula mudou o cenário. "Diante da modificação substancial do quadro fático e normativo no qual se sustentam as alegações de descumprimento aos preceitos fundamentais, aqui traduzida nas ações que vêm sendo implementadas a partir de 1º de janeiro de 2023 e que serão continuadas e incrementadas doravante, já assegurando a retomada do inequívoco compromisso de Estado com a questão ambiental, tem-se, portanto, a cessação do estado de coisas inconstitucional", diz petição assinada por Messias.

O MMA fez manifestações em notas técnicas sobre o estado de coisas inconstitucional, mas em tom diferente, destacando que o governo trabalha para reverter o atual cenário. Na primeira decisão favorável à AGU, nesta terça, que não trata de estado de coisas inconstitucional, o ministro Gilmar Mendes reconheceu a mudança na gestão e a perda do objeto da ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) 981. O reconhecimento da perda de objeto de uma ação leva à suspensão do julgamento.

Essa ADPF apontava o desmonte da estrutura do ensino socioambiental nos ministérios da Educação e do Meio Ambiente e pedia a revogação de três decretos, um da gestão de Michael Temer (MDB) e dois do governo Bolsonaro, que já foram suspensos por Lula.

O projeto Planeta em Transe é apoiado pela Open Society Foundations.

Universidade Columbia lança centro de estudos sobre clima e meio ambiente no RJ

Yuri Eiras

RIO DE JANEIRO A Universidade de Columbia (EUA), uma das mais prestigiosas do mundo, lançou no Rio de Janeiro nesta terça-feira (14) um centro regional de pesquisas sobre clima e meio ambiente. Intitulado Climate Hub, o projeto receberá até 2024 um aporte total de US$ 3 milhões da Prefeitura do Rio.

O valor, segundo anunciado pela administração municipal, começou a ser repassado ainda em 2022. Instituições locais e internacionais também apoiam financeiramente a criação do laboratório de estudos.

A iniciativa é parte do programa Columbia Global Center, que está presente em dez países. No Brasil, a entidade já atua desde 2013, tendo o Rio como única sede no país. Agora, com o Climate Hub, o objetivo é oferecer bolsas de estudos para pesquisadores e cientistas brasileiros que atuem na área climática.

Os selecionados poderão desenvolver projetos no Brasil e também em Columbia. A universidade, sediada em Nova York, foi a primeira no mundo a ter uma escola sobre clima, criada em 2021.

O Museu do Amanhã, na região central do Rio, recebeu o evento de lançamento. A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, convidada para uma mesa de debates, precisou cancelar sua participação.

Internada desde a noite de segunda-feira (13), com sintomas de gripe, a ministra foi representada pela secretária nacional de Mudanças do Clima, Ana Toni, que criticou a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro no tema ambiental.

"Nos últimos quatro anos o governo federal andou para trás na questão das mudanças para o clima. Servidores públicos que têm essa agenda como prioridade não conseguiram fazer mais, não havia espaço. O novo governo trata o clima como um tema central", afirmou a secretária.

Celso Amorim, ex-chanceler e chefe da assessoria especial da Presidência, também reforçou a urgência do tema. "O clima não é um assunto a mais. É um tema de grande transversalidade, presente nos processos jurídicos, de integração e até de guerra e paz. Questões climáticas geram problemas migratórios, conflitos de vários tipos".

Profissionais do corpo docente da Universidade Columbia serão convidados para atuar na unidade do Rio, instalada em uma sala no centro da cidade, em programas educacionais com a rede de pesquisadores locais.

O Climate Hub também pretende organizar eventos relacionados ao tema e participar diretamente de ações de políticas públicas relacionadas ao clima, no município do Rio e nacionalmente.

"Os últimos anos têm sido um período de conflitos. O planeta continua se aquecendo, devastando nações, dizimando a biodiversidade. O clima é um tema fundamental, especialmente em cidades costeiras que convivem com o perigo de aumento do mar, desmatamento e ilhas de calor, como o Rio", comentou Thomas Trebar, diretor do Columbia Global Centers no Rio.

> O clima é um tema fundamental, especialmente em cidades costeiras que convivem com o perigo de aumento do mar, desmatamento e ilhas de calor, como o Rio
>
> **Thomas Trebar**
> diretor do Columbia Global Centers

O prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), reforçou a tentativa de tornar a capital fluminense um município central do debate ambiental. Há na prefeitura o desejo de que a Autoridade Nacional de Segurança Climática, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e anunciada pelo novo governo em janeiro, seja sediada no Rio de Janeiro.

"O presidente Lula conhece a vocação dessa cidade, sabe que aqueles que olham para o clima no Brasil têm o Rio como referência. Conversei com o presidente Lula na última visita dele, falamos sobre isso, ele fez aquela cara de alface, samambaia, mas sei que ele tem um carinho especial por mim e vai considerar."

Em 2017, após seu segundo mandato como prefeito, Paes viveu um ano nos EUA. Inicialmente seu plano era dar aula na Universidade Columbia, mas desistiu do projeto.

Em mensagem enviada à universidade à época, Paes atribuiu a desistência à turbulência política brasileira. A interlocutores, ele disse temer repercussão negativa do fato de a Prefeitura do Rio de Janeiro ter assinado convênios com a universidade durante sua gestão.

O secretário municipal da Casa Civil, Eduardo Cavaliere, ex-líder da pasta do Meio Ambiente, afirmou que a parceria com a universidade prevê que a prefeitura encomende estudos sobre o clima e forme servidores no laboratório. O município também deseja que o Climate Hub crie projetos educacionais para a população.

"Teremos dois anos pela frente de plano de trabalho, renovando a relação do Rio com a Columbia e colocando a agenda climática, tão importante para a cidade. Aqui é um lugar em que se pensa sobre o clima na vanguarda. Na gestão anterior, o então prefeito [Marcelo Crivella] acabou com a Secretaria do Meio Ambiente. Quando o prefeito Eduardo Paes foi eleito, um dos compromissos era reposicionar a cidade no debate", afirmou Cavaliere.

cotidiano

Ataques em RN podem ter relação com presídios

Governo Fátima Bezerra (PT) diz que vai investigar suspeitas de tortura e fornecimento de comida estragada a presos

Lucas Lacerda

SÃO PAULO Os ataques criminosos no Rio Grande do Norte, iniciados na madrugada de terça-feira (14), têm relação com uma união de facções que reivindicam mudanças nas condições nos presídios do estado, segundo o Ministério Público potiguar.

Para os investigadores, as ações têm sido usadas para cobrar a volta de visitas íntimas e a permissão do envio de comida pelas famílias. Perícia realizada no fim do ano passado apontou a prática de tortura física e psicológica, com castigos e fornecimento de comida estragada.

A gestão da governadora Fátima Bezerra (PT) afirmou para uma rádio local que vai investigar as denúncias.

Nesta quarta-feira (15), um homem apontado como financiador e um dos líderes dos ataques foi morto em suposto confronto com policiais na Paraíba. José Wilson da Silva Filho, 29, era foragido e estava escondido em uma residência no bairro de Paratibe, em João Pessoa, segundo a Polícia Civil potiguar.

A operação foi realizada em conjunto pelas corporações dos dois estados. O homem teria recebido os agentes a tiros.

Outro suspeito está internado após confronto com agentes de segurança. Até o início da noite, 42 pessoas foram presas e um adolescente foi apreendido, segundo a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do RN. Doze armas, 39 artefatos explosivos, nove galões de gasolina, além de drogas e munições, foram apreendidos pelos agentes.

Cerca de cem policiais da Força Nacional circulam nas ruas de Natal. O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, também anunciou o envio da Força de Intervenção Penitenciária para o estado.

A apuração do Ministério Público aponta que o Sindicato do Crime, do Rio Grande do Norte, e o PCC (Primeiro Comando da Capital), de São Paulo, deixaram os planos de vingança após o massacre de Alcaçuz, em 2017, para pleitear melhorias nos presídios.

Na época do confronto, integrantes da facção paulista entraram em um pavilhão do Sindicato e mataram 26 pessoas. O episódio foi o ápice de uma rivalidade iniciada em 2012, quando o grupo potiguar se consolidou como uma dissidência do PCC por discordar das regras e dos valores mensais cobrados pela organização.

Juliana Melo, antropóloga e pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, diz que o Sindicato ganhou projeção quando organizou uma greve de fome em 2014, após uma tentativa de instalar bloqueadores de sinal de celular na prisão de Parnamirim.

Logo depois do episódio de Alcaçuz, diz Melo, os presos relataram tortura física e psicológica. "A prisão era vista como um queijo suíço, construída sobre dunas e fácil de escapar. Isso mudou. Não tem mais celular ou tomada."

Segundo Promotoria, denúncias de maus-tratos sempre são investigadas, mas as principais queixas dos presos fazem parte do controle restabelecido após 2017.

Para o órgão, a visita permitida na lei de execuções penais é a social, para manter o convívio familiar. Já o envio de comida gera risco de troca de informações e o envio de celulares, chips ou drogas.

Os detentos no sistema estadual do Rio Grande do Norte convivem com um déficit de 1.451 vagas, segundo a Secretaria de Administração Penitenciária. São 7.804 presos para 6.353 vagas.

A situação do estado piorou nos últimos anos, segundo a perita Bárbara Coloniese, do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, órgão federal. Ela inspecionou cinco unidades do estado em novembro do passado, duas delas prisões: Ceará Mirim e Alcaçuz.

A perita disse que a comida é insuficiente e grande parte servida é estragada, que vários presos estão nas celas com dedos quebrados e marcas de bala no corpo e que o fornecimento de água acontece três vezes por dia.

Ainda, afirma que uma das formas de castigo é colocar presos doentes com tuberculose junto com outras pessoas em celas.

A gestão Fátima Bezerra foi procurada pela **Folha** sobre as suspeitas de tortura, comida estragada e falta de assistência médica apontadas pelos peritos, mas não respondeu até a conclusão desta edição.

Em entrevista na tarde desta quinta à rádio 98 FM Natal, a governadora disse que o estado é referência em projetos de ressocialização de presos e que vai investigar as denúncias.

A pasta de Administração Penitenciária diz que aguarda o relatório da inspeção de 2022, e que já atendeu ofícios recebidos sobre a situação. Afirma que o então vice-governador Antenor Roberto (PCdoB) recebeu os peritos em 25 de novembro de 2022.

Ônibus incendiados em Natal na madrugada desta quinta (15) José Aldenir/TheNews2/Folhapress

Motoristas de São Paulo passam a ter 40% de desconto no pagamento de multas do Detran

Fábio Pescarini

SÃO PAULO A partir desta quarta-feira (15), motoristas paulistas poderão ter desconto de 40% no pagamento de multas de trânsito se não recorrerem da infração, segundo o governo estadual.

O benefício é previsto desde abril de 2021, quando entraram em vigor as alterações no Código de Trânsito Brasileiro, mas somente agora São Paulo aderiu ao SNE (Sistema de Notificações Eletrônicas), necessário para sua aplicação.

Por enquanto o desconto será válido para multas emitidas por agentes do Detran (Departamento de Trânsito).

De acordo com Eduardo Aggio de Sá, presidente do órgão de trânsito paulista, o DER (Departamento de Estradas e Rodagem), responsável pelas autuações em rodovias, está em fase de desenvolvimento tecnológico para adesão ao sistema, que ocorrerá em uma segunda fase, ainda sem data confirmada.

No caso das multas municipais em São Paulo, a prefeitura, por meio da CET (Companhia de Engenharia de Tráfego), afirma que está em fase final do processo para a assinatura de contrato com o Serpro, empresa de informação do governo federal que desenvolve o sistema, e está realizando os testes de homologação para acesso ao SNE.

Para ter o desconto de 40% o motorista não pode apresentar defesa prévia nem recurso, reconhecendo que cometeu a infração. A multa precisará ser paga até a data do vencimento.

O condutor deve ter em seu celular o aplicativo CDT (Carteira de Trânsito Digital) ou aderir no SNE pela internet.

Para ter o desconto de 40%, o motorista deverá optar no aplicativo pelo benefício após ser notificado da multa —o prazo é o mesmo da defesa prévia da autuação, de cerca de 30 dias.

Caso não faça isso, ele ainda pode ter 20% de desconto, o que já acontece hoje, também se pagar a multa até a data especificada.

Quem se cadastrar no SNE não recebe mais notificações de autuações e multas por carta, apenas eletronicamente pelo celular, desde que o órgão emissor esteja cadastrado no sistema.

"O não envio dessas correspondências deverá proporcionar uma economia de R$ 1 milhão ao mês em postagem nos Correios ao Detran", afirma Sá, que não acredita em queda de arrecadação, com os 40% de desconto, por causa do incentivo ao pagamento das multas e pela redução da burocracia do Estado.

O motorista que não fizer o cadastro continuará recebendo notificações de atuação e multas por cartas.

Somente policiais militares aplicaram 3,1 milhões de multas cadastradas no Detran no ano passado. Atualmente, o órgão emite, em média, cerca de 391 mil notificações mensais.

No caso do DER, foram 9 milhões. Ao todo, segundo Sá, 36 milhões de infrações, emitidas por todos os órgãos de trânsito estaduais e municipais, foram registradas em São Paulo em 2022.

"A tendência é ocorrer 'uma corrida do ouro'. Uma vez que o Detran entrou no sistema, prefeitos serão pressionados a se movimentar para adesão", afirmou Sá.

O benefício já é concedido por órgãos de trânsito de algumas prefeituras paulistas, como as de Amparo, Campinas, Itararé, Pedregulho, Pindamonhangaba, São José dos Campos, São José do Rio Preto, Taubaté e Vargem Grande do Sul.

Além do desconto em multas, com a adesão ao SNE, é possível indicar o condutor responsável pela autuação pelo celular.

Segundo o Detran-SP, o proprietário conseguirá designar um motorista principal do veículo, que não seja ele, para receber a pontuação de autuações de trânsito automaticamente, a partir da Carteira Digital de Trânsito.

Isso beneficia, por exemplo, quem tem mais de um veículo em seu nome e um deles é dirigido pela esposa ou pelos filhos. Nesse caso, a pontuação vai automaticamente para o condutor designado, que precisa aceitar a mudança, também pelo aplicativo da CDE.

Em nota, a Senatran (Secretaria Nacional de Trânsito) diz que 21 estados, mais o Distrito Federal, haviam aderido ao SNE até a tarde desta terça (14). São Paulo não constava da lista, assim como Amapá, Piauí, Maranhão e Tocantins.

Para o advogado Antonio José Dias Junior, coordenador da Comissão de Direito do Trânsito da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) em São Paulo, a adesão, mesmo que tardia, é importante, pela economia que o sistema proporcionará ao Estado e aos condutores.

"O motorista deve ficar atento às notificações das infrações no celular, pois elas não serão mais encaminhadas via Correios", afirmou.

Como aderir

Pela Carteira Digital de Trânsito:
- No aplicativo, clique em "Infrações", "Por infrator" e em "Aderir ao SNE"

Pelo Portal de Serviços do governo federal:
- Fazer o login no Portal de Serviços
- Clique em "Minha Adesão ao SNE"
- Preencha seus dados pessoais e clique em "Aderir"

Para ter desconto de 40%:
- Ficar atento ao recebimento eletrônico da notificação, que deve ser feita até 30 dias após a infração
- Indicar interesse ao benefício pelo aplicativo em até 30 dias após o recebimento da notificação de autuação
- Emitir o boleto pelo aplicativo
- Pagar a multa na data indicada

Fonte: Senatran (Secretaria Nacional de Trânsito)

Salvem as baleias e as palavras!

Projeto de adoção de termos raros do inglês acabou extinto antes deles

Sérgio Rodrigues

Escritor e jornalista, autor de "A Vida Futura" e "Viva a Língua Brasileira"

A primeira vez que, adolescente, encontrei a palavra "coruscante" foi num livro do Erico Verissimo. A segunda e a terceira também. Na verdade, acho que nunca encontrei nada que coruscasse fora de um livro do Erico Verissimo. Talvez isso signifique que a palavra está em extinção.

Se coruscante morrer, caindo em completo desuso, vou ficar triste. Não porque a considere uma palavra indispensável. Pensando bem, nunca a usei —sempre que a ocasião se apresentou, dei preferência a um de seus sinônimos.

E a turma é grande. Reluzente, brilhante, faiscante, resplandecente e até —não posso garantir, mas é possível caso a ocasião peça um rebuscamento do tipo pernóstico— aquele fúlgido do Hino Nacional sempre terão preferência em meu vocabulário ativo.

Impossível negar: se acabar extinto o adjetivo amado por Erico, um escritor que eu amo, não poderei protestar inocência. Serei tão culpado quanto qualquer um por seu óbito. Mas faz sentido falar em culpa?

Isso de apego a palavras é curioso. Sendo entidades vivas, e ainda por cima íntimas a ponto de serem acariciadas com a língua, é inevitável que a gente crie laços afetivos com elas. Por outro lado, não há muito que possa ser feito quando uma coletividade de falantes decide virar a página e mudar a prosa.

É reveladora a história do projeto Save the Words, um programa online de "adoção" de palavras da língua inglesa que, ligado ao dicionário Oxford, fez algum sucesso em 2010.

O discurso de venda do Salvem as Palavras chegava a ser apelativo: "Todo ano, centenas de palavras são expulsas da língua inglesa. Palavras antigas, palavras sábias, palavras trabalhadoras. Palavras que um dia levaram vidas cheias de sentido, mas hoje estão sem uso, mal-amadas, rejeitadas".

Um pouco de estatística logo temperava o sentimentalismo: "Hoje, 90% de tudo o que escrevemos é comunicado por 7.000 palavras. Você pode mudar isso. Ajude a salvar as palavras!".

Como? Navegando no site e, numa lista de termos a caminho do esquecimento, escolhendo um para adotar. A página inicial era dramática: uma multidão de palavras pregadas num mural em papeizinhos coloridos disputavam a atenção do visitante aos gritos: "Eu! Eu! Eu!".

Caso você não quisesse exercer seu direito de escolha, quem sabe para não magoar os vocábulos preteridos, o programa lhe atribuía uma palavra por sorteio. Já não me lembro por qual desses caminhos acabei à beira de adotar "mowburnt".

Felizmente, recuei. Adoção é coisa séria, ainda que, no caso, ela envolvesse apenas o compromisso de usar a palavra sempre que possível.

Me toquei a tempo de que, no meu dia a dia, as ocasiões para o emprego de "mowburnt" (adjetivo usado para a colheita arruinada por excesso de calor num celeiro) seriam menos que abundantes.

Boas intenções não impediram o projeto Save the Words de ser extinto antes mesmo das palavras que ele buscava proteger. Hoje, é como se nunca tivesse existido.

O site do Oxford silencia sobre ele. O endereço que o abrigava redireciona você para um site de jogos de azar na Indonésia.

Isso parece fazer o maior sentido, embora não seja simples dizer qual. Seja como for, a ideia de adotar palavras para que não desapareçam era provavelmente tola desde o início, apesar de simpática.

Tentarei me lembrar disso toda vez que bater aquele desejo incontrolável de criar uma reserva ecológica para reproduzir "inconsútil" em cativeiro.

Americanos vêm a São Paulo em curso 'para pegar mulher'

Grupo nega prática de turismo sexual e xinga críticas de 'feministas estúpidas'

Isabella Menon

SÃO PAULO Com o objetivo de ensinar homens a conquistar mulheres, dois americanos criaram em Las Vegas (Estados Unidos) um grupo chamado MSC (Millionaire Social Circle). Eles se apresentam como David Bond e Mike Pickupalpha, que não são seus nomes verdadeiros, e se intitulam coaches de namoro.

Além de aulas, o suposto curso oferece viagens para que os alunos vivam diferentes experiências de vida e encontros com mulheres. Apesar de não confirmar que este seja o objetivo, o grupo tem o costume de viajar apenas para países subdesenvolvidos e, em suas publicações, enaltece a desigualdade social que marca os locais que visitam.

O MSC já esteve em países como Colômbia, Costa Rica e Filipinas. Entre os dias 14 e 28 de fevereiro deste ano eles vieram a São Paulo para colocar em prática aquilo que é ensinado, em que é dito ao aluno que ele tem 100% de chances de transar.

Para promover o curso, que custa entre US$ 4.000 e US$ 12 mil (de R$ 20 mil a 60 mil, aproximadamente), David fez uma apostila chamada "The Bond Lexicon" para destrinchar seus métodos. Um dos tópicos é chamado "The Epstein Method", uma referência a Jeffrey Epstein, financista americano que foi condenado por envolvimento em um esquema de tráfico e abuso sexual de crianças e adolescentes.

O tópico seria uma estratégia de namoro que oferece a terceiros uma recompensa financeira por apresentar mulheres ao integrante. "As duas regras do Método Epstein são: nada de prostitutas, e a garota que está sendo encaminhada não pode saber que uma recompensa foi dada a um terceiro."

Antes de vir ao Brasil, os tutores do grupo fizeram alguns vídeos para explicar os motivos que os levaram a escolher a capital paulista como primeiro destino de 2023. A palavra usada pelos americanos para descrever o país é "exótico". Segundo eles, por aqui há "mulheres exóticas" e "exótica justaposição entre ricos e pobres".

Em outro momento, as mulheres paulistas são apresentadas como aquelas com "as melhores curvas", que "gostam de homens dominantes" e "gostam de contato físico", e com quem "as coisas escalam rapidamente". Afirmam, ainda, que por aqui a cultura é "sexualmente aberta" e "amassos são mais comuns que apertos de mão".

Trecho do vídeo do grupo MSC no qual diz que o Brasil e as brasileiras são 'exóticos' e, por isso, é o local ideal para o curso de como 'pegar mulher' Reprodução/YouTube

Pouco antes de desembarcarem por aqui, os tutores do grupo gravaram um vídeo para os seus pupilos mostrando um kit que providenciaram para tornar a viagem dos estudantes "mais fácil". Entre os destaques, contam terem desembolsado US$ 1.200 (R$ 6.000) com a compra de pílulas do dia seguinte.

O kit continha ainda camisinhas, colônia e chicletes, além de um tripé para a produção de fotos para as redes sociais.

Após a passagem do grupo pelo Brasil, a viagem dos americanos viralizou na internet, principalmente por causa de uma festa que promoveram no dia 26 de fevereiro em uma mansão no Morumbi, em São Paulo, para a qual convidaram brasileiras.

Ao menos duas mulheres que estiveram na festa afirmam que não sabiam da existência do curso e que, por isso, se sentiram enganadas.

Uma influenciadora que também estava presente e deu entrevista à **Folha** sob condição de anonimato afirma que a festa parecia normal até que outra mulher ali presente lhe contou sobre o curso. Ela, que estava com uma amiga, conta que foi embora logo em seguida, assustada com a informação.

Depois de publicar um vídeo sobre o assunto no TikTok, a jovem passou a receber ameaças e teve a conta derrubada após diversas denúncias de diferentes contas — ela diz acreditar que o ataque tenha sido realizado por seguidores dos integrantes do MSC.

Outra jovem, que também pede para não ser identificada, afirma que se envolveu com um dos integrantes do MSC e, depois que a história viralizou, decidiu confrontá-lo sobre o curso. Ele confirmou as informações e disse a ela que não pretende mais participar do grupo.

Impressionada com a repercussão, a jovem registrou uma denúncia anônima no site do Governo de São Paulo, em que alega que o grupo promove turismo sexual e que as mulheres se sentiram como objetos no evento. A Secretaria da Segurança Pública de São Paulo diz que o caso foi registrado como favorecimento de prostituição ou outra forma de exploração sexual. "As investigações seguirão pelo 34º DP (Morumbi), responsável pela área dos fatos", disse o órgão nesta quarta (15).

A OMT (Organização Mundial do Turismo) define turismo sexual como viagens "organizadas dentro ou fora do setor turístico, utilizando os recursos que o turismo oferece para enfim conseguir contatos sexuais dos profissionais desta área, sendo os mesmos residentes do destino onde os que procuram o sexo fácil estão".

Para Thais Cremasco, advogada e conselheira estadual da OAB-SP, a vinda do grupo para o Brasil com objetivo de se relacionar com mulheres mostra uma espécie de exploração de corpos femininos. "Há desprezo pelo corpo feminino e objetificação do corpo da mulher, que é tratado como um produto."

Há desprezo pelo corpo feminino e objetificação do corpo da mulher, que é tratado como um produto

Thais Cremasco
advogada e conselheira estadual da OAB-SP

Após a repercussão do caso nas redes sociais, os integrantes do Millionaire Social Circle gravaram uma live em que afirmam que foram vítimas da cultura do cancelamento no Brasil e que foram acusados falsamente de turismo sexual e tráfico humano e de promover prostituição.

"Essas feministas são tão estúpidas", diz Mike, para quem as mulheres que revelaram o caso não estão "fazendo nada da vida" e "não são pessoas ocupadas". "Nenhuma delas está na faculdade de medicina."

Em outro momento, diz que uma das mulheres que foi à festa e gravou um vídeo sobre o evento é uma "garota feia e gorda". "As mulheres atraentes nos defenderam. Nos vídeos da festa, todos estão sorrindo."

À **Folha**, o grupo nega que a festa tenha ligação com o curso e afirma que estiveram em São Paulo para realizar uma "conferência de namoro". "Nós queremos que as pessoas saibam o que nós fazemos. Tudo é público."

O MSC afirma, ainda, que as mulheres convidadas para a festa foram encontradas em redes sociais como Tinder e Instagram ou, então, em baladas. "A festa foi consensual. Todos foram alimentados e pagamos o Uber de todos para ir e voltar da festa."

Além dos perfis em Instagram e YouTube, há um grupo do Telegram com mil integrantes chamado David Bond Underground 2.0, em que os integrantes debocham da classe social das mulheres dos países que visitam. Em umas das conversas, David, administrador do grupo, sugere procurar locais onde as mulheres não tenham smartphones — ele as chama de "as invisíveis". Um usuário pergunta como seria possível encontrar essas mulheres, ao que ele responde "é complicado, requer ajuda".

Em seguida, outro sugere que o grupo vá para a Venezuela. "Pegar mulher por lá é fácil, uma vez que a moeda deles é desvalorizada", diz.

A dupla que se intitula coach de namoro está no ramo há cerca de dez anos. Segundo reportagem da revista americana Newsweek publicada em 2021, Mike é formado em engenharia e trabalha no ramo do xaveco desde 2013.

Na matéria, a revista afirma que ele usava empresas como Paypal e YouTube para publicar vídeos de sexo sem o consentimento das mulheres. Mike já teve outros canais no YouTube antes do Millionaire Social Circle, que conta com mais de 5.000 seguidores, como o chamado Squattincassanova, já deletado.

Pouco depois ele ressurgiu sob o nome PickupAlpha. Hoje, quem tenta acessar o canal antigo recebe um aviso de que o mesmo foi desativado por violar as políticas do YouTube sobre "nudez ou conteúdo sexual". Ainda há outros dois canais no YouTube sob o nome PickupAlpha em que Mike afirma que é um coach de namoro que trabalha, principalmente, com minorias e homens que se graduaram em áreas ligadas à ciência, tecnologia, engenharia e matemática, assim como empreendedores.

PF resgata adolescente cooptada para prostituição em garimpo

Vinicius Sassine

MANAUS A PF (Polícia Federal) resgatou uma adolescente de 15 anos cooptada para prostituição em garimpo na Terra Indígena Yanomami, um indicativo da continuidade da exploração ilegal de minérios mesmo após mais de um mês de operação para retirada dos invasores.

Em 12 de fevereiro, seis dias após as primeiras ações para destruição da logística do garimpo, a mãe da jovem procurou a Polícia Civil de Roraima e registrou o desaparecimento da filha.

O resgate foi feito pela PF na noite de terça-feira (14), em uma ação relacionada à Operação Libertação, em curso há mais de um mês.

Policiais encontraram, numa embarcação no rio Mucajaí, que corta a terra indígena, mulheres levadas a áreas de garimpo para prostituição. Entre elas estava a adolescente desaparecida.

Ela prestou depoimento na superintendência da PF em Boa Vista, onde fica o centro de comando da Operação Libertação.

Segundo o relato, houve uma proposta para que trabalhasse como cozinheira no garimpo, a partir de um contato por rede social. O deslocamento ao garimpo ocorreu no dia seguinte, em um avião, conforme a PF.

Outras quatro mulheres foram cooptadas para prostituição no mesmo contexto, e a adolescente ficou mais de 20 dias em região de garimpo, segundo os policiais.

A PF deu início a uma investigação sobre a atuação de organização criminosa na cooptação de adolescentes e adultas para prostituição em áreas invadidas por garimpeiros.

A Operação Libertação envolve PF, Forças Armadas, Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Força Nacional de Segurança Pública e Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas).

A previsão é que a ação de desintrusão pode levar de seis meses a um ano, dada a dimensão da invasão, com mais de 20 mil garimpeiros no auge da atividade ilegal.

Em um mês de operação, segundo balanço divulgado pela PF, houve apreensão de 27 toneladas de cassiterita, explorada ilegalmente na terra indígena, assim como o ouro. Houve ainda apreensão ou destruição de 84 balsas e embarcações, 11,4 mil litros de combustível, duas aeronaves, 200 acampamentos e 172 motores e geradores de energia.

O governo Lula (PT) chegou a fechar o espaço aéreo no território, o que intensificou a fuga de garimpeiros. Depois, houve flexibilização da medida, que durará até abril.

O garimpo ilegal de ouro e cassiterita foi aceito e estimulado pelo governo Jair Bolsonaro (PL), um defensor de mineração em terras indígenas.

O avanço de milhares de invasores, até áreas antes intocadas, já na proximidade da fronteira com a Venezuela, fez explodirem entre os yanomamis casos de malária e de doenças associadas à fome, como desnutrição grave, diarreia aguda, pneumonia e infecções respiratórias.

A atual gestão declarou estado de emergência em saúde pública na terra yanomami em 20 de janeiro.

Menina desaparecida no Rio é achada presa em quitinete no MA

RIO DE JANEIRO Uma menina de 12 anos que estava desaparecida há oito dias no Rio de Janeiro foi encontrada em São Luís. Ela foi localizada trancada em uma quitinete no bairro Divineia, na terça-feira (14), por agentes da DDPA (Delegacia de Descoberta de Paradeiros) do Rio, com apoio da Polícia Civil do Maranhão.

A investigação descobriu que a garota foi levada da porta da escola por um homem de 25 anos. Os dois se conheceram por meio de um aplicativo de compartilhamento de vídeos. Eduardo Noronha foi preso em flagrante por suspeita de sequestro e cárcere privado.

A polícia do Rio e o Governo do Maranhão não disseram o nome do advogado de defesa do suspeito. Segundo a delegada Ellen Souto, titular da DDPA, o homem negou ter estuprado a jovem, mas confessou, em depoimento, que a beijou "algumas vezes".

Segundo a polícia, ele também pode responder por estupro de vulnerável, já que a legislação brasileira considera crime a prática de ato libidinoso com menor de 14 anos. A menina passará por exame de corpo de delito.

A investigação apontou que o suspeito e a jovem conversavam pela internet havia cerca de dois anos. O homem, então, decidiu viajar até a capital fluminense para buscar a menina. No último dia 6, Eduardo encontrou a adolescente na porta da escola, em Sepetiba, na zona oeste do Rio, e a levou de carro até São Luís.

Foram 3.100 km de viagem, em pelo menos dois dias dentro do veículo, numa corrida que custou R$ 4.000, segundo a polícia. Os investigadores ainda apuram se a viagem foi feita por um aplicativo de transporte individual ou se foi combinada com o motorista por fora.

À polícia a adolescente contou que Eduardo fez um documento falso para ela, a fim de que pudessem cruzar o país sem problemas.

A vítima foi achada a partir da localização do celular.

ESTUDANTES PROTESTAM CONTRA O NOVO ENSINO MÉDIO
Alunos fazem ato na avenida Paulista, em São Paulo, e em outras 55 cidades do país; novo método se tornou obrigatório no ano passado Bruno Santos/Folhapress

saúde

Governo Bolsonaro incinerou medicamentos de alto custo

Remédios para doenças raras avaliados em R$ 13,5 milhões foram descartados

O ex-presidente Jair Bolsonaro em evento em que sancionou projeto de lei para compra de vacinas Raul Spinassé - 10.mar.21/Folhapress

SAÚDE PÚBLICA

Mateus Vargas

BRASÍLIA O governo Jair Bolsonaro (PL) incinerou medicamentos usados no tratamento de doenças raras e de alto custo, avaliados ao todo em pelo menos R$ 13,5 milhões.

Há na relação de itens perdidos duas doses do Spinraza, cada uma comprada por R$ 160 mil pelo governo federal. Usada para pacientes com AME (atrofia muscular espinhal), a terapia é uma das mais caras do mundo.

Associações de pacientes dizem que o estoque perdido mostra má gestão do governo Bolsonaro. A falta do tratamento pode levar pacientes à morte, afirmam ainda as mesmas entidades.

Os dados sobre produtos do Ministério Saúde incinerados desde 2019, no começo da gestão Bolsonaro, foram obtidos pela **Folha** via Lei de Acesso à Informação. O mesmo material mostra que, até o começo deste ano, a pasta deixou vencer 39 milhões de vacinas contra a Covid-19.

Excluindo as vacinas contra a Covid-19, os dados compartilhados pela Saúde apontam que já foram descartados produtos avaliados em R$ 214,2 milhões desde 2019 (valor que inclui imunizantes contra outras doenças). Outros insumos, de mais R$ 38 milhões, ainda estão na fila da incineração.

Entre os itens perdidos estão vacinas de diversos tipos —contra sarampo e rubéola, pentavalente, hepatites e tríplice viral—, além de medicamentos contra câncer, hepatite C e outras doenças.

Também foram inutilizados dos testes e medicamentos destinados a pessoas que vivem com HIV avaliados em R$ 8,5 milhões.

O governo Bolsonaro apresentava como uma de suas bandeiras o cuidado com as doenças raras. Em 2021, o Ministério da Saúde lançou a nova mascote do SUS, identificada como Rarinha, em cerimônia com a então primeira-dama Michelle Bolsonaro.

Entre os medicamentos para doenças raras, foram descartadas ainda cerca de 950 unidades do Translarna, produto usado para pacientes com distrofia muscular de Duchenne, que causa degeneração muscular progressiva. Esses lotes custaram R$ 2,74 milhões no total.

Os dados sobre estoques da Saúde estavam sob sigilo desde 2018. No fim de fevereiro, a CGU (Controladoria-Geral da União) recomendou revisão dessa reserva. A pasta comandada por Nísia Trindade liberou, por enquanto, a relação de produtos descartados.

> Ver essa lista de medicamentos descartados é extremamente decepcionante, pois a gente passa por muitas dificuldades para o paciente receber o tratamento
>
> **Amira Awada**
> vice-presidente do instituto Vidas Raras

"Ver essa lista de medicamentos descartados é extremamente decepcionante, pois a gente passa por muitas dificuldades para o paciente receber o tratamento", afirma a vice-presidente do instituto Vidas Raras, Amira Awada.

Ela diz ainda que o Judiciário é "desrespeitado" com a perda dos produtos, pois muitos tratamentos são comprados pelo SUS após decisões da Justiça.

"A gente está falando de doenças degenerativas, que podem levar o indivíduo à morte sem o medicamento no momento adequado. Em tratamentos de uso contínuo, sempre há um agravamento da doença com a interrupção, e essa piora não é recuperada", afirmou ainda Awada.

Os dados apresentados pela Saúde não permitem afirmar que a totalidade dos produtos foi descartada por causa do fim da validade. Em alguns casos, medicamentos podem ter sido reprovados em testes de controle de qualidade ou inutilizados por causa do armazenamento incorreto.

Integrantes do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmam, porém, que a maior parte dos insumos foi incinerada após o fim da validade. Além disso, dizem que outros produtos podem estar vencidos no estoque e ainda serão encaminhados para o descarte.

O governo federal também incinerou medicamentos para diferentes tipos de mucopolissacaridose, avaliados em cerca de R$ 2,9 milhões.

Esse tipo de doença pode causar limitações em articulações, problemas respiratórios e cardíacos, hérnias, entre outras dificuldades, além de levar à morte prematura.

Moysés Toniolo, representante da Anaids (Articulação Nacional de Luta contra a Aids), afirma que há drogas usadas por crianças que vivem com HIV entre os itens descartados, além de produtos de alto custo.

"Os medicamentos são fundamentais. É um caso gravíssimo que precisa ser levado a autoridades para penalização administrativa, civil e criminal. Lamento que somente agora a gente teve conhecimento desse documento", disse ele.

Presidente da Febrararas (Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras), Antoine Daher disse que a entidade propôs ao governo Bolsonaro mecanismos para melhorar a distribuição dos medicamentos, por exemplo, redistribuindo frascos que não foram usados.

"Fizemos a proposta, e infelizmente o ministério, depois que aplaudiu a ideia, não levou adiante", disse Daher, que é pai de um paciente com síndrome de Hunter.

"Chamo isso de desastre. Medicamentos de alto custo sendo jogados no lixo, com pacientes morrendo, necessitando dos tratamentos. Não é por falta de aviso. É falta de responsabilidade com a vida das pessoas", disse Daher.

Em nota, o Ministério da Saúde disse que o "cenário de desperdício" de vacinas, medicamentos e outros insumos "reflete o descaso do governo anterior".

A pasta disse que o governo Bolsonaro não compartilhou dados sobre os produtos armazenados antes da posse. Também disse que busca adequar esses estoques, além de "solução pactuada" com estados e municípios para evitar novas perdas.

O ex-ministro da Saúde Marcelo Queiroga afirmou que não tem dados sobre estoques e que essas informações ficam sob cuidado das áreas técnicas.

Já Luiz Henrique Mandetta, primeiro ministro da Saúde do governo Bolsonaro, disse que na sua gestão houve esforço para adequar a gestão dos estoques, ao transferir os produtos de armazéns localizados no Rio de Janeiro para uma central em Guarulhos (SP).

Ele disse ainda que muitas compras são feitas por estimativa de demanda, como em campanhas de vacinação, e que o uso depende da adesão da população.

Procurado, o atual deputado federal Eduardo Pazuello, que também foi ministro da Saúde no governo Bolsonaro, não se manifestou.

Campanha buscar reduzir fraudes contra planos de saúde

Stefhanie Piovezan

SÃO PAULO A Fenasaúde (Federação Nacional de Saúde Suplementar) lançou nesta quarta-feira (15), dia do Consumidor, a campanha Saúde Sem Fraude. O objetivo da entidade, que representa operadoras de planos de saúde do país, é alertar sobre o crescimento de golpes durante a pandemia e os prejuízos com as más práticas.

Segundo Vera Valente, diretora-executiva da federação, o impacto anual com fraudes e desperdícios chegava a R$ 28 bilhões em 2017 e a crise sanitária agravou o quadro. "O processo de envio de documentos para reembolso de exames e consultas foi digitalizado e isso facilitou as fraudes", diz.

No fim do ano passado, a **Folha** mostrou que desvios com reembolsos movimentaram R$ 40 milhões. O caso continua em investigação pelo Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado) e outras duas notícias-crime foram registradas desde então, com abertura de nove inquéritos policiais.

A Fenasaúde lança agora uma campanha educativa com cartilhas, vídeos, entrevistas e postagens para alertar os usuários e as empresas das práticas mais comuns.

Entre as fraudes recorrentes estão a falsificação de documentos de identificação e de comprovante de endereço, vínculo familiar ou empregatício irregular e falsa comprovação do plano anterior para redução de carências.

Outros problemas são as solicitações de reembolso de consultas e exames sem que esses tenham sido realizados ou ainda o falso estado clínico. Nesse caso, cuidados não cobertos pelo convênio são registrados como intervenções necessárias ou então realizados com o "saldo" do usuário.

"Chegamos ao ponto de clínicas de estética postarem nas redes sociais que trabalham com mecanismo de reembolso de planos de saúde. Os planos não pagam nenhum tipo de procedimento estético."

Ainda por parte do usuário, outros golpes recorrentes são o fornecimento de login e senha e o empréstimo da carteirinha para terceiros, omissão de doenças preexistentes, fracionamento e falsificação de recibos.

> Chegamos ao ponto de clínicas de estética postarem nas redes sociais que trabalham com mecanismo de reembolso de planos de saúde. Os planos não pagam nenhum tipo de procedimento estético
>
> **Vera Valente**
> diretora-executiva da Fenasaúde

"O contrato estipula um reembolso de R$ 200. O usuário passa em uma consulta de R$ 400 e perguntam se ele gostaria de dois recibos, para poder pedir o reembolso duas vezes. Isso tomou tamanha dimensão que as pessoas fazem de forma costumeira, daí a necessidade de trazer maior conscientização", afirma.

Para ela, os consumidores precisam compreender que os custos com reembolsos indevidos ou procedimentos que não deveriam ser feitos vão pesar sobre todos os usuários do plano, já que em última instância as operadoras podem aumentar as mensalidades para arcar com os gastos.

"Lesa a saúde como um todo porque aquele que não conseguir pagar vai sair do sistema privado e impactar o SUS (Sistema Único de Saúde), é um efeito dominó", avalia.

No âmbito dos corretores, a FenaSaúde lista a abertura de empresa de fachada, venda de falso plano de saúde e apropriação de valores dos clientes e, por parte dos prestadores, há problemas relacionados a órteses, próteses e materiais especiais, como superfaturamento e cirurgias desnecessárias, além de cobrança por procedimentos não realizados e adulteração de exames.

A entidade orienta os usuários a darem preferência a prestadores de confiança ou que integrem a rede credenciada do plano de saúde; realizem o pedido de reembolso diretamente à operadora e nunca compartilhem login e senha do aplicativo do plano.

MORTES | coluna.obituario@grupofolha.com.br

Deixou aos filhos coragem e um olhar poético para a vida

CRISTINA ZAPPA (1956 - 2023)

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO Cuidado é a palavra que melhor define a fotógrafa Cristina Zappa.

"Ela cuidou dos pais, dos irmãos, dos filhos, dos amigos... Era resiliente e superprotetora. Batalhou para cuidar dos três filhos. Resolvia todos os problemas", afirma a professora e consultora literária Isabella Zappa, 40, uma das filhas.

Natural de Vassouras, no Rio de Janeiro, Cristina era a caçula de três filhos de um embaixador com uma dona de casa.

Devido à profissão do pai, morou em Brasília e em vários países. Mesmo ausente durante algumas temporadas, não perdeu as brincadeiras da infância e conseguiu desfrutar da companhia dos primos no sítio dos avós, em Piraí, no Rio.

Formada em letras na PUC (Pontifícia Universidade Católica) do Rio, nunca exerceu a profissão. Cristina se enveredou pelo mundo da fotografia.

"Ela tinha um olhar muito sensível para as coisas, um olhar estético apurado. Era muito ligada à memória. Pensava nos acervos das pessoas, das famílias, do Rio...", diz a filha.

O primeiro emprego de Cristina foi em 1982, no jornal O Globo. Assim que engravidou, saiu para viver a arte de ser mãe. Cristina seguiu na fotografia como freelancer durante muitos anos. A sua última passagem foi pelo Instituto Moreira Salles, onde ficou por 18 anos. Atualmente, estava aposentada.

Cristina também mostrou resiliência, além de coragem, durante os dois anos em que teve leucemia. Enfrentou dois transplantes de medula e sessões de quimioterapia, além de outros tratamentos.

"Ela lutou com muita dignidade. Deixou um legado de força, coragem e amor à vida", relata Isabella.

O olhar poético que Cristina tinha para a vida fez diferença na vida dos filhos. Ela os aproximou da arte e da cultura, e os levava a museus, exposições, ao teatro. Os três estudaram em uma escola que valorizava a cultura.

Cristina morreu dia 13 de março, aos 66 anos, em decorrência da leucemia. Ela teve um companheiro por mais de 40 anos. Mesmo após a separação os dois mantiveram a relação de amizade ao longo da vida. Solteira, deixa três filhos, um genro e uma nora, e muitos cães, que considerava como os "netos de quatro patas".

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

O vulcão Maat Mons em perspectiva tridimensional gerada por computador Divulgação Nasa

Imagem revela 1ª evidência de erupção vulcânica em Vênus

Achado inédito pode ajudar a explicar possível presença de fosfina no planeta

Salvador Nogueira

SÃO PAULO É verdade que são imagens de radar com baixa resolução produzidas por uma velha espaçonave há mais de 30 anos. Mas uma nova olhada nelas revelou o que pode ser a primeira evidência de atividade vulcânica corrente na superfície de Vênus.

O trabalho foi realizado por Robert Herrick, da Universidade do Alasca em Fairbanks, e Scott Hensley, do Laboratório de Propulsão a Jato da Nasa, ambos nos EUA. As conclusões foram apresentadas durante a 54ª Conferência de Ciência Lunar e Planetária, em The Woodlands, Texas, e figuram em artigo a ser publicado na edição desta semana da revista Science.

O achado é importante por dar algumas balizas à forte discussão existente sobre a dinâmica de vulcanismo venusiana e pode até informar questões recentes levantadas sobre o planeta, como a presença de fosfina na alta atmosfera, molécula que pode ser (ou não) evidência de vida nas nuvens daquele mundo.

Vênus é genericamente reconhecido como um gêmeo da Terra —mais precisamente como um gêmeo "mau". É nosso vizinho planetário mais próximo, tem praticamente o mesmo tamanho e a mesma massa da Terra (apenas um tiquinho menos). É o mundo solar que recebe o nível de irradiação mais próximo do terrestre. E, no entanto, guarda marcadas diferenças.

A mais notável para nós, criaturas vivas, é a atmosfera ultradensa dominada por dióxido de carbono, capaz de gerar um efeito estufa tão poderoso que a temperatura na superfície excede os 460°C, comparável à de um forno de pizza. Nada que entendemos por vida pode viver lá.

A alta atmosfera é mais aprazível, com temperatura e pressão similares à que encontramos na Terra ao nível do mar, mas ainda assim extremamente seca. Se houver alguma chance de biologia em Vênus, é só em meio às nuvens, e a maioria dos cientistas acha mesmo isso bem improvável.

Outro contraste importante é a rotação: enquanto a Terra dá uma volta em torno de seu próprio eixo a cada 23h56min, Vênus leva 243 dias (mais que o próprio ano venusiano, 224 dias) para fazer a mesma coisa.

Em 1989, a Nasa lançou a missão Magellan. Batizada em homenagem ao navegador Fernão de Magalhães, primeiro a circunavegar a Terra, ela circularia Vênus múltiplas vezes para realizar um mapeamento tão preciso quanto possível do planeta vizinho.

Não é um desafio trivial, já que a superfície venusiana passa o tempo todo inteiramente recoberta por densas nuvens. Para colher as imagens, a Magellan usou radar, fazendo varreduras em faixas estreitas do planeta, até cobrir o planeta inteiro. A resolução não era lá grande coisa: entre 100 e 300 metros por pixel.

Foi com esses dados, colhidos entre 1990 e 1992, que a dupla de pesquisadores fez sua descoberta. Eles se debruçaram sobre regiões que foram imageadas ao menos duas vezes pela espaçonave e que provavelmente tinham maior chance de exibir atividade vulcânica, em busca de diferenças entre um "antes" e um "depois".

A análise automatizada desse material é contraproducente, porque a mudança de ângulo de observação em cada uma das imagens dificulta o trabalho da máquina. O olho treinado de um geólogo ainda é mais poderoso.

E foi assim que a dupla encontrou em Atla Regio, região onde estão os maiores vulcões venusianos, possíveis evidências de erupção em duas imagens obtidas entre fevereiro e outubro de 1991.

Herrick e Hensley se concentraram em uma chaminé vulcânica localizada perto do grande vulcão Maat Mons, que parece ter se expandido e mudado de forma nos nove meses que se passaram entre uma imagem e outra. "Na imagem do ciclo 1, a chaminé parece quase circular (1,5 x 1,8 km, área de 2,2 km^2), com encostas internas íngremes", escreveram os dois. "Na imagem do ciclo 2, a chaminé ficou maior (4 km^2) e com forma irregular."

Além disso, os pesquisadores encontraram uma outra região próxima que parecia conter fluxos novos, não aparentes na primeira das imagens.

Para se certificar de que não se tratava de uma ilusão causada pelos ângulos diferentes em que as duas imagens foram produzidas, a dupla conduziu uma simulação de computador de como a imagem mudaria de ângulo a ângulo, baseada na aparência inicial da chaminé. Com isso, constataram que não era mesmo ilusão de óptica —a chaminé parece ter mudado de forma mesmo.

Quanto aos fluxos, não foi possível fazer essa corroboração por simulação. Ainda assim, os cientistas se sentem seguros em dizer que há evidências de que uma erupção se deu entre fevereiro e outubro de 1991 e que o nível de atividade é comparável ao que se vê, por exemplo, no Havaí.

Não é surpreendente que haja vulcões ativos por lá. Em contraste com Marte, planeta menor e que parece a essa altura estar geologicamente quase completamente inativo, Vênus se assemelha mais à Terra em sua composição interna e na presença de elementos radioativos que possam gerar calor e manter vulcanismo ativo no planeta.

Além disso, a superfície venusiana parece geologicamente recente (renovada entre centenas e dezenas de milhões de anos atrás), com poucas crateras de impacto, o que remete mais à Terra que a Marte.

Porém Vênus não possui um sistema de placas tectônicas como o da Terra, que por aqui dita como e onde os vulcões surgem e se mantêm ativos. Isso deve produzir diferenças no nível de atividade vulcânica dos dois planetas.

Os cientistas planetários já conceberam muitos modelos possíveis da dinâmica geológica de Vênus, indo de uma intensidade bem inferior à da Terra a uma bem superior —mas só observações diretas do nível de atividade poderão discriminar entre esses diferentes modelos.

O achado da dupla dos EUA é um primeiro passo, mas com uma única ocorrência é difícil de fazer uma estimativa. Os pesquisadores já se sentem à vontade para dizer que Vênus é menos ativo que Io, a lua de Júpiter salpicada de vulcões. Mas aí até a Terra sai atrás.

"Nossos resultados tornam improvável que o vulcanismo de Vênus tenha caído para uma pequena fração do da Terra nos últimos poucos centenas de milhões de anos, mas há uma variada gama de cenários possíveis de atividade que são compatíveis com níveis similares aos havaianos de vulcanismo em Atla Regio."

Dependendo do nível de atividade, é possível que a recente detecção de fosfina na atmosfera de Vênus seja explicável por mecanismos puramente geológicos, dispensando qualquer ação de microrganismos nas nuvens venusianas.

Tudo isso será um prato cheio para as próximas duas missões planejadas pela Nasa para Vênus. Chamadas DaVinci+ e Veritas e marcadas para 2029 e 2031, terão como objetivos analisar a atmosfera e fazer mapeamento em alta resolução do planeta. Serão as primeiras espaçonaves americanas a se concentrar no estudo de Vênus desde o fim da missão Magellan.

Nasa apresenta traje de astronautas que participarão da missão lunar Artemis 3

SÃO PAULO A Nasa, agência espacial americana, apresentou nesta quarta-feira (15) o traje que será usado pelos astronautas da missão Artemis 3, que levará a primeira mulher e a primeira pessoa negra à superfície lunar.

O traje, apresentado durante um evento no Space Center, no Texas, foi produzido pela Axiom Space e incorpora tecnologias para propiciar mobilidade, flexibilidade e proteção.

A expectativa é que, com ele, os astronautas consigam percorrer mais áreas do que em missões anteriores. "A parceria entre a Nasa e a Axiom é fundamental para o envio de astronautas à Lua e a continuidade da liderança da América no espaço", afirmou o chefe da Nasa, Bill Nelson.

Planejada para 2025, a missão Artemis 3 vai marcar o retorno ao satélite da Terra e será a primeira a explorar o polo sul.

De acordo com a Nasa, após o pouso, a primeira missão da tripulação será checar se todos os sistemas estão adequados para a permanência no solo lunar. Caso esteja tudo funcionando, o grupo terá algumas horas para comer e descansar antes de iniciar uma série de experimentos.

Durante as caminhadas no satélite, estão previstas captação de fotos e vídeos, pesquisa geológica e coleta de amostras.

O engenheiro-chefe Jim Stein veste o traje espacial no evento desta quarta Marcos Felix/AFP

esporte

O zagueiro Neto em entrevista em 2017; sobrevivente do acidente em 2016, ele pensa em deixar Chapecó Joaquin Sarmiento/AFP

Famílias querem anulação da recuperação judicial da Chape

Parentes de mortos relatam acusações e ofensas; Neto pensa em deixar a cidade

Alex Sabino

SÃO PAULO Neto, 37, nasceu no Rio de Janeiro, mas escolheu Chapecó para viver e criar os filhos. Ele está ligado de forma indelével ao time da cidade, a Chapecoense. Foi onde viveu os melhores momentos da sua carreira. Era a camisa que defendia quando quase morreu.

Um dos três integrantes do elenco que sobreviveram ao desastre aéreo de novembro de 2016, o zagueiro nunca mais jogou futebol, mas continuou a morar no município. Uma decisão que começou a reconsiderar. "Algumas coisas me fazem pensar no futuro. Já fui xingado em rede social por torcedor dizendo para eu ir embora de Chapecó. Sinto que pessoas de dentro [do clube] me tratam como se eu fosse um estrangeiro. Moro em Chapecó, tenho investimentos. Construí minha casa aqui. Gosto demais. É a cidade que escolhi para criar meus filhos. Eles têm 16 anos e percebem o que está acontecendo, escutam radialistas acusarem as viúvas. Mesmo pós-tragédia, ouvi falarem que as vítimas e as famílias queriam muito dinheiro. É triste ver isso acontecer", desabafa.

Um dos comentários que ouviu e que mais o machucou foi que não conseguiu voltar a jogar por "problemas de cabeça". Como resultado da queda do avião da LaMia que levava a Chapecoense a Medellín, para a final da Copa Sul-Americana de 2016. Ele sofreu fratura na coluna cervical, lesões no joelho e passou por múltiplas cirurgias reparadoras na mão, nariz e crânio. Foram 71 mortos na tragédia.

"Eu tenho um parafuso cervical dentro do osso. Há pessoas chamando as vítimas do acidente, as viúvas, de mercenárias", constata.

Neto é um dos dez sobreviventes ou familiares de vítimas da tragédia que questionam a aprovação do plano de recuperação judicial do clube. A assembleia aconteceu no início deste mês e, para advogados das vítimas, foi irregular.

"A gente vai impugnar essa assembleia por uma série de fatores jurídicos. Obviamente que a gente não concorda com isso. Quem vendeu uma caixa de Yakult, e não recebeu, e quem perdeu a vida está no mesmo balaio. É um processo jurídico injusto", afirma Marcel Camilo, advogado de Neto e de algumas das viúvas de vítimas da queda do avião.

A agremiação entrou em recuperação judicial em fevereiro de 2022 porque não conseguia pagar suas dívidas, avaliada em mais de R$ 100 milhões.

Em 14 de junho de 2020, a Chapecoense assinou documento comprometendo-se a quitar 26 ações contra o clube, abertas por familiares das vítimas. A agremiação deu como garantia de pagamento sua verba de sócio-torcedor. O acordo foi firmado na secretaria de execução do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina.

> Isso é o que me machuca mais, comparar aqueles que fizeram sucesso e levaram o nome da Chapecoense para o mundo como se fôssemos pessoas quaisquer. Como se a gente fosse culpado pela dívida do clube
>
> **Neto**
> zagueiro que sobreviveu ao acidente da Chapecoense

Pelos primeiros 12 meses, seriam destinados R$ 250 mil por mês às famílias. Do 13º ao 24º mês, o valor passaria a ser de R$ 350 mil. Depois disso, voltaria a ser R$ 250 mil. O dinheiro seria repassado pela própria Chapecoense.

Com o tempo, sete casos tiveram a indenização quitada e foram encerrados. Sobraram 17. Em dezembro de 2021, uma família não recebeu a parcela. A partir de janeiro de 2022, ninguém foi pago.

No plano de recuperação, a Chapecoense pediu desconto de até 85% para pagar as dívidas que tem com as famílias das 71 vítimas da tragédia. Hoje em dia o valor está em cerca de R$ 40 milhões. A proposta é de que os depósitos sejam feitos ao longo de 13 anos. A equipe deixou de pagar as indenizações.

Em resposta, os familiares pediram que imagens dos atletas fossem retiradas do site e dos imóveis da instituição.

Segundo Camilo, a assembleia foi irregular porque pessoas que não estavam documentadas receberam links para acompanhar a reunião online. Empresas com créditos não afetados pela recuperação judicial tiveram direito a voto.

A Chapecoense afirmou, em nota, que "todos os trâmites ocorreram de forma regular e em conformidade com o que preceitua a lei específica no intuito da recuperação judicial, sendo juridicamente perfeita".

"Somente tiveram direito a voto credores arrolados no rol de credores da recuperação judicial e, portanto autorizados a isso. Não se pode afirmar nada acerca da necessidade financeira de qualquer credor, mas, inegavelmente, todos os direitos eram legítimos e foram auditados pela administração judicial", diz o clube.

"Minha maior tristeza é a recuperação judicial colocar outros credores e as famílias no mesmo pacote. Não são famílias apenas de atletas. Isso é o que me machuca mais, comparar aqueles que fizeram sucesso e levaram o nome da Chapecoense para o mundo como se fôssemos pessoas quaisquer. Como se a gente fosse culpado pela dívida do clube", completa Neto.

Neto, Susi Ribas, viúva do zagueiro Willian Thiego, e Dhayane Pallaoro, filha do presidente Sandro Pallaoro, também morto no acidente, afirmam ter escutado comentários de pessoas em Chapecó, e em rádios da cidade, de que as indenizações e acordos trabalhistas eram responsáveis pela situação financeira do clube.

"Eu nunca recebi nada. Nem acordo nem processo trabalhista. Ver pessoas jogarem toda a culpa em nós sobre a situação que o clube está hoje... Isso não é verdade. A culpa disso tudo é da má gestão. Meu marido morreu trabalhando. Eu sempre trabalhei e continuo trabalhando. Trabalho para sustentar minha filha, sendo que ela poderia usufruir do que o pai deixou para ela", queixa-se Susi.

"Muitos familiares de dirigentes foram escanteados, deixados de lado, como se não existissem. As pessoas que frequentavam nossa casa, que eram amigas dos nossos pais, passaram a ignorar a nossa existência. Já vi gente atravessar a rua para não ter de conversar com a gente. Como se fôssemos causar incômodo a essas pessoas. Foi o pior lado de conhecer as pessoas nesse pós-tragédia. Foi horrível ter essas decepções", completa Dhayane.

A atual administração da Chapecoense afirma que "em hipótese e em momento algum houve qualquer tipo de afirmação difamatória ou caluniosa, envolvendo membros do seu quadro diretivo, sobre a situação financeira do clube e qualquer relação com familiares das vítimas".

"Tais afirmações que, no entendimento do clube, são desconexas da realidade, foram ditas e ganharam repercussão através de um membro da imprensa que não possui nenhum vínculo ou relação com a Chapecoense", completa a agremiação.

Robinho é citado pela Justiça; medida dá inicio a processo para executar pena

SÃO PAULO A presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça), ministra Maria Thereza de Assis Moura, determinou que Robinho seja imediatamente citado no processo de homologação da sentença da Justiça italiana. O jogador foi condenado em última instância a nove anos de prisão por estupro.

Não existe mais possibilidade de recurso.

O pedido do STJ é que o atacante seja citado no endereço fornecido por sua defesa, onde teoricamente se encontra. De acordo com a assessoria do jogador, a decisão do STJ atendeu a uma petição do advogado José Eduardo Alckmin, que representa Robinho.

Em 23 de fevereiro, a ministra havia intimidado a PGR (Procuradoria Geral da República) a consultar bancos de dados para localizar um endereço válido de Robinho, o que aconteceu na última sexta-feira (10).

A citação é a primeira fase do processo de homologação da sentença. A Justiça italiana quer que Robinho cumpra a pena no Brasil, já que seu pedido de extradição foi negado. Após o procedimento, ele terá tempo para defesa e depois o processo será entregue a outro ministro do STJ.

Segundo investigação do Ministério Público italiano, Robinho e outros cinco brasileiros estupraram uma mulher de origem albanesa que, inconsciente, foi violentada várias vezes.

Por terem deixado a Itália, os outros homens não foram notificados, e o caso deles foi desmembrado. Robinho sempre negou o crime e sua defesa aponta falhas no processo.

ESPORTE AO VIVO

14h45
Freiburg x Juventus
Liga Europa, ESPN4

14h45
Bétis x Manchester United
Liga Europa, STAR+

19h00
Cerro Porteño x Fortaleza
Libertadores, PARAMOUNT+

20h00
Grêmio x Ferroviário
Copa do Brasil, PRIME VÍDEO

21h30
Vasco x ABC
Copa do Brasil, SPORTV E PREMIERE

Os gigantes adoecidos

Corinthians, Santos e São Paulo nunca foram o Trio de Ferro; quem sabe o de lata

Juca Kfouri

Jornalista e autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

O Trio de Ferro sempre foi composto por Corinthians, Palmeiras e São Paulo.

O Santos ficou de fora por ser do litoral e o trio da capital paulista. Por muitos e muitos anos o clube praiano dominou o futebol estadual, nacional e mundial.

Nem precisava participar de duplas, trios, quartetos, quintetos ou sextetos. A carreira solo bastava para reinar no Planeta Bola. Hoje é um retrato esmaecido na parede e luta para sanar a sangria que mãos inábeis ou inescrupulosas, ou ambas, cometeram contra a saúde financeira da instituição mais que centenária.

Não é muito diferente a situação de seus rivais alvinegros e tricolores da Pauliceia.

Talvez a maior diferença seja que nenhum dos dois teve o Rei Pelé e que não há neles esforço verdadeiro para botar a vida financeira em dia, tantas são as contratações irresponsáveis que seguem fazendo — e com resultados pífios.

Tão pífios que o Trio (de lata?), está em férias pelos próximos mais de 20 dias.

Talvez os três, que têm em comum sete títulos mundiais, devessem promover um triangular para ocupar o tempo ocioso — e não virem depois com a desculpa de que perderam o ritmo de jogo.

Uma rodada na Vila Belmiro, outra em Itaquera, mais uma no Morumbi e a final na casa verde, para celebrar o único dos gigantes paulistas saudável.

A taça pode levar o nome de Pelé, Raí ou Cássio, todos ídolos e campeões mundiais — ou de Ademir da Guia, que não foi.

Corinthians e São Paulo têm torcidas enormes, o que falta ao Santos, mas seus cartolas são incapazes de fazer delas aliadas para sair das crises em que se meteram.

Isso porque se aproveitam particularmente de seus cargos, pouco preocupados em salvar gigantes adoecidos, que estão há muito tempo sem perspectivas de cura.

Não há água santa que resolva, como também não é preciso exagerar, ao estilo ituano, e decretar que as dívidas são impagáveis e que o trio, (de lata?), está condenado a desaparecer.

Apequenado está, a cada vexame desperta menos respeito, mas têm massa suficiente para se reerguer.

É claro que para nenhum deles mais um título estadual faria diferença, o Corinthians com 30, os outros dois com 22, como é claro que, no momento, ganhar títulos é o de menos.

Importante seria ter compromissos sérios, e públicos, com botar a vida em ordem.

Como inexistem uma coisa e outra, ganhar taças não resolve e perdê-las agrava as crises, humilha os apaixonados.

Fazer demagogia com os torcedores, comprar a simpatia temporária com A ou B, vender jovens, porque a base está nas mãos de empresários, e contratar veteranos, para acertar velhas dívidas, nada disso leva a lugar algum.

40 mil tricolores estavam na casa verde, para ver mais um desastre, além de chorar a lesão de Galoppo, porque miséria pouca é bobagem.

Mais de 40 mil alvinegros estavam em Itaquera, para ver outra lambança, além de chorar a ausência de Renato Augusto, porque em terra de cego quem tem um olho é rei.

Se Corinthians, Santos e São Paulo se juntassem, teriam, enfim, um bom time, um aprazível campo para treinar à beira-mar, outro para jogos médios, e nenhum dos atuais cartolas, porque não haveria acordo.

Ah, sim, e seria imprescindível recorrer à tia Leila para pagar as dívidas, que são gigantescas para os Monteiro Alves, Ruedas e Casares, mas são dinheiro de amendoim para a usura.

CANNABIS INC

Valéria França
folha.com/cannabisinc

Justiça autoriza oficial da PM a cultivar cânabis medicinal

A conquista de uma autorização judicial para o plantio de cânabis com fins medicinais é cada vez mais comum no Brasil. Estima-se que existam cerca de 2.000 habeas corpus emitidos pela Justiça.

No início de março, um deles chamou atenção pelo fato de o pedido ser de um oficial da reserva da PM (Polícia Militar), instituição que enxerga a planta mais como uma questão de segurança pública do que de saúde.

A ciência avança na comprovação da eficiência do óleo de cânabis na melhora das condições de vida de pacientes com doenças como epilepsia, autismo, depressão e dores crônicas. De acordo com a Kaya Mind, empresa que mede o mercado, 187,5 mil brasileiros usam produtos terapêuticos derivados da planta. O mercado medicinal movimentou US$ 16,7 bilhões (cerca de R$ 88,3 bilhões) no mundo em 2022.

"Mesmo assim o preconceito ainda é uma constante entre a maioria dos brasileiros", diz o advogado Gabriel Pietricosvsky. O cliente dele, o oficial da PM, pediu para não ser identificado na reportagem e justificou: "O tabu vai diminuir, mas ainda é alto".

Flor de cânabis usada para extrair o canabidiol Fabrice Coffrini/AFP

Segundo ele, todos os profissionais que o ajudaram nesta conquista —até mesmo o médico— sofrem represálias.

O oficial relata como o óleo de CBD (canabidiol, substância derivada da cânabis) trouxe benefícios para a vida dele. "Eu tive síndrome de pânico e depressão. Os médicos diziam que teria de tomar antidepressivo pela vida toda", conta o PM, que mora no Distrito Federal.

"Consegui desmamar do remédio com a ajuda do óleo, que também controlou minha ansiedade e insônia."

Ele gastava cerca de R$ 1.500 por mês para comprar o CBD de associações de pacientes.

Ferramenta jurídica que em geral demora poucos dias para ser expedida, o habeas corpus específico para o cultivo de cânabis pode levar tanto tempo como uma ação cível.

O oficial da PM esperou dois anos até receber o aval da Justiça. Agora ele poderá cultivar 60 mudas por ano.

"Esse cálculo é determinado em cima de um laudo agronômico, que calcula a quantidade de plantas necessárias para produzir o volume de óleo receitado pelo médico", explica Pietricosvsky.

Trata-se de um cultivo limitado e fiscalizado.

MEMBROS DA SOCIEDADE HISTÓRICA ROMANA ENCENAM ASSASSINATO DE JÚLIO CÉSAR, OS 'IDOS DE MARÇO'
Em uma área arqueológica do Largo Argentina, em Roma, a representação relembra a morte do líder, que aconteceu em 44 a.C Yara Nardi/Reuters

ACERVO FOLHA

Há 100 anos
16.mar.1923

Lênin sofre derrame e seu estado é grave

De Copenhague, na Dinamarca, vem a informação de que os médicos que assistem o líder da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), Vladimir Lênin, apresentaram nesta sexta-feira (16) o diagnóstico do seu problema de saúde: ele sofreu um derrame cerebral e o seu estado é considerado gravíssimo.

Os médicos indicaram que a recuperação é muito difícil e que, caso consiga se salvar, o fundador da União Soviética terá provavelmente que conviver com sequelas severas. E isso pode o impedir de reassumir o governo.

Vladimir Lênin está com 52 anos (ele viveria até 21 de janeiro de 1924).

LEIA MAIS EM
acervo.folha.com.br

Como combater a velhofobia

Não basta nos indignarmos, precisamos mudar radicalmente nossa própria atitude

Mirian Goldenberg
Antropóloga e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é autora de "A Invenção de uma Bela Velhice"

No sábado passado, dia 11, recebi um e-mail da **Folha** *sugerindo que eu comentasse o caso das estudantes que fizeram um vídeo debochando de uma colega de classe por ter 40 anos. Estava concentrada em um trabalho urgente e perguntei se poderia enviar no domingo ou na segunda de manhã. Mas, minutos depois, parei tudo o que estava fazendo e escrevi a coluna, que foi publicada no próprio site do jornal.*

A minha coluna ficou em primeiro lugar nas notícias mais lidas do site e também em primeiro lugar entre as mais comentadas, com 389 comentários, que se dividiram entre uma profunda indignação com o vídeo e outros que acharam que é muito "mimimi" só por causa de uma "brincadeira de mau gosto" de jovens imaturas, elitistas e mimadas.

No entanto, a maior parte dos comentários destacou a questão que realmente me motivou a escrever a coluna: buscar refletir sobre como cada um de nós sofre, e também reproduz e fortalece, a violência, o preconceito, o estigma e a discriminação contra as pessoas mais velhas dentro das nossas próprias casas, famílias, escolas, locais de trabalho, de lazer etc.

No dia 1º de outubro de 2021, Dia Internacional do Idoso, o querido Jairo Marques fez uma entrevista comigo com o título: "A velhofobia se escancarou e saiu do armário". Nela, destaquei que a violência contra os mais velhos sempre foi uma questão menosprezada socialmente, mas que, durante a pandemia, o tema "bombou e muita gente se tornou militante pela causa dos mais velhos".

"Até mesmo pessoas que pareciam ter medo de envelhecer se assumiram: 'Sou velha mesmo'. O que é muito bom. Muitos programas de inserção do velho no trabalho e em atividades culturais e sociais também estão acontecendo. É um fato. Mas o que destaco mesmo por esses tempos é o aumento da velhofobia, a velhofobia escancarada, saindo do armário. O que antes era invisível, escondido e dava vergonha nas pessoas agora é assumido. No início da pandemia, políticos, empresários e autoridades diziam abertamente que velho tinha de morrer mesmo. Recentemente também ouvimos falar que 'só morreu quem deveria'."

"A velhofobia está se legitimando como discurso, se alastrando pela internet com memes que dizem que velho é teimoso, que velho atrapalha. E isso não é coisa só de jovens, tem pessoas com mais de 60 anos fazendo."

Confessei que a minha maior angústia é constatar a existência de uma cruel violência física, verbal e psicológica dentro das nossas casas.

"Quem vai cuidar de você na velhice é um tema muito importante, uma angústia num país como o nosso sem um sistema de cuidados adequado. Há quem pense até hoje que os filhos irão fazer isso, mas 51% da violência contra o velho é praticada dentro de casa, pelos filhos. O abuso financeiro, o abandono e a negligência contra o velho também estão dentro de casa. Muita gente acha que vai conseguir cuidar de si na velhice, razão de muito orgulho para quem já faz isso."

"Mas as experiências de maior sucesso que conheço são aquelas de quem construiu uma rede de afeto, de amor com familiares e também com grandes amigos, que se cuidam e se protegem. Mas não dá para formar isso só quando você estiver velho."

Como escrevi na minha coluna de sábado, antes tarde do que nunca. Há mais de 20 anos eu repito como um mantra: o jovem de hoje é o velho de amanhã. Lutar contra a velhofobia é lutar pela nossa própria velhice e, principalmente, lutar por uma sociedade com mais saúde, dignidade e autonomia para os nossos filhos e netos: os velhos de amanhã.

A indignação de milhares de homens e mulheres, de todas as idades, com o vídeo que viralizou nas redes sociais, pode ter sido um estopim para combater a violência física, verbal e psicológica, muitas vezes invisível, que mora dentro das nossas próprias casas. Mas, para transformar concretamente essa realidade tão triste e perversa, não basta a nossa indignação, é preciso mudar radicalmente a nossa própria atitude dentro das nossas casas, famílias, escolas, locais de trabalho e, principalmente, dentro de nós mesmos.

Estamos juntos?

Na mira

O estúdio Rocywood, da ex-primeira dama do tráfico Fabiana Escobar, ou Bibi Perigosa, filma histórias de drama e terror que têm como pano de fundo as operações policiais da Rocinha, no Rio

Ator durante a gravação do filme 'Complexo: Guerra dos 300', no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro Eduardo Anizelli/Folhapress

Bruna Fantti e Manuela Ferraro

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO Ao avistar um caveirão subindo as ruas da Fazendinha, favela do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, uma jovem lança rojões para o alto e corre. Se fizesse parte do tráfico, ela seria uma fogueteira, como é conhecido aquele responsável por avisar que a polícia iniciaria uma operação.

Mas a garota era uma atriz, contratada da Rocywood, produtora de cinema independente, que gravava "Complexo: Guerra dos 300", um filme sobre a história do conjunto de favelas da zona norte carioca.

A Rocywood foi criada há sete anos, na Rocinha, por um grupo de teatro da comunidade que fazia roteiros para seriados exibidos online. O desejo era participar do Festival Brasileiro de Nanometragem, que acontece em Atibaia, no interior de São Paulo.

Por um erro de leitura do edital, o grupo escreveu um roteiro de 45 minutos, quando o festival pedia peças curtas de até 45 segundos de duração.

Às pressas, a Rocywood produziu um nanometragem que criticava o uso de crianças para fins comerciais, obra batizada de "Anjos Não Falam".

O filme venceu a competição, e a obra foi exibida no Festival Internacional de Contis, na França, e no Festival do Porto, em Portugal.

> **Fazemos o filme com recurso próprio. Vendi meu carro, fizemos vaquinha**
>
> **Fabiana Escobar**
> produtora

"Foi a mola de impulso para conseguirmos visualizar um horizonte além da Rocinha", lembra Fabiana Escobar, uma das criadoras do grupo, que também já fez as vezes de produtora, diretora, roteirista, cinegrafista, cozinheira e contrarregra do estúdio.

Escobar é conhecida como Bibi Perigosa, a ex-primeira-dama do tráfico da Rocinha, que inspirou a roteirista Glória Perez a criar a personagem protagonista da novela "A Força do Querer", exibida pela TV Globo em 2017.

Além dela, a Rocywood conta com outros nove membros fixos, a quem Escobar chama de guardiões da produtora.

O grupo está acostumado a filmar nas favelas cariocas, mas não sem dificuldades.

Continua na pág. C3

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

NOVO SANGUE

A proposta do trio bilionário de acionistas de injetar R$ 10 bilhões na Americanas amenizou o clima de guerra que prevalecia entre eles e os bancos credores da empresa. Os valores oferecidos nas primeiras tratativas chegavam a R$ 7 bilhões.

BOM SINAL A maioria das instituições financeiras que participam das negociações para a recuperação da empresa entendeu que o novo montante indica um caminho para que elas cheguem a bom termo. Mas querem que Jorge Paulo Lemann, Beto Sicupira e Marcel Telles cheguem a aportar mais dinheiro no negócio.

PREÇO FIXO A cifra ideal giraria em torno de R$ 12 bilhões.

JOGO DURO Não há ainda, no entanto, consenso. O Itaú Unibanco, por exemplo, está sendo mais duro nas conversas.

JOGO DURO 2 Segundo executivos que participam das tratativas, o banco não aceitaria menos do que uma injeção de R$ 15 bilhões no negócio para endossar um acordo que evite a quebra da Americanas.

NA PRESSÃO As sucessivas crises internacionais, como a do Credit Suisse, aumenta a pressão para que as conversas ganhem ritmo, de acordo com um dos que participam das negociações.

LISTA A Americanas deve, no total, cerca de R$ 26 bilhões para 12 bancos. Os maiores credores são Deutsche Bank, Bradesco, Santander Brasil, BTG Pactual, BV, Itaú Unibanco e Banco do Brasil.

PAPO FIRME O ministro Márcio França (Portos e Aeroportos), diz que ainda não conversou com a Latam —mas que a empresa seguramente "vai topar" fazer acordo com o governo para oferecer passagens de R$ 200 a aposentados, estudantes e servidores públicos.

GOSTEI Ele afirmou na quarta-feira (15) que Gol e Azul já tinham respondido positivamente à proposta.

GOSTEI TAMBÉM Questionada, a Latam afirmou à coluna que vê a iniciativa com bons olhos. "A proposta do Programa 'Voa Brasil' trazida pelo governo federal vai na direção de aumentar de forma sustentável as viagens de avião no País, permitindo que mais brasileiros descubram o nosso território e requer um trabalho conjunto entre a indústria da aviação civil, governo e sociedade", afirma.

VAMOS VOAR "A Latam quer que mais pessoas viajem de avião no Brasil. Por isso, está à disposição para analisar, propor e viabilizar iniciativas que continuem ampliando o acesso da população ao transporte aéreo", completa a empresa.

MEGAFONE As organizações Artigo 19, Conectas Direitos Humanos, Data Privacy Brasil e Transparência Internacional denunciaram o governo de Jair Bolsonaro (PL) pelo suposto uso inadequado de sistemas de vigilância ao Conselho de Direitos Humanos na ONU (Organização das Nações Unidas). As acusações foram feitas em sessão na quarta-feira (15), em Genebra, na Suíça.

É PIQUE!

Fotos Mônica Bento/Folhapress

A socióloga e presidente de honra da Comissão Arns, Margarida Genevois 1, recebeu convidados para a celebração do seu aniversário de cem anos, realizada em Higienópolis, na capital paulista, na semana passada. Com uma trajetória dedicada à defesa dos direitos humanos, Margarida foi presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo por três vezes, tendo trabalhado diretamente com dom Paulo Evaristo Arns. O teólogo Frei Betto 2 participou da comemoração. O advogado Antonio Cláudio Mariz de Oliveira e os ex-ministros da Justiça José Gregori e José Carlos Dias 3 também estiveram lá

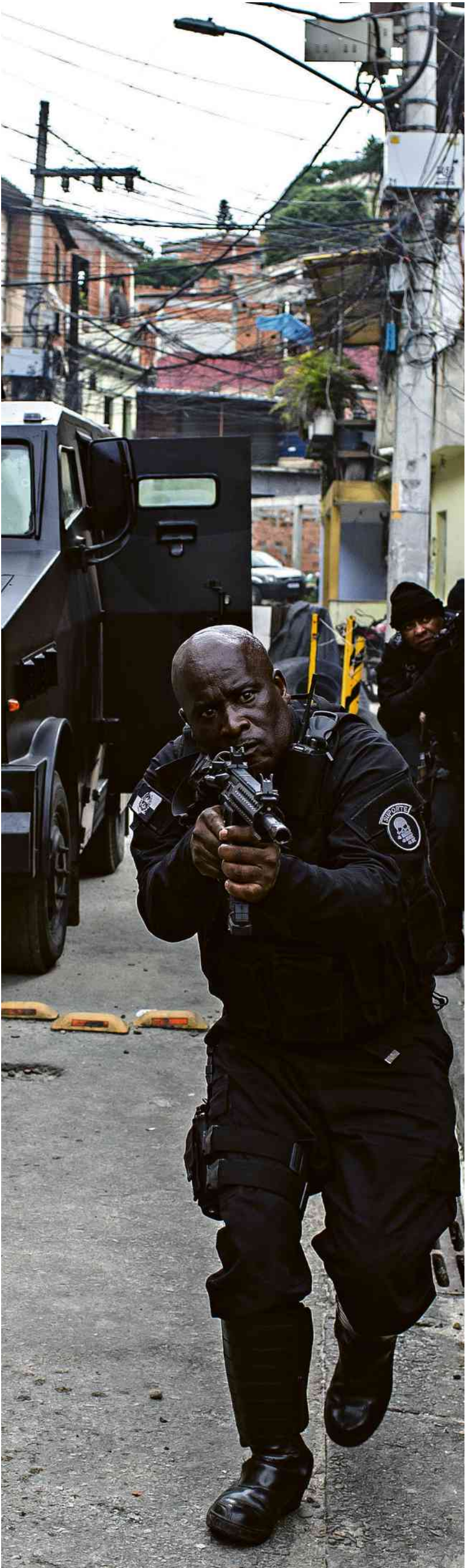
PRESSA A Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) enviou um ofício a ministros do governo Lula (PT) cobrando explicações pela demora em nomear servidores para coordenações regionais da Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) e dos distritos de saúde indígena.

PRESSA 2 Em janeiro deste ano, o governo federal exonerou mais de 30 coordenadores e servidores da autarquia, indicados na gestão de Jair Bolsonaro (PL), após a crise yanomami. A Apib diz que os postos seguem vazios. Procurada, a gestão federal não respondeu até a conclusão desta edição.

RASURA O cantor Chico Buarque avisou aos artistas que o acompanham na turnê "Que Tal Um Samba?" que decidiu alterar a letra da canção "Beatriz". Ele afirmou que, depois de cerca de 40 anos, finalmente encontrou a palavra certa para um dos versos: em vez de "será que é divina / a vida da atriz", ele passará a cantar "será que é divina / a sina da atriz".

RASURA 2 Escrita por ele e por Edu Lobo, "Beatriz" integra o álbum "O Grande Circo Místico", de 1983, e foi originalmente gravada por Milton Nascimento. Na atual turnê do carioca, a faixa é apresentada ao público por Mônica Salmaso.

RASURA 3 Chico Buarque anunciou a mudança durante os ensaios para a turnê. E lembrou, em conversa com Mônica, do pintor pós-impressionista Pierre Bonnard —o francês colecionava histórias de ocasiões em que levou pincéis e tintas a museus para fazer pequenos retoques em suas próprias obras.

RSVP A chef Bela Gil irá à 20ª Festa da Colheita do Arroz Agroecológico do MST, em Viamão (RS), na sexta (17). Cinco mil pessoas são esperadas.

Gravação do filme 'Complexo: Guerra dos 300', no Rio de Janeiro Fotos Eduardo Anizelli/Folhapress

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

Sequência de 'Shazam!' confunde mais do que explica e afasta seus fãs

'Fúria dos Deuses' perde de vista o essencial da trama e troca drama de personagem por épico despido de lógica

CINEMA
Shazam! Fúria dos Deuses
★★☆☆☆
Estados Unidos, 2023. Direção: David F. Sandberg. Com: Zachary Levi, Helen Mirren e Lucy Liu. 12 anos. Nos cinemas

Pedro Strazza

Há algumas semanas, Helen Mirren viralizou nas redes sociais ao dizer que a história do filme "Shazam! Fúria dos Deuses" era uma coisa muito complicada de explicar.

A declaração, uma piada no talk show britânico The Graham Norton Show, veio colada a outro desabafo da artista, que confessou não entender as referências dos mais jovens, fãs do filme que discutia.

Pode não ser a intenção da atriz britânica, que discutia na hora a distância entre gerações, mas as falas não estão longe da experiência com o longa. A continuação é um grande desafio de concentração, e mesmo o público mais atento tem dificuldade de entender o que acontece.

A começar pelo próprio papel de Mirren, que ao lado de Lucy Liu e Rachel Zegler é uma das vilãs da história, as filhas do titã Atlas. O filme revela posteriormente que as três irmãs, deusas aprisionadas, se libertaram do cativeiro graças aos eventos mostrados no primeiro capítulo.

Mas em nenhum momento isso é mostrado, e a produção já começa com elas tocando o terror em um museu na Grécia para recuperar um cajado visto e usado no original.

A produção é rápida em mostrar que continuidade não é o seu forte. A trama não economiza em diálogos, cheios de lero-lero mágico, para preencher buracos que tem preguiça em justificar na tela.

Bom exemplo é o mago que morreu para dar os poderes ao herói Billy Batson no original, vivido por Djimon Hounsou, que de repente reaparece vivo. Por quê? Ninguém sabe.

Do lado das antagonistas, a situação não melhora quando se tenta entender suas motivações. Como o título sugere, as irmãs estão furiosas pelo isolamento de milhares de anos e buscam vingança. Mas por que contra os humanos, que só testemunharam a briga?

Cada uma delas tem uma opinião sobre o assunto, desde a que nutre simpatia por nós, pobres mortais, à que só quer destruir a Terra, e a questão vira um impasse a certa altura. Nisso, o filme também muda o objetivo das vilãs, que passam a procurar uma semente do jardim do Éden para criar um novo mundo de deuses. O local de plantio da semente afasta de vez os interesses das três, com direito a traição.

A vingança é um prato que se come frio, dizia o velho provérbio Klingon que abre "Kill Bill". No cinema, porém, é necessário pelo menos servir o prato para que se possa saborear, algo que o filme de Tarantino fazia bem até mesmo com a história de uma das vilãs, O-Ren Ishii, vivida por Lucy Liu.

"Shazam! Fúria dos Deuses" não só tem duração parecida, como tem a ótima presença de Liu para fazer uma vilã tão impiedosa quanto a O-Ren dos "Kill Bill". Mas mal dá para entender as ambições da personagem, e resta à atriz viver de carão a cada cena, montada em um dragão de madeira feito em CGI — outro acontecimento inexplicável.

Nem tudo é groselha na sequência, porém, que tem lá seus momentos na história do protagonista adolescente. Prestes a completar 18 anos, Billy passa por uma crise — ao chegar à idade adulta, o órfão não é mais protegido pelo governo, responsável por levar o jovem à sua família adotiva.

Para piorar, os irmãos, também órfãos e agora superpoderosos, estão tomando outros rumos, a exemplo da mais velha que trabalha para entrar na faculdade. Enquanto tenta salvar o mundo como Shazam, Billy luta para manter sua nova vida inalterada.

O diretor David F. Sandberg vê um bom drama nessa agonia e dá espaço a ele quando a trama precisa de um respiro da ação. Mas esses intervalos são minúsculos.

O roteiro de Henry Gayden, que escreveu o filme original, e de Chris Morgan, famoso pela franquia "Velozes e Furiosos", está muito mais preocupado em encher a trama com o máximo possível de arcos de personagem. A história de Billy, assim, termina perdida entre os vários dramas pessoais de cada irmão e mesmo das três vilãs, que em nada se relacionam com eles.

O procedimento não é novo no atual cenário dos filmes de super-herói. É tanta preocupação em preencher o tempo, de justificar cada momento épico em cena, que se perde de vista o essencial da história.

Mas o novo "Shazam!" ao menos é honesto, o que é vantagem sobre os outros. O clímax, atenção para o spoiler, termina com as criaturas virando pó, em confissão à altura da banalidade divina em curso.

Na mira

Continuação da pág. C1

Há cinco anos, a produção do longa-metragem "Vale dos Espíritos", uma história de terror, teve de ser interrompida com a eclosão da guerra da Rocinha, como ficou conhecida a disputa entre facções pelo controle do tráfico de drogas, e a ocupação da comunidade pelas Forças Armadas.

A chegada da pandemia de coronavírus atrasou mais uma vez as gravações do filme, sobre um passeio macabro pela Floresta da Tijuca, que agora enfim está em fase de edição pela equipe da Rocywood.

No set, é necessário negociar tanto com o tráfico quanto com a polícia. As Unidades de Polícia Pacificadora, conhecidas como UPPs, exigem da produção um ofício com os locais, horários e descrição dos objetos que serão usados nas filmagens. Essas mesmas informações também precisam ser enviadas ao tráfico.

Naquele dia de janeiro, quando o caveirão alugado chegou às sete da manhã numa rua de acesso ao Complexo do Alemão, policiais militares pediram para ver a documentação do veículo blindado. Eles riram ao descobrir que se tratava de uma filmagem.

Nem sempre, porém, é possível separar a ficção da realidade. Naquele mesmo dia, alguns moradores procuravam se aproximar das câmeras e do caveirão, mas, receosos, logo se afastavam, na dúvida se aquela operação era mesmo coisa de ficção. Era melhor não arriscar, diziam.

No fim do ano passado, quando a Rocywood filmava uma cena de sequestro nos arredores do Alemão, um policial militar que dirigia a viatura de um batalhão externo ao morro não viu o carro da UPP que acompanhava as filmagens. Achou que se tratava de um crime e atirou contra os atores. Percebeu o equívoco segundos depois, quando ouviu os berros assustados dos produtores do filme.

Outro desejo de Fabiana Escobar é fazer com que a Rocywood tenha uma função de transformação social. "Queremos que quem passe por aqui se qualifique para produções fora da comunidade."

A diretora estima que 90% de seus atores sejam de favelas. A Rocywood procura parcerias para promover oficinas. Os atores que interpretam policiais, por exemplo, tiveram aulas com Jorge Só, diretor de ação e ex-dublê da TV Globo.

Os recursos são escassos e a rede de solidariedade típica das comunidades acaba ajudando. "Estamos fazendo o filme com recurso próprio. Vendi meu carro, fizemos vaquinha, dividimos a alimentação e as diárias", ela conta.

Naquele dia, as gravações do filme "Complexo: Guerra dos 300" correram até o escurecer. A cena mais significativa do dia, na visão de Escobar, aconteceu quando ela entrou no blindado com um grupo de crianças. "Foi a imagem mais simbólica. Eles estavam dentro daquele objeto, mas sem medo algum."

[...]

No set, é necessário negociar tanto com o tráfico quanto com a polícia. As UPPs exigem da produção um ofício com os locais, horários e descrição dos objetos que serão usados nas filmagens. Essas mesmas informações também precisam ser enviadas ao tráfico. No ano passado, um policial que dirigia a viatura de um batalhão externo ao morro não viu o carro da UPP que acompanhava as filmagens. Achou que se tratava de um crime e atirou contra os atores. Percebeu o engano segundos depois

'Medusa' mostra forte atrito entre política e religião com a mitologia

Filme lançado em Cannes tem grupo de mulheres que perseguem outras por serem consideradas promíscuas

Leonardo Sanchez

SÃO PAULO Na mitologia grega, Medusa era a mulher com cabelo de serpentes que, com um simples olhar, transformava homens em pedra, até que Perseu, herói da Antiguidade, consegue enfim cortar sua cabeça e a oferecer à deusa Atenas. É uma personagem vilanesca, não há dúvidas, se ficarmos só na leitura superficial.

Em tempos de empoderamento feminino, no entanto, a criatura pode ser lida como vítima. Ela foi condenada a passar os dias aterrorizando o sexo oposto depois que Atenas, virgem e enciumada, se enfureceu com a vida sexual muito mais ativa daquela bela sacerdotisa de seu templo. É nessa interpretação que "Medusa", que estreia agora, se apoia.

Dirigido por Anita Rocha da Silveira, o filme chega aos cinemas depois de uma longa peregrinação de dois anos por festivais e sessões especiais, tendo passado por Cannes e Toronto e sido premiado no Festival do Rio há dois anos.

Na trama, um grupo feminino que canta numa igreja evangélica veste máscaras brancas e sem expressão para perseguir mulheres que consideram promíscuas. Elas as espancam, cortam seus cabelos e as obrigam a gravar vídeos dizendo que prometem aceitar Jesus no coração.

Mariana, uma delas, começa a questionar não só os atos de violência, mas todas as regras e comportamentos que homens e pastores impõem a elas, que no culto cantam sobre serem belas, recatadas e do lar —frase que ficou famosa na boca de Marcela Temer—, sob a liderança da jovem Michele —nome de outra ex-primeira-dama associada ao conservadorismo—, vivida por Lara Tremouroux.

Isso porque ela sofre um acidente que deixa um corte em seu rosto e causa sua demissão de uma clínica de estética. Ela perde o chão e vai trabalhar em um hospital muito menos glamoroso, onde pode estar Melissa. Vivida em memórias fotográficas e fílmicas por Bruna Linzmeyer, a garota inspirou a criação da gangue mascarada, depois de ter seu rosto queimado por não se enquadrar no discurso moralista que permeia a trama.

Por mais distópica que seja a premissa e por mais fantasiosa que seja a estética do filme, com suas igrejas de luzes neon gritantes e frequentadores fardados, "Medusa" tem raízes em notícias de jornais e publicações de redes sociais.

Enquanto pesquisava temas para seu segundo longa, depois de finalizar "Mate-me Por Favor", Anita Rocha da Silveira se deparou com tal realidade absurda e pouco conhecida.

Resolveu, então, fazer alquimia. Juntou o que descobriu com seu interesse pelo mundo da cirurgia plástica e por religião, influências do terror dos anos 1970 e 1980 e a escalada conservadora no Brasil, em um momento em que diz ter estado fascinada por influenciadores digitais de direita.

"Quanto tempo a gente perdeu dizendo que não era para a igreja cuidar do futuro do país?", questiona o pastor conservador vivido por Thiago Fragoso em determinado momento de "Medusa", dando o tom político que Rocha da Silveira queria capturar.

"Não critico a religião em si, mas certos grupos que se apropriam e distorcem as escrituras, usando como projeto de poder para alienar e isolar os outros. As meninas deste filme são algozes e também são vítimas, prestes a explodir", afirma a cineasta.

"Minha ideia era explorar como um mito tão antigo ressoa no Brasil de hoje, por causa do machismo estrutural que está introjetado em nós, mulheres", acrescenta, destacando que, no filme, diferente dos contos feministas de agora, são as próprias mulheres que podam umas às outras.

Depois de sete anos com "Medusa", Rocha da Silveira agora desenvolve duas séries e dois novos longas, um na mesma linha e outro que diz ser um horror mais comercial.

Afinal, com o burburinho que o filme gerou e a atenção crescente em torno de seu nome, não há motivo para ficar paralisada como as vítimas da criatura mitológica.

Cena do filme 'Medusa' Bruno Mello/Divulgação

Filme envolve o espectador com mistura de crítica social com terror e comédia ácida

CINEMA
Medusa
★★★★☆
Brasil, 2021. Direção: Anita Rocha da Silveira. Com: Mari Oliveira, Lara Tremouroux e Thiago Fragoso. 16 anos. Nos cinemas

Lúcia Monteiro

"Mate-me Por Favor", de 2015, longa-metragem de estreia de Anita Rocha da Silveira, já se baseava na aliança inteligente entre o universo de adolescentes de classe média e elementos do cinema de horror.

Com "Medusa", a cineasta carioca renova e aprimora a aposta na combinação. Leva às telas uma história com tons próprios e ao mesmo tempo o charme do filme de gênero.

Mariana, vivida por Mari Oliveira, faz parte de uma estranha seita liderada por sua amiga Michele, papel de Lara Tremouroux. São garotas penteadas, maquiadas e arrumadinhas que frequentam uma igreja evangélica, onde cantam e dançam enquanto almejam se casar com os fortões do Vigilantes de Sião, grupo que lembra o "red pill".

As excessivas preocupações com a aparência e o decoro soam caricaturais, mas verdadeiras. Estão lá o visual baseado em cabelos à chapinha e maquiagem delicada, num ideal de beleza ariano tão violento em nosso contexto.

Tudo isso é costurado com humor corrosivo, que surge por exemplo com a gravação de um tutorial para esconder marcas de violência doméstica sob camadas de base ou nos comentários sobre uma mulher que exagerou nas festas de botox e acabou em coma.

Ainda que ressalvas possam ser apontadas —principalmente com relação ao maniqueísmo—, a mistura de humor, suspense, horror e crítica enreda o público.

Conta a favor a ancoragem em fenômeno que aconteceu no Brasil —jovens mulheres que se juntavam, a partir de 2015, para atacar adolescentes vistas como promíscuas.

A cineasta dialoga com referências importantes do horror. A máscara das integrantes da seita, bem como o rosto queimado de Melissa, primeira vítima do bando, remetem a clássicos como "Halloween" e "Sexta-Feira 13".

Mas a citação mais precisa é "Olhos sem Rosto", de 1960, filme icônico do gênero do francês Georges Franju, que tem uma protagonista desfigurada como Melissa.

Difícil não reconhecer o caminho dessa grande cineasta.

Aposta segura

Globo responde à crise com remakes de novelas e troca de comando na área

Maurício Stycer

Jornalista e crítico de TV, autor de 'Topa Tudo por Dinheiro'. É mestre em sociologia pela USP

Num período de transição de comando, na segunda metade da década de 1990, a Globo abraçou o projeto de remakes de três novelas das oito que fizeram sucesso nos anos 1970.

A primeira foi "Irmãos Coragem", de Janete Clair, adaptada por Dias Gomes, em 1995. Em 1998, foi a vez de "Pecado Capital", também de Janete, reescrita por sua pupila Glória Perez.

Ambas tiveram audiência e repercussão abaixo do esperado. A terceira seria "Dancin' Days", de Gilberto Braga, mas o autor se recusou a cumprir a tarefa.

O projeto fracassou por erros de estratégia e de programação. O principal deles foi a decisão de escalar os remakes para a faixa das 18h. Ou seja, novelas originalmente com temática adulta e pesada perderam a identidade ao serem amenizadas para exibição a um público habituado a tramas mais leves e adocicadas.

Gilberto Braga deixou claro que até aceitaria refazer "Dancin' Days", mas no horário das 20h, porque entendia ser a oportunidade de escrever uma novela mais forte do que a de 1978, produzida sob os olhos da censura. Às 18h, a novela não teria força, caso dos dois remakes de Janete Clair.

Quase 30 anos depois, em período de mudanças internas, a Globo voltou a investir em remakes de novelas das oito (agora das nove). Em 2022, a emissora apostou, e se saiu muito bem, com uma nova versão de "Pantanal", escrita por Bruno Luperi, neto de Benedito Ruy Barbosa, autor da trama original, exibida em 1990, na Manchete.

Para 2024, a Globo planeja um remake de "Renascer", de 1993, repetindo a dobradinha entre Luperi e Ruy Barbosa, também para o horário nobre. E se fala em uma nova versão de "Elas por Elas", de Cassiano Gabus Mendes, exibida em 1982 na faixa das 19h, agora para o horário das 18h.

Reportagem de Cristina Padiglione na Folha *discutiu longamente o assunto com o executivo Amauri Soares. Ele deu inúmeras explicações para este tipo de investimento, mas em momento algum reconheceu que é uma aposta conservadora e, de alguma forma, reflexo de uma crise.*

Tanto "Um Lugar ao Sol", que antecedeu "Pantanal", quanto "Travessia", que veio depois, decepcionaram muito em matéria de audiência, mas Soares diz que atribuir a decisão de investir em remakes a esses dois fracassos é minimizar o trabalho de sua equipe.

"Remake é um recurso a mais. Remake sempre fez parte do nosso portfólio e de qualquer estúdio. As histórias que se mantêm relevantes são reaproveitadas", minimizou.

Entre uma platitude e outra, Soares valorizou o trabalho de "curadoria" de uma equipe da Globo que analisa dados estatísticos, estuda hábitos de consumo e se arrisca por análises sociológicas, como "a conexão do brasileiro com o campo". "Sabíamos que 'Pantanal' seria um sucesso. A gente tem histórico de sucesso com novelas não urbanas", disse.

Quando falou com Padiglione, Soares era o diretor da TV Globo e afiliadas. Nesta semana, ele tornou-se também diretor dos Estúdios Globo, no lugar de Ricardo Waddington, um profissional com quatro décadas de experiência em teledramaturgia e entretenimento. Virou, assim, o mais poderoso executivo da emissora.

Com passagem pelo "Aqui Agora", no SBT, Soares atuou no jornalismo da Globo, antes de ser diretor executivo da emissora em Nova York. Completou a transição ao se tornar, na década passada, diretor de programação.

A sua ascensão ocorre num momento especialmente complexo, no qual a Globo se apresenta como uma produtora de conteúdo que se esforça para preservar a relevância na TV aberta enquanto luta para ocupar espaço no streaming. A sua tarefa é enorme.

Carta aberta de uma quarentona

Às estudantes de Bauru que não sabem lidar com colegas mais velhas

Flávia Boggio

Roteirista. Escreve para programas e séries da TV Globo

Caras alunas estudantes de biomedicina de Bauru,

É provável que vocês não me conheçam. Não posso dizer o mesmo, já que tive o desprazer de vê-las após a repercussão dos stories que publicaram no Instagram.

No post, vocês reclamam de uma colega de faculdade pelo fato de ela ter 40 anos. Perguntam "como se desmatricula" a colega porque, com essa idade, ela deveria estar aposentada, já que "não sabe usar o Google".

Como um exemplar desse ser que vocês tanto temem, a mulher com mais de 40 anos, fiquei mais intrigada do que indignada. Não sei se "pensar" seja uma atividade que vocês praticam, mas fiquei pensativa.

Me intrigou o fato de vocês acharem que não saber usar o Google seria impedimento para fazer faculdade. Vocês não sabem usar o Instagram e conseguiram se matricular.

Vocês poderiam ter feito uma dancinha no TikTok, ter assistido a memes de gato, ter fumado caneta, mas preferiram gravar um vídeo zombando da colega de 40 anos.

O que as incomoda tanto? Seria o fato de verem nela um destino inevitável?

Porque a outra alternativa é um pouco mais assustadora. Quem já chegou perto falou que não é legal.

Quando entrei na faculdade, no "esplendor" dos meus 18 anos, era uma versão ambulante do ditado: "por fora bela viola, por dentro pão bolorento".

Tinha a pele de porcelana, mas, internamente, era só cerveja, desequilíbrio emocional e a dúvida "será que o Beto do quarto ano gosta mesmo de mim, ou só me liga às terças porque transa com outra?" (também não tinha talento para entender que era a segunda alternativa).

Foi justamente após me tornar "quarentona", essa categoria que tanto me orgulha, que realizei as conquistas mais importantes da minha vida.

Desbravei novas áreas profissionais e dei os passos mais significativos da carreira. Corri duas maratonas. Engravidei e dei à luz dois meninos gêmeos.

Hoje tento passar a eles valores que talvez seus pais não tenham ensinado, como respeitar as pessoas e suas escolhas. Apoiá-las na busca de seus sonhos. Não repetirem os inúmeros erros que vi sendo cometidos por aí.

Está aí mais uma vantagem de ter mais de 40 anos. Saber que qualquer coisa postada em redes sociais pode se tornar pública. Por isso, mulheres de 40 anos, além de não pensar só em asneira, não saem por aí as publicando na internet.

Galvão Bertazzi

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | QUI. Flávia Boggio | **SEX. Renato Terra** | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes

tonygoes@uol.com.br

Casal célebre da música country tem vida contada em novo seriado

George & Tammy

Paramount+, 16 anos

Autora e intérprete de "Stand by Your Man", um dos maiores sucessos da música country americana de todos os tempos, Tammy Wynette viveu uma relação tempestuosa com o também cantor e compositor George Jones. A história do casal é dramatizada nesta minissérie em seis episódios, estrelada por Jessica Chastain e Michael Shannon.

A Queda

Amazon Prime Video, 12 anos

Quem tem medo de altura deve evitar este filme, em que duas alpinistas tentam escalar uma torre de TV de 600 metros. Mas parafusos se soltam, e as duas ficam presas lá no alto da construção.

Sombra e Ossos

Netflix, 16 anos

Na segunda temporada da série de fantasia, a protagonista Alina Starkov reúne novos aliados e parte em busca de duas criaturas mágicas que irão aumentar sues poderes na luta contra o general Kirigan.

A Mulher do Diabo

Globoplay, 14 anos

Já estão disponíveis os quatro primeiros episódios desta série policial mexicana, sobre uma professora que se torna o alvo da obsessão de um criminoso. Outros quatro chegam à plataforma no dia 22 de março.

Todas as Flores

Globoplay, 14 anos

A plataforma libera para não assinantes, até 28 de março, todos os capítulos da primeira fase da novela de João Emanuel Carneiro. Episódios da segunda fase chegam a partir de 5 de abril.

Pessoas - Contar para Viver

Curta!, 21h30, 10 anos

Os documentaristas Marcelo Machado, Marco Del Fiol, Pedro Cezer, Tatiane Toffoli e Viviane Ferreira visitam o Museu da Pessoa e propõem releituras e recortes. Vencedor da categoria pensamento no Festival & Prêmio Curta!.

O Sobrevivente

Telecine Premium, 22h, 14 anos

Depois que uma pandemia elimina uma boa parte da humanidade, um ex-agente do FBI precisa proteger a única pessoa imune ao vírus. Jonathan Rhys-Meyers e John Malkovich estrelam este filme de premissa que é idêntica à da série "The Last of Us".

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

Vida Besta *Galvão Bertazzi*

GODOKU

texto.art.br/fsp

O	R	D		U	L		H	
		L	C					
	H				A			L
I			H		U			
	U	O				I	A	
			O		I			H
R			A				C	
					H	D		
	I		R	O		H	L	A

As regras do **Godoku** são simples: o jogador deve preencher o quadro maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que os espaços em branco contenham as letras presentes no diagrama. As letras não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid. No destaque será lido um termo relativo ao movimento das águas correntes.

SOLUÇÃO

O	R	D	I	U	L	A	H	C
U	A	L	C	H	O	R	D	I
C	H	I	D	R	A	U	O	L
I	C	A	H	D	U	L	R	O
H	U	O	L	C	R	I	A	D
L	D	R	O	A	I	C	U	H
R	L	H	A	I	D	O	C	U
A	O	C	U	L	H	D	I	R
D	I	U	R	O	C	H	L	A

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. Recipiente artesanal, para carregar objetos / O valor de X, em números romanos **2.** Separam K e O / (Mús.) Sinal que se coloca no início da pauta musical, para indicar o grau e a altura das notas **3.** As iniciais do poeta Bilac / Clarão do céu noturno **4.** Tornar a adaptar para o cinema **5.** Que anima, encoraja **6.** Valor que é recebido, arrecadado ou apurado / O índio, em química **7.** (Red.) Parque onde podem ser vistos jacarés e veados / (Pop.) Porcaria, coisa ruim **8.** Camarões / (Gír.) Sujeito fraco, frouxo, covarde **9.** Distribuir **10.** (Capim-) Planta usada como forragem e para produção de papel **11.** Certas, corretas / Ingrid Guimarães, atriz **12.** Rio da África, um dos mais extensos da Terra / A cidade santa dos muçulmanos, na Arábia Saudita **13.** Que já foi / A sambista Elza.

VERTICAIS

1. Purificar a água com Cl / O nome dos atores norte-americanos Hackman, Kelly e Wilder **2.** Tornar mais atraente / O século ao qual pertence o ano de 1801 **3.** (Quím.) Estanho / Admirável, extraordinário **4.** Belo, formoso, bonito, vistoso / (Lagoa dos) A maior laguna do Brasil, no RS **5.** Escondida, secreta / Carta **6.** Terra molhada e pastosa / Poder de encantar, de seduzir, que faz com que um indivíduo desperte de imediato a aprovação e a simpatia **7.** Termo náutico que significa engatar a marcha para avançar com uma embarcação / O símbolo do érbio **8.** Érico Veríssimo (1905-1975), escritor / Oposição a ideias de desenvolvimento, de progresso **9.** Uma seita budista / Estado da matéria que tem a característica de se expandir espontaneamente, ocupando todo o recipiente que a contém.

HORIZONTAIS: 1. Cesto, Dez, **2.** LMN, Clave, **3.** Ob, Luar, **4.** Refilmar, **5.** Alentador, **6.** Renda, In, **7.** Zoo, Caca, **8.** Cam, Mané, **9.** Repartir, **10.** Napier, **11.** Exatas, IG, **12.** Nilo, Meca, **13.** Ex, Soares. **VERTICAIS: 1.** Clorar, Gene, **2.** Embelezar, XIX, **3.** Sn, Fenomenal, **4.** Lindo, Patos, **5.** Oculta, Mapa, **6.** Lama, Carisma, **7.** Dar a diante, Er, **8.** EV, Ronceirice, **9.** Zen, Gás.

Marta Mello

‘Os Diamantes São Eternos’

No patriarcado tribal, a mulher é uma riqueza muito cobiçada

Fernanda Torres

Atriz e roteirista, autora de ‘Fim’ e ‘A Glória e Seu Cortejo de Horrores’

Voltei para casa devendo trabalho, com fuso horário a me cozinhar a insônia e peço perdão pelo que vou confessar: Dei para rever filmes do 007.

É condenável, eu sei, um ícone machista, que mereceu morte lenta e dolorosa no último longa, eu sei. O cônjuge propôs a maratona e não resisti.

Fetiche de infância. Carne fraca. Mas não há como revisitar o velho Bond sem o filtro do tempo, e aquilo que, na adolescência, parecia desejável, hoje, por vezes, soa abjeto.

Em “Moscou Contra 007”, de 1963, estrelado por Sean Connery, todas as mulheres gemem porque precisam muito dar, e não só para James.

Um turco maduro, velho contato da M16 em Istambul, abandona o jornal quase obrigado, para satisfazer a amante juvenissima que mia ansiosa no recamier. Na visita ao acampamento cigano, homens feitos desfrutam do couvert artístico com dança do ventre, seguida de briga de aranha.

O original em inglês tem amor no título, “From Russia with Love”. Na trama, a estonteante agente Tatiana Romanova, em sacrifício à mãe Rússia, aceita a missão de espionar 007, submetendo-se a todo e qualquer desejo do inimigo.

Armas do mesmo calibre, os dois se apaixonam de imediato. Enquanto Romanova ama à vera, chora e se desespera pelo funcionário da rainha, Bond reage apenas com um leve desconforto, como se sofresse de indisposição intestinal.

“Os Diamantes São Eternos”, quinto filme da sequência, é de 1971. Com a revolução de costumes em curso e as feministas em alta, as personagens do sexo frágil da obra já apresentam vontade própria, traço inexistente nas garotas de “Moscou Contra 007”. A independência, no entanto, não as livra da eterna idiotização.

Uma mulher de calcinha e sutiã esperneia como criança, antes de ser arremessada pela janela do quarto, na piscina de um hotel.

Na jacuzzi do vilão, duas lutadoras de biquíni acertam um sopapo ou outro no duplo zero, até levarem um caldo estúpido do oponente e terminarem a cena debaixo d’água.

Na roleta, a moçoila de seios fartos diz se chamar Plenty —que arrisco traduzir como Dotada— e ouve um resmungo de “com certeza...”, de um Bond vidrado no seu decote.

O único neurônio XX da fita é uma pilantra coquete, que desfila em trajes sumários, enquanto oscila entre bem e mal.

Uma mulher inteligente pode ser promovida, no máximo, a esperta, na terra de Marlboro dos papais fumantes, que entretém os filhos no quarto escuro, girando o cigarro em brasa.

Quarenta anos se passariam até que James amasse e fosse traído por alguém real. Em “Cassino Royale”, de 2006, a contraditória Vesper de Eva Green funde sexo com sentimento, deixando no chinelo o tesão priápico das versões passadas.

Vesper livra Bond da superficialidade e o prepara para “Operação Skyfall”, de 2012, obra-prima da franquia.

Com direção de Sam Mendes e elenco digno da Royal Shakespeare Company, “Skyfall” investe na orfandade do herói, centrado na relação edipiana de James com a chefe.

A “bond girl” do filme é a septuagenária M., de Judi Dench. Caminhamos, mas não muito.

Imersa nesse saudosismo demodê da Guerra Fria, vejo explodir o escândalo da muamba das arábias no noticiário.

Como em um enredo de Fleming, suspeita-se que a joia oferecida a Michelle, pelo príncipe saudita Mohammed bin Salman, seja a retribuição pelo favorecimento, por parte do governo brasileiro, de interesses da Arábia Saudita.

Se a hipótese de propina não for comprovada, resta esclarecer a tentativa de usurpação de um bem público, essa muito bem documentada.

Michelle jura que nunca soube da existência do colar e dos brincos. Ou o marido a tem por tola, o que é comum entre os adeptos do viva e deixe morrer, ou o presente foi, de fato, um mimo dado ao cônjuge varão, em admiração à varoa.

O gesto do príncipe me lembrou um costume anedótico do mundo árabe que visitei. Em alguns países, pelas ruas, era usual que grupos de homens, por elogio, diversão, ou livre machismo mesmo, oferecessem camelos pelas mulheres dos turistas acompanhados. Ao meu namorado, foram 40 animais.

Messias e Mohammed são frutos maduros do patriarcado tribal, em que a mulher é riqueza cobiçada. Se a joia não foi molha mão, fantasio que o príncipe, seguindo a tradição folclórica para gringo ver, tenha feito uma lisonja ao brasileiro, traduzindo, no valor do colar, a quantidade de camelos que ofereceria pela então primeira-dama. E bota camelo nisso.

E, como no clã de Jair, a mulher de Jair é mérito de Jair, o presente é personalíssimo. Só falta dispensar os agentes secretos do almirante Bento Albuquerque, depositar R$ 12 milhões na conta da Receita e retirar a mercadoria no guichê do caixa.

seg. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUA. Wilson Gomes | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | **SEX. Djamila Ribeiro** | SÁB. Mario Sergio Conti

Chvrches, banda que abre para o Coldplay, traz pop e terror ao palco

Trio escocês confronta misoginia com música sombria e descendente do rock alternativo inglês dos anos 1980

Caio Delcolli

SÃO PAULO “Ele disse ‘você precisa se alimentar’/ ‘mas mantenha a boa forma’ e ‘fique bonita, mas não se obceque’”, canta Lauren Mayberry, vocalista da banda Chvrches, na canção “He Said She Said”.

A música tem vocação para cobrir todo um estádio com sua sonoridade glacial e uma letra grudenta —no melhor sentido dessa expressão.

Não à toa, o trio de synth-pop formado em Glasgow, na Escócia, que está completando uma década de existência, se diz satisfeito e grato pela tarefa de abrir os shows do Coldplay no Brasil, para manter a energia da plateia lá em cima antes de Chris Martin e companhia subirem ao palco.

Segundo Mayberry, o Coldplay foi generoso por conceder ao Chvrches —maneira estilizada de escrever “churches”, ou igrejas— 45 minutos para a banda mostrar a que veio a um público que muito provavelmente não a conhece.

A quantidade de tempo é limitada, é claro, mas eles conhecem o território em que estão pisando. “É como fazer uma mixtape para outra pessoa”, diz a vocalista e compositora, se referindo à antiga prática de fazer uma curadoria musical em fita para dar de presente a alguém. “Você faz mixtapes diferentes para pessoas diferentes.”

O Chvrches sabe bem para quem estão fazendo a tal curadoria, como mostra “He Said She Said”, um dos hits do quarto e mais recente álbum, “Screen Violence”, de 2021.

Além da inconfundível mensagem de confronto à misoginia, é impossível ouvir a banda e não reconhecer as suas raízes, que eles poderão exibir em mais detalhes nos shows solo neste mês em São Paulo e no Rio de Janeiro.

O grupo ecoa a atmosfera sombria e carregada de sintetizadores dos anos 1980, de nomes como Depeche Mode —para a qual o Chvrches já abriu shows no início da carreira—, The Cure e New Order. O som também remete ao dream pop de Cocteau Twins, Curve e Lush —exemplos de vozes femininas à frente de canções raivosas e gélidas.

Esse é o caldo em que o Chvrches se inspira, diz Martin Doherty, o terço da banda responsável por tocar baixo, guitarra e teclado. “Amo Cocteau Twins e estou aberto para canalizar outras influências, mas usamos técnicas modernas para criar um som futurista. Não científico, mas que mire para a frente.”

Iain Cook, o outro músico do trio, diz que eles seguem o próprio gosto a despeito das influências. “Não pensamos muito a respeito de seguir tradições”, afirma. “Seguimos o nosso gosto e o que queremos dizer. Temos essas influências, mas nosso foco é fazer a nossa música sem se preocupar tanto com isso.”

O Chvrches teve a chance de se aproximar de um de seus ascendentes ao colaborar com Robert Smith, vocalista da banda The Cure. “Diga-me como/ é melhor quando o Sol se põe/ nós nunca vamos escapar dessa cidade”, Mayberry e Smith cantam em uníssono em “How Not to Drown”.

Outra influência da banda, em especial em “Screen Violence”, é o cinema de terror. John Carpenter, o diretor que inovou o gênero com a franquia “Halloween”, fez um remix da faixa “Good Girls”, que remete à “final girl”, a protagonista feminina de slashers que sobrevive ao banho de sangue e se tornou um arquétipo depois de “Halloween”, de 1978.

Além de cineasta, Carpenter é músico —e, em troca, o Chvrches fez um remix de “Turning the Bones”, single de um álbum do diretor.

“O cinema de terror tem trilhas sonoras incríveis, e elas são uma parte importante da história”, diz Mayberry. “No que se refere às nossas letras, o gênero se tornou uma lente para contarmos histórias pessoais sobre coisas terríveis.”

Como “Screen Violence” sugere logo no título, o álbum trata de horrores da vida real —a violência nas telas do dia a dia, a desagregação emocional e o isolamento social causado pela pandemia, contexto em que o disco foi feito, com os integrantes espalhados por diferentes países.

“As músicas são autônomas em relação ao nosso cânone. Fomos cuidados para não irmos tão a fundo assim com o gênero”, afirma Iain Cook.

Chvrches

São Paulo: Audio - av. Francisco Matarazzo, 649. Qui., 16 de março, às 21h30. R$ 175 a R$ 480
Rio de Janeiro: Sacadura 154 - r. Sacadura Cabral, 154. Sex., 24 de março, às 21h30. R$ 200 a R$ 400

Lauren Mayberry, vocalista da banda Chvrches Ale Frata/Live Images

Mauricio de Sousa vai disputar uma cadeira na ABL

SÃO PAULO O cartunista Mauricio de Sousa, criador de “A Turma da Mônica”, se candidatou para disputar a cadeira de número oito da ABL, a Academia Brasileira de Letras. A cadeira pertenceu à escritora Cleonice Berardinelli, que morreu em fevereiro, aos 106 anos.

Na carta em que oficializou a candidatura, o cartunista afirma que gostaria de contribuir para a formação de novos leitores. “A ABL é o centro de valorização, não apenas do autor brasileiro, mas do leitor. Para conquistar o leitor, a melhor época é a infância”, escreveu.

O cartunista e empresário lança a candidatura no ano em que sua Mônica completa seis décadas de criação.

Morre compositor de Elis Regina e do hit ‘Disparada’

SÃO PAULO Morreu nesta quarta-feira, em São Paulo, o compositor Theo de Barros, conhecido pela música “Disparada” e a parceria com Elis Regina.

A confirmação da morte foi feita por Ricardo Barros, filho do compositor que dirigia a carreira musical do pai. O velório será na manhã desta quinta-feira.

O artista nasceu no Rio de Janeiro e despontou nos anos 1960, quando a bossa nova se firmou no cenário.

Em 1966, Barros foi vencedor da segunda edição do Festival da Record, com a música “Disparada”. A canção se tornou um clássico ao trazer elementos da viola e narrar a vida no sertão.

Além da música, Barros atuou também no teatro, participou da trilha sonora de filmes e novelas e compôs jingles publicitários.

A banda sul-coreana The Rose, uma das atrações do Lollapalooza Fotos Divulgação

Saiba como são shows de k-pop, que crescem em SP

Eventos têm rituais próprios, diferentes de outras apresentações

60 ANOS DA IMIGRAÇÃO COREANA NO BRASIL

Nathalia Durval

SÃO PAULO A agenda de shows de k-pop está agitada neste ano. Com o fim da fase mais aguda da pandemia, artistas da música pop da Coreia do Sul vêm desembarcando no Brasil com mais frequência.

Até o fim do ano, sete shows estão confirmados. A vinda desses artistas também cresce com a popularização do estilo no Brasil, onde a comunidade coreana celebra 60 anos.

Quem tem interesse em conhecer o gênero vai encontrar peculiaridades em relação ao pop brasileiro ou americano, por exemplo. Uma delas é que esses eventos são marcados sobretudo pela interação dos grupos com os fãs.

Veja a seguir um manual que reúne os principais pontos de atenção para marinheiros de primeira viagem aproveitarem melhor a experiência.

De olho na performance
Esqueça a bateria, as guitarras e outros instrumentos no palco. Bandas ao vivo não costumam fazer parte das performances do k-pop. As músicas são colocadas para tocar digitalmente —já que um dos grandes destaques do show é mesmo a coreografia.

Sem abertura
Bandas e artistas de abertura ficam de fora desse tipo de apresentação. Segundo produtoras especializadas, as empresas que gerenciam os grupos não querem atrelar suas imagens à de outros nomes.

Longa duração
Os shows do pop sul-coreano costumam durar de 1h30 a 3h. Nesse período, os artistas cantam, dançam e interagem com os fãs.

De volta ao playback
O uso da ferramenta é comum nessa indústria, especialmente em apresentações com coreografias mais intensas. A música de estúdio ou uma pré-gravação ao vivo é tocada enquanto o artista dubla. Mas isso não acontece em todas as canções.

Coreografia sincronizada
É uma das principais características das apresentações do gênero. Nos shows, os integrantes as executam até em canções mais lentas.

Bastões de luz
Os lightsticks são um dos principais itens das performances. São bastões de luz agitados pelos fãs, que mudam de cor e piscam de acordo com a música. Cada grupo tem o seu, e os formatos podem variar entre uma coroa ou um diamante, por exemplo. Comandos, como a frequência das rajadas de luz, são ativados via Bluetooth pela organização.

Hora do discurso
Ment é o nome dado para o momento de discurso dos astros no palco, no início e no fim do show. Mesmo com grupos numerosos, cada integrante tem alguns minutos para se apresentar e conversar com a plateia. Um intérprete traduz para português o que é dito em coreano ou inglês.

Pausa para o vídeo
A sigla VCR, ou Video Cassette Recorder (o nome em inglês do toca-fitas), indica vídeos curtos exibidos para entreter o público durante a troca de roupas e mudanças no palco. Costumam contar uma história cômica ou fazer brincadeiras. Apesar do nome, são gravados digitalmente.

Relação interativa
Fanchant é como se chama o coro sincronizado do público. Nele, os fãs cantam determinados trechos das canções —geralmente o final de cada frase e o refrão. Isso varia de acordo com o artista e a música. A reação inclui dizer em voz alta o nome de ídolos ou frases como "nós te amamos".

Mensagem na faixa
É comum que fãs levem banners de papel com frases em coreano, exibidas durante uma música escolhida na apresentação. Criadas pelos fã-clubes e distribuídas no evento, mostram trechos de canções ou frases de incentivo, como "nós vamos juntos".

After show
Além da apresentação musical, eventos de interação com fãs são comuns. Há o "fansign", no qual os artistas cantam algumas músicas e autografam álbuns, o "hi-touch", em que os fãs cumprimetam os artistas com um toque de mãos, e o "send-off", que dá direito a se despedir dos artistas na saída da casa de shows. Os ingressos são cobrados à parte.

O grupo Tri.be, que estará no Asia Star Festival

SHOWS DE K-POP EM SP

Asia Star Festival
Espaço Unimed. 7/7, às 16h. A partir de R$ 460

Bloo
Vip Station. 18/3. A partir de R$ 370

Jackson Wang
Espaço Unimed. 15/5. A patir de R$ 460

OnlyOneOf
Vip Station. 21/4. A partir de R$ 300

Mirae
Terra SP. 16/8. A partir de R$ 240

Moobin & Sanha
Terra SP. 5/6. A partir de R$ 460

The Rose
Autódromo de Interlagos. 26/3. A partir de R$ 756

ESTREIAS E REESTREIAS DE TEATRO

O Dia das Mortes na História de Hamlet
A peça é uma adaptação do texto original de Shakespeare que imagina o que cada personagem faria se soubesse do final trágico da história. O texto original é do francês Bernard Marie-Koltès.
Direção: Guilherme Leme Garcia. Com: Lavínia Pannunzio, Leopoldo Pacheco e Larissa Noel. Sesc 24 de Maio – r. 24 de Maio, 109, República, região central. 14 anos. Qui. a sáb., às 20h; dom., às 18h. Até 9/4. R$ 12 a R$ 40, em sescsp.org.br

Freud e o Visitante
A trama acompanha um debate de ideias entre o pai da psicanálise e um desconhecido que o visita. A história se passa logo após a anexação da Áustria pela Alemanha.
Direção: Eduardo Tolentino de Araujo. Com: Adriano Bedin, Anna Cecília Junqueira e Brian Penido Ross. Teatro Aliança Francesa - r. General Jardim 182, Vila Buarque, região central. 14 anos. Qui. a sáb., às 20h; dom., às 18h. De 23/3 a 4/6. R$ 50 a R$ 70, em sympla.com.br

O Guarda-Costas
O musical que marcou a estreia de Whitney Houston no cinema chega aos palcos. Na trama, a cantora e atriz Rachel Marron contrata Frank Framer como seu guarda-costas após receber uma série de ameaças anônimas.
Direção: Ricardo Marques. Com: Leilah Moreno e Fabrizio Gorziza. Teatro Claro – r. Olimpíadas, 360, Vila Olímpia, região oeste. 12 anos. Qui. e sex., às 21h; sáb., às 17h30 e 21h30; dom., às 19h. Até 14/5. A partir de R$ 100, em sympla.com.br

Memórias do Caos
A adaptação de "Memórias de um Sobrevivente", de Doris Lessing, se passa em um futuro catastrófico. Na trama, uma mulher e uma menina tentam sobreviver em um mundo degradado.
Direção: Marat Descartes. Com: Magali Biff e Tatiana Thomé. Sesc Bom Retiro – al. Nothmann, 185, Campos Elíseos, região central. 16 anos. Sex. e sáb., às 20h; dom., às 18h. Até 23/4. De R$ 12 a R$ 40, em sescsp.org.br

Queñual
Os dois personagens em cena imaginam que estão vivendo uma história contada por um mestre ancião. Durante o espetáculo, eles refletem sobre a diáspora africana, os povos originários e meio ambiente.
Direção: Cláudia Nwabasili e Roges Doglas. Com: Cláudia Nwabasili, Roges Doglas e Thayná Oliveira. Teatro Flávio Império - r. Professor Alves Pedroso, 600, Cangaíba, região leste. Livre. Sex. (17) e sáb. (18), às 20h. Grátis

Só Riso - O Arame, o Palhaço e uma Certa Morte
A peça conta a história do palhaço Augusto e do número artístico que elaborou em homenagem à Lua. A apresentação usa elementos circenses e musicais para refletir sobre a efemeridade do teatro.
Direção: Claudia Schapira. Com: Gui Calzavara e Sergio Siviero. Sesc Ipiranga - r. Bom Pastor, 822, Ipiranga, região sul. 12 anos. Sex. e sáb., às 21h; dom., às 18h. Até 16/4. De R$ 12 a R$ 40, em sescsp.org.br

Pundonor
Uma professora universitária volta ao trabalho após meses de uma licença forçada. Tida como louca por seus colegas e alunos, ela trata dos pensamentos de Michel Foucault em sua última aula. O teórico dedicou parte de seus estudos à história da loucura.
Direção: Bernardo Bibancos. Com: Lu Grimaldi. Centro Cultural São Paulo - r. Vergueiro, 1.000, Liberdade, região central. 10 anos. Sáb., às 21h, dom., às 20h. De 19/3 a 9/4. R$ 40, em rvsservicosccsp.byinti.com

Stalking - Um Conto de Terror Documental
Na trama, uma mulher sofre uma série de assédios no ambiente de trabalho que acabam descambando para uma perseguição em outras áreas de sua vida.
Direção: Elisa Volpatto e Rita Grillo. Com: Livia Vilela e Paulo Salvetti. Teatro Cacilda Becker - r. Tito, 295, Lapa, região oeste. 16 anos. Sex. e sáb., às 21h, dom., às 19h. Até 9/4. R$ 30, em benfeitoria.com

ESTREIAS DE CINEMA

Biocêntricos
Neste documentário, a bióloga Janine Benyus propõe provocações sobre vida e a natureza, e apresenta inovações tecnológicas e sociais.
Brasil, 2022. Dir.: Fernanda Heinz Figueiredo e Ataliba Benaim. Livre

Medusa
★★★★☆
Mariana faz parte de uma seita de mulheres que buscam aparentarem a perfeição. Para inibir o desejo das jovens, elas atacam quem foge do padrão.
Brasil, 2021. Dir.: Anita Rocha da Silveira. Com: Lara Tremouroux, Felipe Frazão e Joana Medeiros. 16 anos

Segundo Tempo
Depois de uma grande perda familiar, os irmãos Ana e Carl se aproximam e entram em uma jornada em busca de identidade e respostas pelo Brasil e pela Alemanha.
Brasil, Alemanha, 2019. Dir: Rubens Rewald. Com: Kauê Telloli, Priscila Steinman, Michael Hanemann. 16 anos

Shazam! Fúria dos Deuses
★★☆☆☆
A sequência de "Shazam" mostra o jovem Billy Batson ainda aprendendo a lidar com seus poderes. Agora, ele enfrentará a vingança das Filhas de Atlas.
EUA, 2023. Dir.: David F. Sandberg. Com: Zachary Levi, Asher Angel e Jack Dylan Grazer. 12 anos

Tudo Sob Descontrole
Louise se vê presa num carro num ataque de pânico. Ela decide dirigir sem rumo e, quando para em um posto para abastecer, é surpreendida por Paul, que invade seu veículo. Eles iniciam uma relação.
França, 2022, Dir: Didier Barcelo. Com: Marina Foïs, Benjamin Voisin, Jean-Charles Clichet. 14 anos

Vai Corinthians
O documentário acompanha torcedores no Mundial de 2012, no Japão, que recebeu mais de 30 mil corintianos.
Brasil, 2023. Dir.: Ricardo Aidar, Marcela Coelho e Daniel Kfouri. 10 anos

turismo

A montanha do Pico vista ao fundo da paisagem na ilha de mesmo nome, parte do arquipélago dos Açores, em Portugal Fotos Divulgação

Ilha nos Açores tem natureza e vinhos vulcânicos

No território do arquipélago português, uvas desafiam limites e crescem em meio às rochas e de frente para o oceano

Giuliana Miranda

ILHA DO PICO (AÇORES) Com uvas que desafiam limites da natureza e crescem em meio às rochas vulcânicas, cercadas pelo azul cristalino das águas do Atlântico, a ilha do Pico, nos Açores, é um exclusivo destino de enoturismo de Portugal.

O território conjuga as atrações ligadas à natureza que são típicas do arquipélago, como caminhadas e observação de golfinhos e baleias, com programas relacionados ao vinho e à gastronomia.

Devido ao solo vulcânico e à proximidade do mar, os vinhos do Pico têm características distintas, em especial a mineralidade e o frescor do verdelho, sua casta mais famosa.

O visual das vinhas é um espetáculo à parte. O cultivo é feito dentro dos chamados currais ou curraletes: estruturas retangulares, divididas por pequenas muretas de basalto, que serpenteiam ilha adentro formando labirintos.

Além de proteger as plantas dos fortes ventos e da água do mar, eles funcionam como um regulador de temperatura e do calor do sol. O caráter singular da produção fez com que a paisagem fosse classificada pela Unesco, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, como um patrimônio mundial da humanidade em 2004.

"Os vinhos vulcânicos são limitados. Temos no Pico, na Sicília e em alguns outros locais. Esses solos permitem mais mineralidade na bebida e se refletem na alta acidez, que é o que traz frescor", explica Pedro Henrique Ramos, professor de enologia e especialista em vinhos portugueses.

Segunda maior entre as nove ilhas que compõem o arquipélago dos Açores, o Pico começou a ser habitado no século 15, quando também se iniciou a produção de vinhos. A qualidade da bebida conquistou mercados europeus, impulsionando um bem-sucedido negócio por cerca de 400 anos, até que uma praga dizimou quase todas vinhas.

A retomada do vinho de qualidade na ilha aconteceria em meados da década de 2000, com novas técnicas e a recuperação das áreas históricas de produção. Desde então, o turismo relacionado à enologia também floresceu.

A experiência começa com a seleção da hospedagem, com cada vez mais opções de alojamentos situados em meio às vinhas. Há desde casas de aluguel por temporada mais rústicas a hotéis boutiques.

Com vista para as vinhas, o mar e o vulcão, o alojamento da Azores Wine Company é uma boa pedida também para os amantes da gastronomia. O projeto de arquitetura minimalista fica em uma adega e conta com um restaurante em que o peixe e os frutos do mar açoreanos são soberanos. A harmonização com os vinhos locais completa a experiência.

Para se aventurar pela ilha, o Museu do Vinho, na zona da Madalena, é um ótimo ponto de partida, com informações detalhadas das etapas da produção e a trajetória econômica da região. Instalado no antigo Convento das Carmelitas, o espaço tem uma vista exuberante do mar e é cercado por vários currais de vinhas. Também oferece uma série de atividades sazonais, como provas de vinho e a chance de participar da vindima (colheita).

A ilha do Pico tem também diversas opções de visitas guiadas às plantações, que incluem visita às adegas e degustações. Fundada em 1949, a Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico oferece a possibilidade de o visitante conhecer todas as etapas da produção.

Com uma pegada ligada à sustentabilidade, a Adega do Vulcão, comandada por um casal de italianos, também oferece opções de provas comentadas e harmonizadas.

Uma das degustações mais singulares acontece na Adega Czar, cujo nome é uma homenagem à popularidade do vinho do Pico junto à antiga família imperial russa. Em frente ao mar, a adega guarda um destaque do universo enológico português: o vinho Czar.

Trata-se de um rótulo de colheita tardia que, sem adição de água-ardente ou bebida similar, normalmente ultrapassa 18% de teor alcoólico. A produção é limitada e varia com a colheita, fazendo com que a garrafa custe mais de 400 euros (cerca R$ 2.200).

Mas a ilha também oferece diversas atividades ao ar livre, muitas relacionadas justamente à montanha que lhe dá nome. Ponto mais alto de Portugal, o Pico tem 2.351 metros e é um destino para trilhas, caminhadas e escaladas.

A maior parte dos percursos têm níveis de exigência elevados, mas há opções para quem tem menos preparo. É o caso da Gruta das Torres, uma das maiores cavernas vulcânicas visitáveis do mundo, com cinco quilômetros de estalactites e estalagmites.

Entre a oferta de passeios de barco, tours para observar baleias são os mais disputados. No verão, as piscinas naturais da ilha são a principal atração — com destaque para as da Furna de Santo António.

A visita à ilha não está completa sem conhecer o Cella Bar. Com design inspirado na forma de uma baleia, o prédio instagramável tem vista para o mar e para a ilha vizinha do Faial, em um disputado terraço para apreciar o pôr do sol. O menu destaca sabores regionais e, é claro, vinhos do Pico.

A jornalista viajou a convite do Turismo de Portugal

O Cella Bar, com design inspirado na forma de uma baleia

400 km
ESPANHA
PORTUGAL
Lisboa
MARROCOS
Açores
Ilha das Flores
Ilha Terceira
Ilha do Faial
Ilha do Pico
Ilha de São Miguel
50 km

COMO CHEGAR

Há um pequeno aeroporto na ilha do Pico, mas a oferta é limitada. A maior variedade de horários e frequências está nos voos com conexão nos dois maiores terminais dos Açores, Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, e Lajes, na ilha Terceira. É possível chegar de barco a partir das ilhas vizinhas, com várias saídas diárias.

ONDE PROVAR VINHO

Azores Wine Company
R. do Poço Velho nº 34

Cooperativa vitivinícola do Pico
R. Padre Nunes da Rosa, nº 29

Cella Bar
R. da Barca, s/n

Maneiras de recortar o mundo

Esse velho e cansado planeta ainda pode nos surpreender

Zeca Camargo
Jornalista e apresentador, autor de "A Fantástica Volta ao Mundo"

Há um momento na vida de certos viajantes, mais ou menos depois da terceira ou quarta volta ao mundo, em que surge a pergunta: e agora, para onde vou? Tudo que temos por ora é esse estranho corpo celeste azul, mas se já conheço quase tudo, para onde vou?

Erika Fatland tem uma boa resposta para: tente ver essas fronteiras de outra maneira, digamos, além dos mapas. Ou ainda, sugere ela com seus livros, olhe bem para os mapas... e pense numa maneira de redescobrir o que eles te mostram.

"A Fronteira" (ed. Âyiné) é o segundo livro de Erika lançado no Brasil. Sou seu fã desde que li "Sovietistão", lançado pela mesma editora em 2021, quando eu tive a chance de conversar com ela, virtualmente, pois assim eram aqueles tempos.

No final do mês passado, durante uma rápida escala em São Paulo, tive a chance de conversar com ela numa noite de autógrafos na livraria Megafauna. Erika não veio ao Brasil especificamente para este evento (mais sobre sua missão por aqui daqui a pouco), mas eu fiz questão de encontrar alguém capaz de me inspirar tanto a rever nossas andanças pelo mundo.

No seu mais recente trabalho traduzido para o português, ela visita os países que fazem fronteira com a Rússia. Isso inclui, claro, a Noruega onde nasceu, ponto final dessa jornada que começou na Coreia do Norte.

Tecnicamente, ela parte do estreito de Bering, a pequena faixa de mar que separa Rússia e EUA. Lá, ela embarca num cruzeiro inóspito para viajantes que "já viram tudo no mundo", alguns tão velhos que a autora duvida da capacidade física deles de enfrentar as intempéries da aventura.

Seus experientes companheiros de bordo só falam de suas conquistas geográficas, algo que assusta e fascina Erika, além de cutucar leitores de pés inquietos (sim, nós) em questões mais filosóficas sobre o porquê de a gente querer sempre viajar.

Erika não conhece metade dos países do mundo, mas não é difícil identificar nela a inquietação de quem coleciona carimbos no passaporte ou, na versão moderna, bandeiras no perfil do Instagram.

E é com essa curiosidade insaciável que ela define seus itinerários. "A Fronteira", como "Sovietistão", em que ela visita os países da antiga União Soviética, é fascinante não pelo exotismo superficial dos roteiros, mas pela força das pessoas com quem Erika cruza.

Driblando as dificuldades de uma mulher viajando sozinha para lugares às vezes hostis a esse tipo de turista, ela encontra maravilhosas histórias humanas pelo caminho.

Os países e as culturas que ela apresenta surgem vivos na imaginação não pela descrição das paisagens (muitas vezes incríveis) ou dos monumentos (muitas vezes bizarros), mas pela história oral de quem nasceu e cresceu naqueles lugares. E nunca saiu de lá.

Um outro livro seu, ainda inédito no Brasil, chama-se "Høyt", algo como "nas alturas", sobre os países cortados pelos Himalaias: Paquistão, Índia, Butão, Nepal e China.

E no seu próximo projeto, que a trouxe ao Brasil, ela vai escrever sobre o antigo império português. Quando estive com Erika, não resisti à tentação de contar a ela que já tinha feito algo parecido quando, em 1999, visitei para o Fantástico todos os países onde se fala (ou falou) português.

Seu foco passando pelos mesmos lugares que visitei há mais de 20 anos é outro, mas o "espírito da viagem" é o mesmo: recortar a Terra para provar se esse velho e cansado planeta ainda pode nos surpreender. As possibilidades, Erika e eu chegamos à conclusão, são infinitas.

qui. **Josimar Melo**, Zeca Camargo

ROSSI RESIDENCIAL S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ nº 61.065.751/0001-80

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Encerramos o ano de 2022 e, apesar de desafiador, seguimos confiantes quanto ao futuro da Companhia e quanto à manutenção da normalidade de nossas operações. No último mês de setembro, protocolamos um pedido de Recuperação Judicial, junto à Vara de Falências de São Paulo, como forma de garantir uma solução definitiva para a readequação de nosso fluxo de caixa e, até o momento, o processo evoluiu conforme previsto. Tivemos (i) o deferimento do pedido durante o próprio mês de setembro, que determinou a suspensão de todas as ações e execuções em curso contra o Grupo Rossi, bem como a liberação dos ativos constritos nestes processos; (ii) a nomeação do Administrador Judicial, com quem a Companhia tem interagido bastante, de forma a garantir a máxima lisura e transparência ao processo; e (iii) a apresentação, no início de dezembro, da primeira versão do plano de recuperação judicial da Companhia, contendo os meios de recuperação e a sua viabilidade econômica. Com relação a uma eventual perda de credibilidade junto aos clientes e aos danos causados por este processo à imagem da Companhia, nós ainda não percebemos ou identificamos qualquer impacto relevante do pedido de Recuperação Judicial sobre a operação comercial da Companhia. Tivemos uma queda de 58% nas vendas brutas de 2022, quando comparado a 2021, mas isto reflete uma tendência verificada ao longo de todo o ano e está associada ao número de unidades penhoradas judicialmente, que bloqueavam e inviabilizaram a comercialização de parte do nosso estoque. Com a determinação do juízo para liberação destas constrições, espera-se que o volume de vendas volte a crescer e estes frutos já estão sendo colhidos nos primeiros meses de 2023. Além disso, vimos também, no 4º trimestre, que o VSO de repasse atingiu 22% e se manteve estável, em comparação ao mesmo período do ano anterior; e, apesar da menor entrada de caixa verificada no segundo semestre em função da redução nas vendas e no Contas a Receber de clientes, o esforço realizado pela Companhia para redução de seus custos e simplificação da sua estrutura operacional continuaram rendendo resultados positivos. As despesas administrativas e comerciais, por exemplo, caíram 29% em 2022 e, associadas à suspensão das execuções judiciais, permitiram, que a Companhia encerrasse o ano com uma disponibilidade de caixa 81% superior ao verificado em junho, ou seja, alguns meses antes do pedido de Recuperação Judicial. Estas conquistas reforçam a nossa confiança de que, no curto prazo, a Companhia seguirá vivenciando um cenário de normalidade operacional, sem apresentar piora relevante nos seus principais indicadores e permitindo que a administração tenha como principal objetivo de 2023 a aprovação do plano de recuperação judicial do grupo Rossi. É isto que criará as condições favoráveis para uma retomada do crescimento no longo prazo, possibilitando a atração de novos investimentos e o desenvolvimento de novos projetos.

Fernando Miziara de Mattos Cunha - CEO

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Sociedade, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela B3 (antiga BM&FBOVESPA) e do Regulamento de Sanções, neste Estatuto Social, nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da B3 (antiga BM&FBOVESPA) e nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, nos termos de seu Regulamento de Arbitragem.

OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a RSM Brasil Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2022: auditoria das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); e revisão das informações contábeis intermediárias trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Os auditores independentes não foram contratados para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações contábeis e a política da Companhia na contratação de serviços assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais - R$, exceto o lucro (prejuízo) por ação)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Notas	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021 (reclassificado)	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021 (reclassificado)
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	363	674	3.143	7.510
Títulos e valores mobiliários	4	–	–	4.765	2.464
Contas a receber de clientes	5	39.854	65.484	79.549	144.486
Imóveis a comercializar	6	46.885	49.628	269.219	277.369
Outros créditos	8	6.387	6.476	15.490	16.032
		93.489	**122.262**	**372.166**	**447.861**
Não circulante					
Contas a receber de clientes	5	19.097	11.395	34.909	44.769
Imóveis a comercializar	6	15.508	15.156	184.066	235.323
Depósitos judiciais	15	19.960	23.175	45.644	55.576
Partes relacionadas	17	1.090.758	1.221.859	10.749	182.595
Adiantamento a parceiros de negócios	7	–	93.937	–	148.901
Investimentos	9	1.528.195	1.845.818	24.662	121.921
Imobilizado	10	280	512	280	512
Intangível		1.220	2.330	1.220	2.330
		2.675.018	**3.214.182**	**301.530**	**791.927**
Total do ativo		**2.768.507**	**3.336.444**	**673.696**	**1.239.788**

Passivo	Notas	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021 (reclassificado)	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021 (reclassificado)
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	289.659	222.440	591.215	602.690
Fornecedores	–	18.133	19.920	40.808	52.365
Contas a pagar por aquisição de terrenos	12a	–	–	154	11.525
Salários e encargos sociais	–	752	993	752	1.239
Impostos e contribuições a recolher	–	104.494	93.164	195.068	201.372
Adiantamentos de clientes	12b	–	–	–	1.487
Partes relacionadas	17	921.999	1.252.081	16.761	161.805
Impostos e contribuições diferidos	16a	273	100	13.002	15.390
Outras contas a pagar	14	143.619	120.781	568.600	502.974
		1.478.929	**1.709.479**	**1.426.360**	**1.550.848**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	58	260	58	260
Adiantamentos de clientes	12b	–	–	55.787	63.034
Impostos e contribuições a recolher	15	6.845	3.919	11.403	12.606
Provisões para riscos	15	120.658	98.677	260.381	181.518
Provisões para garantias de obras		–	–	598	1.334
Impostos e contribuições diferidos	16a	126	574	18.637	32.771
Provisão para perdas em Investimentos	13	2.269.941	2.247.131	8.885	119.483
Outras contas a pagar	14	50	698	50	2.626
		2.397.678	**2.351.259**	**355.799**	**413.632**
Patrimônio líquido negativado					
Capital social	23a	2.654.090	2.611.390	2.654.090	2.611.390
Ações em tesouraria	23a	(49.154)	(49.154)	(49.154)	(49.154)
Reserva de capital	23b	70.107	70.107	70.107	70.107
Prejuízos acumulados	–	(3.783.143)	(3.356.637)	(3.783.143)	(3.356.637)
		(1.108.100)	**(724.294)**	**(1.108.100)**	**(724.294)**
Participação dos não controladores		–	–	(363)	(397)
		(1.108.100)	**(724.294)**	**(1.108.463)**	**(724.691)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.768.507**	**3.336.444**	**673.696**	**1.239.788**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Notas	Controladora 01/01/2022 a 31/12/2022	Controladora 01/01/2021 a 31/12/2021	Consolidado 01/01/2022 a 31/12/2022	Consolidado 01/01/2021 a 31/12/2021
Receita de vendas/Provisão de distratos	18	(38.142)	13.170	(37.403)	59.416
Custo dos imóveis vendidos/ Reversão de provisão de distratos	19	20.673	(6.071)	542	(73.096)
Resultado bruto		**(17.469)**	**7.099**	**(36.861)**	**(13.680)**
Receitas/despesas					
Despesas administrativas	20a	(13.845)	(12.752)	(15.641)	(18.203)
Receitas/despesas comerciais	20b	(2.963)	(3.323)	(7.963)	(17.954)
Administração e diretoria	17b	(6.753)	(6.713)	(6.753)	(6.713)
Depreciações e amortizações		(1.313)	(2.302)	(1.313)	(2.302)
Resultado de equivalência patrimonial		(184.803)	(191.315)	(5.004)	(7.142)
Outras receitas/(despesas) líquidas	20c	(157.286)	(170.718)	(289.282)	(204.091)
Prejuízo antes do resultado financeiro		**(384.432)**	**(380.024)**	**(362.817)**	**(270.085)**
Receitas financeiras	21	1.342	246.299	5.936	251.622
Despesas financeiras	21	(43.503)	(27.066)	(94.180)	(129.718)
Prejuízo antes dos impostos		**(426.594)**	**(160.791)**	**(451.061)**	**(148.181)**
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	16d	20	(29.893)	(4.019)	(34.971)
Diferidos	16d	68	–	13.036	(5.719)
Prejuízo do período		**(426.506)**	**(190.684)**	**(426.506)**	**(188.871)**
Lucro líquido/(prejuízo) atribuível a:					
Acionistas controladores		–	–	(426.505)	(190.684)
Acionistas não controladores		–	–	(15.538)	1.813
Lucro líquido/(prejuízo) por ação atribuído aos acionistas					
Da Companhia (expresso em R$ por ação)					
Básico	23c	(22,4606)	(11,8129)		
Diluído	23c	(22,4606)	(11,8129)		

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	Notas	Controladora 01/01/2022 a 31/12/2022	Controladora 01/01/2021 a 31/12/2021	Consolidado 01/01/2022 a 31/12/2022	Consolidado 01/01/2021 a 31/12/2021
Prejuízo do exercício		(426.506)	(190.684)	(442.044)	(188.871)
Outros resultados abrangentes		–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício		**(426.506)**	**(190.684)**	**(442.044)**	**(188.871)**
Resultado abrangente do exercício atribuível a:					
Acionistas controladores		–	–	(426.506)	(190.684)
Acionistas não controladores		–	–	(15.538)	1.813
Resultado abrangente por ação atribuído aos acionistas					
Da Companhia (expresso em R$ por ação)					
Básico	23c	(22,4606)	(11,8129)		
Diluído	23c	(22,4606)	(11,8129)		

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	Controladora 01/01/2022 a 31/12/2022	Controladora 01/01/2021 a 31/12/2021	Consolidado 01/01/2022 a 31/12/2022	Consolidado 01/01/2021 a 31/12/2021
Receitas				
Vendas de imóveis e serviços prestados	1.984	13.452	(14.106)	58.849
Outras receitas (despesas)	(100.423)	(4.917)	(192.803)	16.311
Baixa (provisão) para créditos de liquidação duvidosa	(40.041)	(533)	(24.146)	(1.154)
	(138.480)	**8.002**	**(231.055)**	**74.006**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos imóveis vendidos	20.673	(6.071)	542	(73.096)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(71.775)	(179.208)	(117.543)	(251.047)
	(51.102)	**(185.279)**	**(117.001)**	**(324.143)**
Valor adicionado bruto	**(189.582)**	**(177.277)**	**(348.056)**	**(250.137)**
Retenções				
Depreciações e amortizações	(1.313)	(2.302)	(1.313)	(2.301)
Valor líquido produzido pela entidade	**(190.895)**	**(179.579)**	**(349.369)**	**(252.438)**
Valor adicionado recebido em Transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(184.803)	(191.315)	(5.004)	(7.142)
Receitas financeiras	1.419	246.340	6.122	251.863
Outros itens	–	–	–	–
	(183.384)	**55.025**	**1.118**	**244.721**
Valor adicionado total a distribuir	**(374.279)**	**(124.555)**	**(348.251)**	**(7.717)**
Distribuição do valor adicionado				
Despesas com pessoal				
Remuneração direta	4.597	5.149	4.600	5.466
Benefícios	940	916	964	1.159
F.G.T.S.	343	326	342	449
	5.880	**6.391**	**5.906**	**7.074**
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	2.100	107	(7.049)	42.261
Municipais	638	457	651	1.889
	2.738	**32.568**	**(6.399)**	**44.150**
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e despesas Bancárias	43.503	27.066	94.180	129.701
Aluguéis	106	105	107	229
	43.610	**27.171**	**94.287**	**129.930**
Remuneração de capitais próprios				
(Prejuízos incorridos) lucros retidos	(426.505)	(190.685)	(426.506)	(190.684)
	(426.506)	**(190.685)**	**(426.506)**	**(190.684)**
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	–	–	(15.538)	1.813
	(374.279)	**(124.555)**	**(348.251)**	**(7.717)**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido	Patrimônio dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**2.611.390**	**(49.154)**	**70.107**	**(3.165.953)**	**(533.610)**	**(20.182)**	**(553.792)**
Aumento de capital por acionistas não controladores	–	–	–	–	–	17.972	**17.972**
Prejuízo do exercício	–	–	–	(190.684)	(190.684)	1.813	**(188.871)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**2.611.390**	**(49.154)**	**70.107**	**(3.356.637)**	**(724.294)**	**(397)**	**(724.691)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**2.611.390**	**(49.154)**	**70.107**	**(3.356.637)**	**(724.294)**	**(397)**	**(724.691)**
Aumento de capital por acionistas não controladores	42.700	–	–	–	42.700	15.572	**58.272**
Prejuízo do exercício	–	–	–	(426.506)	(426.506)	(15.538)	**(442.044)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.654.090**	**(49.154)**	**70.107**	**(3.783.143)**	**(1.108.100)**	**(363)**	**(1.108.463)**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora 01/01/2022 a 31/12/2022	Controladora 01/01/2021 a 31/12/2021	Consolidado 01/01/2022 a 31/12/2022	Consolidado 01/01/2021 a 31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	**(426.593)**	**(160.791)**	**(451.061)**	**(148.181)**
Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa:				
Depreciações e amortizações	1.342	(2.581)	1.340	(2.580)
Perda estimada em créditos	25.923	(533)	1.083	(1.196)
Provisões para riscos	31.641	39.814	100.275	38.206
Baixa de depósitos judiciais	4.441	3.924	12.580	12.410
Provisão para garantias de obras	–	–	(987)	(4.301)
Resultado de equivalência patrimonial	184.803	191.315	5.004	7.142
Perda na alienação de investimentos	10.845	23.486	10.875	22.023
Baixa do ativo imobilizado e intangível	–	6.199	–	7.793
Impostos e contribuições diferidos	(207)	11.815	(3.486)	6.751
Descontos financeiros obtidos	–	(245.508)	–	(245.508)
Juros e encargos financeiros líquidos	39.681	(1.400)	67.517	(5.414)
Provisão para perdas de ativos financeiros sem expectativa de realização	80.098	34.215	134.405	34.215
	(48.027)	**(100.045)**	**(122.454)**	**(278.640)**
Variações nos ativos e passivos operacionais:				
Redução (aumento) em contas a receber de clientes	(7.995)	14.231	73.714	67.072
Redução (aumento) em imóveis a comercializar	2.391	6.689	59.658	92.794
Redução (aumento) nos demais ativos	24.395	71.988	30.325	(17.178)
Aumento (redução) de contas a pagar por aquisição de terrenos	–	–	(11.371)	(42.540)
Aumento (redução) de impostos e contribuições	11.350	2.701	(10.323)	13.667
Aumento (redução) de adiantamento de clientes	–	(3)	(8.734)	20.975
Aumento (redução) dos demais passivos	13.428	28.215	19.968	47.490
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**(4.458)**	**23.775**	**30.783**	**(96.360)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Resgates/(aplicação) de títulos e valores mobiliários	–	–	(2.301)	24.713
Aquisição de bens do imobilizado	–	(16)	–	(16)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	**–**	**(16)**	**(2.301)**	**24.697**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Transações com partes relacionadas	(65.890)	(24.867)	3.645	47.108
Empréstimos e financiamentos:				
Captações	113.934	3.812	113.934	3.869
Pagamentos	(86.598)	(28.895)	(191.852)	(71.041)
Pagamentos de Juros	–	22.475	(1.276)	74.464
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	**4.146**	**(27.475)**	**(32.849)**	**54.400**
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(311)**	**(3.716)**	**(4.367)**	**(17.263)**
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	674	4.390	7.510	24.773
No fim do exercício	363	674	3.143	7.510
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(311)**	**(3.716)**	**(4.367)**	**(17.263)**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

As operações da Rossi Residencial S.A. - Em recuperação Judicial ("Companhia" ou "Rossi Residencial") e de suas investidas compreendem: (a) a incorporação, a construção, o desenvolvimento de loteamentos e a comercialização de imóveis residenciais, comerciais e de terrenos; (b) a prestação de serviços de engenharia civil, por meio das operações próprias; e (c) a participação em Sociedades de Propósito Específico - SPEs e em consórcios. A Companhia é uma sociedade por ações, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado de São Paulo, com registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM desde 1o de julho de 1997 e ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (incluindo B3, antiga BM&FBOVESPA), sendo inserido no segmento especial denominado Novo Mercado em janeiro de 2006. **1.1. Recuperação Judicial:** Conforme Fato Relevante divulgado em 19 de setembro de 2022, a Companhia ajuizou um pedido de Recuperação Judicial perante à 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, que englobou a Rossi e mais 313 sociedades integrantes do seu grupo econômico. O pedido de Recuperação Judicial foi deferido em 29 de setembro de 2022 pelo mesmo juizado e também foi ratificado pelos acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 20 de outubro de 2022. A decisão judicial de deferimento determinou, entre outras providências: • Nomeação da Wald Administração de Falências e Empresas em Recuperação Judicial Ltda. para atuar como administradora judicial na Recuperação Judicial, adicionalmente o Juiz de Direito fixou em R$100.000 (cem mil reais) mensais os honorários do Administrador Judicial de forma provisória até que seja firmado o valor total da proposta de honorários. Os honorários provisórios serão incorporados no cálculo da remuneração definitiva; • Suspensão de todas as ações e execuções atualmente em curso contra o Grupo Rossi, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da decisão liminar concedida no dia do pedido de recuperação judicial, nos termos do artigo 6º da Lei nº 11.101/2005; • Liberação de valores e imóveis constritos por juízos cíveis e trabalhistas, nos processos de execução de créditos sujeitos à Recuperação Judicial; • Expedição de edital, nos termos do artigo 52, § 1º da Lei nº 11.101/2005, com prazo de 15 (quinze) dias contados da data da sua publicação, para apresentação de habilitações e/ou divergências de créditos no âmbito do processo de recuperação judicial; e • Apresentação do plano de recuperação judicial do Grupo Rossi no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação da decisão judicial de deferimento, nos termos do artigo 53 da Lei nº 11.101/2005. Todas estas determinações foram cumpridas e a Companhia apresentou o seu plano de recuperação judicial ("PRJ") no dia 05 de dezembro de 2022, que foi posteriormente avaliado pelo Administrador Judicial, que constatou que o Grupo Rossi atendeu todos os requisitos previstos pelo artigo 53. Ou seja, o PRJ foi apresentado no prazo correto, de 60 dias da publicação da decisão que deferiu o processamento da RJ, e este continha (i) a descrição dos meios de recuperação a serem adotados pelas empresas recuperadas; (ii) a demonstração de sua viabilidade econômica; e (iii) o laudo econômico-financeiro e de avaliação de bens e ativos. Passada esta fase, haverá em breve, então, a confirmação da data em que será realizada a Assembleia Geral de Credores ("AGC"), em que os credores da Companhia se reunirão para deliberar sobre as condições de pagamento propostas neste plano. Assim que isso acontecer e enquanto perdurar este processo, a Companhia manterá seus acionistas e os demais agentes do mercado informados sobre quaisquer novos desdobramentos relacionados à sua Recuperação Judicial. A Administração entende que o pedido de Recuperação Judicial representa uma etapa fundamental no processo de reestruturação econômico-financeira do Grupo Rossi iniciado em 2017, com a renegociação das principais dívidas corporativas contratadas junto às instituições financeiras. O empenho empregado nessa desalavancagem financeira e na simplificação de sua estrutura operacional, somada à disponibilidade de terrenos da Rossi, com elevado potencial de VGV, e ao conhecimento e experiência de seus colaboradores viabilizam a Recuperação Judicial como ferramenta capaz de permitir uma solução global e definitiva para a reestruturação da Companhia. **1.2. Continuidade operacional:** A Companhia apresentou, (i) prejuízo no período de exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como passivo a descoberto individuais e consolidados de R$(426.506) e R$(442.044) e R$(1.108.100) e R$(1.108.463), respectivamente; (ii) passivo circulante superior ao ativo circulante individual e consolidado de R$(1.385.440) e R$(1.054.194), respectivamente. O êxito do processo de recuperação judicial possibilitará a continuidade das operações da Companhia, por meio da aprovação e implementação do plano de recuperação e da concretização de previsões elaboradas pela Companhia. Essas premissas e circunstâncias indicam a existência de incertezas, que poderão gerar dúvidas sobre a continuidade da Companhia, porém, na avaliação da Administração da Companhia, o plano possibilitará, após a sua aprovação e implementação junto aos credores e junto ao judiciário, a celebração de acordos com a maioria dos credores do Grupo Rossi, solucionando, assim, grande parte do seu passivo. Adicionalmente, o Conselho de Administração acredita que a Companhia, por meio da renegociação do passivo concursal das recuperandas, nos termos, formas e condições previstas neste plano, também fornecerá condições para a recuperação econômica e operacional das empresas do Grupo Rossi, possibilitando (i) a reversão do círculo vicioso de baixa liquidez; e (ii) a atração de recursos para a Companhia, mediante novas parcerias para desenvolvimento dos projetos. **1.3. Reclassificação nos saldos comparativos:** Os saldos de Partes Relacionadas registrados pela Companhia se trata de valores movimentados entre as empresas do grupo Rossi, muito embora estivessem registrados nos ativos e passivos das empresas. Sendo assim, a Companhia decidiu apresentar os valores de forma líquida tomando-se em conta o balanço de abertura, impactando a apresentação das demonstrações financeiras de 2021. Isto posto, efetuou as apurações e alocou os referidos saldos no grupo de Partes Relacionadas Passivas no valor de R$ 677.175 na Controladora e R$ 26.972 no Consolidado. Esse procedimento foi efetuado pela Companhia em conformidade com o CPC 23 (IAS 8)- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de erro. Adicionalmente, os saldos de Adiantamento de Clientes - Permuta registrados pela Companhia foram reclassificados para o passivo não circulante no montante de R$ 55.730 (63.034 em 31 de dezembro de 2021). Esse montante apresenta contrapartida contabilizada na rubrica de "Imóveis a Comercializar" (Ativo não circulante), e que dada a sua expectativa de lançamento, o cenário adverso apresentado, a operação se encontrar em esfera judicial e incluída na listagem de credores da Recuperação Judicial (RJ), trata-se de um exigível a longo prazo. Em 31 de dezembro de 2021, as reclassificações contábeis efetuadas estão resumidas a seguir:

	Controladora- 31/12/2021 Como apresentado anteriormente	Controladora- 31/12/2021 Reclassificações contábeis		Controladora- 31/12/2021 Reapresentado	Consolidado- 31/12/2021 Como apresentado anteriormente	Consolidado- 31/12/2021 Reclassificações contábeis		Consolidado- 31/12/2021 Reapresentado
Ativo								
Não Circulante-Partes Relacionadas	**1.899.034**	**(677.175)**	**(a)**	**1.221.859**	**209.567**	**(26.972)**	**(a)**	**182.595**
Passivo								
Circulante-Adiantamento de clientes (Permuta)	–	–		–	**64.521**	**(63.034)**	**(b)**	**1.487**
Não Circulante								
Partes Relacionadas	1.929.256	(677.175)	**(a)**	**1.252.081**	**188.777**	**(26.972)**	**(a)**	161.805
Adiantamento de clientes (Permuta)	–	–		–	–	**63.034**	**(b)**	**63.034**
	1.929.256	**(677.175)**		**1.252.081**	**188.777**	**36.062**		**224.839**
Total do Circulante e Não Circulante	**1.929.256**	**(677.175)**		**1.252.081**	**253.298**	**(26.972)**		**226.326**

(a) Reclassificação para apresentação de forma líquida os saldos de cada parte relacionada.
(b) Reclassificação para apresentação desse saldo baseado na expectativa de realização.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E AS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, alguns passivos e ativos a valor presente, e alguns estoques e instrumentos financeiros a valor realizável. Para a preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em conformidade com as IFRSs, aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil, foram utilizadas estimativas contábeis e julgamentos por parte da Administração da Companhia. Os aspectos relacionados a transferência de controle na venda de unidades imobiliárias seguem o entendimento da Administração da Companhia, alinhados àquele manifesto feito pela CVM no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/18 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico NBC TG 47 (IFRS 15). A Companhia desenvolve seus empreendimentos a partir de estruturas societárias de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) e de consórcios, com a segregação dos ativos relativos a esses empreendimentos por meio dessas estruturas. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas pela Administração da Companhia, considerando o pressuposto da continuidade normal de suas atividades e estão apresentadas: ao custo histórico como base de valor, certos ativos e passivos ao valor presente e alguns estoques e instrumentos financeiros ao seu valor líquido de realização. Para a preparação das informações financeiras, em conformidade com as IFRSs/ CPCs, aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil, foram utilizadas estimativas contábeis e julgamentos por parte da Administração da Companhia (vide maiores detalhes na Nota Explicativa nº 2.15). A Companhia desenvolve seus empreendimentos a partir de estruturas societárias de Sociedades de Propósito Específico - SPE e de consórcios, com a segregação dos ativos relativos a esses empreendimentos por meio dessas estruturas. **2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente por meio de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: **(i)**Tem poder sobre a investida; **(ii)** Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e **(iii)** Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos variáveis. A Companhia reavalia se detém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. Nas entidades em que a Companhia precisa obter consenso com os outros acionistas ou quotistas sobre as atividades relevantes que afetam os retornos variáveis de uma entidade, a Companhia possui um acordo de participação na entidade, que pode ser classificado como operações conjuntas "*joint operation*" ou "*joint venture*". A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras. Nas demonstrações individuais da Controladora, as demonstrações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As práticas contábeis são consistentemente aplicadas em todas as empresas consolidadas, e as demonstrações das empresas investidas são preparadas para o mesmo período de divulgação. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (*"International Financial Reporting Standards - IFRSs"*), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Os aspectos relacionados a transferência de controle na venda de unidades imobiliárias seguem o entendimento da Administração da Companhia, alinhados àquele manifesto da CVM no Ofício Circular /CVM/SNC/SEP nº 02/18 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico NBC TG 47 (IFRS 15). Como não há diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados da controladora e consolidado, a Companhia optou por apresentar essas informações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto. **2.4. Apresentação de demonstrações por segmento:** A Administração entende que a divulgação de demonstrações por segmento não é aplicável às atividades da Companhia, pois efetua o monitoramento de suas atividades, a avaliação de desempenho e a tomada de decisão, para alocação de recursos ao nível de empreendimento imobiliário e não ao nível de segmentos. **2.5. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas investidas. A Companhia não possui transações em moeda estrangeira. **2.6. Caixa e equivalente de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia mantém aplicações financeiras, substancialmente, representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e fundos de investimentos, e considera equivalentes de caixa quando há conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um fundo de investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.7. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários devem ser classificados nas seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado "VJR" e/ou valor justo por meio de resultados abrangentes "VJORA". A classificação depende do propósito para qual o investimento foi adquirido e a mensuração está de acordo com os instrumentos financeiros (conforme Nota Explicativa nº 2.18). **2.8.Contas a receber de clientes:** São apresentadas aos valores presentes e de realização. A classificação entre o circulante e o não circulante é realizada com base na expectativa do fluxo de vencimento dos contratos. As contas a receber de clientes por incorporação de imóveis são atualizadas conforme cláusulas contratuais, sendo: Até a entrega das chaves dos imóveis comercializados, pela variação do Índice Nacional de Construção Civil - INCC; Após a entrega das chaves dos imóveis comercializados, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, com juros de 12% ao ano (tabela "Price"). Na comercialização de lotes de terrenos não incorporados, estes são atualizados pela variação do IGPM ou INCC, dependendo das condições contratuais. As perdas esperadas na realização de créditos são constituídas com base na análise dos riscos de realização das contas a receber em montante considerado suficiente pela Administração, levando em consideração, substancialmente, as parcelas de alienações fiduciárias com garantias em notas promissórias, bem como atualizações monetárias de contas a receber em atraso, uma vez que a carteira possui, substancialmente, a garantia do próprio imóvel objeto da venda. A Companhia e suas investidas realizam cessões e/ou securitizações de recebíveis relativas aos créditos com alienação fiduciária de empreendimentos. A Companhia tem operações de securitização mediante a emissão de Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários - CCIs, que são cedidas a instituições financeiras, sob as quais não possuem todas as obrigações relativas ao crédito imobiliário e, portanto, no caso de não pagamento esse valor é reembolsado pela Companhia. Para essas securitizações, o valor creditado pelas instituições financeiras é registrado como passivo, pelo fato de a Companhia ainda possuir o risco do crédito e a gestão dessa carteira. **2.9. Imóveis a comercializar:** Os imóveis prontos a comercializar estão demonstrados ao custo de construção, que não excede ao seu valor líquido realizável. No caso de imóveis em construção, a parcela em estoque representa o custo incorrido das unidades ainda não comercializadas, composto por custos dos materiais e dos terrenos utilizados para a construção, das casas, apartamentos ou dos conjuntos comerciais. Nessa rubrica também são considerados os encargos financeiros e os gastos com novos projetos. A Companhia adquire os terrenos para futuras incorporações, com condições de pagamento em moeda corrente, por meio da participação na receita do empreendimento ou por meio de permuta física, com o compromisso de entrega de unidades imobiliárias do empreendimento a ser desenvolvido nos respectivos terrenos ou em outros empreendimentos. A classificação entre circulante e não circulante é realizada com base na expectativa de lançamento dos empreendimentos imobiliários. A Companhia e suas investidas revisam anualmente o valor contábil dos imóveis a comercializar e terrenos para futuras incorporações, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar que seu valor realizável líquido seja menor que o valor contábil registrado. O critério dessa avaliação leva em consideração a expectativa de lançamento dos empreendimentos imobiliários, o fluxo de caixa projetado descontado e o valor de mercado dos imóveis. **2.10. Investimentos em coligadas e negócio em conjunto:** Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa. Essa influência significativa é o poder de participar nas decisões relevantes sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas. Um negócio em conjunto é um acordo em que as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. O negócio em conjunto está dividido em operação em conjunto "joint operation" ou um empreendimento em conjunto "joint ventures". Resumidamente, a classificação depende se os investidores têm direitos e deveres sobre o patrimônio líquido da Entidade ou se o investidor tem direito e deveres relacionados a ativos e passivos específicos da Entidade. Consequentemente, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as empresas "joint ventures" devem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e as operações em conjunto ("joint operation") pelo método de consolidação parcial (consórcios). Os resultados e os ativos e passivos de coligadas e "joint ventures" são incorporados nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento, ou uma parcela dele, é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a IFRS 5 (equivalente ao CPC 31). De acordo com o método de equivalência patrimonial, esses investimentos são reconhecidos inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada ou "joint venture". Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou "joint venture" ultrapassa a participação da entidade (que inclui quaisquer participações de longo prazo que, em sua essência, formam parte do investimento líquido do Grupo na coligada ou "joint venture"), a Companhia deixa de reconhecer sua participação em perdas adicionais. As perdas adicionais são reconhecidas somente na medida em que incorrer em obrigações legais ou presumidas ou assumiu obrigações em nome da coligada ou "joint venture". Na aquisição do investimento em uma coligada ou "joint venture", qualquer valor pago que ultrapasse a participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido como ágio, que é incluído no valor contábil do investimento. Quando uma entidade da Companhia realiza uma transação com uma coligada ou "joint venture" do Grupo, os lucros e prejuízos resultantes da transação com a coligada ou "joint venture" são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia somente na extensão das participações na coligada ou "joint venture" que não sejam relacionadas à Companhia. **2.11. Imobilizado e intangível:** O imobilizado é avaliado ao custo de aquisição, líquido das depreciações registradas pelo método linear, considerando as respectivas taxas. São incluídos os gastos com a construção do estande de vendas, quando a vida útil estimada é superior a 12 meses, e são depreciados de acordo com a sua vida útil. O valor residual, a vida útil do imobilizado e o método de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados quando for o caso. Um imobilizado é baixado quando vendido, ou, quando nenhum benefício econômico for esperado, o eventual resultado da baixa é incluído no resultado do exercício. As licenças de softwares adquiridas são demonstradas pelo valor de custo de aquisição e amortizadas conforme a vida útil. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa à medida que forem incorridos. **2.12. Impostos: Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** Nas empresas tributadas pelo lucro real, o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (25%) e a contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL (9%) são calculados observando-se suas alíquotas nominais, que, conjuntamente, totalizam 34%. O imposto de renda diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e os seus valores contábeis. Conforme facultado pela legislação tributária, certas investidas optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas investidas, a base de cálculo do IRPJ e da CSLL é presumida à razão de 8% e 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras), respectivamente, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição. Alguns ativos relativos aos empreendimentos da Companhia estão inseridos em estruturas de segregação patrimonial da incorporação "Patrimônio de Afetação", como facultado pela Lei no 10.931/04 (conforme Nota Explicativa no 16.e). **Impostos e contribuições de recolhimentos diferidos ativos:** Impostos e contribuições de recolhimentos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para uso na compensação das diferenças temporárias. **Decreto nº 8.426/15 - PIS e COFINS incidentes sobre as receitas financeiras:** O Decreto no 8.426, de 1º de abril de 2015, restabeleceu as alíquotas da contribuição para o PIS e a COFINS incidentes sobre as receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa das referidas contribuições. Este Decreto entrou em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º o de julho de 2015. Consequentemente, a Companhia e suas controladas passaram a tributar as receitas financeiras. **2.13. Contas a pagar por aquisição de terrenos e adiantamento de clientes:** Nas operações de aquisições de imóveis, os compromissos podem ser assumidos para pagamento em espécie, classificados como contas a pagar por aquisição de terrenos, ou, com a entrega de futuras unidades imobiliárias, classificados como adiantamento de clientes - permuta. Os valores são reconhecidos conforme cláusulas contratuais, considerando o valor justo do terreno adquirido e, nos casos de entrega de futuras unidades imobiliárias, pela determinação do produto a ser desenvolvido no terreno. O registro da operação de permuta é efetuado somente quando da definição do projeto a ser viabilizado e são demonstrados ao seu valor justo de realização. O reconhecimento da receita ao resultado é realizado na rubrica de "vendas de imóveis" pelos mesmos critérios da Nota Explicativa nº 2.20. **2.14. Parceiros de negócios, outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando os recursos advêm de eventos passados, e que a entidade tenha controle e se tem certeza absoluta de que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros e das variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.15. Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presente (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **Contratos onerosos:** Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. **Obrigações legais:** Obrigações legais são registradas como não circulante, independentemente da avaliação sobre as possibilidades de êxito de processos (Nota Explicativa nº 15). **Rescisões ("Distratos de Clientes"):** A Administração realiza análises periódicas, a fim de identificar se existem evidências objetivas que indiquem que os benefícios econômicos associados à receita apropriada poderão não fluir para a entidade. Exemplos: (i) atrasos no pagamento das parcelas; (ii) condições econômicas locais ou nacionais desfavoráveis; entre outros. Caso existam tais evidências, a respectiva provisão para distrato é registrada (Nota Explicativa no 14). O montante a ser registrado nestas provisões considera que imóvel será recuperado pela Companhia, e que eventuais montantes poderão ser retidos quando do pagamento das indenizações aos respectivos promitentes compradores, entre outros. **2.16. Ajustes a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários são ajustados ao seu valor presente, levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, são apropriados ao resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **2.17. Benefícios a empregados: Programa de participação nos resultados:** A Companhia mantém programa de participação dos empregados e administradores nos lucros ou resultados, conforme disposto na legislação em vigor, podendo ocorrer com base em programas espontâneos mantidos pelas empresas ou em acordos com os empregados ou com as entidades sindicais, e deliberado em Reunião do Conselho de Administração. A provisão para participação dos empregados e administradores nos lucros é contabilizada pelo regime de competência, com base nos critérios e nas premissas estabelecidos no programa mantido pela Companhia (conforme Nota Explicativa no 22.a). **Plano de previdência complementar:** A Companhia mantém Plano de Previdência Complementar para empregados e dirigentes, na modalidade Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL. Conforme a modalidade do plano, a contribuição é classificada como definida e a contabilização é direta, porque a obrigação da Companhia relativa é determinada pelos montantes a serem contribuídos no exercício. Consequentemente, não são necessárias avaliações atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa e não há possibilidade de nenhum ganho ou perda atuarial. **Plano de opção de compra de ações:** Tem por objetivo a outorga de opções de ações de emissão da Companhia a administradores e empregados de nível gerencial, bem como a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle. O plano está limitado ao máximo de opções que resulte numa diluição de até 3% do capital social da Companhia na data de aprovação de cada programa. O preço de exercício é definido em cada programa. Exercida a opção, o Conselho de Administração define se o capital social da Companhia deverá ser aumentado mediante a emissão de novas ações a serem subscritas pelos participantes, de acordo com o artigo 166, inciso III, da Lei no 6.404/76, ou se serão utilizadas para liquidação do exercício das opções as ações mantidas em tesouraria, observada a regulamentação aplicável. Os acionistas, nos termos do que dispõe o artigo 171, parágrafo 3º , da Lei no 6.404/76, não terão preferência na outorga nem no exercício das opções originárias do plano. O pagamento baseado em ações, qualificado como um instrumento patrimonial (liquidação em ações) é calculado com base no valor atribuído aos serviços recebidos dos empregados nos planos, que é determinado pelo valor justo das opções outorgadas, estabelecido na data da outorga de cada plano, utilizando um modelo de precificação de opções, e reconhecido como despesa durante o período de carência de direito à opção, compreendido entre a data da outorga e a data que se adquire o direito de exercer, em contrapartida ao patrimônio líquido. **2.18. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado. **Ativos financeiros:** A classificação de ativos financeiros é baseada no modelo de negócios no qual o ativo é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais (binômio fluxo de caixa contratual e modelo de negócios), conforme resumo demonstrado a seguir:

Categorias/mensuração (de acordo com o CPC 48 - IFRS 9)	Condições para definição da categoria e mensuração
Custo amortizado	Os Ativos Financeiros mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas, de acordo com o modelo de negócio da Companhia
A valor justo por meio de resultados abrangentes ("VJORA")	Não há definição específica quanto à manutenção dos Ativos Financeiros para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas ou realizar as vendas dos Ativos Financeiros no modelo de negócio da Companhia.
A valor justo por meio de resultado ("VJR")	Todos os outros ativos financeiros

Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros (custo amortizado)". **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os passivos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. **Outros passivos financeiros:** Os outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, financiamentos e debêntures, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo método do custo amortizado, ou seja, utiliza-se o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período aplicável. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros:** A Companhia efetua uma análise pormenorizada dos contratos com clientes em aberto para a constituição de provisão para perda esperada de crédito para todos os contratos de venda de unidades imobiliárias, e os valores são provisionados em contraposição ao reconhecimento das respectivas receitas de incorporação, com base em dados históricos de suas operações correntes e suas estimativas. Tal análise é realizada individualmente por contrato de venda, em linha com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, item 5.5.17 (c). Em virtude de deterioração do crédito por parte dos compradores entre a data da venda e a data de obtenção do financiamento, determinados contratos vem sendo objeto de cancelamento ("distratos"), motivo pelo qual as seguintes provisões vem sendo constituída para fazer face a margem de lucro apropriada de contratos firmados que: (i) por ocasião do reconhecimento da receita, para aqueles contratos que apresentam evidências objetivas de "impairment", afetando as rubricas de Receita e do Custo das vendas realizadas; e (ii) após o reconhecimento da receita, uma provisão é constituída para distratos que, muito embora não apresentem

›››

ROSSI RESIDENCIAL S.A.

evidências objetivas de impairment, são esperados para os próximos 12 meses, levando em consideração, entre outros, as experiências passadas, afetando a rubrica de Despesas Operacionais. Ambas as provisões são constituídas como redutora das contas a receber de clientes tendo contrapartida as rubricas:(i) imóveis a comercializar; e (ii) as rubricas anteriormente mencionadas, na demonstração do resultado. Eventual passivo financeiro devido pela potencial devolução de valores recebidos. A Companhia revisa anualmente suas premissas para constituição da provisão para perdas, face à revisão dos históricos de suas operações correntes e melhoria de suas estimativas. A Administração da Companhia, também constitui, quando aplicável, provisão para perdas esperadas para outras contas a receber, relacionados aos Adiantamentos para Parceiros de Negociação (parceiros em empreendimentos de incorporação imobiliária), cuja a realização foi julgada duvidosa, com base em análises individualizadas. Para os demais ativos financeiros, não esperamos perdas dos valores recuperáveis. **2.19. Ações em tesouraria:** São instrumentos patrimoniais próprios, readquiridos (ações de tesouraria) e reconhecidos ao custo em conta redutora do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado do exercício na compra, na venda, na emissão ou no cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida na rubrica "Outras reservas de capital". **2.20. Reconhecimento de receitas e custos:** A Administração da Companhia aplicou a partir de 1º de janeiro de 2018 os conceitos definidos no CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes, o qual estabelece registros contábeis referentes ao reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluídas nas companhias abertas brasileiras do setor de incorporação imobiliária. A Administração, em sua aplicação do CPC 47, contemplou na adoção inicial as orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº. 02/2018 ("Ofício CVM") o qual estabelece procedimentos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de certos tipos de transações oriundas de contratos de compra e venda de unidades imobiliárias não concluídas nas companhias abertas brasileiras do setor de incorporação imobiliária. De acordo com os conceitos do CPC 47 e orientações do Ofício CVM, o reconhecimento de receita de contratos com clientes passou a ter uma nova disciplina normativa, baseada na transferência do controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo ou ao longo do tempo, conforme a satisfação ou não das denominadas "obrigações de performance contratuais". A apropriação da receita com vendas de unidades imobiliárias não concluídas é efetuada ao longo do tempo, conforme a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas: 1) identificação do contrato; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento da receita. Desta forma, as políticas adotadas para a apuração e apropriação do resultado e registro dos valores nas rubricas de receita de incorporação imobiliária, imóveis a comercializar, clientes por incorporação de imóveis e adiantamentos recebidos de clientes, seguiram as políticas e orientações previstas no CPC 47 e Ofício CVM, conforme acima descritos e detalhados a seguir: **a) Apuração do resultado de incorporação e venda de imóveis:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. Nas vendas a prazo de **unidades concluídas**, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. Os juros pré-fixados e as variações monetárias de IGPM e INCC são apropriados ao resultado na rubrica "venda de imóveis", observando-se o regime de competência. Nas vendas de **unidades não concluídas**, a Companhia avalia seus contratos de vendas de unidades imobiliárias não concluídas, tendo como base as análises trazidas pela orientação técnica Ofício CVM/SNC/SEP/nº 02/2018 e pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes. A Receita com o imóvel vendido é reconhecida à medida que ocorre a construção e há a transferência dos riscos e benefícios de forma contínua para o promitente comprador do imóvel, atendendo os critérios do modelo das cinco etapas:

Etapas	Critérios atendidos
1ª etapa: Identificação do contrato	Foram identificados os contratos acima detalhados como dentro do escopo da norma, uma vez que: • Possuem substância comercial; • É provável o recebimento da contraprestação; • Os direitos e condições de pagamento podem ser identificados; • Encontram-se assinados pelas partes e estas estão comprometidas com as suas obrigações.
2ª etapa: Identificação das Obrigações de desempenho	Entrega da unidade imobiliária aos promitentes compradores.
3ª etapa: Determinação do preço da transação	Representado pelo valor de venda das unidades imobiliárias, explicitamente estabelecido nos contratos.
4ª etapa: Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho	Alocação direta e simples do preço da transação, uma vez que os contratos acima detalhados possuem apenas uma obrigação de desempenho (a entrega da unidade imobiliária).
5ª etapa: Reconhecimento da receita	Reconhecida ao longo do tempo.

Detalhamos a seguir outros aspectos importantes na apuração do resultado de incorporação e vendas de imóveis: (i) o custo incorrido das unidades vendidas, incluindo o custo do terreno, é apropriado integralmente ao resultado no momento em que incorrer; (ii) as receitas de vendas são apropriadas ao resultado utilizando o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos; (iii) as receitas de vendas apuradas conforme o item (ii), incluindo a atualização monetária, líquida das parcelas já recebidas, são contabilizadas em contrapartida às contas a receber ou adiantamentos de clientes, devido à relação entre as receitas contabilizadas e os valores recebidos; (iv) as despesas comerciais inerentes à atividade de comercialização são qualificadas com as despesas quando incorridas; (v) no período de garantia, deve ser provisionado o custo esperado com a garantia, constituída em contrapartida aos custos das unidades vendidas; (vi) os custos de empreendimentos, tendo como base os históricos de gastos de assistência técnica. Eventual saldo remanescente não utilizado dessa provisão é revertida após o prazo de garantia oferecida, em geral cinco anos a partir da entrega do empreendimento. Para as unidades em estoque concluídas ou em andamento o valor da contrapartida da provisão é incorporada ao custo do ativo. **Rescisões de contratos de vendas de unidades imobiliárias "Distratos":** Na ocorrência de distratos de contratos de venda de unidades imobiliárias, as receitas e os custos reconhecidos anteriormente no resultado são revertidos, ou seja: (i) débito de Receita de Venda de Imóveis e a crédito em Contas a Receber/Passivo e (ii) débito de Estoques de Imóveis a Comercializar e crédito de Custo dos Imóveis Vendidos. **b) Receita com prestação de serviços:** As receitas decorrentes da prestação de serviços são representadas por atividades de gerenciamento de obras e administração imobiliária, apropriadas ao resultado de acordo com sua competência. **2.21. Resultados por ação:** O cálculo básico do resultado por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. **2.22. Combinação de negócios:** O método de aquisição é usado para contabilizar cada combinação de negócios realizada pela Companhia. O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos transferidos, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da transação. As despesas relacionadas à aquisição são reconhecidas no resultado do exercício, quando incorridas. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos são mensurados ao valor justo na data da aquisição. O excesso do custo de aquisição relacionado ao valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos é registrado como ágio e, caso seja inferior, é registrado como ganho por compra vantajosa no resultado do exercício na data de aquisição. Em transações que a Companhia adquire o controle da empresa na qual ela mantinha uma participação de capital imediatamente antes da data de aquisição, essa participação inicial é avaliada pelo valor justo na data de aquisição do controle, que, em caso de ganho, é reconhecido no resultado do exercício. O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver), o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho. **2.23. Demonstrações financeiras individuais:** Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da ICPC 09 (R2) demonstrações financeiras individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensurados utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente. **2.24. Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - demonstração do valor adicionado. **2.25. Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações:** Durante o exercício de 2022 foi emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a revisão das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2022:

Pronunciamento	Alteração/Aprimoramento
Alteração ao IAS 16/CPC 27 Ativo Imobilizado	A alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
Alteração ao IAS 37/CPC25 Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
Alteração ao IFRS 3/CPC 15 Combinação de Negócios	Substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.
IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros
IFRS 16/CPC 06 - Arrendamentos	Alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado
IFRS 1/CPC 37 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros	Simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais
IAS 41/CPC 29 - Ativos Biológicos	Remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS

As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Companhia, não havendo efeitos em suas demonstrações financeiras quanto à sua aplicação. Adicionalmente, o IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entraram em vigência somente em 1º de janeiro de 2023 e 2024 como abaixo especificado com a convergência dos pronunciamentos emitidos pelo CPC, sendo:

Pronunciamento	Alteração
IAS1 Presentation of Financial Statements; IFRS- Practice Statements	Divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de Políticas contábeis "Significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábeis material" e explicam como identificá-las. Vigência 1º de Janeiro de 2023.
IAS 1 - Presentation of Financial Statements /IFRS - Practice Statements	Para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Vigência 1º de Janeiro de 2024.
IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting and Estimate Errors	Esclarecimento à distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Vigência 1º de Janeiro de 2023.
IFRS 17 - Insurance Contracts	Norma não aplicável para a Companhia. Vigência 1º de Janeiro de 2023.
IAS 12-Tributo sobre o Lucro	Requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações de arrendamentos, obrigações de descomissionamento e restauração. Vigência 1º de Janeiro de 2023.

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida em que os normativos estiverem regulamentados pelo CPC.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os valores de caixa e equivalentes de caixa são representados, substancialmente, por saldos bancários e investimentos financeiros em poupança com rentabilidade média de 0,7082 % ao mês. As aplicações financeiras registradas como caixa e equivalentes de caixa são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Caixa e bancos	363	674	3.141	7.502
Caderneta de poupança vinculada	–	–	2	8
Circulante	**363**	**674**	**3.143**	**7.510**

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Fundos de investimentos	4.765	2.464
Circulante	**4.765**	**2.464**

Os instrumentos financeiros contabilizados estão mensurados via custo amortizado, em linha com o CPC48/IFRS 9, que considera para esta classificação tanto o modelo de negócios da Companhia, quanto as características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Esses títulos, na data da sua contratação, possuíam rentabilidades históricas de 97% a 123% do CDI.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Venda de terrenos	42.148	15.276	56.088	25.371
Unidades concluídas	88.915	107.629	297.942	402.730
Prestação de serviços	–	163	520	163
	131.063	123.068	354.550	428.264
Perdas estimadas de créditos (PEC)	(5.038)	(4.796)	(11.381)	(10.339)
Provisão para distratos	(67.074)	(41.393)	(228.711)	(228.670)
	(72.112)	(46.189)	(240.092)	(239.009)
	58.951	**76.879**	**114.458**	**189.255**
Circulante	39.854	65.484	79.549	144.486
Não circulante	19.097	11.395	34.909	44.769

Os saldos classificados como unidades concluídas, referem-se a créditos provenientes de contas a receber de clientes, cujas obras foram concluídas e estão em trâmite de liberação para vinculação e repasse às instituições financeiras que financiaram o projeto. Não houve ajuste a valor presente líquido contabilizado ao resultado, na rubrica de venda de imóveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. A segregação de contas a receber líquido de clientes por vencimento está assim representada:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Vencidas				
Até 60 dias	166	766	626	7.972
De 61 a 90 dias	18	874	128	2.760
De 91 a 180 dias	295	591	1.107	5.696
Acima de 180 dias	14.547	52.464	50.233	48.458
	15.026	**54.695**	**52.094**	**64.886**
A vencer				
Até 1 ano	24.828	10.789	27.455	79.600
De 2 a 3 anos	2.385	8.222	14.922	22.513
Acima de 3 anos	16.712	3.173	19.987	22.256
	43.925	**22.184**	**62.364**	**124.369**
	58.951	**76.879**	**114.458**	**189.255**

A movimentação das perdas estimadas de créditos e da provisão para distratos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está assim representada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(49.779)**	**(287.624)**
Adições (PEC)	(718)	(1.859)
Reversões (PEC)	185	663
(Adições)Reversões Provisão para distratos	4.123	49.811
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(46.189)**	**(239.009)**
Adições (PEC)	(364)	(1.306)
Reversões (PEC)	200	493
(Adições)Reversões Provisão para distratos	(25.759)	(270)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(72.112)**	**(240.092)**

Operações de cessão de créditos: A Companhia possui operações de cessão de créditos, com instituições financeiras, com cláusulas de garantia sobre eventuais perdas futuras. Consequentemente, a Companhia manteve integralmente os saldos dessas cessões em contas a receber de clientes e reconheceu o montante recebido nessa transferência como cessão de créditos, na rubrica de empréstimos e financiamentos. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor contábil do respectivo passivo é de R$ 2.546 na controladora e no consolidado, conforme Nota Explicativa nº 11 b.

6. IMÓVEIS A COMERCIALIZAR

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Imóveis concluídos (i)	20.334	36.357	199.853	211.589
Provisão para distratos (i) (Nota 5)	36.601	13.270	137.376	112.393
Terrenos para futuras incorporações	15.508	15.157	193.845	271.602
Provisões para perdas ao valor recuperável de estoques	(10.050)	–	(77.789)	(82.892)
	62.393	**64.784**	**453.285**	**512.692**
Circulante	46.885	49.628	269.219	277.369
Não circulante	15.508	15.156	184.066	235.323

(i) Os imóveis concluídos, bem como a provisão para distratos (retornos de imóveis anteriormente vendidos) são classificados no ativo circulante, tendo em vista a sua disponibilidade para venda; A movimentação das provisões para distratos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está assim representada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**19.342**	**164.379**
Adições Provisão para distratos	230	6.882
Reversões Provisão para distratos	(6.302)	(58.868)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**13.270**	**112.393**
Adições Provisão para distratos	26.080	65.959
Reversões Provisão para distratos	(2.749)	(40.976)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**36.601**	**137.376**

Os custos financeiros de financiamentos são capitalizados em Imóveis a comercializar-obras em andamento e realizados no resultado do exercício de acordo com as vendas na rubrica Custo dos imóveis vendidos". Nos termos do OCPC 01 (R1), esses custos apropriados (recuperados) foram no consolidado (nota explicativa nº19) de (R$2.213) e R$3.407 em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Ao fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus estoques para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram perda ao valor recuperável de estoques. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia identificou indícios de perda no valor recuperável em imóveis concluídos e terrenos para futuras incorporações.

7. ADIANTAMENTOS A PARCEIROS DE NEGÓCIOS

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Adiantamento a parceiros de negócios	53.713	128.152	108.020	183.116
(-) Provisão para perdas de ativos financeiros sem expectativa de realização (i)	(53.713)	(34.215)	(108.020)	(34.215)
Total	–	**93.937**	–	**148.901**

Os saldos de "Adiantamentos concedidos a parceiros de negócios" referem-se aos aportes realizados em montantes superiores à participação da Companhia nos empreendimentos, os quais serão realizados através da geração de caixa desses empreendimentos, durante e ao final da execução dos projetos. **(i)** Em 2020, foi assinado o Contrato de Retirada de Acionista e Outras Avenças com a Nikolaos Empreendimentos e Participações S.A. (antiga Norcon Rossi Empreendimentos S.A), sem que houvesse a necessidade de desembolso de caixa, já que ocorreu a divisão dos ativos existentes na joint venture. Neste mesmo ano e em 2021, há também o efeito do desfazimento de outras parcerias de negócios, negociadas pela Companhia, com o objetivo de simplificar a sua estrutura societária. Em 2022, foi assinado o Contrato de Retirada de Acionista e Outras Avenças com a Diagonal Participação e Incorporação Imobiliária Ltda. Além disso, no 4º trimestre, foi constituída uma provisão para baixa dos demais valores a receber, já que os saldos contabilizados teriam remota possibilidade de recebimento, em função de dificuldades financeiras enfrentadas por estes mesmos parceiros, que teriam valores a pagar para a Companhia, com destaque para a Norcon Sociedade Nordestina de Construções S/A.

8. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Impostos a recuperar	1.125	762	7.700	7.346
Despesas antecipadas	363	363	363	485
Outros (i)	4.899	5.351	7.427	8.201
	6.387	**6.476**	**15.490**	**16.032**

(i) Referem-se a adiantamentos a fornecedores, a prestadores de serviços e empréstimos a funcionários.

9. INVESTIMENTOS

Os saldos em investimentos na controladora e consolidado são assim resumidos:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Controladas				
Integrais	1.511.948	1.731.522	–	–
	1.511.948	**1.731.522**	–	–
Não controladas				
Por não possuir a gestão das atividades relevantes	15.323	113.372	22.947	120.206
Excedente ao valor contábil na compra	924	924	1.715	1.715
	1.528.195	**1.845.818**	**24.662**	**121.921**

Os investimentos em investidas com o patrimônio líquido negativo foram reclassificados para a rubrica "Provisão para perdas de investimentos" (Nota Explicativa no 13), pois a Companhia possui com todas as obrigações além das legais impostas pela legislação do país. Os investimentos e os saldos de ativos e passivos, patrimônio líquido e resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 das investidas estão detalhados no Anexo I das demonstrações financeiras disponibilizados na CVM - Comissão de Valores Mobiliários (http://cvm.com.br) e no site de Relações com Investidores da Companhia. A movimentação dos investimentos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é assim apresentada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.007.089**	**162.781**
Adições (reduções) aos investimentos	(31.231)	(22.832)
Efeito do desfazimento de parcerias	–	(12.553)
Resultado de equivalência patrimonial	(191.315)	(7.142)
Dividendos declarados	(89.533)	–
Transferência para provisão para perdas em investimentos (Nota nº 13)	150.808	1.667
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.845.818**	**121.921**
	Controladora	**Consolidado**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.845.818**	**121.921**
Adições (reduções) aos investimentos, líquido dos efeitos de desfazimentos	(130.098)	43.409
Resultado de equivalência patrimonial	(184.803)	(5.004)
Dividendos declarados	(25.532)	(25.066)
Transferência para provisão para perdas em investimentos (Nota nº 13)	22.810	(110.598)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.528.195**	**24.662**

Excedente ao valor contábil na compra: As amortizações do excedente ao valor contábil na compra são reconhecidas no resultado pela aplicação dos percentuais FIT ("Fração Ideal do Terreno") e POC ("*Percentage of Completion*") correspondentes a cada um dos empreendimentos:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Excedente ao valor contábil na compra				
Terrenos para futuras incorporações	924	924	1.715	1.715
Total	**924**	**924**	**1.715**	**1.715**

10. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação (%)	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Máquinas e equipamentos	10	20.669	20.669	20.669	20.669
Móveis e utensílios	10	2.492	2.492	2.494	2.494
Instalações	10	7.277	7.277	7.629	7.629
Direito de Uso	20	779	779	779	779
Equipamentos de TI	20	165	165	242	242
		31.382	**31.382**	**31.813**	**31.813**
Depreciações acumuladas		(31.102)	(30.870)	(31.533)	(31.301)
		280	**512**	**280**	**512**

Ao fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia não identificou indícios de perda no valor recuperável dos ativos imobilizados.

Movimentação do imobilizado - Controladora:

Controladora	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamento de TI	Direito de uso	Total
Saldo em 31/12/2020	**411**	**51**	**1.766**	**46**	**606**	**2.880**
Adições	–	–		16	–	**16**
Baixa	–	(104)	(6.095)	–	–	**(6.199)**
Depreciação	(399)	72	4.329	(11)	(176)	**3.815**
Saldo em 31/12/2021	**12**	**19**	–	**51**	**430**	**512**

Controladora	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamento de TI	Direito de uso	Total
Saldo em 31/12/2021	**12**	**19**	–	**51**	**430**	**512**
Depreciação	(12)	(5)	–	(15)	(200)	**(232)**
Saldo em 31/12/2022	–	**14**	–	**36**	**230**	**280**

Movimentação do imobilizado - Consolidado:

Consolidado	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamento de TI	Terrenos	Direito de uso	Total
Saldo em 31/12/2020	**412**	**50**	**1.766**	**46**	**1.594**	**606**	**4.474**
Aquisições	–	–	–	16	–	–	16
Baixas	–	(104)	(6.095)	–	–	–	(6.199)
Outros	–	–	–	–	(1.594)	–	(1.594)
Depreciação	(400)	73	4.329	(11)	–	(176)	3.815
Saldo em 31/12/2021	**12**	**19**	–	**51**	–	**430**	**512**

Consolidado	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamento de TI	Direito de uso	Total
Saldo em 31/12/2021	**12**	**19**	**51**	**430**	**512**
Depreciação	(12)	(5)	(15)	(200)	(232)
Saldo em 31/12/2022	–	**14**	**36**	**230**	**280**

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Créditos imobiliários **(a)**	–	36.703	301.556	416.953
Cessão de créditos **(b)**	2.546	2.896	2.546	2.896
Empréstimos para capital de giro **(c)**	287.171	183.101	287.171	183.101
	289.717	**222.700**	**591.273**	**602.950**
Circulante	289.659	222.440	591.215	602.690
Não circulante	58	260	58	260

Dívidas por modalidade: (a) Créditos imobiliários: Financiamentos para construção de imóveis (Operacionais): A Companhia possui financiamentos para construção de imóveis, sujeitos a juros que variam de 8,5% a 14,21% ao ano, indexados pela Taxa Referencial - TR, com fluxo de amortizações até 2021. Esses financiamentos estão garantidos por hipotecas e recebíveis dos respectivos imóveis. **b) Cessão de créditos:** Representa operações de créditos cedidos às instituições financeiras, oriundos de contratos de vendas de unidades imobiliárias, sujeitos a juros capitalizados de 1,00% ao mês (12,68% ao ano), mais variação do INCC ou do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM. O produto das respectivas cobranças das parcelas mensais está mantido em conta de titularidade da Companhia. As perdas esperadas nos contratos cedidos estão garantidas ao cessionário. **c) Empréstimos para capital de giro (Corporativas):** Recursos utilizados no desenvolvimento dos projetos imobiliários, sendo que após aditamentos de contratos com renegociações dos prazos de vencimentos e dos custos financeiros, estão sujeitos a encargos de 111% do CDI. O principal e juros são amortizados em parcelas mensais, semestrais e anuais, iniciando-se em 2017 e com liquidação final em 2028. Alguns contratos de empréstimos contraídos pela Companhia, preveem, que em caso de ajuizamento de pedido de Recuperação Judicial (RJ), conforme ajuizado em 19 de setembro de 2022, essas dívidas deverão ter seu vencimento antecipado. Nestas demonstrações financeiras, os saldos contábeis referentes a essas condições foram reclassificados, em sua totalidade, para o passivo circulante. As garantias dadas após renegociações são constituídas por terrenos, unidades imobiliárias e/ou recebíveis de unidades prontas, além de cotas de certas empresas (SPEs) controladas pela Companhia. **Cronograma de vencimentos:** A tabela a seguir apresenta o cronograma de vencimento dos empréstimos e financiamentos existentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Ano	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Vencidas até 2022	289.659	222.440	591.215	602.690
Acima de 2022	58	260	58	260
	289.717	**222.700**	**591.273**	**602.950**

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**508.394**	**882.758**
Adições	3.812	3.869
Pagamentos do principal	(28.895)	(71.041)
Juros incorridos	22.475	74.464
Juros pagos	(1.400)	(5.414)
Dação de imóveis em pagamentos	(36.178)	(36.178)
Descontos obtidos em renegociações das dívidas	(245.508)	(245.508)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**222.700**	**602.950**
	Controladora	**Consolidado**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**222.700**	**602.950**
Adições	113.934	113.934
Pagamentos do principal	(86.598)	(191.852)
Juros incorridos	39.681	67.517
Juros pagos	–	(1.276)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**289.717**	**591.273**

Renegociação e Reestruturação das dívidas corporativas e operacionais: • Banco do Brasil (dívida Corporativa e operacional): foram assinados aditamentos para o contrato de financiamento à produção ("SFH") de aproximadamente R$ 32 milhões, com a alteração na forma de pagamento e uma extensão na data de vencimento e para os casos dos contratos de dívida corporativa, que possuem saldo devedor aproximado de R$ 288 milhões, os aditamentos preveem que 100% da dívida confessada junto ao Banco do Brasil será quitada em 180 dias a partir da data de assinatura do aditamento ocorrida em 22 de dezembro de 2020, através da alienação de ativos e sem desembolso efetivo de caixa. A Companhia e o Banco do Brasil ("BB") concluíram em 29 de junho de 2021, conforme Fato Relevante divulgado, a quitação do saldo de toda a dívida corporativa contratada junto ao banco. Essa quitação foi consumada através do desembolso efetivo de caixa, obtido principalmente com a alienação de ativos garantidores dessa dívida e descontos financeiros obtidos junto a instituição financeira. Os contratos de dívida operacional possuíam saldo devedor aproximado de R$ 268 milhões (R$ 265 milhões em 31 de março de 2021); **• Caixa Econômica Federal (dívida Corporativa e operacional):** A Companhia foi notificada pelo instituição financeira e as negociações estão sendo tratadas no âmbito judicial. Os saldos das dívidas referentes a contratos de financiamento à produção ("SFH"), tem como garantia o respectivo empreendimento (unidades prontas e contas a receber). A dívida corporativa tem por garantia a alienação fiduciária de ativos (terrenos para futuras incorporações). Os saldos remanescentes das dívidas (corporativa e SFH), foram reclassificados para o passivo circulante, em decorrência do vencimento delas. Nestas demonstrações financeiras, os saldos contábeis das novas condições firmadas refletem, a quitação total da dívida corporativa junto ao Banco do Brasil e demais eventos comentados acima.

12. CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÃO DE TERRENOS E ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

a) Contas a pagar por aquisição de terrenos:
O fluxo de desembolso está assim distribuído:

	Consolidado 2022	Consolidado 2021
2021	**154**	**11.525**
Circulante	154	11.525

O total de R$ 154 no consolidado será pago em moeda corrente, corrigido monetariamente (substancialmente, por IGPM e INCC), conforme o fluxo de pagamentos, definido pela realização de caixa dos projetos a serem lançados. Essas contas a pagar estão garantidas por notas promissórias, fianças ou seguro-garantia de entrega do próprio imóvel, no caso de permutas físicas.

b) Adiantamentos de clientes:

	Consolidado 2022	Consolidado 2021 Reclassificado
Adiantamentos de clientes **(i)**	–	1.487
Adiantamentos de clientes - permutas **(ii)**	55.787	63.034
	55.787	**64.521**
Circulante	–	**1.487**
Não Circulante	**55.787**	**63.034**

(i) Os adiantamentos de clientes representam a parcela excedente dos recebimentos de clientes, quando estes forem superiores aos valores reconhecidos de receitas; **(ii)** Os adiantamentos de clientes - permutas: representam terrenos adquiridos por meio de permutas físicas em empreendimentos, cujas cláusulas contratuais resolutivas foram atendidas e estão contabilizados ao seu valor justo, na data do seu reconhecimento inicial, ou na data que for possível da avaliação. A técnica utilizada foi baseada na receita, pelo qual foi estabelecida o valor justo da contraprestação, e utilizado o preço de cotação dos bens junto ao projeto vinculado, ou seja, não utilizou do mercado ativo e sim do empreendimento para definir o valor justo das unidades permutadas.

13. PROVISÃO PARA PERDA DE INVESTIMENTOS

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Provisão para patrimônio líquido negativo das investidas	2.269.941	2.247.131	8.885	119.483

A movimentação das provisões para perdas em investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é assim apresentada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.096.323**	**117.816**
Transferido do investimento (Nota nº 9)	150.808	1.667
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.247.131**	**119.483**
	Controladora	**Consolidado**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.247.131**	**119.483**
Transferido do investimento (Nota nº 9)	22.810	(110.598)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.269.941**	**8.885**

Os respectivos saldos de ativos e passivos, patrimônio líquido negativo e resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 destas investidas estão detalhados no Anexo I das demonstrações financeiras disponibilizados na CVM - Comissão de Valores Mobiliários (http://cvm.com.br) e no site de Relações com Investidores da Companhia.

14. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Valores a pagar por rescisões de clientes (i)	20.708	19.754	236.405	222.048
Provisões para distratos	22.733	4.005	47.738	15.655
Retenções contratuais de fornecedores	988	1.355	9.483	16.173
Contas a pagar - contencioso (ii)	99.240	92.207	271.741	234.451
Outros	–	4.158	3.283	17.273
	143.669	**121.479**	**568.650**	**505.600**
Circulante	**143.619**	**120.781**	**568.600**	**502.974**
Não circulante	**50**	**698**	**50**	**2.626**

(i) Valores a pagar por rescisões de clientes, e que estão vinculados a processos judiciais em andamento; e **(ii)** Refere-se a valores a pagar decorrentes de acordos e condenações de processos judiciais contenciosos.

15. PROVISÕES PARA RISCOS

a) Questões trabalhistas: A Companhia e suas controladas têm a responsabilidade por certos processos judiciais, perante diversos tribunais, advindos principalmente de solidariedade em relação a determinados empreiteiros, para os quais a Companhia monitora os controles utilizados por estes a fim de reduzir sua exposição, bem como realiza retenções contratuais para fazer frente a esses desembolsos. Em conformidade com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia e as retenções contratuais realizadas, são realizados complementos na provisão quando há risco de perdas prováveis. Os processos classificados como risco de perda possível não são provisionados pela Companhia e totalizaram R$12.649 e R$10.289 em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **b) Questões cíveis:** A Companhia e suas controladas são rés em ações judiciais cíveis, principalmente em matérias relacionadas à rescisão de contratos de venda de unidades residenciais, resultando, em caso de condenação, na devolução aos promitentes compradores de parte das parcelas recebidas, bem como em ações de reparação por responsabilidade civil. Quando os riscos de perda são considerados prováveis, são realizados complementos na provisão. Os processos classificados como risco de perda possível não são provisionados pela Companhia e totalizaram R$180.715 e R$178.043 em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **c) Questões tributárias:** Em 27 e 30 de novembro de 2009, a Companhia e sua controlada América Properties Ltda. aderiram, respectivamente, ao parcelamento de débitos na Receita Federal e na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no Programa de Parcelamento Especial chamado REFIS IV, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Os débitos são aqueles originados de questionamentos judiciais sobre a constitucionalidade de tributos federais com relação à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e ao Programa de Integração Social (PIS), especificamente quanto à extensão de bases e incidência dos referidos tributos sobre as receitas auferidas na venda de imóveis, anteriormente à Lei no 9.718/98, para os quais existe depósito judicial. Na data da opção pelo parcelamento, o montante atualizado da dívida era de R$ 25.554, sendo R$ 18.026 referentes à parcela do principal e R$ 7.528 referentes às parcelas de multas e juros. Em 30 de setembro de 2011, a Companhia entrou com pedido na Receita Federal e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para consolidação dos referidos débitos. Em 2018, a Companhia recebeu comunicado emitido pela Secretaria da Receita Federal (MF/RFB/8ªRF/DIORT/DERAT/SP), que tratou do assunto referente ao COFINS (Lei nº 9.718/98) e a destinação dos depósitos judiciais com benefícios da Lei nº 11.941/2009 (REFIS IV), o qual concluiu-se, após revisão fiscal, a destinação dos depósitos judiciais de COFINS realizados pela Companhia para: **i)** liquidação de débitos inclusos no parcelamento do REFIS IV, totalizando R$ 17.438 (conversão de renda para União); e **ii)** levantamento autoral, no montante de R$ 10.139 (conversão de renda para a Companhia). Durante o mês de dezembro de 2018, os depósitos judiciais foram resgatados para amortizar parcialmente a dívida com REFIS IV (débitos de COFINS) e restituir o montante convertido em renda para a Companhia, nos montantes acima citados. O sumário das provisões constituídas, dos parcelamentos de débitos (Programa de Recuperação Fiscal - REFIS) e dos depósitos judiciais efetuados está demonstrado a seguir:

Controladora	2022 Depósito judicial	2022 Provisões	2021 Depósito judicial	2021 Provisões
Cíveis	5.643	90.588	7.466	67.092
Trabalhistas	3.037	17.272	4.428	20.198
Tributárias	–	12.798	–	11.387
Provisões para riscos	**8.680**	**120.658**	**11.894**	**98.677**
REFIS IV (Provisões apresentados na rubrica de "Impostos e contribuições a recolher não circulante")	11.280	3.919	11.281	3.919
PPI-2017 (apresentados na rubrica de "Impostos e contribuições a recolher não circulante" - vide 16E)	–	2.926	–	–
Impostos e contribuições a recolher não circulante	**11.280**	**6.845**	**11.281**	**3.919**
	19.960	**127.503**	**23.175**	**102.596**

Consolidado	2022 Depósito Judicial	2022 Provisões	2021 Depósito Judicial	2021 Provisões
Cíveis	14.040	217.663	21.846	143.426
Trabalhistas	8.413	29.921	10.422	26.705
Tributárias	531	12.797	523	11.387
Provisões para riscos	**22.984**	**260.381**	**32.791**	**181.518**
REFIS IV (Provisões apresentados na rubrica de "Impostos e contribuições a recolher não circulante")	22.660	4.516	22.785	4.516
Parcelamentos Municipais (Provisões apresentados na rubrica de "Impostos e contribuições a recolher não circulante")	–	6.887	–	8.090
Impostos e contribuições a recolher não circulante	**22.660**	**11.403**	**22.785**	**12.606**
Total	**45.644**	**271.784**	**55.576**	**194.124**

A movimentação dos depósitos judiciais e das provisões pode ser assim resumida:

Depósitos judiciais	**Controladora**	**Consolidado**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**27.042**	**61.146**
Depósitos efetuados/atualização	57	6.840
Depósitos baixados	(3.924)	(12.410)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**23.175**	**55.576**
Depósitos judiciais	**Controladora**	**Consolidado**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**23.175**	**55.576**
Depósitos efetuados/atualização	**1.226**	**2.648**
Depósitos baixados	**(4.441)**	**(12.580)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**19.960**	**45.644**

Provisões	**Controladora**	**Consolidado**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**99.603**	**224.176**
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	61.160	99.386
Baixas e pagamentos	(21.346)	(61.180)
Transferências para Contas a Pagar	(36.821)	(68.258)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**102.596**	**194.124**
Provisões	**Controladora**	**Consolidado**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**102.596**	**194.124**
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	52.396	134.558
Baixas e pagamentos	(20.755)	(34.283)
Transferências para Contas a Pagar	(6.734)	(22.615)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**127.503**	**271.784**

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DE RECOLHIMENTOS DIFERIDOS

a) Os saldos das contas patrimoniais estão apresentados a seguir:

Passivo	Controladora 2022	Controladora 2021
Impostos e contribuições diferidos sobre a diferença de apropriação do lucro imobiliário		
COFINS e PIS	399	674
Circulante	273	100
Não circulante	126	574

Passivo	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Impostos e contribuições diferidos sobre a diferença de apropriação do lucro imobiliário		
Empresas tributadas pelo Lucro Real		
Imposto de renda e contribuição social	13.686	28.001
COFINS e PIS	10.645	15.442
Empresas tributadas pelo lucro real e patrimônio de afetação		
Imposto de renda e contribuição social	30	(2)
COFINS e PIS	32	(2)
Empresas tributadas pelo lucro presumido		
Imposto de renda e contribuição social	2.283	2.342
COFINS e PIS	2.706	2.776
Empresas tributadas pelo lucro presumido e patrimônio de afetação		
Imposto de renda e contribuição social	1.083	(190)
COFINS e PIS	1.174	(206)
	31.639	**48.161**
Circulante	13.002	15.390
Não circulante	18.637	32.771

A base de cálculo dos impostos diferidos está representada pela diferença de prática de reconhecimento de lucro na atividade imobiliária para fins tributários (regime de caixa) e contábeis (regime de competência), e a dedução das provisões. **b) As diferenças temporárias dos tributos sobre o lucro (Lucro Real) estão assim compostas:**

Diferenças temporárias controladora	2022	2021
Apropriação imobiliária	4.317	7.286
Diferenças temporárias - Provisão para perdas de ativos financeiros		–
Compensação de prejuízo fiscal	(4.317)	(7.286)
(=) Base de cálculo	–	–
(x) Alíquota nominal	34%	34%
Ativo diferido	–	–
Diferenças temporárias - empresas controladas		
Apropriação imobiliária	57.504	117.656
Compensação de prejuízo fiscal	(17.251)	(35.297)
(=) Base de cálculo	40.253	82.359
(x) Alíquota nominal	34%	34%
Passivo diferido	**13.686**	**28.001**

c) Os saldos dos prejuízos fiscais e das bases negativas, para os quais não há prazo prescricional, estão apresentados a seguir:

Saldos controlados em livros fiscais auxiliares e não reconhecidos nos registros contábeis	2022	2021
Controladora	2.571.192	2.368.022
Compensação de diferenças temporárias	(4.317)	(7.286)
	2.566.875	**2.360.736**
Empresas controladas	2.912.621	2.867.772
Compensação de diferenças temporárias	(17.251)	(35.297)
	2.895.370	**2.832.475**
	5.462.245	**5.193.211**

d) As (despesas) receitas de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado estão assim distribuídas:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Impostos correntes sobre:				
Empresas tributadas pelo lucro real	20	(29.893)	(1.757)	(31.594)
Empresas tributadas pelo lucro real e patrimônio de afetação	–	–	(5)	(94)
Empresas tributadas pelo lucro presumido	–	–	(2.027)	(2.046)
Empresas tributadas pelo lucro presumido e patrimônio de afetação	–	–	(230)	(1.237)
Total de impostos correntes	**20**	**(29.893)**	**(4.019)**	**(34.971)**

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Diferença de apropriação do lucro imobiliário				
Empresas tributadas pelo lucro real	68	–	14.396	(9.903)
Empresas tributadas pelo lucro real e patrimônio de afetação	–	–	(32)	63
Empresas tributadas pelo lucro presumido	–	–	(54)	1.460
Empresas tributadas pelo lucro presumido e patrimônio de afetação	–	–	(1.274)	2.661
Total de impostos diferidos	**68**	–	**13.036**	**(5.719)**

A reconciliação dos valores de imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos) dos tributos sobre o lucro (lucro real) demonstrados nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, à alíquota nominal:

	Controladora 2022	Controladora 2021
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	**(426.593)**	**(160.791)**
Adições (exclusões) permanentes		
Multas não dedutíveis	(88)	–
Despesas não dedutíveis	(1.695)	25.080
Equivalência Patrimonial	184.803	191.315
Outras Adições e exclusões	44.533	21.086
Adições (exclusões) temporárias:	(82.193)	1.068
Prejuízo Real	**(281.233)**	**77.758**
Compensação de Prejuízo Fiscal 30%	–	(23.327)
Base de Cálculo	**(281.233)**	**54.431**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(20)	18.506
Imposto de renda e contribuição social (Provisões para riscos)	–	11.387
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Ativo não circulante)	–	–

	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Prejuízo do exercício	**(451.061)**	**(148.181)**
(-) Lucro líquido - empresas lucro presumido e RET	(32.027)	(43.869)
Prejuízo do exercício - lucro real	**(419.034)**	**(104.312)**
(-) Despesa/receita com imposto de renda e contribuição social	12.638	(41.497)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	**(431.672)**	**(62.815)**
Alíquota nominal vigente	34%	34%
Expectativa da despesa de imposto de renda e contribuição social	146.768	21.357
Equivalência patrimonial	(1.701)	(2.428)
Outras Adições e Exclusões	–	–
Compensação de prejuízo fiscal	(887)	406
Créditos fiscais não constituídos	(131.542)	(60.832)
(-) Despesa ou receita com imposto de renda e contribuição social	**12.638**	**(41.497)**
Recomposição do imposto corrente e diferido		
Impostos sobre o lucro - diferido (receita)	14.696	1.725
Impostos sobre o lucro - diferido (despesa)	(301)	(11.628)
(=) Impostos sobre o lucro - diferido (1)	**14.395**	**(9.903)**
(+) Impostos sobre o lucro - corrente (despesa) (2)	**(1.757)**	**(31.594)**
(=) Impostos sobre o lucro (corrente (-) diferido) (1-2)	**12.638**	**(41.497)**

Ativos com segregação patrimonial: e) As estruturas de segregação patrimonial existentes na Companhia referem-se ao Regime Especial de Tributação - RET - patrimônio de afetação. A seguir estão demonstrados os empreendimentos que estão no RET:

Descrição do empreendimento	Proporção no consolidado R$ (mil)	Consolidado 2022	% do ativo
Pontal Das Américas	60.458	673.696	8,97%
Alta Vista Piedade	58.515	673.696	8,69%
Rossi Mais	36.356	673.696	5,40%
Rossi Mais Parque Da Lagoa	23.006	673.696	3,41%
Rossi Atual Alto Da Lapa	19.428	673.696	2,88%
Espaço Vip Residencial	13.757	673.696	2,04%
Rossi Mais Parque Iguaçu	12.168	673.696	1,81%
Rossi Litorâneo	12.769	673.696	1,90%
Rossi Mais Horizontes	8.012	673.696	1,19%
Rossi Praças Ipê Roxo	8.866	673.696	1,32%
Arte Studios Residencial	2.956	673.696	0,44%
Palacio Imperial	1.005	673.696	0,15%
Rossi Mais Jardins De Paulínia	1.197	673.696	0,18%

17. INFORMAÇÕES SOBRE PARTES RELACIONADAS

a) Contas-correntes de empreendimentos: A Companhia desenvolve projetos por meio de SPEs e participa do desenvolvimento de empreendimentos em conjunto com outros parceiros de forma direta, pela execução de empreendimentos em conjunto, participação societária ou consórcios. A estrutura de administração desses empreendimentos e a gerência de caixa são centralizadas na Rossi Residencial, que fiscaliza o desenvolvimento das obras e os orçamentos. Assim, a Rossi Residencial assegura que as aplicações de recursos necessários sejam feitas e alocadas de acordo com o planejado. As origens e aplicações de recursos dos empreendimentos estão refletidas nesses saldos, com observação do respectivo percentual de participação, os quais não estão sujeitos à atualização nem a encargos financeiros e não possuem vencimento predeterminado. O prazo médio de desenvolvimento e finalização dos empreendimentos em que se encontram aplicados os recursos são de três anos, sempre com base nos projetos e cronogramas físico-financeiros de cada obra. As transações com partes relacionadas foram negociadas com base em condições acordadas entre partes relacionadas.

	Controladora 2022	Controladora 2021 Reclassificado	Consolidado 2022	Consolidado 2021 Reclassificado
Ativo com partes relacionadas				
Controladas integrais	1.080.009	1.039.263	–	–
Não controladas	10.749	182.596	10.749	182.595
	1.090.758	1.221.859	10.749	182.595
Passivo com partes relacionadas				
Controladas integrais	905.238	1.090.275	–	–
Não controladas	16.761	161.806	16.761	161.805
	921.999	1.252.081	16.761	161.805
Total do Ativo (Passivo) Líquido	**168.759**	**(30.222)**	**(6.012)**	**20.790**

Os saldos de ativos e passivos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 entre partes relacionadas estão detalhados no Anexo II das demonstrações financeiras disponibilizados na CVM - Comissão de Valores Mobiliários (http://cvm.com.br) e no site de Relações com Investidores da Companhia. **b) Remuneração da Administração e Diretoria (controladora e consolidado):** A verba global e anual autorizada da remuneração fixa e variável pela Assembleia Geral Ordinária, para o exercício de 2022, foi fixada em até R$ 7.587 (R$9.498 para o exercício de 2021) para os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria. O montante apropriado da remuneração acumulada foi assim distribuído nos exercícios:

Remuneração da administração e diretoria	Controladora e Consolidado Remuneração anual 2022	Controladora e Consolidado Remuneração anual 2021
Conselheiros de Administração e Fiscal	975	1.011
Diretores estatutários	5.778	5.702
	6.753	**6.713**

Os Conselheiros supracitados referem-se aos membros dos Conselhos Fiscal e de Administração, tendo como número de membros 3 e 5, respectivamente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **c) Ações em poder da Administração e da Diretoria:** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria detêm em conjunto 766.317 ações da Companhia.

18. RECEITA DE VENDAS / PROVISÃO DE DISTRATOS

A composição da receita operacional líquida está demonstrada a seguir:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita com vendas de imóveis (i)	1.984	9.329	1.432	24.692
Provisão de despesas (Reversão de despesas) para distratos	(39.876)	4.123	(38.871)	34.159
(+/-) Impostos sobre vendas e serviços	(250)	(282)	36	565
	(38.142)	**13.170**	**(37.403)**	**59.416**

(i) Em 2022, a Companhia através da sua atuação na prestação de serviços de construção de imóveis, contabilizou uma receita no montante de R$ 799.

19. CUSTO DOS IMÓVEIS VENDIDOS / REVERSÃO DE PROVISÃO DE DISTRATOS

A composição do custo dos imóveis vendidos e serviços prestados classificados por natureza estão demonstrados a seguir:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Custo de obra e incorporação	(2.658)	–	(27.296)	(17.323)
Provisão para distratos (Custo)	23.331	(6.071)	25.625	(52.366)
Encargos financeiros alocados ao custo (nota nº 6)	–	–	2.213	(3.407)
	20.673	**(6.071)**	**542**	**(73.096)**

ROSSI RESIDENCIAL S.A.

20. RECEITAS (DESPESAS)

a) (Despesas) Administrativas:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Salários e benefícios a empregados	(5.208)	(4.345)	(5.223)	(5.029)
Serviços de terceiros	(6.620)	(6.549)	(8.129)	(10.689)
Aluguéis	(106)	(105)	(106)	(229)
Energia, água e comunicação.	(59)	(72)	(59)	(81)
Outras despesas	(1.852)	(1.681)	(2.124)	(2.175)
	(13.845)	**(12.752)**	**(15.641)**	**(18.203)**

b) (Despesas) Comerciais:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Marketing e publicidade	(2.798)	(2.790)	(7.150)	(16.800)
Perdas estimadas para créditos com liquidação duvidosa e outras despesas comerciais, líquidas	(165)	(533)	(813)	(1.154)
	(2.963)	**(3.323)**	**(7.963)**	**(17.954)**

c) Outras Receitas (Despesas) Líquidas:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ganho (perda) na alienação de investimentos	11.751	(4.355)	11.722	(2.885)
Despesas com garantias de obras concluídas	(167)	(1.487)	(1.450)	(5.806)
Despesas com provisão e gastos com processos judiciais	(47.687)	(47.749)	(151.492)	(98.627)
Outras receitas (despesas) líquidas	(3.619)	(33.244)	15.390	(32.799)
Provisão/reversão com correção de impostos	(4.821)	(21.722)	(6.973)	(27.232)
Resultado das dações de imóveis nas operações de amortizações das dívidas corporativas e SFH	–	(8.815)	–	28.100
Desfazimento de Sociedades	(22.595)	(19.131)	(22.598)	(19.138)
Provisões para perdas ao valor recuperável de estoques (i)	(10.050)	–	524	(11.489)
Provisão para perdas de ativos financeiros sem expectativa de realização	(80.098)	(34.215)	(134.405)	(34.215)
	(157.286)	**(170.718)**	**(289.282)**	**(204.091)**

(i) Provisões contábeis para perdas ao valor recuperável de terrenos e unidades concluídas disponíveis para venda.

21. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
Receitas Financeiras:	2022	2021	2022	2021
Rendimento de aplicações financeiras	–	54	1.383	884
Juros ativos sobre mútuos e clientes	254	146	2.033	2.189
Descontos financeiros obtidos (Nota 11)	–	245.508	–	245.508
Outras receitas financeiras	1.088	591	2.520	3.041
	1.342	**246.299**	**5.936**	**251.622**
Despesas Financeiras:				
Despesas bancárias	–	(1)	(201)	(796)
Impostos sobre Operações Financeiras - IOF	–	–	–	(2)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(40.111)	(22.949)	(68.420)	(75.634)
Descontos concedidos	(3.210)	(1.809)	(15.276)	(11.271)
Outras despesas financeiras	(183)	(2.307)	(10.283)	(42.015)
	(43.504)	**(27.066)**	**(94.180)**	**(129.718)**
	(42.162)	**219.233**	**(88.244)**	**121.904**

22. DESPESAS COM BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Programa de participação nos resultados: A participação dos empregados e administradores nos lucros ou resultados será objeto de deliberação pelo Conselho de Administração, na forma disposta pelo inciso XVI do artigo 21 do Estatuto Social da Companhia.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado é de R$ 2.654.090 em 31 de dezembro de 2022 e R$ 2.611.390 em 31 de dezembro de 2021, representado por 17.153.337 ações ordinárias nominativas (pós-grupamentos). O capital social autorizado é de 20.000.000 de ações ordinárias. O capital social está assim representado em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Descrição	2022	2021
Capital social subscrito	2.677.980	2.635.280
Gastos com emissão de ações	(23.890)	(23.890)
Capital social	**2.654.090**	**2.611.390**

Ações em tesouraria: Até 31 de dezembro de 2022 e 2021, haviam sido adquiridas e permaneciam em tesouraria 245.081 grupos de ações ordinárias, no montante de R$ 49.154. Os custos mínimos, médio ponderado e máximo por ação são, respectivamente, de R$ 1,00, R$ 9,35 e R$ 25,32, (R$ 10,00, R$ 93,50 e R$ 253,20, pós-grupamento de ações) e o valor de mercado dessas ações em 31 de dezembro de 2022 e 2021 era de R$ 2,84 e R$ 9,47 por grupo de ações nominativas. As aquisições estão limitadas ao valor de reservas, e a destinação poderá ser alienação ou cancelamento. Partes das ações em tesouraria descritas no parágrafo acima, pertencem ao programa de participação em ações ("stock options") já concluído e permanecem bloqueadas por ações judiciais. **b) Reservas de capital:** Incluem as parcelas de reconhecimento das outorgas de plano de opção de ações. **c) Resultados por ação:** O cálculo do resultado por ação e do resultado diluído por ação, sobre o resultado dos exercícios em bases individual e consolidada, está demonstrado a seguir:

Básico/diluído (i)	2022	2021
(Prejuízo) do exercício	(426.506)	(190.684)
Média ponderada de ações/ grupos de ações em circulação	18.989	16.142
Resultado por ação/ grupos de ações - básico/diluído (expresso em R$)	**(22,4606)**	**(11,8129)**

(i) De acordo com o CPC 41, o cálculo do resultado diluído por ação não presume a conversão, o exercício ou outra emissão de ações ordinárias potenciais que teria efeito *antidiluidor* sobre o resultado por ação, portanto, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não há diferença entre o prejuízo básico e o prejuízo diluído por ação. **Destinações dos resultados dos exercícios:** O lucro líquido do exercício, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, quando aplicável, tem a seguinte destinação: • 5% para reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado ou 30% das reservas totais; e • 25% do saldo, após a apropriação para reserva legal, será destinado aos pagamentos de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de três anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia;

24. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Companhia e suas controladas realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento que não afetaram caixa e equivalentes de caixa, e essas atividades não foram incluídas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

		Controladora			
		2022		2021	
	Nota	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Transferência de passivo a descoberto	9/13	22.810	22.810	225.913	225.913
Dações de imóveis para pagamentos de dívidas	6/12	–	–	(36.178)	(36.178)
Dividendos a receber - compensação com Partes Relacionadas	8/17	(25.066)	(25.066)	–	–
Reclassificação de provisão para distratos - Complemento de PECLD	5/14	(25.923)	(25.923)	(3.590)	(3.590)
Transferência de Partes Relacionadas para adições ao Investimento	9/17	(130.098)	(130.098)	(31.231)	(31.231)
Total		**(158.743)**	**(158.743)**	**183.448**	**183.448**

		Consolidado			
		2022		2021	
	Nota	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Transferência de passivo a descoberto	9/13	110.598	110.598	1.667	1.667
Dações de imóveis para pagamentos de dívidas	6/12	–	–	(36.178)	(36.178)
Dividendos a receber-compensação com Partes Relacionadas	8/17	(25.532)	(25.532)	(25.066)	(25.066)
Reclassificação de provisão para distratos- Complemento de PECLD	5/14	1.083	1.083	(48.615)	(48.615)
Transferência de Partes Relacionadas para adições ao Investimento	9/17	43.409	43.409	(22.834)	(22.834)
Total		**(91.172)**	**(91.172)**	**(105.960)**	**(105.960)**

25. SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.
As coberturas de seguros são as seguintes:

Modalidade em R$	2022	2021
Seguro D&O **(a)**	100.000	100.000
	100.000	**100.000**

(a) Seguro de responsabilidade civil para executivos (D&O) - cobertura de custos de defesa em eventuais processos judiciais e câmaras de arbitragem.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Análise dos Instrumentos financeiros: A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das taxas contratadas "versus" as vigentes no mercado. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa. Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e a caixa e equivalentes de caixa efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha. Os riscos de crédito em contas a receber são administrados por normas específicas de análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Os instrumentos financeiros estão registrados em contas patrimoniais e são representados por aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, e debêntures, cujos valores estimados de mercado são substancialmente similares aos seus respectivos valores contábeis. Adicionalmente, as contas a receber de clientes, quando relativas a obras concluídas e em andamento, podem ser negociadas em operações de securitização e/ou cessão. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existem operações com instrumentos financeiros derivativos.

	Categoria	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Ativo financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	363	674	3.143	7.510
Títulos e valores mobiliários		–	–	**4.765**	**2.464**
Fundos de investimentos, Operações compromissadas , CDBs e Outros	Custo Amortizado	–	–	4.765	2.464
Contas a receber de clientes	Valor Justo ao Resultado	58.951	76.879	114.458	189.255
Partes relacionadas	Valor Justo ao Resultado	1.090.758	1.221.859	10.749	182.595
Depositos Judiciais	Valor Justo ao Resultado	19.960	23.175	45.644	55.576
Adiantamentos a parceiros de negócios	Valor Justo ao Resultado	–	93.937	–	148.901
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos		**289.717**	**222.700**	**591.273**	**602.950**
Financiamentos para construção - crédito imobiliário	Custo Amortizado	–	36.703	301.556	416.953
Empréstimos para capital de giro	Custo Amortizado	287.171	183.101	287.171	183.101
Cessão de Créditos	Custo Amortizado	2.546	2.896	2.546	2.896
Fornecedores	Custo Amortizado	18.133	19.920	40.808	52.365
Adiantamento de Clientes	Custo Amortizado	–	–	55.787	64.521
Contas a pagar por aquisição de terrenos	Custo Amortizado	–	–	154	11.525
Partes relacionadas	Custo Amortizado	921.999	1.252.081	16.761	161.805
Outras contas a pagar (valores a pagar a clientes e outros)	Custo Amortizado	143.619	120.781	568.600	502.974

b) Categoria de instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros citados, os quais estão mensurados pelo custo amortizado, exceto os ativos mantidos para negociação que estão mensurados a valor justo, são atualizados monetariamente (exceto partes relacionadas) com base nos índices e juros contratados até a data de fechamento das informações contábeis intermediárias e não apresentam divergências significativas em relação ao valor de mercado. Na rubrica de outras contas a pagar existem passivos financeiros pelos quais não há risco de variação financeira. **Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas: Gestão de risco de capital:** A gestão de Capital tem por objetivo estabelecer métodos e procedimentos para mitigar o risco de capital da Companhia, pois tal gerenciamento consiste em um processo contínuo de monitoramento e controle do nível de capital compatível com os objetivos estratégicos da instituição. Nesta análise de gestão de capital a Companhia avalia o fluxo operacional necessário para manter o nível sustentável de recursos disponíveis para liquidar os passivos, investir e manter reservas para futuras contingências. Nos cálculos efetuados da dívida liquida, a Companhia utiliza as dívidas de capital próprio (obrigações com acionistas controladores e não controladores) somado as dívidas de capital de terceiros (empréstimos e financiamentos, cessão de créditos, debêntures) reduzidos do caixa e equivalentes de caixa e dos títulos e valores mobiliários.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Recursos próprios				
Passivo a descoberto	(1.108.100)	(724.294)	(1.108.463)	(724.691)
Recursos de terceiros				
Empréstimos e financiamentos	287.171	219.804	588.727	600.054
Cessão de créditos	2.546	2.896	2.546	2.896
Recursos de terceiros - total	**289.717**	**222.700**	**591.273**	**602.950**
(-) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(363)	(674)	(7.908)	(9.974)
Dívida líquida	**289.354**	**222.026**	**583.365**	**592.976**

Risco de liquidez: Os controles de liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas são acompanhados constantemente, a fim de garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessárias, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos. O endividamento da Companhia tem sido monitorado pela Administração em conjunto com as instituições financeiras, quando necessário, são enquadrados ao perfil atual da Companhia e dos seus fluxos de recebimentos. **Risco de crédito:** A Companhia e suas controladas levam em consideração, para o risco de crédito de contas a receber de clientes, as parcelas de alienações fiduciárias, uma vez que a carteira possui a garantia do próprio imóvel objeto da venda; porém, o valor do risco efetivo de eventuais perdas encontra-se apresentado na rubrica "Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa" (vide Nota Explicativa no 5). **Risco de mercado: (i) Risco de taxas de juros e inflação -** o risco de taxas de juros decorre da parcela da dívida referenciada à TR, ao CDI e ao INCC, de aplicações financeiras referenciadas ao CDI e de outras contas a pagar remuneradas ao INCC e IGPM, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e na inflação; **(ii) Risco de taxas de câmbio -** a Companhia não possui operações em moedas estrangeiras; e **(iii) Operações com derivativos -** a Companhia não possui operações com derivativos nem de risco semelhante. **d) Análise de sensibilidade para os ativos e passivos financeiros:** A Companhia definiu três cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No cenário provável foram definidas pela Administração as taxas divulgadas disponíveis no mercado (incluindo B3, antiga BM&FBOVESPA), e no cenário possível e no remoto uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis. A base de cálculo utilizada é o valor apresentado nas Notas Explicativas de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures, contas a pagar e contas a pagar por aquisição de terrenos, parceiros de negócios e outras contas a pagar.

Controladora

Operação	Posição 2022	Fator de Risco	Cenário I Provável	Cenário II Possível	Cenário III Remoto
Contas a receber de clientes					
Contas a receber de clientes	60.582	IGP-M	5,4584% **3.307**	6,8230% **4.134**	8,1876% **4.960**
Depósitos Judiciais	19.960	TR	1,6300% **325**	1,2225% **244**	0,8150% **163**
Empréstimos para capital de giro	287.171	CDI	13,6500% **39.199**	17,0625% **48.999**	20,4750% **58.798**
Cessão de crédito	2.546	INCC	9,4097% **240**	11,7621% **299**	14,1146% **359**
Outras contas a pagar (outros)	99.240	INCC	9,4097% **9.338**	11,7621% **11.673**	14,1146% **14.007**
Outras contas a pagar (arrendamento mercantil e rescisão de clientes)	20.708	IGPM	5,4584% **1.130**	4,0938% **848**	2,7292% **565**

Consolidado

Operação	Posição 2022	Fator de Risco	Cenário I Provável	Cenário II Possível	Cenário III Remoto
Títulos e valores mobiliários					
Fundos de investimentos - DI	4.765	CDI	13,6500% **650**	10,2375% **488**	6,8250% **325**
Contas a receber de clientes					
Unidades concluídas	131.107	IGP-M	5,4584% **7.156**	6,8230% **8.945**	8,1876% **10.735**
Depósitos Judiciais	45.644	TR	1,6300% **744**	1,2225% **558**	0,8150% **372**
Financiamentos para construção - crédito imobiliário	301.555	TR	1,6300% **4.915**	2,0375% **6.144**	2,4450% **7.373**
Empréstimos para capital de giro	287.171	CDI	13,6500% **39.199**	17,0625% **48.999**	20,4750% **58.798**
Cessão de crédito	2.546	INCC	9,4097% **240**	11,7621% **299**	14,1146% **359**
Contas a pagar por aquisição de terrenos	154	INCC	9,4097% **14**	11,7621% **18**	14,1146% **22**
Adiantamento de Clientes	55.787	INCC	9,4097% **5.249**	11,7621% **6.562**	14,1146% **7.874**
Outras contas a pagar (outros)	271.741	INCC	9,4097% **25.570**	11,7621% **31.963**	14,1146% **38.355**
Outras contas a pagar (arrendamento mercantil e rescisão de clientes)	239.688	IGP-M	5,4584% **13.083**	4,0938% **9.812**	2,7292% **6.542**

Devido à natureza, à complexidade e ao isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda.

27. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 tiveram sua divulgação autorizada pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2023.

28. EVENTO SUBSEQUENTE

No dia 08 de fevereiro de 2023 o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, nos Recursos Extraordinários 955.227 (Tema 885) e 949.297 (Tema 881) sobre a possibilidade de se desconstituir a coisa julgada em relações jurídicas de trato sucessivo em matéria tributária. Após a análise da Administração juntamente com seus assessores jurídicos dos processos tributários em que a Companhia é ou foi parte, tanto no polo ativo quanto passivo, não foi identificada qualquer situação que possa ser afetada pela referida decisão.

DIRETORIA EXECUTIVA

FERNANDO MIZIARA DE MATTOS CUNHA
Diretor Presidente Executivo, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

RENATA ROSSI CUPPOLONI RODRIGUES
Diretora

CONTADOR

PERSIO LUIZ CARELI DE CARVALHO
CRC 1SP 274.576/O-9

DECLARAÇÃO

Os Membros da Diretoria da Rossi Residencial S.A. - Em recuperação Judicial, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 61.065.751/0001-80, com sede na Rua Henri Dunant, nº 873, 6º Andar Conjunto 601 a 605, Chacara Santo Antonio, São Paulo-SP, declaram para os fins do disposto no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que: **i)** reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022; e **ii)** reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 14 de março de 2023.

Rossi Residencial S.A. - Em recuperação Judicial **A Diretoria**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Rossi Residencial S.A. - Em recuperação Judicial, no uso das suas atribuições legais, em reunião realizada em 14 de março de 2022, analisou o Relatório dos Administradores e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração e, considerando ainda, o parecer sem ressalva dos auditores independentes RSM Brasil Auditores Independentes, datado de 14 de março de 2023, o Conselho Fiscal concluiu que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras citadas, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados e recomendam pelo seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. São Paulo, 14 de março de 2022. **Conselho Fiscal**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos:
Acionistas e Administradores da
Rossi Residencial S.A. - Em Recuperação Judicial
São Paulo - SP

Abstenção de opinião: Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rossi Residencial S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras. **Base para abstenção de opinião:** Conforme descrito na nota explicativa n° 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia apresenta (i) prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como passivo a descoberto, individual e consolidado, de R$ (426.506) mil e R$ (442.044) mil e R$ (1.108.100) mil e R$ (1.108.463) mil, respectivamente e (ii) Passivo circulante superior ao ativo circulante individual e consolidado de R$ 1.385.440 mil e R$ 1.054.194 mil, respectivamente. Adicionalmente, em 19 de setembro de 2022, a Companhia ajuizou o Pedido de Recuperação Judicial, perante a 1ª vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital do Estado de São Paulo. Em 29 de setembro de 2022 o juízo da 1ª vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital do Estado de São Paulo deferiu o processamento da recuperação judicial da Companhia e das sociedades do seu grupo econômico nos termos do artigo 52 da Lei nº 11.101/2005. Atualmente o Plano de Recuperação Judicial (PRJ) está em fase de elaboração para posterior submissão a aprovação ou rejeição em Assembleia Geral de Credores. Essa situação indica a existência simultânea de incertezas relevantes que levantam dúvidas significativas quanto: (i) à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas e (ii) às bases de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas adotadas pela Administração da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022 todos os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia estão classificados e avaliados contabilmente no pressuposto de continuidade normal dos seus negócios. Devido ao fato de a Companhia depender do êxito na implantação do PRJ e este ainda encontrar-se em elaboração, não nos foi possível concluir se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia deveriam ser preparadas com base em um pressuposto de continuidade operacional ou se deveriam ser preparadas numa base de liquidação. A base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a realização dos ativos, bem como o registro de provisões adicionais ou a suficiência das provisões registradas, o lançamento futuro de novos empreendimentos, o pagamento de fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras obrigações, dentre outros passivos e provisões dependem da conclusão e êxito do PRJ e são fatores essenciais para definir a continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Portanto, considerando esse cenário de incertezas, não nos foi possível concluir se o pressuposto de continuidade e a base para a elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apropriadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Outros assuntos: Auditoria do exercício anterior:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 16 de março de 2022, sem ressalva sobre essas demonstrações financeiras e contendo parágrafo indicando incerteza relevante em relação à continuidade operacional dos negócios da Companhia. **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações financeiras acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Todavia, em decorrência da relevância dos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", também não expressamos uma opinião sobre a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) do exercício findo nessa data em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

São Paulo, 14 de março de 2023.

Fernando Radaich de Medeiros
Contador CRC 1SP-217.532/O-6

RSM Brasil Auditores Independentes - Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7

RSM

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO FELIZ

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2023
Processo nº 392/2023

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL, PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PASSARELA NO FUTURO PARQUE DA CIDADE. **Resultado da abertura dos envelopes nº 01 – "HABILITAÇÃO":** 1. FERRARI ENGENHARIA. – **INABILITADA;** 2. MARATA ENGENHARIA EIRELI. – **HABILITADA;** 3. ESTÁTICA PROJETOS LTDA ME – **HABILITADA;** 4. HC SOLUÇÕES ESTRUTURAIS LTDA – **HABILITADA. Fica concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, da fase de "habilitação".** A ata com maiores informações estará disponível no Portal da Transparência no site www.portofeliz.sp.gov.br e, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitações, situado à Rua Adhemar de Barros, nº 340 – Centro – Porto Feliz/SP – CEP: 18540-000, e poderão ser solicitados através do link https://portofeliz.1doc.com.br/atendimento (Protocolos).
Mário Anselmo Correr - Presidente da Comissão de Licitação
Antônio Cassio Habice Prado - Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

PREGÃO ELETRÔNICO

PC 2374/2022 - PE 158/2023, tendo como objeto a Contratação de laboratórios/clínicas odontológicas especializadas na confecção e fornecimento especializado de próteses dentárias unitárias (coronárias e intrarradiculares), parciais removíveis e próteses totais destinadas aos Centros de Especialidades Odontológicas CEO, São Bernardo do Campo. **DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 31/03/2023 – 9h30min.** O edital estará disponível para realização de download no site www.compras.saobernardo.sp.gov.br, bem como para consulta no Serviço de Licitações, Preparação e Análise - SA.212.2, na Av. Kennedy, nº 1.100 – B. Anchieta - SBC, "Prédio Gilberto Pasin" – telefone: (11) 2630-5486/5488/5489, preferencialmente contatar pelo e-mail **editais.compras@saobernardo.sp.gov.br.**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITÁPOLIS

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS Nº 210/2022 – A Prefeitura do Município de Itápolis comunica aos interessados a adjudicação e a homologação do processo licitatório em epígrafe, que tem como objeto o Registro de Preços para aquisição de uniformes escolares destinados aos alunos que compõem a Rede Municipal de Educação do Município de Itápolis/SP, para as empresas: a) MEGA INDÚSTRIA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS TÊXTEIS LTDA - ME – CNPJ/MF nº. 18.958.825/0001-89, no lote 01, perfazendo o valor total de R$ 209.990,00; b) VESTISUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI – CNPJ/MF nº. 09.411.384/0001-00, no lote 02, perfazendo o valor total de R$ 1.389.997,00 e no lote 03, perfazendo o valor total de R$ 439.580,00; consoante discriminado no objeto do referido certame licitatório, dia 14 de Março de 2023.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220103 - IG No 1200087000

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20220103 de interesse da Secretaria da Educação – SEDUC, cujo OBJETO é: Aquisição de conjunto de refeitório para atender à Rede Pública Estadual de Ensino. MOTIVO: Falha na publicação do Aviso de Licitação no DOU. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 23352022, até o dia 30/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 14 de Março de 2023. MARCOS ANTÔNIO FROTA RIBEIRO - PREGOEIRO

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO PESADA - INFRAESTRUTURA E AFINS DO ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Pelo presente edital, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada - Infraestrutura e Afins do Estado de São Paulo faz saber aos senhores empregadores dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de estradas, pavimentação e obras de terraplenagem em geral (Barragens, Aeroportos, Canais) e Engenharia Consultiva, as categorias profissionais dos Trabalhadores de empresas que mediante concessão atuam na exploração, conservação, ampliação e demais serviços atribuídos as estradas de rodagem, obras de pavimentação de asfalto (pavimento flexível e rígido, usina de asfalto e de concreto asfáltico), construção, recuperação, reforço, melhoramentos, manutenção e conservação de estradas, pontes, portos, barragens, hidroelétricas, termoelétricas, ferrovias, túneis, eclusas, dragagens, aeroportos, canais, transportes metroviários, dutos para telefonia e eletricidade e obras de saneamento **em todo o Estado de São Paulo**, que ficam desde já notificadas, nos termos do artigo 605 da CLT as empresas a descontar da remuneração de seus empregados **na folha de março de 2023**, o valor equivalente a 01 (um) dia de trabalho, com recolhimento **até dia 28 de abril do ano corrente**, observadas e atendidas as formalidades legais e nos termos do enunciado de número 38 da ANAMATRA e enunciado de número 24 aprovado pela Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério do Trabalho, em 26 de novembro de 2018. Compreendem-se como remuneração do empregado para todos os efeitos legais, além do salário-base, as gratificações, prêmios, abonos, adicionais, comissões e outras vantagens pagas aos empregados naquele mês. A contribuição sindical deverá ser recolhida em guia de recolhimento fornecida pela entidade sindical ou emitidas diretamente pelo site da Caixa Econômica Federal, nas agências da Caixa Econômica Federal ou na Rede Bancária credenciada. O comprovante de pagamento, acompanhado da relação nominal dos respectivos contribuintes, deverão ser remetidos a esta entidade sindical no prazo de 15 (quinze) dias após o recolhimento, conforme Nota Técnica nº 202/SRT/MTE/2009, publicada no dia 15 de dezembro de 2009 no Diário Oficial da União. Ficam os interessados cientificados que o não recolhimento nos prazos estabelecidos implicará nas multas e correções legais, conforme estabelecido no artigo 600 da CLT.
São Paulo, 13 de março de 2023
ARLINDO DA SILVA - Presidente

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 23/03/2023 às 14h30 2º Leilão: dia 03/04/2023 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 **(JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício)**, com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10.157.128.001, firmado em 09/04/2021, no qual figuram como Fiduciantes **EDUARDO GUILHERME SCHULZ**, brasileiro, solteiro, maior, agente comercial, RG nº 49420743-7-SSP/SP, CPF/MF nº 443.979.328-24; e **DIANA BRANDÃO DE OLIVEIRA**, brasileira, solteira, maior, apontadora de obras, RG nº 41288611-X-SSP/SP, CPF/MF nº 474.150.038-10, residentes e domiciliados na cidade de Guarujá/SP, levará à **PUBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 23 de março de 2023, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 307.940,68 (Trezentos e sete mil, novecentos e quarenta reais e sessenta e oito centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **APARTAMENTO nº 24A, localizado no 2º andar ou 3º pavimento do Bloco A, integrante do "RESIDENCIAL MORADA DOS PASSAROS – CONDOMÍNIO ROUXINOL", situado à Rua Gruína, nº 130, no Loteamento Jardim dos Pássaros, nesta cidade, município e comarca de Guarujá/SP, com a área privativa de 57,160 m², a área comum de 32,756 m², a área total de 89,916 m² e uma fração ideal de terreno e das demais partes e coisas comuns do condomínio de 0,004879 do todo, cabendo o direito de uso de 01 vaga individual e indeterminada, na garagem coletiva localizada no andar térreo do empreendimento, parte coberta e descoberta, destinada a 01 automóvel, pela ordem de chegada. Matrícula nº 115.378 do Cartório de Registro de Imóveis de Guarujá/SP.** Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 03 de abril de 2023, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 290.029,37 (Duzentos e noventa mil, vinte e nove reais e trinta e sete centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 23/03/2023 às 14h30 2º Leilão: dia 03/04/2023 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 **(JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício)**, com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10170168802, firmado em 02/12/2021, no qual figuram como Fiduciantes **LILIAN DE SOUZA CÂNDIDO**, administradora de empresa, RG nº 30.429.043-9-SSP/SP, CPF nº 276.020.048-50 e seu marido **CELIO CANDIDO DA SILVA**, técnico de radiologia, RG nº 20.656.091-6-SSP/SP, CPF nº 100.805.098-94, brasileiros, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na cidade de São Paulo/SP, levará à **PUBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 23 de março de 2023, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 314.264,62 (Trezentos e quatorze mil, duzentos e sessenta e quatro reais e sessenta e dois centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **APARTAMENTO Nº 42, localizado no 4º andar "EDIFÍCIO ST. CATHERINE", situado na Rua Dr. Djalma Pinheiro Franco, nº 1.403, esquina da Rua das Laranjeiras, na Vila Santa Catarina, no 42º Subdistrito – Jabaquara, possuindo a área útil de 60,71 m², a área comum de 34,08 m², encerrando a área total construída de 94,79 m², cabendo-lhe no terreno a fração ideal de 1,1923%. Matrícula nº 34.056 do 8º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. E VAGA DE GARAGEM, nº P-29, localizada no andar térreo do "EDIFÍCIO ST. CATHERINE", situado na Rua Dr. Djalma Pinheiro Franco, nº 1.403, esquina da Rua das Laranjeiras, na Vila Santa Catarina, no 42º Subdistrito – Jabaquara, possuindo a área privativa de 10,88 m², uma área comum de 6,10 m², encerrando a área total de 16,98 m², cabendo-lhe no terreno a fração ideal de 0,2136%. Matrícula nº 34.057 do 8º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP.** Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 03 de abril de 2023, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 263.485,10 (Duzentos e sessenta e três mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e dez centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 23/03/2023 às 14h30 2º Leilão: dia 03/04/2023 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 **(JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício)**, com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10161085908, firmado em 19/07/2021, no qual figuram como Fiduciantes **MURILO MARTINEZ BACCIOTTI**, brasileiro, solteiro, maior, administrador, RG nº 27.363.820-8-SSP/SP, CPF nº 248.749.258-98 e **SABRINA VIEIRA STAMATO**, brasileira, solteira, maior, advogada, CPF nº 279.688.928-99, conviventes em união estável sob o regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na cidade de São Paulo/SP, levará à **PUBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 23 de março de 2023, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.411.656,84 (Um milhão, quatrocentos e onze mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e oitenta e quatro centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **APARTAMENTO nº 72, 6º andar ou 7º pavimento do "EDIFÍCIO MOREIRA SALLES", à Av. São Luiz, 105, no 7º Subdistrito – Consolação, com a área construída de 310,00 m², correspondendo-lhe a fração ideal de 190/8.040, no terreno e demais coisas comuns dos condomínios. Matrícula nº 39.237 do 5º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. E VAGA CORRESPONDENTE A 1/36 da garagem dos 1º e 2º subsolos do "EDIFÍCIO MOREIRA SALLES", à Av. São Luiz, 105, no 7º Subdistrito – Consolação, a qual corresponde a fração ideal de 208/8.040, no terreno e coisas comuns dos condomínios. Matrícula nº 39.238 do 5º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP.** Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 03 de abril de 2023, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.013.276,63 (Um milhão, treze mil, duzentos e setenta e seis reais e sessenta e três centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 23/03/2023 às 14h30 2º Leilão: dia 03/04/2023 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 **(JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício)**, com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10175853408, firmado em 08/07/2022, no qual figuram como Fiduciantes **ROBSON MAGALHÃES DE MELO**, brasileiro, médico, RG nº 12.218.842-SSP/SP e CPF/MF nº 657.528.992-49 e sua mulher **MARIA ELIZABETH SOUZA DE MELO**, brasileira, psicóloga, RG nº 64.058.674-0-SSP/SP e CPF/MF nº 655.544.002-30, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, residentes e domiciliados na cidade de São Paulo/SP, levará à **PUBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 23 de março de 2023, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 635.035,44 (Seiscentos e trinta e cinco mil, trinta e cinco reais e quarenta e quatro centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **APARTAMENTO DUPLEX Nº 43, localizado no 4º e 5º andares (4º e 5º pavimentos), do empreendimento denominado "CONDOMÍNIO RESIDENCIAL SAPUCAIA", situado na Rua Sapucaia, nº 612, no Alto da Mooca, com a área total privativa de 54,88 m², uma área comum de 21,78010 m², totalizando a área de 76,66910 m², correspondendo-lhe uma quota parte ideal de 0,03873 no terreno e demais coisas de uso e propriedade comuns. Matrícula nº 219.317 do 7º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. E VAGA Nº 07, localizada no pavimento térreo, do empreendimento denominado "CONDOMÍNIO RESIDENCIAL SAPUCAIA", situado na Rua Sapucaia, nº 612, no Alto da Mooca, com a área total privativa de 9,50 m², uma área comum de 2,16861 m², totalizando a área de 12,06861 m², correspondendo-lhe uma quota parte ideal de 0,00385 no terreno e demais coisas de uso e propriedade comuns. Matrícula nº 219.327 do 7º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP.** Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 03 de abril de 2023, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 621.972,43 (Seiscentos e vinte e um mil, novecentos e setenta e dois reais e quarenta e três centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 23/03/2023 às 14h30 2º Leilão: dia 03/04/2023 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 **(JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício)**, com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10171885305, firmado em 04/02/2022, no qual figura como Fiduciante **MÁRCIO NEVES DA CRUZ**, brasileiro, solteiro, maior, auxiliar de recursos humanos, RG nº 408564325-SSP/SP, CPF nº 325.707.778-54 residente e domiciliado na cidade de São Paulo/SP, levará à **PUBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 23 de março de 2023, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 259.313,58 (Duzentos e cinquenta e nove mil, trezentos e treze reais e cinquenta e oito centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **APARTAMENTO Nº 402, localizado no 4º pavimento do empreendimento denominado "STUDIO SMART SANTANA", situado à Rua Alfredo Pujol, nº 159, complemento 159A, 163, 165 e 171, no 8º Subdistrito – Santana, contendo a área privativa de 25,742 m², área de uso comum de 17,936 m², área total de 43,679 m², fração ideal de 0,0033270, coeficiente de proporcionalidade para fins de rateio do condomínio (residencial) de 0,003982. Matrícula nº 163.619 do 3º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP.** Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 03 de abril de 2023, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 167.597,74 (Cento e sessenta e sete mil, quinhentos e noventa e sete reais e setenta e quatro centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - A.G.E. CAMPANHA SALARIAL 2023/2024 - O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Segurança e Vigilância de Barueri-SP, CNPJ. 02.958.436/0001-13 - Base Territorial: Municipal - Sede Social, Rua Claro de Camargo Sobrinho nº 358 - Vila Pouso Alegre- Barueri/SP, convoca a todos (as) os (as) Trabalhadores (as) que exerçam suas atividades de Vigilância e Segurança privada, Profissional na Categoria diferenciada, em Condomínios, Associações Residenciais, Hospitais, Associações Civis, Empresas, Indústria e Comercio, Instituições de natureza pública ou privada ou qualquer outro segmento econômico, no Município de Barueri, sócios e não sócios, lotados em quadro próprio de segurança, representados pelo Sindicato em tela, na forma disposta na lei 7.102/83 Art.10 parágrafo 4º, regulamentados pela Portaria MJ 3233/12 (empresas que tenham objeto econômico diverso da vigilância ostensiva, do transportes de valores e que utilizem pessoal do quadro funcional próprio pra execução dessas atividades (**vigilância orgânica**), para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 25 de março de 2023, (sábado) em primeira convocação às 09:00hs, com quórum estatutário, ou às 9:30hs, em segunda convocação, com qualquer número de interessados presentes. Aqueles que não puderem comparecer poderão se fazer representar por um procurador, com procuração específica respeitando os ditames legais. A assembleia deliberará sobre as seguintes ordens do dia: **01)** Elaboração, discussão e aprovação da pauta de reivindicações econômicas a serem encaminhadas aos Sindicatos Representantes das Categorias Econômicas respectivas ou as Empresas, Instituições de natureza Pública ou Privada, Condomínios, Associações, Industria e Comercio bem como todo e qualquer segmento econômico que mantenham serviços de Segurança e Vigilância Orgânica; **02)** Autorização para a diretoria do sindicato celebrar Acordos Coletivos de Trabalho e/ou Convenções Coletivas; **03)** Autorização para suscitar, na forma disposta no Art.114 da Constituição Federal, parágrafo 2º Dissídio Coletivo e/ou medida extrajudicial equivalente ou solicitar arbitragem na forma da lei, caso malogrem as negociações com os Sindicatos da categoria econômica, Empresas ou qualquer outro segmento da categoria econômica **04)** Manutenção da Assembleia Geral Extraordinária em caráter permanente, até a Conclusão das negociações; **05)** Deliberação a respeito de greve geral na categoria profissional, caso necessário, obedecendo-se os dispositivos da lei 7.783/89 em caso de malogro das negociações; **06)** Aprovação da manutenção da contribuição de todos os integrantes da categoria profissional, associados ou não do Sindicato, beneficiários de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, em folha de pagamento mensalmente, com o subsequente repasse para a Entidade Sindical; **07)** Prazo para oposição ao desconto perante o Sindicato, o que deverá ser feito pessoalmente pelo interessado e de próprio punho em formulário próprio fornecido pela Entidade. Poderá acompanhar os trabalhos da assembleia, pessoa investida de Autoridade Pública, cujo interesse seja correlato a ordem do dia. Contando com a presença e participação de todos os interessados e interessadas, subscreve-se o presente edital de convocação. Barueri, 14 de março de 2023.
Amaro Pereira da Silva Filho - Presidente.

SINDICATO DOS MOTORISTAS EM EMPRESAS DE COLETA DE LIXO INDUSTRIAL DE SÃO PAULO

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Extraordinárias

Pelo presente Edital, ficam convocados todos os trabalhadores das Empresas de Coleta de Lixo Industrial - Grandes Geradores, filiados ao sindicato, para participarem das Assembleias Gerais Extraordinárias a serem realizadas nas garagens e/ou sede das empresas nas seguintes datas, locais e horários:

Data	Empresa	Setor	Hora	Endereço
22/03/2023	GRI Koleta - Ger. de Res. Industriais S/A	Garagem	05:00	Av. Gonçalo Madeira, 400 - Jaguaré - São Paulo/SP
23/03/2023	Ambipar Environment Waste Logistic Ltda	Garagem	06:00	Rua Angatuba 83, Cidade Industrial, São Paulo/SP
27/03/2023	Estre Ambiental S/A	Capela do Socorro	04:45	Rua Antonio Pina, 225, Jardim Lídia - São Paulo/SP
28/03/2023	Coleta Industrial Fimavan	Garagem	05:20	Rua Queluz, 77 - Cidade Ind. Satélite - Guarulhos/SP
29/03/2023	Multilixo Remoção de Lixo Ltda	Empresa	04:00	Estrada Três Cruzes, 80 - Parque Casa da Pedra - São Paulo/SP
29/03/2023	Multilixo Remoção de Lixo Ltda	CEAGESP	13:00	Av. Gastão Vidigal, 500 - Vila Leopoldina - São Paulo/SP
29/03/2023	SINDMOTORLIX SP	Sede	15:00	Rua Barão de Itapetininga, 255, Sala 402- República - São Paulo/SP

Nas referidas assembleias será discutido o seguinte ponto da **Ordem do Dia: 01 -** Discussão e aprovação da pauta de reivindicação para renovação da Convenção Coletiva de Trabalho para o período de 01/05/2023 a 30/04/2024 a ser encaminhada ao sindicato patronal (SELUR); **02 -** Autorização para a diretoria do Sindicato negociar, transigir ou instaurar dissídio coletivo junto ao Tribunal, caso malogrem as negociações; 03 - Discussão, deliberação e aprovação do percentual e forma de reconhecimento da contribuição assistencial/negocial de acordo com o artigo 513-E da CLT, a ser descontada de todos os empregados da categoria profissional, bem como, sobre o direito de oposição dos empregados não associados a entidade sindical. Não havendo nos horários mencionados número legal de trabalhadores para realização das Assembleias, em primeira convocação, serão as mesmas realizadas 01 (uma) hora após, nos mesmos dias e locais, em segunda convocação com qualquer número de trabalhadores presentes. São Paulo, 16 de março de 2023.
Marco Antonio Domingos - Presidente.

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO – FECOMERCIO SP

EDITAL DE CONVOCAÇÃO | ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Fica convocado o Conselho de Representantes da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo – FECOMERCIO SP, com base nos artigos 26 e 29 do Estatuto da Entidade, para reunir-se no próximo dia 27 de março em Assembleia Geral Extraordinária, a ocorrer em ambiente virtual, nos termos da Portaria nº 3/2022 desta Casa, que regulamenta a realização de tais sessões a distância (por meios eletrônicos) e dá outras providências. A Assembleia será instalada em convocação única, às 15h45, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Autorização para que a Federação atue nos processos de negociação coletiva em que for suscitada; 2. Outros assuntos de interesse da FECOMERCIO SP.

São Paulo, 16 de março de 2023.

ABRAM SZAJMAN
PRESIDENTE

CNPJ Nº 62.658.182/0001-40 / RUA DOUTOR PLÍNIO BARRETO, 285 / BELA VISTA
CEP 01313-020 / SÃO PAULO/SP

SILVEIRA LEILÕES — EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ON LINE - COMUNICAÇÃO DOS DEVEDORES FIDUCIANTES DAS DATAS DOS LEILÕES - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º PÚBLICO LEILÃO: 27/MARÇO/2023, ÀS 11:00h – 2º PÚBLICO LEILÃO: 28/MARÇO/2023, ÀS 11:00h - LEILÃO ONLINE

MARCELO EMIDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 843, Avenida Rotary, nº 187, sala 01, Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP: 13092-509, faz saber, através do presente Edital, que autorizado pelos Credores Fiduciários: **Luciene Rocha de Oliveira Souza, inscrita no CPF/RFB sob nº 269.280.848-71 e Marcio Rogerio de Souza, inscrito no CPF/RFB sob nº 098.607.808-54, venderão** em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da LF n.º 9.514/97, alterada pelas LFs n.ºs 10.931/04, 13.043/14, 13.465/17 e demais disposições legais aplicáveis a matéria, em execução da Escritura de Confissão de Divida com Alienação Fiduciária, lavrada em 11.05.20, pelo 3º Tabelião de Notas de São José dos Campos/SP, Livro 941, Fls. 331/338, os **IMÓVEIS**: **Lote 03 da Quadra D, do Loteamento denominado Jardim Petrópolis**, situado no Parque Industrial, São José do Campos/SP, com área total de 267,50m2, medido e confrontando 10,00m de frente para a Rua Joana Maria Correa Laranjeira de sua situação, nos fundos mede 10,00m, confrontando com a área reservada, pelo lado direito mede 26,75m confrontando com o lote 02 e, pelo lado esquerdo mede 26,75m2, confrontante com o lote 04. Matrícula Imobiliária nº 66.120 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de São José dos Campos/SP; e **Lote 04 da Quadra D, do Loteamento denominado Jardim Petrópolis**, situado no Parque Industrial, São José do Campos/SP, com área total de 267,50m2, medido e confrontando: na frente mede 10,00m, confrontando com a Rua Joana Maria Correa Laranjeira de sua situação, nos fundos mede 10,00m, confrontando com a área reservada, pelo lado direito mede 26,75m confrontando com o lote 03 e, pelo lado esquerdo mede 26,75m2, confrontante com o lote 05. Matrícula Imobiliária nº 66.150 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de São José dos Campos/SP. Referidos imóveis estão cadastrados na prefeitura de São José dos Campos/SP, em área maior sob nº 48.0603.0002.0000. Consolidação das propriedades dos imóveis em 13/01/2023. **VALORES DOS LANCES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 1.400.000,00 2º LEILÃO: R$ 3.061.747,48.** O arrematante pagará o valor do arremate e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que vencerem a partir da data da arrematação. Os imóveis estão ocupados, ficando a desocupação a cargo do arrematante. As vendas serão feitas em caráter *ad corpus*, imóveis entregues no estado em que se encontram. **Ônus:** R.04, da matrícula nº 66.120, penhora em favor da Prefeitura Municipal de São José dos Campos/SP, processo nº 1029/91; Av. 11, da matrícula nº 66.120, penhora em favor da Prefeitura Municipal de São José dos Campos/SP, processo nº 577.02.505581-9; e R. 05, da matricula nº 66.150, penhora em favor da Prefeitura Municipal de São José dos Campos/SP, processo nº 1031/91. Ficará a cargo do arrematante a responsabilidade pelo levantamento das penhoras existentes nas matrículas dos imóveis. Ficam os Fiduciantes, **Ezequias Jorge da Cruz, inscrito no CPF/RFB sob nº 062.526.298-04 e Sirlene de Carvalho Cruz, inscrita no CPF/RFB: 183.828.108-88,** expressamente comunicados das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência na forma do artigo 27, §2º B da LF nº 9514/97. Os interessados deverão tomar ciência do Edital e regras e condições disponíveis no portal eletrônico: www.silveiraleiloes.com.br, e se responsabilizam pela análise jurídica e situação dos imóveis, não podendo alegar desconhecimento. Os Comitentes e ao Leiloeiro não caberão qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

Edital de Convocação - Pelo presente Edital, o **Sindicato dos Empregados em Turismo e Hospitalidade de Votuporanga e Região,** convoca todos os integrantes das categorias profissionais Empregados em: **A) Empregados em Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais; B) Empregados em Institutos de Beleza e Cabeleireiros de Senhoras;** da Base Territorial de: Álvares Florence, Américo de Campos, Aparecida d'Oeste, Aspásia, Balsamo, Cardoso, Cosmorama, Dirce Reis, Dolcinópolis, Estrela d'Oeste, Fernandópolis, Floreal, Guarani d'Oeste, Indiaporã, Jales, Macaubal, Macedônia, Magda, Marinópolis, Meridiano, Mira Estrela, Monções, Monte Aprazível, Nhandeara, Nipoã, Nova Luzitânia, Ourindiuva, Palestina, Palmeira d'Oeste, Paranapuã, Parisi, Paulo de Faria, Pedranópolis, Poloni, Pontes Gestal, Populina, Riolândia, Rubinéia, Santa Albertina, Santa Clara d'Oeste, Santa Fé do Sul, Santa Rita d'Oeste, São Francisco, São João das Duas Pontes, São João de Iracema, Sebastianópolis do Sul, Suzanápolis, Tanabi, Três Fronteiras, Turiúba, Turmalina, Urânia, Valentim Gentil, Votuporanga/SP, associados ou não associados, representados por esta Entidade Sindical Profissional para participarem das Assembleias Gerais Extraordinárias, que serão realizadas **no dia 20 de março de 2023**, na Rua Santa Catarina, 3626 - Patrimônio Velho, Votuporanga/SP para tratarem das seguintes ordens do dia, nos seguintes horários descriminados abaixo: **A) Às 08:30 horas:** Discussão e elaboração da Pauta de Reivindicação (cláusulas econômicas e sociais) dos **Empregados em Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais**, com data base em **1º de maio de 2023**; **B) Às 15:00 horas:** Discussão e elaboração da Pauta de Reivindicação (cláusulas econômicas e sociais) dos **Empregados em Institutos de Beleza e Cabeleireiros de Senhoras**, com data base em **1º de junho de 2023; C)** Delegação de poderes ao Sindicato para entabular negociações coletivas com os Sindicatos Patronais e, caso necessário instaurar dissidio coletivo de trabalho junto ao Egrégio Tribunal Regional do Trabalho - TRT, bem como tomar todas as medidas cabíveis a espécie; **D)** Delegação de poderes à Federação dos Empregados em Turismo e Hospitalidade do Estado de São Paulo - FETHESP, para unificação de pautas, caso seja a mesma realizada juntamente com os Sindicatos representativos das categorias profissionais; **E) E.1 - Às 10:00 horas** Discussão, fixação e aprovação de percentual e desconto da Contribuição Assistencial, em favor da entidade sindical profissional, da categoria de **Empregados em Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais**; **E.2 - Às 16:30 horas,** Discussão, Fixação e Aprovação de percentual e desconto da Contribuição Assistencial, em favor da entidade sindical profissional, da categoria de **Empregados em Institutos de Beleza e Cabeleireiros de Senhoras**; **F)** Ficando aberto para apresentação de Declaração de Oposição ao aludido desconto na secretaria da entidade, no horário das 9:00 às 17:00 horas, devendo ser entregue pessoalmente e de próprio punho, em duas vias. **G)** Assuntos gerais. Não havendo quórum suficiente para a instalação da assembleia em primeira convocação, estas serão realizadas meia hora após com qualquer número de trabalhadores presentes. **Votuporanga, 15/03/2023. Antonio Caneli de Freitas - Presidente.**

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE POLITICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente convida o público interessado para participar da **audiência pública semipresencial** para debater as seguintes matérias:
Projetos em 2ª Audiência Pública:
1) PL 81/2023 - Executivo - RICARDO NUNES - Estabelece a majoração das multas previstas na Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, que "Dispõe sobre a organização do Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo"; e na Lei nº 14.803, de 26 de junho de 2008, que "Dispõe sobre o Plano Integrado de Gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos e seus componentes" e acrescenta dispositivo ao art.169 da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002.
2) PL 266/2022 - Ver. DR SIDNEY CRUZ (SOLIDARIEDADE),Ver. RUBINHO NUNES (UNIÃO),Ver. RODRIGO GOULART (PSD) - Autoriza o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia previsto no art. 6o da Constituição Federal, e consoante o especificado na alínea r do inciso V do caput do art. 4o da Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os artigos. 182 e 183 da Constituição Federal que estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.
Projetos em 1ª Audiência Publica:
3) PL 491/2022 - Ver. GILSON BARRETO (PSDB),Ver. DRA. SANDRA TADEU (UNIÃO),Ver. RODRIGO GOULART (PSD) - Estabelece diretrizes para a implantação da Unidade Básica de Saúde do Animal - UBSA na cidade de São Paulo e dá outras providências.
4) PL 623/2022 - Ver. DRA. SANDRA TADEU (UNIÃO) - Dispõe sobre a vermifugação dos animais na campanha de vacinação da raiva e dá outras providências.
Data: 20/03/2023 (segunda-feira)
Horário: 10 horas
Local: **Sala Oscar Pedroso Horta** - 1º subsolo e Auditório Virtual - Câmara Municipal de São Paulo.
Endereço: Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista

Para assistir: O evento será transmitido ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, através dos Auditórios Online no seguinte endereço:
www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online, e pelo canal da Câmara Municipal no Youtube **www.youtube.com/camarasaopaulo**.

Para participar: Encaminhe sua manifestação por escrito ou inscreva-se para participar ao vivo por vídeo conferência através do Portal da CMSP na internet **http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/inscricoes/**. Também serão permitidas inscrições para participação do público presente no auditório.

Caso não possa, por qualquer motivo, participar da vídeoconferência, não deixe de encaminhar sua MANIFESTAÇÃO POR ESCRITO, através do formulário disponível em **www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/** ou pelo e-mail **urb@saopaulo.sp.leg.br**.

Para maiores informações: **urb@saopaulo.sp.leg.br**

Município da Estância Turística de Piraju

AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N. 08/2023

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento parcelado de gêneros alimentícios (carnes), destinados à Merenda escolar, Departamento de Ação Social e Departamento de Saúde (CAPS), pelo prazo de doze meses. **Data da Sessão:** 30 de março de 2023, às 10:00 horas. **Edital** disponível no sítio eletrônico www.estanciadepiraju.sp.gov.br e https://bllcompras.com/ - Acesso público. **Local**: Bolsa de Licitações e Leilões – BLL. **Mais informações:** Setor de Licitações da Prefeitura – Praça Ataliba Leonel, 173, fone (14) 3305-9006.

TOMADA DE PREÇOS N. 04/2023

Objeto: Contratação de empresa para execução de obras/serviços de "REVITALIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DO PARQUE FECAPI", localizado na Av. Vereador Eduardo Cassanho n. 330 – FECAPI FAIPI, nesta Estância Turística de Piraju/SP, a serem executados com recursos do Termo de Convênio n. 08/2022 celebrado com a Secretaria de Turismo e Viagens – Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos – DADETUR. **Valor Orçado:** R$ 986.007,85 (novecentos e oitenta e seis mil, sete reais e oitenta e cinco centavos). **Vencimento**: 4 de abril de 2023, às 09:00 horas. **Edital** ao custo de R$ 77,00 no Setor de Licitações, ou por meio de download gratuito no sítio eletrônico: www.estanciadepiraju.sp.gov.br/licitacoes/editais. **Mais informações**: Setor de Licitações da Prefeitura – Praça Ataliba Leonel, 173, centro, Piraju/SP. Fone: (14) 3305-9006/3305-9037.

TOMADA DE PREÇOS N. 05/2023

Objeto: Contratação de empresa para execução de obras/serviços de 1.443,88 m² de Recapeamento Asfáltico em Concreto Betuminoso Usinado à Quente – CBUQ, com espessura de 3 cm, sobre paralelepípedo na Rua João Domingues do Val, nesta Estância Turística de Piraju, a serem executadas com recursos do Contrato de Financiamento n. 2585.0554.543-82 celebrado entre a Municipalidade e a Caixa Econômica Federal; **Valor Orçado:** R$ 209.087,63; **Vencimento**: 05 de abril de 2023, às 14:00 horas; Edital ao custo de R$ 29,00 no Setor de Licitações, ou download gratuito no sitio eletrônico: www.estanciadepiraju.sp.gov.br**. Mais informações:** Setor de Licitações, Praça Ataliba Leonel n. 173, centro, Piraju/SP, CEP 18.800-020, Fone: (14) 3305-9006.

TOMADA DE PREÇOS N. 06/2023

OBJETO: Contratação de empresa para execução das obras/serviços de "CONSTRUÇÃO DE PRAÇA NO CONJUNTO HABITACIONAL VEREADOR OSVALDO DEARO CASTILHO", na Rua Cicílio Paladino s/n, Conj. Hab. Ver. Osvaldo Dearo Castilho, neste Município, a serem executadas com recursos da Secretaria de Habitação por meio do Programa Especial de Melhorias – PEM, através do Termo de Convênio n. SH-PRC-2022-00051-DM. **Valor orçado:** R$ 270.982,20. **Vencimento**: 05 de abril de 2023, às 09:00 horas. **Edital** ao custo de R$ 89,50 no Setor de Licitações ou download gratuito no sitio eletrônico https://www.estanciadepiraju.sp.gov.br/licitacoes/editais. **Mais informações:** Setor de Licitações, Pç. Ataliba Leonel, 173, Centro, Piraju/SP, Fone: 3305-9006 / 3305-9034.

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 01/2023

Objeto: Outorga de concessão de uso para ocupação onerosa do imóvel de propriedade da Municipalidade, denominado "Restaurante Panorâmico", edificado no Centro de Fomento Turístico, Agropecuário e Industrial "Prefeito Cláudio Dardes", com 923,71m² de área total, pelo prazo de 5 (cinco) anos. **Tipo:** Melhor oferta (maior pagamento mensal). **Vencimento:** 17 de abril de 2023, às 09 horas. **Edital** e anexos disponíveis gratuitamente no sitio eletrônico https://www.estanciadepiraju.sp.gov.br/licitacoes/editais. **Mais informações:** Setor de Licitações - Praça Ataliba Leonel, 173, centro, Piraju/SP, Fone (14) 3305-9006.
José Maria Costa - PREFEITO MUNICIPAL

COMUNICADO DE REDESIGNAÇÃO DE DATA

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2023

OBJETO: Contratação de empresa visando à prestação de serviços de reforma no Centro Comunitário da Vila Nova, sito à Rua Francisca Maria Lorenço, s/nº - Vila Nova e no Centro Comunitário do Xangrilá, sito na Rua Costa do Marfim, s/nº - Jardim Xangrilá, neste Município de Registro/SP, pagos através do Termo de Convênio nº 103518/2022 firmado com a Secretaria de Desenvolvimento Regional. Diretoria Geral de Planejamento Urbano e Obras.

A Prefeitura Municipal de Registro comunica as empresas interessadas em participar da Tomada de Preços nº 003/2023, que em função da reformulação do Edital, fica redesignada a data de recebimento dos envelopes nº 01 Habilitação e nº 02 - Proposta de Preços, do dia 22/03/2023 para dia 06/04/2023, conforme segue:

AVISO DE EDITAL - REFORMULADO

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2023

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Registro - **EDITAL:** Tomada de Preços nº 003/2023 - **OBJETO: Contratação de empresa visando à prestação de serviços de reforma no Centro Comunitário da Vila Nova, sito à Rua Francisca Maria Lorenço, s/nº - Vila Nova e no Centro Comunitário do Xangrilá, sito na Rua Costa do Marfim, s/nº - Jardim Xangrilá, neste Município de Registro/SP, pagos através do Termo de Convênio nº 103518/2022 firmado com a Secretaria de Desenvolvimento Regional. Diretoria Geral de Planejamento Urbano e Obras.**
ENTREGA DOS ENVELOPES: nº 01 - Habilitação e nº 02 - Proposta de Preços: até às **09h00** do dia **06/04/2023** na **DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO,** sito à Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - Registro/SP. **ABERTURA DOS ENVELOPES:** nº 01 - Habilitação e nº 02 - Proposta às **09h05** do dia **06/04/2023** na **DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:** Pelo telefone (13) 3828-1060 ou pelo e-mail licitacao3@registro.sp.gov.br.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na Divisão de Compras e Licitações, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:30 às 17:00 horas ou pelo endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Registro www.registro.sp.gov.br, através dos links "VEJA MAIS"; "Licitações".

PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO, em 14 de março de 2023
CLAUDIO BOLSONELLO
Diretor Geral de Administração - Interino

Edital de Convocação - O Presidente do **Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Transporte Rodoviário de Cargas Secas e Molhadas, Empresas de Logística e Setor Diferenciado de Jundiaí e Região**, no uso das atribuições que lhe conferem os estatutos sociais e a legislação em vigor, convoca os associados quites e em condições de votar, para participarem da **Assembleia Geral Ordinária de Previsão Orçamentária** a realizar-se no dia 21 de março de 2023, às 10:30 horas em primeira convocação com cinquenta por cento mais um dos associados e às 11:00 horas em segunda e última convocação com qualquer quórum, na sua sede Administrativa, à Avenida Jundiaí, 268, Anhangabaú, nesta cidade de Jundiaí, para deliberar, com base no artigo 25, parágrafo único do Estatuto sobre a seguinte ordem do dia: 1) leitura e aprovação da ata da assembleia anterior; 2) leitura e votação das peças que compõem o processo da Previsão Orçamentária para o exercício de 2023, instruídas com Parecer do Conselho Fiscal. Jundiaí, 15 de março de 2023. **Reinaldo Dias Rabelo** - Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇAO – ELEIÇAO DE DIRETORIA

INFORMAMOS AOS NOSSOS ASSOCIADOS QUE A AAPT (ASSOCIAÇAO DOS FUNCIONARIOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA TRANSBRASIL) REALIZARA ELEIÇOES PARA RENOVAÇAO DA DIRETORIA, CONSELHO DELIBERATIVO E FISCAL PARA O TRIENIO 2023/2026, QUE SE REALIZARA NO DIA 16 DE MAIO DE 2023 NO HORARIO DE 8HS AS 17HS, NA SEDE DA AAPT, AV WASHINGTON LUIS 6817, 3º AND. SALA 32. AS INSCRICOES DA CHAPA SERAO ENCERRADAS DIA 21 DE MARÇO DE 2023, OS ITENS ACIMA ESTAO DE ACORDO COM OS ARTS 42/44/48 DOS ESTATUTOS SOCIAIS. SÃO PAULO 16 DE MARÇO DE 2023 COMISSAO ELEITORAL.

Edital de Convocação - O Presidente do **Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Transporte Rodoviário de Cargas Secas e Molhadas, Empresas de Logística e Setor Diferenciado de Jundiaí e Região**, no uso das atribuições que lhe conferem os estatutos sociais e a legislação em vigor, convoca os associados quites e em condições de votar, para participarem da **Assembleia Geral Ordinária de Prestação de Contas** a realizar-se no dia 21 de março de 2023, às 09:30 horas em primeira convocação com cinquenta por cento mais um dos associados e às 10:00 horas em segunda e última convocação com qualquer quórum, na sua sede Administrativa, à Avenida Jundiaí, 268, Anhangabaú, nesta cidade de Jundiaí, para deliberar, com base no artigo 25, parágrafo único do Estatuto sobre a seguinte ordem do dia: 1) leitura e aprovação da ata da assembleia anterior; 2) leitura e aprovação do Relatório da Diretoria correspondente ao exercício de 2022; 3) leitura e votação das peças que compõem a Prestação de Contas do exercício de 2022, instruídas com Parecer do Conselho Fiscal. Jundiaí, 15 de março de 2023. **Reinaldo Dias Rabelo** - Presidente.

ABIA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS

C.N.P.J. Nº 60.584.620/0001-47

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Data: 04 de abril de 2023 (terça-feira)
Horário: 14h (1ª convocação, presentes a maioria das associadas)
14h15min (2ª convocação, com qualquer quórum)
Local: Rua Butantã, nº 336, 3º andar, São Paulo - SP | Online: Videoconferência, com link a ser enviado oportunamente às associadas (plataforma Zoom)

Ficam convocadas as empresas associadas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada de forma híbrida: I) na sede da ABIA localizada na Rua Butantã, nº 336, 3º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ou, II) por videoconferência, através da plataforma Zoom, com link de acesso a ser enviado oportunamente às associadas, conforme o disposto nos artigos 25, alínea "a", 27 e 28 - Capítulo VI - DA ASSEMBLEIA GERAL - do Estatuto Social, para deliberação da seguinte ORDEM DO DIA:
1. Aprovação do Relatório Anual de Gestão composto pelo Balanço e Prestação de Contas do Conselho Diretor referente ao exercício social de 2022.
2. Referendar o preenchimento de cargos vagos no Conselho Diretor, conforme parágrafo sexto do artigo 32 do Estatuto Social.

São Paulo, 16 de março de 2023
Gustavo Chiarini Bastos
Presidente do Conselho Diretor

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Comissão Permanente de Contratação

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N º 04/2023. A Comissão Permanente de Contratação do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará torna público que realizará, no dia **30 de março de 2023, às 14:30h** (horário de Brasília), um **Pregão Eletrônico** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, que tem como objeto o **"Registro de preços de visando a eventual aquisição de MATERIAL DE LIMPEZA, a fim de atender ao Poder Judiciário do Estado do Ceará, conforme especificações, quantitativos e exigências estabelecidas neste edital e seus anexo."** As propostas de preços serão recebidas, por meio eletrônico, até o dia **30 de março de 2023, às 14:00h** (horário de Brasília). Edital e demais informações estão disponíveis nos sites tjce.jus.br e **licitacoes-e.com.br**. Contato pelo e-mail **cpl.tjce@tjce.jus.br** ou whatsapp: (85) 3207-7100.Fortaleza-CE, 14 de março de 2023. **PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

Prefeitura do Município de Caieiras
Secretaria de Administração - Diretoria de Compras
EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL nº 019/2023

ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL:** 019/2023. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria, nas áreas de Planejamento, Programação Orçamentária, Análise Financeira; Contabilidade, Orçamento, Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual, Execução Orçamentária; Pessoal, Recursos Humanos e Previdência; Educação, Organização Administrativa e Serviços Públicos; Processo Legislativo; Compras Governamentais e Licitações; Contratos Administrativos; Bens Patrimoniais; Tributos; Terceiro Setor; Saneamento; Transparência dos Atos Municipais, conforme Termo de Referência. **MODALIDADE:** Pregão Presencial. **DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES:** dia 28/03/2023 as 10h30min e **ABERTURA DOS ENVELOPES**: na mesma data e horário. As empresas interessadas poderão solicitar o envio do Edital via e-mail, bem como ficará disponível no Site do Município de Caieiras www.caieiras.sp.gov.br (Portal de Transparência). Os e-mails para envio do Edital são: licitacao@caieiras.sp.gov.br ou licitacao.caieiras@gmail.com. Maiores informações pelo telefone 4445-9240, no horário das 09h00min às 16h00min. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 15 de Março de 2.023.
SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Diretor de Compras e Licitações

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230294

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230294, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2942023, até o dia 30/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 13 de Março de 2023 RAIMUNDO VIEIRA COUTINHO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220902

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220902, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuros e eventuais serviços em horas/ano de profissionais de saúde na categoria Médico Cirurgião Pediátrico, para atender as necessidades da Rede SESA, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 9022022, até o dia 30/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 13 de Março de 2023. SIMONE ALENCAR ROCHA - PREGOEIRA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Marília e Região

CNPJ - 51.508.232/0001-96

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária/2023

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins de Marília e Região, no uso de suas atribuições estatutárias, através de seu presidente, **Convoca** todos os trabalhadores dos seguintes setores da **Categoria de Alimentação: Usina de Açúcar, Sucos, Rações, Doces e Conservas, Frigoríficos e Bebidas em Geral**, associados e não associados da Entidade Sindical, dos municípios de Getulina, Guarantã, Lutécia, Fernão, Duartina. Lucianópolis,Cabrália Paulista,Ribeirão do Sul, Salto Grande, Ibirarema, Canitar, Chavante, Bernardino de Campos,Presidente Alves, Avaí, Iacanga, Marília, Garça, Assis, Ourinhos, Ipaussu, Santa Cruz do Rio Pardo, Campos Novos Paulista, São Pedro do Turvo, Echaporã, Borá, Oscar Bressane,Oriente, Quintana, Paulópolis, Pompéia, Herculândia, Gália, Vera Cruz, Álvaro de Carvalho, Alvilândia, Ubirajara, Lupércio e Ocauçu; para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária,** a qual se realizará no dia 21 de Março de 2.023, às 16:00 hs em primeira convocação com quórum estatutário e em segunda convocação às 17:00hs com qualquer número de presentes, na Sede do Sindicato em Marília, situado na rua Paes Leme, 629 - Bairro Alto Cafezal. As assembleias terão as seguintes exclusivas questões: a) Discussão e aprovação da Pauta de Reivindicações e estratégias de luta, objetivando as Negociações Coletivas no primeiro semestre do ano de 2023 para celebração de Acordos Coletivos de Trabalho, Convenções Coletivas de Trabalho 2023/2024 e Aditivos; b) Autorizar o Sindicato a adicionar à Pauta de Reivindicações, questões específicas que levem em conta as peculiaridades de cada empresa e atividades profissionais; c)Transformação desta Assembleia em Permanente até o fim das negociações; d) Autorizar o Sindicato celebrar Acordos Coletivos de Trabalho, Convenções Coletivas de Trabalho e/ou instaurar Dissídios Coletivos em caso de malogro das negociações; e) Discussão e aprovação para manutenção do desconto de cada trabalhador associado ou não que se beneficie da convenção ou acordo coletivo de trabalho da Cota de Participação Negocial em 1,20% do salário nominal. As demais assembleias serão realizadas nas imediações das empresas, onde os trabalhadores serão convocados através de boletins.

Marília, 16 de Março de 2.023. **Wilson Vidotto Manzon - Presidente**

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220918

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220918, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuros e eventuais serviços em horas/ano de profissionais de saúde na categoria Médico Cirurgião Geral, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 9182022, até o dia 30/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 14 de Março de 2023. MURILO LOBO DE QUEIROZ - PREGOEIRO

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230265

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230265, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2652023, até o dia 30/03/2023, às 8h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 14 de Março de 2023. ROBINSON DE BORBA E VELOSO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230009

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230009, de interesse da Secretaria da Fazenda – SEFAZ cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Material de Construção (hidrossanitário), conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3442023, até o dia 30/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 13 de Março de 2023. JANES VALTER NOBRE RABELO - PREGOEIRO

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária - O **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Guaratinguetá,** devidamente reconhecido em 07 de Julho de 1954 - Processo Mtb: 104.005 de 1953, com sede na **Avenida Ruy Barbosa, 154 - Santa Rita - Guaratinguetá-SP**, pelo presente Edital, **Convoca Todos os Trabalhadores** dos Setores abaixo identificados, pertencentes ao **3º GRUPO do Plano da CNTI**, nos termos do Artigo 517 da CLT, **ASSOCIADOS ou NÃO,** representados por esta entidade sindical em suas respectivas bases territoriais nos termos estabelecidos na Carta/Certidão Sindical expedido pela Secretária do Ministério do Trabalho e Emprego, para participarem das **Assembleias Gerais Extraordinárias** a realizar-se no **dia 27/03/2023,** na sede do Sindicato, com os Trabalhadores integrantes do **Setor de Construção Civil, Elétrica, Montagem e Manutenção Industrial - data base: 1º de maio,** a realizar-se **as 18 horas**, e; no **dia 28/03/2023**, na sede do Sindicato, com os Trabalhadores integrantes do **Setor do Serraria e Carpintaria - data base: 1º de junho,** a realizar-se **as 18 horas,** todas em primeira convocação, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1º -** Leitura, Discussão e Aprovação da ata de assembleia anterior; **2º -**Apresentação, discussão e aprovação do Rol de Reivindicação dos trabalhadores, a serem enviadas as Entidades Patronais; **3º -** Deliberar sobre a concessão de poderes à diretoria do Sindicato, para dar início à negociação para renovação das cláusulas coletivas vigentes em conjunto e/ou separadamente dos demais Sindicatos Profissionais representativos da categoria, de forma direta ou não com a Entidade Patronal, e posteriormente, se for necessário, instaurar o Dissídio Coletivo Econômico / Greve; **4º -** Deliberar a manutenção da Assembleia em caráter permanente até o final do processo negocial, para as deliberações que se fizerem necessárias; **5º -** Deliberar sobre as contribuições, valores, percentuais ou taxas que serão descontados em folha de pagamento dos integrantes da categoria associados ou não, nos termos da lei. Se na hora aprazada não houver quórum, à Assembleia realizar-se-á em 2ª convocação, 01 (uma) hora após, com os presentes, cujas as deliberações terão plena validade, relativa aos assuntos em pauta, para todas as categorias. Guaratinguetá/SP, 15 de março de 2023, Luiz Carlos Florêncio de Oliveira - Presidente.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230311

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230311, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Material Médico Hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3112023, até o dia 30/03/2023, às 9h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 14 de Março de 2023. ROBINSON DE BORBA E VELOSO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230288

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230288, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2882023, até o dia 30/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 13 de Março de 2023. AURÉLIA FIGUEIREDO GURGEL - PREGOEIRA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Setor de Etanol - Pelo presente edital, o **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas e da Fabricação do Álcool de Botucatu e Região**, por seu representante legal, convoca os trabalhadores associados ou não, da categoria dos **trabalhadores nas usinas e destilarias de álcool/etanol e nas usinas e destilarias de álcool/etanol que estejam fabricando açúcar, do quadro anexo ao artigo 577 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT**, para se reunirem em assembleia geral extraordinária que se realizará nos dias, horários e locais abaixo enumerados, tendo em vista a base territorial da entidade sindical abranger mais de um município: Trabalhadores do município de Brotas, assembleia dia 23/03/2023, às 06:00 horas, no pátio da empresa Raízen, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Discussão e deliberação sobre a pauta de reivindicações a ser apresentada ao Sindicato representativo da respectiva categoria econômica. **b)** Discussão e deliberação sobre as Negociações Coletivas sobre Home Office e Teletrabalho a serem levadas a efeito com o Sindicato representativo da respectiva categoria econômica; c) Outorga de poderes à entidade, por seus representantes legais, para negociação coletiva, celebrar acordos, requerer realização de mesa redonda junto ao **Ministério do Trabalho e Previdência**, constituir comissão de negociação e, ainda, em caso de malogro das negociações, suscitar dissídio coletivo junto ao Tribunal competente, assistido pela Federação da categoria. **d)** Discussão e deliberação sobre a cláusula que trata das Contribuições; **e)** Posicionamento da categoria sobre a eventual realização de movimento paredista em caso de malogro das negociações. *Não havendo número suficiente de acordo com as normas aplicáveis, em primeira convocação, nos horários supra - mencionado, as mesmas se realizarão, no mesmo dia e local, com qualquer número de presentes, para os efeitos de direito.* ***(cumpre observar que na ata deverá constar que se observou o quórum da CLT, em segunda convocação, de 1/3 dos associados).*** *Botucatu, 15 de março de 2023.*

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA Online

1º Leilão: 29/03/2023 às 13h00
2º Leilão: 31/03/2023 às 13h00

Credora Fiduciária: ADMINCON INCORPORAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
Fiduciantes: ALEXANDRE PEREIRA DOS SANTOS
e sua esposa IRACEMA RIBEIRO DE ALMEIDA PEREIRA

LOTE 01 - TABOÃO DA SERRA/SP

Apartamento nº 121, localizado no 12º andar da Torre 02, Edifício Benessere, do Condomínio Spazio Felicitá, situado na Estrada Kizaemon Takeuti nº 1.100, no Bairro Caiapiá, na cidade de Taboão da Serra/SP, contendo: área privativa de 45,680 metros quadrados, área de uso comum de 48,042 metros quadrados, com a área total de 93,722 metros quadrados; e fração ideal do terreno de 0,23167%; correspondendo ao mesmo uma vaga para estacionamento de um veículo de passeio na garagem coletiva, sujeito a manobrista. **Imóvel objeto da matrícula nº 11.151 do Oficial de Registro de Imóveis de Taboão da Serra/SP. Observação:** Imóvel ocupado. Desocupação pelo adquirente, nos termos do art. 30 e § único da lei 9.514/97.

Lance Mínimo 1º Leilão: R$ 168.000,00 | Lance Mínimo 2º Leilão: R$ 444.343,31

O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do leiloeiro. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

PARA MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230256

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230256, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2562023, até o dia 30/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 14 de Março de 2023. ÊNIO JOSÉ GONDIM GUIMARÃES - PREGOEIRO

EDITAL DE LEILÃO ELETRÔNICO PARA CONHECIMENTO DE INTERESSADOS E INTIMAÇÃO DO(S) FIDUCIANTE(S)

EDITAL DE LEILÃO PARA ALIENAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE BEM IMÓVEL

(LEI FEDERAL Nº 9.514/1997)

Modalidade On-line

1º Leilão: encerramento 28/03/2023 às 12h00, lance inicial de R$ 1.490.000,00 (um milhão e quatrocentos e noventa mil reais). **2º Leilão: encerramento 12/04/2023 às 12h00,** lance inicial de R$ 1.030.000,00, (um milhão e trinta mil reais). Contrato de fomento mercantil - alienação fiduciária n°: **1617 e 1913.** Classe - Assunto: **alienação fiduciária de imóvel em garantia.** Comitente Vendedor: **BR FINANCIAL FOMENTO MERCANTIL LTDA.** Fiduciantes: **Robson Soares Calegon - CPF 326.312.648-27** e **Bruna de Cassia Soares Calegon - CPF 387.867.798-77. JANAINA DA SILVA VISPO** LEILOEIRA PÚBLICO OFICIAL, JUCESP nº 1.202, em cumprimento ao artigo 27 e demais dispositivos legais da Lei Federal nº 9.514/97, torna pública a venda extrajudicial do seguinte bem: **IMÓVEL: Apartamento Tipo nº 134 (cento e trinta e quatro), localizado no 13° andar, do Edifício Sunshine - Torre 2, parte integrante do "Condomínio Square Guarulhos", com acesso pela Rua Francisco Rodrigues Gasques, 58, situado na Vila Camargos, perímetro urbano do Distrito, Munícipio e Comarca de Guarulhos, Estado de São Paulo, possuindo área privativa de 134,500m² metros quadrados (já incluída a área de 3,900m² metros quadrados correspondente ao depósito adiante vinculado); área comum de 88,419m² metros quadrados, já incluída a área referente ao direito ao uso de 02 (duas) vagas na garagem coletiva do condomínio, perfazendo a área total de 222,919 m², correspondendo a fração ideal de 0,004327, ficando vinculado a este apartamento o Depósito n° 74, situado no 1°subsolo. Cadastrado na Prefeitura sob nº 084.20.25.0001.02.052. O imóvel está matriculado sob nº 118.951 do 2º Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Civil da Pessoa Jurídica da Comarca de Guarulhos/SP.** Há dívidas de IPTU e de condomínio, que serão de responsabilidade do Adquirente. **Todas as pendências sinalizadas acima de IPTU, CONDOMINIO e necessidades de regularização e ou averbações são de responsabilidade do ADQUIRENTE. Imóvel OCUPADO. Maiores informações:** Confira o edital na íntegra através do site www.rocketleiloes.com.br, com o leiloeiro através do telefone (11) 3525-6591 ou e-mail contato@rocketleiloes.com.br. São Paulo, 22 de fevereiro de 2023. **BR FINANCIAL FOMENTO MERCANTIL LTDA.**

SINDICATO DOS EMPREGADOS VIGILANTES E SEGURANÇAS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA E SEUS AFINS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP - SINDVIGSBC - Sede Social Rua Coral, nº 336, Jd. do Mar, São Bernardo do Campo/SP, CEP 09725-650, telefone: 4391-4067 - CNPJ/MF nº 69.253.888/0001-70 - **Contribuição Sindical - Exercício 2023 -** Pelo presente Edital, na forma disposta no Art. 605 da CLT, ficam notificadas todas as Empresas do Grupo Econômico de Segurança e Vigilância Privada, Cursos de Formação respectivos e outros segmentos econômicos que mantenham em seus quadros Vigilantes contratados diretamente (Vigilância Orgânica), conforme a Lei nº 7.102/83 e alterações oriundas da Lei nº 8863/94, regulamentadas pela Portaria MJ 3.233/12, que prestem serviços no Município de São Bernardo do Campo/SP, Base Territorial desta Entidade Sindical, para, obedecidas as formalidades legais vigentes, descontarem em folha de pagamento do mês de março/2023 a **Contribuição Sindical** na forma da Legislação Vigente de seus empregados, o equivalente a 01(um) dia de trabalho, ou seja, 1/30 (um trinta avos) da remuneração mensal, independentemente de outras contribuições, consoante disposto no Art. 149 da Constituição Federal, Art. 578 e seguintes da CLT, pertencentes ao Título V, Capítulo III - Seção I. A contribuição Sindical deverá ser recolhida junto à Caixa Econômica Federal até o dia 30/04/2023. O descumprimento dos procedimentos e o não recolhimento da referida contribuição, obedecida as formalidades legais acarretará as penalidades cabíveis na forma do artigo 600 e seguintes da CLT, além de correção monetária conforme lei 6.181/74. As guias do recolhimento para pagamento através do sistema Bancário se encontram á disposição dos interessados por meio do Portal do Contribuinte em impressora local no site da Caixa (http:www.caixa.gov.br) opção contribuição Sindical -GSRS). Código da Entidade Sindical: 022.239.8968-0. Conforme o Precedente Normativo nº 41 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho. As empresas obrigam-se a enviar ao Sindicato após o recolhimento, as GSRS e acompanhadas da relação nominal dos empregados contribuintes, contendo CTPS, CPF e remuneração sobre a qual foi efetuado o devido desconto. São Bernardo do Campo, 16 de março de 2023. **Jorge Francisco da Silva -** Presidente.

AVISO DE EDITAL

TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2023

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Registro - **EDITAL:** Tomada de Preços nº 006/2023 - **OBJETO: Contratação de empresa visando à implantação de sinalização turística em diversos pontos do Município de Registro/SP, pagos através do Termo de Convênio nº 000033/2022 firmado com a Secretaria de Turismo e Viagens. Diretoria Geral de Planejamento Urbano e Obras.** Os interessados deverão estar devidamente cadastrados (Possuir Certificado de Registro Cadastral dentro do prazo de validade) ou atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.

ENTREGA DOS ENVELOPES: nº 01 - Habilitação e nº 02 - Proposta de Preços: até às **09h00** do dia **04/04/2023** na **DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO,** sito à Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - Registro/SP. **ABERTURA DOS ENVELOPES:** nº 01 - Habilitação e nº 02 - Proposta às **09h05** do dia **04/04/2023** na **DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO.**

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: Pelo telefone (13) 3828-1060 ou pelo e-mail licitacao3@registro.sp.gov.br.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na Divisão de Compras e Licitações, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:30 às 17:00 horas ou pelo endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Registro www.registro.sp.gov.br, através dos links "VEJA MAIS"; "Licitações".

PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO, em 13 de março de 2023.
CLAUDIO BOLSONELLO
Diretor Geral de Administração - Interino

Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Empresas de Serviços Contábeis de Americana e Região. Pelo presente edital, ficam convocados todos os trabalhadores das categorias profissionais da nossa representação sindical, associados ou não ao Sindicato, abaixo relacionados juntamente com data e horário das Assembleias das categorias com data-base em 1° de julho: 1- Comissárias de Despachos, Agentes de Carga Aérea, Operadores de Transporte Multimodal NOVCC (transitário e consolidador de carga marítima e logística na prestação de serviços de comércio exterior) a realizar-se no dia 11 de abril de 2023, às 17h00 em 1ª convocação, com metade mais um dos trabalhadores, ou às 17h30min, em 2ª convocação, com qualquer número de trabalhadores da categoria presente; 2 - Categoria Sociedades de Fomento Mercantil Factoring a realizar-se no dia 12 de abril de 2023, às 17h00 em 1ª convocação, com metade mais um dos trabalhadores, ou às 17h30min, em 2ª convocação, com qualquer número de trabalhadores da categoria presente. Todas as Assembleias se realizarão na sede do Sindicato à Rua Bolívia, n° 186, Vila Cechino na cidade de Americana/SP, a qual também se dará de forma itinerante e online através de consulta aos trabalhadores da categoria, com a seguinte ordem do dia: 1) Aprovar, ou não, as pautas de reivindicações para negociação da Convenção Coletiva de Trabalho, cuja data-base é 1° de maio de 2023; 2) Aprovar, ou não, a continuação da Assembleia, que se manterá permanente até o final da solução da negociação/2023, ficando autorizado a Presidenta do Sindicato a convocar através de boletins, sessões de Assembleia nos locais de trabalho, em suas imediações e em locais de concentração de trabalhadores; 3) Ratificar ou não, a Contribuição Assistencial aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a ser descontada em folha de pagamento e revertida ao Sindicato, como forma de solidariedade e retribuição do grupo, pela representação nas negociações coletivas e abrangência no instrumento normativo que delas resultarem; 4) Deliberar, quanto à fixação de Cota de Participação Negocial, ou outra contribuição a ser descontada de todos os trabalhadores das categorias que se beneficiarem da Convenção Coletiva de Trabalho ou Acordo Coletivo de Trabalho individual ou plúrimo; 5) Concessão de poderes à diretoria do Sindicato para, em conjunto com a Federação ou isoladamente, manter negociações coletivas, celebrar Acordos, Convenções Coletivas de Trabalho ou Aditivos, bem como tomar as medidas que julgar necessárias na busca de solucionar as negociações coletivas. Americana, 16 de março de 2023. Helena Ribeiro da Silva - Presidenta.

AVISO DE EDITAL

TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2023

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Registro - **EDITAL:** Tomada de Preços nº 007/2023 - **OBJETO: Contratação de empresa visando à execução da reforma da pista de skate, sito à Rua Guaracuí, s/nº - Vila Nova, neste Município de Registro/SP, pagos através do Termo de Convênio nº 103519/2022 firmado com a Secretaria de Desenvolvimento Regional. Diretoria Geral de Planejamento Urbano e Obras.** Os interessados deverão estar devidamente cadastrados (Possuir Certificado de Registro Cadastral dentro do prazo de validade) ou atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.

ENTREGA DOS ENVELOPES: nº 01 - Habilitação e nº 02 - Proposta de Preços: até às **09h00** do dia **05/04/2023** na **DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO,** sito à Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - Registro/SP. **ABERTURA DOS ENVELOPES:** nº 01 - Habilitação e nº 02 - Proposta às **09h05** do dia **05/04/2023** na **DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO.**

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: Pelo telefone (13) 3828-1060 ou pelo e-mail licitacao3@registro.sp.gov.br.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na Divisão de Compras e Licitações, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:30 às 17:00 horas ou pelo endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Registro www.registro.sp.gov.br, através dos links "VEJA MAIS"; "Licitações".

PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO, em 13 de março de 2023.
CLAUDIO BOLSONELLO
Diretor Geral de Administração - Interino

AVISO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2023

EDITAL Nº 011/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S) E ACESSÓRIOS DE PROTEÇÃO, DESTINADOS ÀS DIRETORIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO/SP.
INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 17/03/2023, às **09h00min**.
TÉRMINO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 29/03/2023, às **08h59min**.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 29/03/2023, às 09h00min.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: 29/03/2023, às **09h15min.**
LOCAL: www.bnc.org.br
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E MAIORES INFORMAÇÕES: DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO da Prefeitura Municipal de Registro, sito à Rua José Antônio de Campos, nº 250, Centro - Registro/SP, durante o seu expediente de atendimento ao público, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou pelo telefone **(13) 3828-1048**, ou ainda, através do e-mail **licitacao4@registro.sp.gov.br.**
O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Registro (www.registro.sp.gov.br), opção "VEJA MAIS" - "LICITAÇÕES"; ou ainda pelo Portal: Bolsa Nacional de Compras - BNC (www.bnc.org.br).

Registro, 15 de março de 2023
CLAUDICIR ALVES VASSÃO
Diretor de Políticas da Administração Pública

CÂMARA MUNICIPAL DE NARANDIBA - SP

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial.º 001/2023

Encontra-se aberto na Câmara Municipal de Narandiba, Estado de São Paulo, sito à Av. Marechal Rondon, 234, licitação Pública n.º 001/2023, Modalidade – PREGÃO PRESENCIAL, destinada a **Aquisição de duzentos (200) litros de etanol comum mensal e duzentos (200) litros de gasolina comum mensal,. Totalizando quatrocentos litros de combustível mensalmente, PARA ABASTECIMENTO DO VEÍCULO PERTENCENTE A CÂMARA MUNICIPAL.** A abertura dos envelopes será dia **29 de março de 2023, ÀS 9h:30 Min.,** e o Edital completo será fornecido na Câmara Municipal de 2.ª a 6.ª feira, das 8:00 às 13:00 horas, na Sala da recepção ,pelo site www.camaranarandiba.sp.gov.br ou pelo telefone (18)3992-1102. ELDER MAGRO – Presidente da Câmara. Narandiba- SP, 15 de MARÇO DE 2023.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Pelo presente edital, a **Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias Quimicas e Farmaceuticas de Botucatu e Região**, por meio de seu presidente, ora representante legal, Sr. **Sergio Aparecido Goes**, convoca a todos seus associados contribuintes, para em Assembleia Geral Ordinária, cito R. Rangel Pestana n° 1114, VI Sto Antonio, na cidade e comarca de Botucatu, no dia 20 de Março às 18:00 horas, para deliberarem a seguinte ordem do dia: - Disposições sobre Balanço anual e arrecadação Sindical. Não havendo quórum suficiente a mesma será realizada em segunda convocação uma hora após. **Sergio Aparecido Goes** - Presidente

MUNICÍPIO DE SAGRES

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2023

A PM Sagres torna público e CONVIDA interessados em participar da licitação acima, tipo menor valor empreitada global, objetivando a Contratação de Empresa especializada para Reforma e Construção de Canteiros Centrais no Município de Sagres/SP, em conformidade com o Termo de Convênio nº 103531/2022, com encerramento em 03/04/2023 às 09h00. Informa ainda que o Edital completo encontra-se a disposição na sede da licitadora, sito R. Ver. José Alexandre de Lima, 427. Tel: 18-35581112, no mural da prefeitura, e-mail: licitacao@sagres.sp.gov.br e site: https://www.sagres.sp.gov.br/licitacao. Sagres-SP, 15/03/2023 – Roberto Batista Pires - Prefeito.

MUNICÍPIO DE SAGRES

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2023

A PM Sagres torna público e CONVIDA interessados em participar da licitação acima, tipo menor preço por item, objetivando a Contratação de Empresa especializada para Ampliação da pista de caminhada na vicinal Prefeito José Ademir Piva, em conformidade com o Termo de Convênio nº 101873/2022, com encerramento em 04/04/2023 às 09h00. Informa ainda que o Edital completo encontra-se a disposição na sede da licitadora, sito R. Ver. José Alexandre de Lima, 427. Tel: 18-35581112, no mural da prefeitura e e-mail licitacao@sagres.sp.gov.br. Sagres-SP, 15/03/2023 – Roberto Batista Pires - Prefeito.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Acha-se aberta na Chefia de Gabinete, da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, a licitação na modalidade concorrência **02/2023/DH**, do tipo menor preço, processo 13.863/2023, destinada a serviços de reforma, adequação, modernização das edificações de embarque e desembarque na travessia litorânea de pedestres da Praça da República/Vicente de Carvalho, sob jurisdição do Departamento Hidroviário, na localidade de Santos, com o recebimento dos envelopes de proposta e de habilitação, bem como, a abertura das propostas dar-se-ão no dia **19/04/2023 às 09h00**, em sessão pública a ser realizada na sede da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, à Av. Prof. Frederico Hermann Júnior, 345, Alto de Pinheiros, São Paulo, SP. Os interessados poderão consultar o edital completo nos sites www.imprensaoficial.com.br e www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br. Maiores esclarecimentos podem ser solicitados através do e-mail: semil.licitacoes@gmail.com ou encaminhados ao Centro de Licitações e Contratos, à Av. Prof. Frederico Hermann Júnior, 345, prédio 1, 6º andar, Alto de Pinheiros, São Paulo, SP, CEP 05459-010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AVAÍ

TOMADA DE PREÇO Nº 001/2023 – EDITAL Nº 010/2023
PROCESSO Nº 010/2023 – TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL
Retificação do Memorial Descritivo

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE OBRA DE MODERNIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA DA "PRAÇA MAJOR GASPARINO DE QUADROS" COM TECNOLOGIA LED, e as especificações técnicas contidas no projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos. Considerando que o Memorial Descritivo da presente licitação encontra-se desatualizado fica cancelada a sessão do dia 17 de março de 2023 – sendo remarcada para o dia 04 de abril de 2023 – as 10:30min – os memoriais descritivos corrigidos poderão ser baixados no link https://avai.sp.gov.br/?pag=T0RZPU9EYz1PR009T1RrPU9EWT1PVEE9T1dFPQ==&view=LIST-EDT&id=99. **LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: Sala da Comissão de Licitações** – Praça Major Gasparino de Quadros nº 460 – Centro – CEP 16.680-000 – Telefone (14) 3287-1134. A sessão será conduzida pelo Pregoeiro, com o auxílio da Equipe de Apoio. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos na sessão de processamento logo após o credenciamento dos interessados. **ESCLARECIMENTOS:Seção de Licitações**, localizada na Praça Major Gasparino de Quadros nº 460 – Centro – CEP 16.680-000 – Telefone (14) 3287-1134, e-mail: licitacao@avai.sp.gov.br. Os esclarecimentos prestados serão disponibilizados na página da Internet: www.avai.sp.gov.br.

AVAÍ, 14 de março de 2023.
HELLEN FERNANDES RODRIGUES COELHO - PREFEITA MUNICIPAL DE AVAÍ

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JACAREÍ – SAAE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2023.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA DO TRABALHO PARA ATENDER OS SERVIDORES DO SAAE-JACAREÍ.
Valor estimado: R$ R$ 210.838,89.
Recebimento dos Lances: às 09h00min do dia 31/03/2023.
Informações: Unidade de Licitações e Compras – R. Miguel Leite do Amparo, 121 – Centro – Jacareí – SP – fone 12-3954-0200 – Ramais 1620/ 1630/ 1655 e 1670.
Edital: www.gov.br/compras/pt-br (UASG 926641), www.saaejacarei.sp.gov.br (LINK "LICITAÇÕES") ou mediante comparecimento ao balcão da Unidade de Licitações e Compras – R. Miguel Leite do Amparo, 121 – Centro – Jacareí - SP - das 08:30 às 16:30, sem custo com apresentação de CD-r ou pendrive.
Jacareí, 14 de março de 2023.
Nelson Gonçalves Prianti Junior - Presidente do SAAE Jacareí.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Acha-se aberta na Chefia de Gabinete, da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, a licitação na modalidade concorrência **01/2023/DH**, do tipo menor preço, processo 13.867/2023, destinada a serviços de construção de flutuante e passarela de acesso de embarque e desembarque, terminal naval Vicente de Carvalho/Guarujá-SP (remoção do conjunto existente flutuante e passarela), com o recebimento dos envelopes de proposta e de habilitação, bem como, a abertura das propostas dar-se-ão no dia **18/04/2023 às 09h00**, em sessão pública a ser realizada na sede da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, à Av. Prof. Frederico Hermann Júnior, 345, Alto de Pinheiros, São Paulo, SP. Os interessados poderão consultar o edital completo nos sites www.imprensaoficial.com.br e www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br. Maiores esclarecimentos podem ser solicitados através do e-mail: semil.licitacoes@gmail.com ou encaminhados ao Centro de Licitações e Contratos, à Av. Prof. Frederico Hermann Júnior, 345, prédio 1, 6º andar, Alto de Pinheiros, São Paulo, SP, CEP 05459-010.

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 23/2023. Objeto: Preparação, produção e fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma transportada, ao Presídio de Tarumirim, em lote único, assegurando uma alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas a presos e servidores públicos e serviço na unidade prisional em epígrafe. O edital poderá ser obtido no referido site. O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. Abertura da sessão dia 28 de março de 2023, às 10:00 horas, no sítio eletrônico www.compras.mg.gov.br. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143, Edifício Minas, 5º andar, Serra Verde, Cidade Administrativa. Belo Horizonte, 14 de março de 2023.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO BEC Nº 006/2023- PROCESSO Nº 027/2023
OFERTA DE COMPRA Nº 841200801002023OC00010

A Prefeitura do Município de Laranjal Paulista/SP, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico- Registro de Preços, do tipo menor preço unitário, objetivando à AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS ELETRODOMÉSTICOS DA EMENDA PARLAMENTAR Nº 2021.073.22830 PARA O ATENDIMENTO DAS ESCOLAS E CRECHES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será a partir do dia 17/03/2023 a partir das 09h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 30/03/2023 às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - Sistema BEC/SP" através do sítio www.bec.sp.gov.br. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 17/03/2023, além da página da BEC, citada anteriormente, nos seguintes endereços: www.laranjalpaulista.sp.gov.br (link: licitações) e no Setor de Licitações da Prefeitura do Município de Laranjal Paulista/SP, sita à Praça Armando de Salles Oliveira, nº 200-Centro-Laranjal Paulista/SP-CEP 18.500-000 - Tel: (15) 3283.83.31 / 3283.83.38- E-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br.Laranjal Paulista, 15 de Março de 2.023-Alcides de Moura Campos-Prefeito Municipal.

Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo

Aviso de Licitação - Tomada de Preços nº 01/2023/IEE

O Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo torna público para conhecimento de interessados a abertura de licitação, na modalidade Tomada de Preços, que tem por objeto a readequação dos sistemas de proteção contra incêndio dos prédios do IEE-USP. **Encerramento:** 04 de abril de 2023, às 10 horas, com vistoria obrigatória. O interessado deverá solicitar, junto à Administração, o agendamento da sua vistoria - contato com Samir Tanios Hamzo e/ou Rogério Del Trono Grosche, telefone (11) 3091-2513, no prédio de Administração (Edifício F) sala 007 (Engenharia), sito à Av. Prof. Luciano Gualberto, 1289 -Butantã - São Paulo - SP. O edital e seus anexos poderão ser obtidos gratuitamente nos "sites" www.iee.usp.br e www.usp.br/licitacoes. Maiores informações no Serviço de Suprimento e Material pelo telefone (11) 3091-2623/2624/2515.

BANCO SAFRA S.A.

CNPJ 58.160.789/0001-28 - NIRE 35.300.010.990

Extrato Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de janeiro de 2023

Data, Hora, Local: 11.01.2023, às 11h, de forma exclusivamente digital, por meio de plataforma virtual "Microsoft Teams", conforme faculta o artigo 124, §2º-A da Lei nº 6.404/76, sendo considerada realizada na sede social do Banco Safra S.A. ("Sociedade") para todos os fins legais, nos termos da IN DREI nº 81/2020. **Convocação:** Publicado no jornal Folha de S. Paulo, nas edições dos dias 03, 04 e 05.01.2023, bem como no Caderno Digital do referido jornal em edições de 03, 04 e 05.01.2023. **Presença**: representantes de 100% do capital social. A participação e a votação à distância são realizadas por meio da plataforma "Microsoft Teams", conforme instruções divulgadas aos acionistas e à usufrutuária de ações de emissão da Sociedade. **Mesa**: Luiz Antonio de Sampaio Campos - Presidente, Leandro de Azambuja Micotti - Secretário. **Deliberações aprovadas**: 1. o Sr. Luiz Antonio de Sampaio Campos esclareceu que, nos períodos de exercício do direito de preferência e de sobras, acionistas subscreveram todas as 5.581 ações ordinárias emitidas no aumento de capital deliberado na AGE realizada em 29.11.2022, pelo preço de emissão de R$1.326.031,00 por ação, totalizando o montante de R$7.400.579.011,00, dos quais R$3.700.289.505,50 foram integralizados pelos subscritores à vista, no ato da subscrição das ações, e o restante será integralizado em até 30 dias contados da data em que a Sociedade notificar os acionistas da aprovação do Aumento de Capital pelo Banco Central do Brasil. 2. A homologação do Aumento de Capital e a conversão das ações ordinárias emitidas para as mesmas classes de titularidade dos seus respectivos subscritores, nos termos da Cláusula 2.8 do Acordo de Acionistas, de modo que o capital social passará a ser de R$19.196.134.192,06, dividido em 20.881 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo 4.284 ações ordinárias classe "A"; 7.074 ações ordinárias classe "D"; 2.449 ações ordinárias classe "E"; e 7.074 ações ordinárias classe "J". 3. A alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 5º.*** *O capital social é de R$19.196.134.192,06, dividido em 20.881 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, constituídas da seguinte forma: 4.284 ações ordinárias classe "A"; 7.074 ações ordinárias classe "D"; 2.449 ações ordinárias classe "E"; e 7.074 ações ordinárias classe "J"*. 4. A exclusão do artigo 7º do Estatuto Social, tendo em vista a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Sociedade em ações ordinárias das respectivas classes, conforme deliberada na AGE realizada em 29.11.2022. 5. A reforma e consolidação do Estatuto Social para refletir as deliberações tomadas nesta Assembleia, que passará a vigorar com a redação constante do **Anexo I** à ata desta Assembleia. 6. Reconhecer que as deliberações aprovadas nos itens 3, 4, 5 e 6 desta assembleia geral apenas serão válidas, eficazes e produzirão efeitos após a aprovação, pelo Banco Central do Brasil, das matérias aqui tratadas. 7. Por fim, ficou consignado que as manifestações que vierem a ser apresentadas pelos Acionistas ficarão arquivadas na sede da Companhia. **Encerramento**: Nada mais. **Mesa**: Luiz Antonio de Sampaio Campos - *Presidente,* Leandro de Azambuja Micotti - *Secretário.* JUCESP nº 63.904/23-8 em 08.02.2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Anexo I - Estatuto Social - Capítulo I - Da Denominação, Sede e Duração da Sociedade - Artigo 1º. O Banco Safra S.A. é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A Sociedade tem sede e foro na Capital do Estado de São Paulo, podendo, por deliberação da Diretoria e uma vez obtidas as competentes autorizações, instalar ou extinguir agências e escritórios, em qualquer localidade do território nacional ou do exterior. **Artigo 3º.** O prazo de duração da sociedade é indeterminado. **Capítulo II - Do Objeto da Sociedade - Artigo 4º.** A Sociedade tem por objeto social as operações ativas, passivas e acessórias, inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial, de crédito imobiliário, de crédito, financiamento e investimento, de arrendamento mercantil e de investimento), inclusive câmbio, operações compromissadas, crédito rural e o exercício de administração de carteira de valores mobiliários, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. **Capítulo III - Do Capital Social e das Ações - Artigo 5º.** O capital social é de R$ 19.196.134.192,06, dividido em 20.881 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, constituídas da seguinte forma: 4.284 ações ordinárias classe "A"; 7.074 ações ordinárias classe "D"; 2.449 ações ordinárias classe "E"; e 7.074 ações ordinárias classe "J". **Artigo 6º.** A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais, sendo ademais assegurado a totalidade das ações ordinárias, o direito a percepção de um dividendo anual, não cumulativo, de 1% sobre o lucro líquido apurado. **§ Único:** Cada classe de ação ordinária que represente, no mínimo, 8,5% do capital social confere, aos seus titulares, o direito de eleger, por meio de voto em separado, pelo menos 1 membro do Conselho de Administração por classe de ação, nos termos do artigo 16, inciso III da Lei nº 6.404/76. **Capítulo IV - Da Administração Social - Artigo 7º.** São órgãos de administração da Sociedade o Conselho de Administração e a Diretoria, sendo aquele órgão de deliberação colegiada e este órgão de representação legal da Sociedade, ambos com poderes e atribuições definidos neste Estatuto. **Artigo 8º.** O Conselho de Administração compor-se-á de, no mínimo, 03 e no máximo, 11 membros, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato pelo prazo de 02 anos, podendo ser reeleitos. **§ Único.** Dentre os membros eleitos do Conselho de Administração, um será pela própria Assembleia Geral designado para exercer as funções de Presidente do Órgão. **Artigo 9º.** A convocação das reuniões poderá feita por qualquer membro do Conselho de Administração. Compete ao Presidente do Conselho de Administração instalar e presidir as reuniões. Na sua ausência, as reuniões poderão ser instaladas e presididas por qualquer membro do Conselho da Administração. **§ 1º.** As reuniões do Conselho de Administração deverão ocorrer na sede social, ou, caso todos os Conselheiros decidam, em outro local. Os membros do Conselho de Administração poderão, ainda, se reunir por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios similares de comunicação, que serão realizados em tempo real, e considerados como ato uno. **§ 2º.** No caso de ausência ou impedimento temporário, será o Presidente do Conselho de Administração substituído no exercício de suas atribuições pelo Conselheiro por ele mesmo indicado como seu substituto eventual. Os demais membros do Conselho de Administração serão substituídos, por seu turno, em suas ausências ou impedimentos temporários, pela mesma forma acima prevista para a eventual substituição do Presidente, desde que não se reduza a menos da metade do número total de Conselheiros; caso se verifique, em decorrência da ausência ou impedimento, a cogitada redução do número mínimo de Conselheiros em condições de presença e participação pessoal nas deliberações colegiadas, deixarão essas de efetivar-se até que cesse a ausência ou impedimento, uma vez que, caso se prolonguem tais situações, de forma incompatível com as conveniências ou necessidades sociais, caberá a Assembleia Geral, por iniciativa do Presidente ou de qualquer dos demais membros do Conselho de Administração declarar vago o cargo e proceder ao respectivo provimento, observadas as determinações legais e as constantes do presente Estatuto Social. **§ 3º.** No caso de vagar-se, por qualquer motivo, o cargo de Presidente do Conselho de Administração, será a vaga preenchida pelo membro do mesmo Conselho que para tanto for indicado por seus pares, devendo o seu nome ser referendado pela Assembleia Geral. **§ 4º.** No caso de tornar-se vago qualquer dos cargos de Conselheiro, só será obrigatória a eleição do substituto, pela Assembleia Geral, se for tal eleição necessária para completar o número mínimo de 03 membros do Conselho de Administração, sendo facultativa a aludida eleição nos demais casos; o substituto eleito exercerá seu mandato pelo prazo correspondente ao restante do mandato do substituído. **Artigo 10.** Compete em especial ao Conselho de Administração: **a)** estabelecer as normas de orientação geral dos negócios e atividades sociais; **b)** eleger e destituir os Diretores e fixar-lhes as atribuições observado o que a respeito se dispõe neste Estatuto; **c)** fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros, papéis e documentos da Sociedade, solicitar as informações que reputar necessárias sobre contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos; **d)** convocar a Assembleia Geral; **e)** manifestar-se sobre o relatório da Administração e contas da Diretoria; **f)** escolher e destituir os auditores independentes; **g)** declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes nos balanços semestrais; e **h)** nomear e destituir, a qualquer tempo, os membros do Comitê de Auditoria, da Ouvidoria, do Conselho Consultivo e do Comitê de Remuneração. **§ 1º.** O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que necessário, sendo que o quorum para instalação das reuniões e o quorum para deliberação das matérias deverão ser de maioria em relação ao número total de seus membros eleitos, cabendo a cada Conselheiro direito a um voto. Em caso de empate, caberá ao Presidente o direito de proferir outro voto, de desempate. **§ 2º.** Serão arquivadas no Registro do Comércio e publicadas, as Atas de reuniões do Conselho de Administração que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros. **Artigo 11.** Os membros do Conselho de Administração, bem como os da Diretoria, serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse, lavrado no livro de atas das reuniões do órgão de que se tratar, após terem sido aprovadas pelo Banco Central do Brasil as respectivas eleições. **§ 1º.** Vencido o prazo de mandato, os membros dos órgãos estatutários da Sociedade, à exceção dos membros do Conselho Fiscal, continuarão no exercício de seus cargos até a posse de seus respectivos substitutos, caso não tenham sido eles próprios reeleitos. **§ 2º.** Ficam os Administradores eleitos dispensados da prestação de caução ou outra garantia para o exercício de seus mandatos. **Artigo 12.** Por deliberação do Conselho de Administração da Sociedade poderá ser instalado um Conselho Consultivo composto de no máximo, 10 membros, pessoas físicas, acionistas ou não, residentes no país ou no exterior. **§ 1º.** Caberá ao Conselho de Administração eleger os membros do Conselho Consultivo, cujo mandato será de 2 anos, podendo reconduzi-los por iguais períodos sucessivos, assim como destituí-los de seus cargos, a qualquer tempo. **§ 2º.** No caso de vacância, por qualquer razão, de qualquer membro do Conselho Consultivo, o Conselho de Administração poderá eleger seu substituto para completar o prazo de mandato do substituído. **§ 3º.** Aos membros do Conselho Consultivo competirá **a)** opinar sobre a orientação geral dos negócios da Sociedade; **b)** sugerir estratégicas para a atuação da Sociedade e de suas subsidiárias nos vários ramos de negócio financeiro; **c)** opinar sobre mercados, produtos e serviços de interesse da Sociedade; **d)** assessorar a Sociedade e seus administradores na consecução dos objetivos da Sociedade; **e)** opinar sobre as questões relevantes e projetos nas áreas de produtos, de tecnologia da informação, de recursos humanos, de processos corporativos, de riscos operacionais, de crédito, de liquidez e nas áreas de controles internos e compliance; e **f)** opinar sobre tudo o mais que assim for solicitado pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria da Sociedade. **§ 4º.** O Conselho Consultivo reunir-se-á sempre que necessário. **Artigo 13.** O Comitê de Auditoria reporta-se ao Conselho de Administração e será composto por no mínimo 03 e no máximo de 05 integrantes, permitindo-se que os integrantes sejam também diretores da Sociedade, desde que constituam menos da metade do total dos integrantes do Comitê de Auditoria. Os integrantes independentes deverão atender as seguintes condições: **I** - não ser e não ter sido nos últimos doze meses: **a)** diretor da Sociedade, de sua controladora ou de suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente; **b)** funcionário da Sociedade, de sua controladora ou de suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente; **c)** responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na Sociedade; e **d)** membro do conselho fiscal da Sociedade, de sua controladora ou de suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente; **II** - não ser cônjuge, companheiro, ou parente em linha reta, em linha colateral ou por afinidade, até o segundo grau das pessoas referidas no inciso I, alíneas "a" e "c"; **III** - não receber qualquer outro tipo de remuneração da Sociedade, de sua controladora ou de suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente, que não seja aquela relativa à sua função de integrante do Comitê de Auditoria; e **IV** - não ocupar cargos, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal, em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado ou nas quais possa gerar conflito de interesse. **§ 1º.** O prazo de mandato dos integrantes do Comitê de Auditoria será de até 05 anos. **§ 2º.** Até um terço dos integrantes do Comitê de Auditoria pode ter o mandato renovado, observadas as disposições regulamentares vigentes. **§ 3º.** Caso o integrante do Comitê de Auditoria seja também membro da Diretoria ou do Conselho de Administração da Sociedade, da sua controladora ou das suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente, fica facultada a opção pela remuneração relativa a um dos cargos. **§ 4º.** Um dos membros deve, necessariamente, possuir comprovados conhecimentos na área de contabilidade. **§ 5º**. O membro do Comitê de Auditoria será destituído a critério do Conselho de Administração. **§ 6º.** O Conselho de Administração nomeará o substituto do membro destituído, necessariamente para completar o número mínimo de membros do Comitê de Auditoria, sendo facultado nos demais casos. **§ 7º**. A função de membro do Comitê de Auditoria é indelegável. **§ 8º**. As deliberações do Comitê de Auditoria serão tomadas pela maioria de seus membros. **Artigo 14.** O Componente Organizacional de Ouvidoria ("Ouvidoria") tem a atribuição de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação entre a Sociedade, as sociedades componentes do Grupo Safra e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos. **§ 1º.** A Ouvidoria será representada por um funcionário denominado Ouvidor, que será nomeado pelo Conselho de Administração, tendo seu mandato de duração por 24 meses, podendo ser destituído pelo Conselho de Administração, por maioria de votos, mediante a eleição de novo Ouvidor, considerado mais adequado para o desempenho das atividades e/ou pelos seguintes motivos: **a)** prática de atos que extrapolem a sua competência; **b)** conduta ética incompatível; e **c)** outras práticas desabonadoras que justifiquem a destituição. **§ 2º.** O Ouvidor deverá ter formação em nível superior, certificação em Ouvidoria, formação em código de defesa de consumidor e experiência anterior em atividades de Ouvidoria. **§ 3º.** A Sociedade se compromete a: **a)** criar condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; e **b)** assegurar o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições. **§ 4º.** São atribuições da Ouvidoria: **a)** prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da instituição; e **b)** atuar como canal de comunicação entre a instituição e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e informar ao Conselho de Administração ou, na sua ausência, à Diretoria a respeito das atividades de Ouvidoria. **§ 5º.** São atividades da Ouvidoria: **a)** atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços das sociedades componentes do Grupo Safra; **b)** prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento de suas demandas, informando o prazo previsto para resposta; **c)** informar aos demandantes o prazo previsto para resposta final, o qual não poderá ultrapassar 10 dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação; **d)** encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto informado na letra "c"; **e)** manter o Conselho de Administração informado sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da Sociedade para solucioná-los; e **f)** elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições. **§ 6º.** Fica definido que a Sociedade, pertencente ao Conglomerado Safra, institui um Componente Organizacional único de Ouvidoria para todas as empresas componentes do Grupo Safra. **Artigo 15.** A Diretoria compor-se-á de um mínimo de 02 e um máximo de 49 membros, acionistas ou não, residentes no País, todos eleitos pelo Conselho de Administração com mandato pelo prazo de 02 anos, podendo ser reeleitos e, bem assim, destituídos de seus cargos, a qualquer tempo, por deliberação do mesmo Conselho. **§ 1º.** Os Diretores terão as seguintes designações, assim divididos quantitativamente: 01 Diretor Presidente; mínimo de 02 e máximo de 09 Diretores Executivos; e mínimo de 02 e máximo de 40 Diretores. **§ 2º.** A definição das atribuições dos Diretores competirá ao Conselho de Administração, observado o que a respeito dispuser o Estatuto Social. **Artigo 16.** Na ausência do Diretor Presidente, o mesmo será substituído por um Diretor Executivo indicado pelo Conselho de Administração. Quanto à ausência ou impedimento dos demais Diretores, por lapso de tempo superior a 90 dias, competirá ao Conselho de Administração indicar um substituto, devidamente qualificado e que satisfaça as condições legais, o qual exercerá interinamente o cargo até que cessem os motivos determinantes da substituição. **§ Único.** No caso de se vagar por qualquer razão, qualquer dos cargos da Diretoria, o Conselho de Administração decidirá quanto ao preenchimento da vaga, exercendo, neste caso, o substituto que for eleito, suas funções, até o término do mandato do substituído, quando deverá ser eleito novo Diretor, em caráter efetivo. **Artigo 17.** A Diretoria, ressalvado o disposto no § 3º deste artigo, tem os necessários poderes para assegurar o funcionamento normal da sociedade, competindo aos seus membros de modo especial: **a)** ao Diretor Presidente compete presidir as reuniões da Diretoria e supervisionar a atuação desta; e **b)** a toda Diretoria compete: **(i)** exercer, em conjunto ou individualmente, as atribuições que lhes forem conferidas pelo Conselho de Administração; **(ii)** exercer a representação legal da sociedade em juízo ou fora dele; **(iii)** praticar os atos que importem em oneração ou alienação de bens móveis ou imóveis, prestação de garantia real ou fidejussória, transação ou renúncia de direitos, assunção de obrigações e assinaturas de contratos; e **(iv)** elaborar os relatórios e contas da administração, submetendo-os à apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral juntamente com as demonstrações financeiras exigidas por Lei. **§ 1º.** Na ausência do Diretor Presidente, as reuniões da Diretoria serão presididas por um Diretor Executivo indicado pelos presentes à Reunião. **§ 2º.** Os atos e documentos em geral, que importarem em responsabilidade para a Sociedade ou exonerarem terceiros de responsabilidade para com ela, inclusive a assinatura de contratos, documentos, papéis ou instrumentos de qualquer natureza, deverão ser praticados ou firmados por um mínimo de 02 Diretores, devendo necessariamente um deles, estar no exercício do cargo de Diretor Presidente ou Diretor Executivo, ou ainda 01 Diretor Executivo e 01 procurador, ou ainda por procurador ou procuradores nomeados na forma do presente Estatuto. Para a prática de atos de mera rotina administrativa que deverão ser previamente definidos pelo Conselho de Administração, poderá ainda a sociedade ser representada por um só Diretor ou por procurador ou procuradores investidos de poderes especiais, nomeados com observância deste Estatuto. **§ 3º.** A Diretoria, representada por 2 de seus membros e sendo um deles necessariamente o Diretor Presidente ou um Diretor Executivo, poderá, nos limites de suas atribuições e poderes, nomear e constituir, em nome da Sociedade, um ou mais procuradores, devendo ser especificado, nos respectivos instrumentos de procuração, os atos e operações que poderão praticar e o respectivo prazo de validade do mandato, que não poderá exceder a 1 ano, salvo para fins judiciais. **§ 4º.** Os atos que importem na alienação ou oneração de bens imóveis e participações societárias de caráter permanente dependerão de prévia autorização em reunião do Conselho de Administração, com a aprovação da maioria de seus membros. **§ 5º.** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, deliberando validamente desde que presentes mais da metade de seus membros em exercício. **Artigo 18.** A remuneração global do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Consultivo será fixada pela Assembleia Geral, com observância das disposições legais, cumprindo ao Conselho de Administração, por sua vez, fixar as remunerações individuais de seus membros, bem como dos membros da Diretoria e do Conselho Consultivo, sendo vedadas as participações nos lucros. **Artigo 19.** A Sociedade terá um Comitê de Remuneração. **§ 1º.** O Comitê de Remuneração funcionará como Componente Organizacional único do Conglomerado do qual a Sociedade é a instituição líder. **§ 2º.** O Comitê de Remuneração reportar-se-á ao Conselho de Administração e será composto de, no mínimo, 03 e, no máximo, 05 integrantes, com prazo fixo de mandato de 02 anos, eleitos pelo Conselho de Administração, vedada sua permanência no cargo por prazo superior a 10 anos. **§ 3º.** Os integrantes do Comitê de Remuneração podem ser escolhidos entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, devendo, pelo menos um deles, não ser administrador da Sociedade. **§ 4º.** Para a reeleição dos membros do Comitê de Remuneração deverão ser observadas as regras legais e, cumprido o prazo de permanência máximo referido no § 2º acima, o integrante do Comitê de Remuneração somente poderá voltar a integrá-lo depois de decorridos, pelo menos, 3 anos. **§ 5º.** Os integrantes do Comitê de Remuneração devem ter as qualificações e a experiência necessárias ao exercício de julgamento competente e independente sobre a política de remuneração da instituição, inclusive sobre as repercussões dessa política na gestão de riscos. **§ 6º.** São atribuições do Comitê de Remuneração, além daquelas previstas em lei ou regulamento, a recomendação de remuneração individual dos administradores da Sociedade, bem como todas aquelas atribuídas pelo Conselho de Administração. **§ 7º.** Os integrantes do Comitê de Remuneração não serão remunerados pelo exercício do cargo e na hipótese da nomeação de não funcionário, sua remuneração será estipulada pelo Conselho de Administração, de acordo com os parâmetros do mercado. **§ 8º.** O Comitê de Remuneração deve elaborar, com periodicidade anual, no prazo previsto em lei, relativamente à data-base de 31 de dezembro, documento denominado "Relatório do Comitê de Remuneração", contendo, no mínimo, as exigências do Banco Central do Brasil para este tipo de política, tanto para os administradores da Sociedade quanto para os administradores das outras entidades do Conglomerado do qual a Sociedade é líder. **Capítulo V - Das Assembleias Gerais - Artigo 20.** A Assembleia Geral compor-se-á dos acionistas que, regularmente convocados, tenham comparecido e assinado o "Livro de Presença". **§ Único.** Poderão os acionistas ser representados na Assembleia Geral por procuradores constituídos há menos de 01 ano, que sejam também acionistas, administradores da Sociedade ou advogados, devendo os respectivos instrumentos especificar os poderes conferidos aos mandatários nomeados. **Artigo 21.** A Assembleia Geral será ordinária quando tiver por objeto as matérias previstas no artigo 132 da Lei nº 6.404 de 15.12.1976, e extraordinária, nos demais casos. **§ Único.** A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á anualmente nos 04 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e a Assembleia Geral Extraordinária a qualquer tempo desde que convocada para deliberar sobre assuntos de interesse social submetidos ao seu conhecimento. **Artigo 22.** Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos por uma mesa composta de um Presidente e de um Secretário, sendo aquele indicado ou eleito pelo plenário e este nomeado pelo Presidente, ao qual competirá instalar as sessões e manter a ordem do trabalho objetivando seu bom desenvolvimento. **Capítulo VI - Do Conselho Fiscal - Artigo 23.** O Conselho Fiscal da Sociedade não funcionará em caráter permanente mas apenas nos exercícios sociais em que for instalado pela Assembleia Geral a pedido de Acionistas, observado o disposto no artigo 161 e respectivos parágrafos da Lei nº 6.404 de 15.12.1976. **Artigo 24.** O Conselho Fiscal compor-se-á de um mínimo de 03 e um máximo de 05 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral que tiver deliberado a instalação e funcionamento do órgão, cabendo a mesma Assembleia fixar as remunerações a que farão jus os membros em exercício, observadas as disposições legais pertinentes. **§ Único.** Os membros do Conselho Fiscal exercerão seus mandatos até a realização da primeira Assembleia Geral Ordinária que se seguir à respectiva eleição, podendo ser reeleitos, competindo-lhes desempenhar as atribuições que lhes são conferidas por Lei. **Capítulo VII - Dos Balanços, Resultados e sua Destinação - Artigo 25.** O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, sendo que deverão ser levantados semestralmente, em 30 de junho e 31 de dezembro, os balanços gerais da Sociedade e as demonstrações contábeis prescritas em lei, sendo facultado o levantamento de outros balanços em menores períodos, se assim for de interesse da Sociedade. Os lucros líquidos do exercício, por proposta do Conselho de Administração, mediante aprovação da Assembleia Geral, terão a seguinte destinação, sempre observado o disposto em lei: **a)** 5% serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76 exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; **b)** uma parcela pode ser destinada à formação de reserva para contingências ou ter parcela revertida de tal reserva formada em exercícios anteriores; **c)** pagamento dos dividendos que, somados aos dividendos intermediários de que trata o § 2º deste Artigo e aos juros sobre capital próprio, que tenham sido declarados, assegurem aos acionistas, em cada exercício, o dividendo mínimo obrigatório previsto no Artigo 6º deste Estatuto; **d)** o saldo ou uma parte do lucro líquido verificado após as distribuições acima poderá ser transferido para a conta reserva especial, até o limite, naquela conta, de 95% do capital social, sendo que o saldo dessa reserva especial, somado ao da reserva legal, não poderá ultrapassar o capital social; e **e)** o saldo remanescente do lucro líquido será distribuído aos acionistas. **§ 1º.** A reserva especial de que trata o item (d) acima será constituída objetivando possibilitar a formação de recursos com quaisquer das seguintes finalidades: **a)** futuras incorporações desses recursos ao capital social; **b)** pagamento de dividendos intermediários; **c)** manutenção de margem operacional compatível com desenvolvimento das operações da sociedade; e/ou **d)** expansão das atividades da sociedade. **§ 2º.** O Conselho de Administração poderá deliberar pelo pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio à conta de lucro apurado em balanço intermediário. Os dividendos ou juros sobre capital próprio previstos neste artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 26.** Prescreve em 03 anos a ação para haver dividendos contando o prazo da data em que eles tenham sido colocados à disposição do acionista. **Capítulo VIII - Disposição Geral - Artigo 27.** Os casos omissos neste Estatuto serão regulados pela Lei das Sociedades por Ações e pela legislação aplicável às Instituições Financeiras.

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

PREGÃO ELETRÔNICO

PC 551/2023 - PE 162/2023, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS HORTIFRUTIGRANJEIROS, COM ENTREGA NAS UNIDADES ESCOLARES (PONTO A PONTO) DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. **DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 29/03/2023 – 09h30min.** O edital estará disponível para realização de download no site **www.compras.saobernardo.sp.gov.br**, bem como para consulta no Serviço de Licitações, Preparação e Análise - SA.212.2, na Av. Kennedy, nº 1.100 – B. Anchieta - SBC, "Prédio Gilberto Pasin" – telefone: (11) 2630-5486/5488/5489, preferencialmente contatar pelo e-mail **editais.compras@saobernardo.sp.gov.br**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL

CNPJ nº 46.612.032/0001-49
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2023
PROCESSO Nº 021/2023 – D.A. – D.C.L.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL
OBJETO: Contratação de empresa especializada na área de arquitetura com experiência em restauro, para elaboração de projeto executivo de restauração da Casa da Cultura "Dr. Ariovaldo Correia" – Departamento de Planejamento Urbano do Município de Mirassol/SP.
TIPO: "TÉCNICA E PREÇO".
ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 24 de abril de 2023, às 09:00 horas.
ABERTURA DOS ENVELOPES: Dia 24 de abril de 2023 às 09:05 horas.
LOCAL: Praça Dr. Anísio José Moreira nº 2290, Centro, CEP nº 15130-065, Mirassol, Estado de São Paulo.
INFORMAÇÕES E DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: Praça Dr. Anísio José Moreira nº 2290, Centro, CEP nº 15130-065, Mirassol, Estado de São Paulo, Fone: (17) 3243-8160, de 2ª à 6ª feira, das 09:00 às 16:00 horas e pelo site www.mirassol.sp.gov.br.
Mirassol/SP, 15 de março de 2023.
Edson Antonio Ermenegildo
Prefeito Municipal

Prefeitura da Estância Turística de Salto

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12492/2022
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Na qualidade de SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO DIGITAL, devidamente autorizado, no uso das atribuições que me são conferidas, conforme disposto no art. 2º do Decreto Municipal nº 08/2001, Lei Federal nº 8666/93 e posteriores alterações e Lei 10.520/02, HOMOLOGO todos os atos praticados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio no processo acima citado, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica, com cota reservada para ME/EPP, para fornecimento de café e açúcar, para os departamentos da Prefeitura da Estância Turística de Salto, conforme especificações e quantidades relacionadas no Anexo I do edital, a cargo da Secretaria de Administração e Governo Digital às empresas:
- Alimenta Mais Distribuidora Ltda. para o item 2, no valor global da contratação de R$ 57.356,25 (cinquenta e sete mil trezentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos).
- Nutricionale Comércio de Alimentos Ltda. para o item 3, no valor global da contratação de R$ 62.981,10 (sessenta e dois mil novecentos e oitenta e um reais e dez centavos).
- Comercial São João Afonso Ltda. para o item 4, no valor global da contratação de R$ 164.062,50 (cento e sessenta e quatro mil e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).
Salto/SP, 15 de março de 2023.
Michel Hulmann - Secretário de Administração e Governo Digital

Prefeitura da Estância Turística de Salto

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13442/2022
REPUBLICAÇÃO

Encontra-se aberta licitação visando a contratação de pessoa jurídica para aquisição e instalação de equipamentos sistema de segurança, compreendendo: câmeras, gravador de vídeo, nobreak, poste de concreto de 9m, monitor 23,8", central de alarme monitorada, dispositivo de segurança de rede tipo I, switch 16 portas, painel de led para videowall e dispositivo de segurança de rede tipo II para um sistema integrado de segurança para as unidades de ensino e vinculadas, de acordo as especificações e quantidades no Anexo I, a cargo da Secretaria de Educação. O Pregão se realizará de forma ELETRÔNICA, através da BBM – Bolsa Brasileira de Mercadoria, **na data de 29 de março de 2023. Cadastro de Propostas Iniciais: das 08hs do dia 17/03/2023 até às 08h30min do dia 29/03/2023. Abertura de Propostas Iniciais: 29/03/2023 às 08h35min. Início da Sessão Pública (Fase Competitiva): 29/03/2023 às 09hs.** O edital e anexos estão disponíveis para consulta e impressão, através dos sítios: www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.salto.sp.gov.br – Licitação. Maiores informações, no Setor de Licitações – Secretaria de Administração, através dos telefones nºs (11)4602-8533/8524, das 08hs às 16h30min, e/ou e-mail: licitacao@salto.sp.gov.br
Estância Turística de Salto, 15 de março de 2023.
Anna Christina Carvalho Macedo Noronha Fávaro - Secretária de Educação

MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04B/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.350/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE BANHO E REFORMA DE INSTRUMENTOS MUSICAIS UTILIZADOS PELA ORQUESTRA MUNICIPAL. DATA E HORA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 28/03/2023 ÀS 08H00. O edital licitatório e seus anexos poderá ser obtido nos endereços eletrônicos: www.bbmnetlicitacoes.com.br ou www.santaisabel.sp.gov.br, Link: Licitações. Maiores informações estão disponíveis através do telefone (11) 4656-8700 ou e-mail: licitacao@santaisabel.sp.gov.br.

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 978/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA DE PAVIMENTAÇÃO EM PISO DE CONCRETO INTERTRAVADO, TIPO BLOQUETE DE 16 FACES E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS, NA RUA EDUARDO SAES NUNES, BAIRRO MORRO GRANDE, LOTEAMENTO VILA GUILHERME, TRECHO 2, NESTE MUNICÍPIO. **DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: 04/04/2023 ÀS 09H00.** O edital licitatório e seus anexos poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Santa Isabel, sito na Avenida República nº 530, 4º Andar, Centro – Santa Isabel/SP, das 08h00 às 17h00 ou Portal da Transparência: www.santaisabel.sp.gov.br- link: Licitações e ainda no mural de avisos no térreo deste endereço.

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 979/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PASSEIO PARCIAL EM PISO DE CONCRETO INTERTRAVADO COM IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE, NA AVENIDA REPÚBLICA, NESTE MUNICÍPIO. **DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: 05/04/2023 ÀS 09H00.** O edital licitatório e seus anexos poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Santa Isabel, sito na Avenida República nº 530, 4º Andar, Centro – Santa Isabel/SP, das 08h00 às 17h00 ou Portal da Transparência: www.santaisabel.sp.gov.br- link: Licitações e ainda no mural de avisos no térreo deste endereço.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SERTÃOZINHO

PREGÃO ELETRÔNICO 02/2023 PROCESSO SEDUC-PRC-2023/08234

A **Diretoria de Ensino - Região de Sertãozinho** informa que se encontra aberto o **Pregão Eletrônico 002/2023**, cujo objeto é a prestação de serviços de preparo e distribuição de alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas, aos alunos regularmente matriculados na Rede Pública Estadual. A sessão pública acontecerá no dia 28/03/2023 as 09h00min e os licitantes deverão acessar o endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, na opção Pregão Eletrônico e consulta a Oferta de Compra 080342000012023OC00010.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS/SP

AVISO DE LICITAÇÃO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – MODALIDADE PREGÃO (PRESENCIAL) – PREGÃO Nº 10/2023 – PROCESSO Nº 37/2023 – TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM – Objeto: Registro de Preços para aquisição parcelada de materiais elétricos, para o período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes do Edital. A sessão pública de processamento terá início às **9h (nove horas - horário de Brasília/DF) do dia 29/3/2023 (quarta-feira)**. O Edital estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura, situada na Rua Gustavo Martins Cerqueira, nº 463, Saguão 2, Centro, em Urupês/SP, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 11h e das 13h às 17h, bem como no endereço eletrônico: www.urupes.sp.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone: (17) 3552-1144 ou pelo e-mail: licitacoes@urupes.sp.gov.br. **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS, 15 de março de 2023. ALCEMIR CASSIO GREGGIO - Prefeito -**

"EDITAL DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023 - MENOR PREÇO GLOBAL - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 077/2022 - CÂMARA MUNICIPAL DE ARAÇOIABA DA SERRA – SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES NA DATA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2023, A PARTIR DAS 09 HORAS. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO E FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO E AUXILIO-REFEIÇÃO, NA FORMA DE CARTÃO ELETRÔNICO COM CHIP, CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, QUE INTEGRA O EDITAL, PODENDO SER OBTIDO ATRAVÉS DO SITE WWW.CAMARADEARACOIABADASERRA.SP.GOV.BR"

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

PREGÃO ELETRÔNICO

PE.163/2023 – PEC. 00586/2023 – REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GABINETE PARA RECARGA - Abertura do Pregão em 29/03/2023 às 09:00 horas.

O(s) edital(is) encontra(m)-se disponível(is) no quadro de editais na Av. Kennedy, nº 1100 – "Prédio Gilberto Pasin", Pq. Anchieta - SBC, das 8:30 às 17 horas e no site **https://compras.saobernardo.sp.gov.br.** Telefones (11) 2630-5499/5498/5500/5495.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARTURA

AVISO DE ABERTURA DO ENVELOPE PROPOSTA

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2023 - PROCESSO Nº 05/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE ADEQUAÇÃO DE CALÇADAS TORNANDO-AS ACESSÍVEIS, A SEREM EXECUTADAS COM RECURSOS DO ESTADO E MUNICÍPIO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE CONVÊNIO 104064/2022, PROJETOS, MEMORIAIS, CRONOGRAMA, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E TERMO DE REFERÊNCIA. A Prefeitura Municipal de Fartura torna público, para conhecimento de todos e da empresa participante da Tomada de Preços nº 03/2023 – Processo nº 05/2023, que a sessão de continuação para abertura do envelope "Proposta" será realizada no dia 20/03/2023, às 13h30min, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Fartura/SP. Informações: Setor de Licitações da Prefeitura - Praça Deocleciano Ribeiro 444, Fartura/SP. Telefones (14) 3308-9332 / 3308-9303 - Site: www.fartura.sp.gov.br - E-mail: setordelicitacao@fartura.sp.gov.br / contratos@fartura.sp.gov.br.

Fartura, 15 de Março de 2023. LUCIANO PERES - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARANAPANEMA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Paranapanema/SP torna público para conhecimento dos interessados, que encontra se aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial 09/2023, cujo objeto é o Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de pintura para reformas e manutenções em geral, com objetivo de conservação de bens e imóveis de domínio Público, localizados neste Município, conforme especificações e quantidades constantes no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA do edital. Os envelopes de nº 01(Proposta) e nº 02 (Habilitação) deverão ser protocolados até as 09h00min do dia 28 de março de 2023. A sessão pública se dará a seguir, no mesmo dia e horário. O edital encontra-se a disposição no endereço acima em horário de expediente, até as 24 horas que antecedem a data do recebimento dos envelopes ou site www.paranapanema.sp.gov.br. Maiores informações no setor de Licitações, fone (014) 99670-9667 ou silas.licitacao@paranapanema.sp.gov.br. Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 15/03/2023.

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Paranapanema/SP torna público para conhecimento dos interessados, que encontra se aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial 10/2023, cujo objeto é o Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de papelaria para as Escolas e Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações e quantidades constantes no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA do edital. Os envelopes de nº 01(Proposta) e nº 02 (Habilitação) deverão ser protocolados até as 09h00min do dia 29 de março de 2023. A sessão pública se dará a seguir, no mesmo dia e horário. O edital encontra-se a disposição no endereço acima em horário de expediente, até as 24 horas que antecedem a data do recebimento dos envelopes ou site www.paranapanema.sp.gov.br. Maiores informações no setor de Licitações, fone (014) 99670-9667 ou danila.compras@paranapanema.sp.gov.br. Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 15/03/2023.

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Paranapanema/SP torna público para conhecimento dos interessados, que encontra se aberto o processo licitatório na modalidade Tomada de Preços Nº 02/2023, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para execução de infraestrutura urbana (pavimentação asfáltica) Rua das Dálias, Rua das Margaridas no Residencial Holambra, Rua das Figueiras e Rua Pará no Residencial Santa Helena em Campos de Holambra, conforme projetos, memorial descritivo, planilhas orçamentárias e cronogramas constantes do Anexo I do edital, na modalidade empreitada por preço global, com fornecimento de toda a mão-de-obra, material, equipamentos, maquinários e ferramentas necessárias para a execução, a qual será processada de acordo com o que determina a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações, Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações. Os envelopes nº 01 (Documentos de Habilitação) e nº 02 (Proposta) deverão ser protocolados até as 09h00min do dia 31 de março de 2023, na Divisão/Expedientes de Protocolos, sendo que a sessão será realizada a seguir, no mesmo dia e horário. O edital encontra-se a disposição no endereço acima em horário de expediente, até as 24 horas que antecedem a data do recebimento dos envelopes ou site www.paranapanema.sp.gov.br. Maiores informações no setor de Licitações, fone (014) 99670-9667 ou danila.compras@paranapanema.sp.gov.br. Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 15/03/2023.

AVISO DE DECISÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 01/2023 - OBJETO: Contratação de empresa especializada para elaboração de projetos executivos e execução da obra de construção do Hospital Municipal de Paranapanema. Considerando que a empresa LEMAM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO S.A., inscrita sob o CNPJ Nº 04.002.395/0001-12, apresentou recurso contra a Decisão da Comissão de Licitações na fase de Habilitação, fica consignado o prazo de 05 (cinco) dias úteis na forma da Lei 8666/93, para que as licitantes interessadas apresentem Contrarrazões aos mesmos. Desta feita, SUSPENDE-SE a sessão de Abertura dos envelopes de propostas que estava marcado para o dia 16 de março de 2023, às 10h00min. Maiores informações pelo telefone (14) 99670-9667 ou e-mail: danila.compras@paranapanema.sp.gov.br. Paranapanema/SP, A Comissão Permanente de Licitação, 15/03/2023.

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2023

CONTRATADO: COMERCIAL SILVESTRE PEÇAS PARA TRATORES LTDA. ATA DE REGISTRO: N° 02/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2023. DATA DA ASSINATURA: 09/03/2023 - VIGÊNCIA: 08/03/2024. OBJETO: Registro de Preços visando futuras aquisições de peças automotivas originais/genuínas, para os veículos leves, caminhões, utilitários, máquinas pesadas, ônibus e micro ônibus, com maior percentual de desconto sobre a Tabela de Preços do Sistema Audatex. Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 09/03/2023.

CONTRATADO: LINCETRACTOR COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI-EPP. ATA DE REGISTRO: N° 03/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2023. DATA DA ASSINATURA: 09/03/2023 - VIGÊNCIA: 08/03/2024. OBJETO: Registro de Preços visando futuras aquisições de peças automotivas originais/genuínas, para os veículos leves, caminhões, utilitários, máquinas pesadas, ônibus e micro ônibus, com maior percentual de desconto sobre a Tabela de Preços do Sistema Audatex. Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 09/03/2023.

CONTRATADO: LOURO AUTO PEÇAS LTDA. ATA DE REGISTRO: N° 04/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2023. DATA DA ASSINATURA: 09/03/2023 - VIGÊNCIA: 08/03/2024. OBJETO: Registro de Preços visando futuras aquisições de peças automotivas originais/genuínas, para os veículos leves, caminhões, utilitários, máquinas pesadas, ônibus e micro ônibus, com maior percentual de desconto sobre a Tabela de Preços do Sistema Audatex. Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 09/03/2023.

CONTRATADO: LUQUIPEÇAS COMERCIO EIRELI. ATA DE REGISTRO: N° 05/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2023. DATA DA ASSINATURA: 09/03/2023 - VIGÊNCIA: 08/03/2024. OBJETO: Registro de Preços visando futuras aquisições de peças automotivas originais/genuínas, para os veículos leves, caminhões, utilitários, máquinas pesadas, ônibus e micro ônibus, com maior percentual de desconto sobre a Tabela de Preços do Sistema Audatex. Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 09/03/2023.

CONTRATADO: OFICINA MEC NICA COLETI LTDA. ATA DE REGISTRO: N° 06/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2023. DATA DA ASSINATURA: 09/03/2023 - VIGÊNCIA: 08/03/2024. OBJETO: Registro de Preços visando futuras aquisições de peças automotivas originais/genuínas, para os veículos leves, caminhões, utilitários, máquinas pesadas, ônibus e micro ônibus, com maior percentual de desconto sobre a Tabela de Preços do Sistema Audatex. Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 09/03/2023.

CONTRATADO: ROSANGELA CRUZ DOS SANTOS AUTO PEÇAS. ATA DE REGISTRO: N° 07/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2023. DATA DA ASSINATURA: 09/03/2023 - VIGÊNCIA: 08/03/2024. OBJETO: Registro de Preços visando futuras aquisições de peças automotivas originais/genuínas, para os veículos leves, caminhões, utilitários, máquinas pesadas, ônibus e micro ônibus, com maior percentual de desconto sobre a Tabela de Preços do Sistema Audatex. Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 09/03/2023.

CONTRATADO: ROTAL AUTO PEÇAS LTDA. ATA DE REGISTRO: N° 08/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2023. DATA DA ASSINATURA: 09/03/2023 - VIGÊNCIA: 08/03/2024. OBJETO: Registro de Preços visando futuras aquisições de peças automotivas originais/genuínas, para os veículos leves, caminhões, utilitários, máquinas pesadas, ônibus e micro ônibus, com maior percentual de desconto sobre a Tabela de Preços do Sistema Audatex. Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 09/03/2023.

CONTRATADO: STAR TRACTOR COMERCIO DE PEÇAS, MAQUINAS E SERVIÇOS LTDA EPP. ATA DE REGISTRO: N° 09/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2023. DATA DA ASSINATURA: 09/03/2023 - VIGÊNCIA: 08/03/2024. OBJETO: Registro de Preços visando futuras aquisições de peças automotivas originais/genuínas, para os veículos leves, caminhões, utilitários, máquinas pesadas, ônibus e micro ônibus, com maior percentual de desconto sobre a Tabela de Preços do Sistema Audatex. Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 09/03/2023.

CONTRATADO: VALECAR PEÇAS E ACESSÓRIOS EIRELI. ATA DE REGISTRO: N° 10/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2023. DATA DA ASSINATURA: 09/03/2023 - VIGÊNCIA: 08/03/2024. OBJETO: Registro de Preços visando futuras aquisições de peças automotivas originais/genuínas, para os veículos leves, caminhões, utilitários, máquinas pesadas, ônibus e micro ônibus, com maior percentual de desconto sobre a Tabela de Preços do Sistema Audatex. Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 09/03/2023.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

AVISO DE JULGAMENTO DE CLASSIFICAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 006/2022

Objeto: Prestação de serviços de limpeza pública e manejo de resíduos com base na Lei Federal 12.305/2010 e Decreto Municipal 2.335/2015.

No décimo quarto dia do mês de março do ano de 2023 às 14:00 horas no Pátio da Secretaria de Gabinete, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações e representante da Secretaria interessada para realização de sessão pública referente ao procedimento em epígrafe e julgamento de Classificação. Após as análises de praxe restaram as empresas assim classificadas: Para o Lote 01 – 1º lugar e vencedora a empresa SUMA BRASIL – SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE S.A – CNPJ 16.565.111/0001-85 com o valor global de R$ 5.012.368,92 ; 2º lugar ECOSYSTEM SERVIÇOS URBANOS LTDA – CNPJ 03.682.232/0001-65 com o valor global R$ 5.102.691,24; 3º lugar PLURAL SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA – CNPJ 14.647.297/0001-96 com o valor global R$ 5.589.052,92; 4º lugar BIOSPHERA ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA – CNPJ 11.167.599/0001-79 com o valor global R$ 5.785.647,24; 5º lugar LITUCERA LIMPEZA E ENGENHARIA LTDA – CNPJ 62.011.788/0001-99 com o valor global R$ 6.805.030,44; 6º lugar ALFA LIX SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA EPP – CNPJ 08.698.921/0001-81 com o valor global R$ 6.937.952,52; 7º lugar CONSÓRCIO CORPUS & MB REPRESENTADA PELA EMPRESA LÍDER CORPUS SANEAMENTO E OBRAS – CNPJ 31.733.363/0008-36 com o valor global R$ 7.400.724,00; 8º lugar CLEANMAX SERVIÇOS LTDA – CNPJ 01.392.228/0001-37 com o valor global R$ 7.477.956,00; 9º lugar DEMAX SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA – CNPJ 48.096.044/0001-93 com o valor global R$ 7.701.209,52 e 10º lugar CONVERD CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA com o valor global R$ 7.708.859,52. Para o Lote 02 – 1º lugar e vencedora a empresa CONSÓRCIO CORPUS & MB REPRESENTADA PELA EMPRESA LÍDER CORPUS SANEAMENTO E OBRAS – CNPJ 31.733.363/0008-36 com o valor global R$ 4.603.680,00; 2º lugar SBR SOLUÇÕES E BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS E COMÉRCIO LTDA – CNPJ 12.610.079/0001-50 com o valor global R$ 7.742.400,00 e 3º lugar CONVERD CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA – CNPJ 02.647.165/0001-85 com o valor global R$ 10.807.712,00. Fica aberto o prazo recursal com relação a este julgamento, de 05 dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data da última publicação deste julgamento.

Ariana Aparecida de Almeida - Presidente Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE AGENDAMENTO DE SESSÃO PÚBLICA

CONCORRÊNCIA Nº 012/2022

Objeto: Execução de obras de construção e instalação, incluindo mão de obra e materiais, para implantação do 4º reservatório semienterrado de 1200m³ de água tratada no Bairro Capotuna.

A Comissão Permanente de Licitação por meio de sua Presidente torna público e para conhecimento dos interessados que em razão de decisão judicial fica aprazada Sessão Pública relativa ao procedimento em epígrafe para abertura do envelope Proposta de Preços da empresa Mzero Incorporadora e Construtora LTDA – CNPJ 13.417.036/0001-17 e correspondente análise para nova definição de vencedor do certame para o dia 21 de março de 2023 às 09:00 horas.

Comissão Permanente de Licitação, 15 de março de 2023.

Ariana Aparecida de Almeida - Presidente

DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

CNPJ/MF: 10.663.610.0001/29 - NIRE: 35300365968

EXTRATO DA ATA DA 249ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

I. DATA, HORA E LOCAL: realizada no dia 09 de fevereiro de 2023, às 12h20, de forma eletrônica. **II. CONVOCAÇÃO E PRESENÇAS:** convocada na forma do Artigo 13 do Estatuto Social. Presentes os membros do Conselho de Administração: Eduardo Marson Ferreira, Jerônimo Antunes, Jorge Luiz Avila da Silva, Lídia Goldenstein, Luiz Márcio de Souza, Ricardo Lorenzini Bastos, Roberto Brás Matos Macedo, e Thiago Pinho Mardo. **III. MESA:** assumiu a presidência dos trabalhos o senhor Jorge Luiz Avila da Silva, que convidou a senhora Gilmara Brancalion para secretariar a reunião. **IV. ORDEM DO DIA:** os conselheiros reuniram-se para apreciar a seguinte ordem do dia: **(1) VOTO C.A. 010/2023 - REMANEJAMENTO E ELEIÇÃO DE MEMBRO PARA COMPOR A DIRETORIA DA DESENVOLVE SP. V. DELIBERAÇÕES:** o Conselho de Administração, por unanimidade, **APROVOU:** 1. (...); 2. **Remanejar,** com efeito eletivo, a Senhora **KAREN KEMELY MUSSI MHEREB,** brasileira, solteira, bancária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 44.027.841-7, SSP/SP, CPF sob o nº 072.042.946-37, com domicílio na Rua Indiana, 240, apto. 71, Brooklin, São Paulo, SP, CEP 04562-000, 1ª eleição, eleita em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, de **Diretora Administrativa,** em Projetos e Processos **para** a Diretora Financeira e de Crédito, em substituição à senhora Gabriela Redona Chiste, que fica exonerada do cargo a partir desta data. A Sra. Karen Kemely Mussi Mhereb ficará acumulando a Presidência até a posse do Sr. Ricardo Dias de Oliveira Brito, Diretor Presidente eleito por este Conselho em 26/01/2023. Todas as indicações contaram com a competente autorização governamental (Ofícios ATG nº 0056/23 - CC e nº 0060/23) e estão em conformidade com os requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei Federal nº 13.303/2016 e no Decreto Estadual nº 62.349/2016, conforme atestada pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, ata Anexo IV, podendo ser formalizada por ato do Conselho de Administração, nos termos do inciso II, do artigo 142, da Lei Federal 6.404/1976 (Lei de Sociedades Anônimas) e nos termos do artigo 14 do Estatuto Social. Os Diretores eleitos deverão exercer suas funções com mandato coincidente com os demais diretores, nos termos do estatuto social da companhia. Saliente-se, por importante que a investidura no cargo deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos na normatização vigente, o que deve ser verificado no ato da posse pela empresa. Para suas remunerações, deverão ser observados os estritos termos das orientações do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (CODEC), na forma fixada em Assembleias Gerais de Acionistas. Nos casos em que o Diretor acumular funções de outro Diretor, perceberá apenas uma remuneração. No que se refere à declaração de bens, deverá ser observada a normatização estadual aplicável. A presente proposta contou com a apreciação governamental favorável, conforme Parecer CODEC nº 014/2023. As declarações de desimpedimento dos eleitos ficarão arquivadas na sede da Companhia. **VI. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho declarou encerrada a reunião, solicitando que fosse lavrada a presente ata que, depois de lida e achada conforme, segue assinada por mim, Gilmara Brancalion, secretária do Conselho, e pelos Conselheiros de Administração presentes à reunião: Jorge Luiz Avila da Silva; Eduardo Marson Ferreira; Jerônimo Antunes; Lídia Goldenstein; Luiz Márcio de Souza; Ricardo Lorenzini Bastos; Roberto Brás Matos Macedo; Thiago Pinho Mardo. Certifico tratar-se de cópia fiel que se mantém no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo, realizada no dia 09 de fevereiro de 2023. (Ata registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, em 10 de março de 2023, sob o nº 100.728/23-6). Gilmara Brancalion - Secretária do Conselho.

DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

CNPJ/MF: 10.663.610.0001/29 - NIRE: 35300365968

EXTRATO DA ATA DA 246ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA DESENVOLVE SP AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

I. DATA, HORA E LOCAL: realizada no dia 26 de janeiro de 2023, às 11h30, de forma eletrônica. **II. CONVOCAÇÃO E PRESENÇAS:** convocada na forma do Artigo 13 do Estatuto Social. Presentes os membros do Conselho de Administração: Eduardo Marson Ferreira, Jerônimo Antunes, Jorge Luiz Avila da Silva, Lídia Goldenstein, Luiz Márcio de Souza, Ricardo Lorenzini Bastos, Roberto Brás Matos Macedo, e Thiago Pinho Mardo. **III. MESA:** assumiu a presidência dos trabalhos o senhor Jorge Luiz Avila da Silva, que convidou a senhora Gilmara Brancalion para secretariar a reunião. **IV. ORDEM DO DIA:** os conselheiros reuniram-se para apreciar a seguinte ordem do dia: **(1) Voto C.A. 008_2023** - ELEIÇÃO DE DIRETOR PRESIDENTE DA DESENVOLVE SP. **V. DELIBERAÇÕES:** Foi **ELEITO,** por unanimidade, o **Sr. Ricardo Dias de Oliveira Brito,** brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.508.369 SSP/MG, CPF/MF sob o nº 881.783.156-53, com domicílio na Rua Professor Arthur Ramos, 204, apto. 11, Jardim Paulistano - São Paulo-SP - CEP 01454-010, para **Diretor Presidente da Desenvolve SP e membro do Conselho de Administração,** conforme disposto no parágrafo primeiro, do artigo 8º, do estatuto social da Desenvolve SP, o qual dispõe que o Diretor-Presidente da Companhia integrará o Conselho de Administração, enquanto ocupar aquele cargo, devendo essa matéria ser ratificada pela próxima Assembleia de Acionistas. O Diretor eleito deverá exercer suas funções com mandato coincidente com os demais diretores, nos termos do estatuto social da companhia. Saliente-se, por importante que a investidura no cargo deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos na normatização vigente, o que deve ser verificado no ato da posse pela empresa. Para sua remuneração, deverão ser observados os estritos termos das orientações do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (CODEC), na forma fixada em Assembleias Gerais de Acionistas. Nos casos em que o Diretor acumular funções de outro Diretor, perceberá apenas uma remuneração. No que se refere à declaração de bens, deverá ser observada a normatização estadual aplicável. A presente proposta contou com a apreciação governamental favorável, conforme Parecer Codec nº 008/2023. **VI. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho declarou encerrada a reunião, solicitando que fosse lavrada a presente ata que, depois de lida e achada conforme, segue assinada por mim, Gilmara Brancalion, secretária do Conselho, e pelos Conselheiros de Administração presentes à reunião: Jorge Luiz Avila da Silva; Eduardo Marson Ferreira; Jerônimo Antunes; Lídia Goldenstein; Luiz Márcio de Souza; Ricardo Lorenzini Bastos; Roberto Brás Matos Macedo; Thiago Pinho Mardo. Certifico tratar-se de cópia fiel que se mantém no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo, realizada no dia 30 de janeiro de 2023. (Ata registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, em 02 de março de 2023, sob o nº 89.809/23-3). Gilmara Brancalion - Secretária do Conselho.

MUNICÍPIO DE GUARANTÃ/SP

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

PROCESSO Nº 014/2023

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023

EDITAL Nº 008/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar Infraestrutura Urbana, instalação de iluminação LED em diversos pontos da cidade, conforme Termo de Convênio 103774/2022 e Demanda nº 042432. MARCOS ROBERTO FRUGERI, Prefeito do Município de Guarantã/SP, usando de suas atribuições legais, e observadas os requisitos da Lei Federal Nº 8.666/93 e suas posteriores alterações e demais legislações pertinentes à espécie, tendo em vista a manifestação da Comissão Municipal de Licitação – COMUL, faço saber que nesta data HOMOLOGO o processo em epígrafe e ADJUDICO o objeto do Processo Licitatório nº 014/2023, referente a Tomada de Preços nº 001/2023, ao respectivo vencedor, como segue: SOLAR MATERIAIS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA, no valor total de R$ 185.080,83(cento e oitenta e cinco mil, oitenta reais e oitenta e três centavos). Determina a publicação no local de costume, conforme a modalidade da Licitação.

Guarantã/SP, 15 de março de 2023.

MARCOS ROBERTO FRUGERI

Prefeito Municipal

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS - ESTADO DE SÃO PAULO

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura da Estância Turística de Salesópolis informa a abertura da TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2023, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS/SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE CENTRAL E REDE CÂMARAS DE MONITORAMENTO, agendada para o dia 31/03/2023, às 09h00min.A sessão pública realizar-se-á no Departamento de Licitações, sito à Praça Padre João Menendes, nº 64 - Centro - Salesópolis - SP. Maiores informações (11) 4696-1221. O Edital está disponível no endereço: www.salesopolis.sp.gov.br.

Vanderlon Oliveira Gomes

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES

PROCESSO Nº 054/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS AQUISIÇÕES DE LANCHES, SALGADINHOS, BOLOS, MARMITEX E SUCOS PARA ATENDER A DEMANDA DE DIVERSOS DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, NAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL. ENCERRAMENTO/ ABERTURA: 29/03/2023 ÀS 9:00 HORAS. LOCAL: Rua Prudente de Moraes, nº 575 – Fundos. OBS: O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Gestão de Material e Patrimônio, sito à Rua Mario Rolin Telles, nº 674, e no site www.guararapes.sp.gov.br
Guararapes, 15 de março de 2023
Maria Marta Justi - Diretora do Departamento de Gestão de Material e Patrimônio

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES

PROCESSO Nº 057/2023 – CONCORRÊNCIA Nº 001/2023 – OBJETO: DOAÇÃO DO IMÓVEL CONSTITUÍDO DOS LOTES 01 E 02 DA QUADRA "F", CONSTANTE DA MATRÍCULA 19.366, À EMPRESAS INTERESSADAS EM EXPLORAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ATIVIDADES INDUSTRIAIS, COMERCIAIS OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. ENCERRAMENTO: 17/04/2023 ÀS 09:30 HORAS. ABERTURA: 17/04/2023 ÀS 10:00 HORAS. LOCAL: Os documentos para habilitação e os envelopes propostas deverão ser protocolados até as 09:30 horas do dia 17/04/2023, na Seção de Expediente da Prefeitura Municipal de Guararapes, sito à Avenida Marechal Floriano, nº 565, sendo abertos às 10:00 horas do mesmo dia, no prédio localizado a Rua Prudente de Moraes, nº 575 – Fundos. OBS: O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Gestão de Material e Patrimônio, sito à Rua Mario Rolin Telles, nº 674, e no site www.guararapes.sp.gov.br. Guararapes, 15 de março de 2023. Maria Marta Justi - Diretora do Departamento de Gestão de Material e Patrimônio

PREFEITURA MUNICIPAL DE GETULINA

PROCESSO LICITATORIO Nº 25/2023
TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2023.

O Poder Executivo Municipal de Getulina/SP, tendo em vista impugnações apresentadas por empresas diversas, bem como a necessidade de reavaliação de questões técnicas pelo Departamento de Engenharia, após decisão exarada pelo Exmo. Prefeito, torna público que o processo administrativo modalidade Tomada de Preços nº 02/2023 fica SUSPENSO, sendo publicada nova data de Sessão Pública respeitando os prazos legais. Getulina, 15 de março de 2023. Fone (14) 3552-9222, e-mail pmgetu@terra.com.br e licitacao.fabio@getulina.sp.gov.br.
Antonio Carlos Maia Ferreira – Prefeito Municipal.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS/SP

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 1/2023 – PROCESSO Nº 36/2023 – TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: contratação de empresa especializada para Construção de Prédio Escolar, na Rua Olívio Rodrigues – Bairro Residencial Manoel Carreira, na cidade de Urupês/SP, conforme especificações constantes do Edital. **ENCERRAMENTO:** 18/4/2023 (terça-feira), às 9h (nove horas - horário de Brasília/DF). O texto integral do referido Edital poderá ser lido e obtido por meio de *pen drive*, que o interessado deverá fornecer, no Setor de Licitações desta Prefeitura, situado na Rua Gustavo Martins Cerqueira, nº 463, Saguão 2, Centro, em Urupês/SP, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 11h e das 13h às 17h, bem como no endereço eletrônico: www.urupes.sp.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone: (17) 3552-1144 ou pelo e-mail: licitacoes@urupes.sp.gov.br. **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS, 15 de março de 2023. ALCEMIR CÁSSIO GREGGIO - *Prefeito* -**

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA

EDITAL nº 11/2023. ÓRGÃO: Departamento de Água e Esgoto de Marília. MODALIDADE: Pregão. FORMA: PRESENCIAL. NÚMERO: 08/2023. OBJETO: **Aquisição de 3 Bombas centrífugas novas e sem uso, sem base, sem motor e sem luva de acoplamento para reserva substituição de equipamentos existentes no 1º Recalque do Rio do Peixe e Represa Cascata (portanto bombeamento de água bruta de manancial superficial não isenta de matéria abrasiva)a ser instalada em bases, tubulações e motores existentes e sem *necessidade de mudanças e(ou) adaptações.*** SESSÃO DE PROCESSAMENTO DO PREGÃO :Dia 29/03/2023 a partir das 09:00 horas na Divisão de Suprimentos – Rua São Luis nº 359 – Marília-SP. O Edital completo bem como maiores informações poderão ser obtidos no endereço acima, pelo fone (14)3402-8510, no site: daem.com.br ou por email: dacompra@terra.com.br e licitacaodaem@gmail.com. Marília,15 de março de 2023.Ricardo Hatori - Presidente

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

SEC PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 008/2023 - PROCESSO Nº 087/2023

OBJETO: Alienação "ad corpus" de 02 (dois) imóveis (Áreas 8 e 9) conforme Lei Municipal nº 6273, de 11 de setembro de 2018, de propriedade da Prefeitura do Município de Votuporanga, nas condições físicas e documentais de conservação e ocupação em que se encontram, de propriedade da Prefeitura do Município de Votuporanga, localizados neste Município. GARANTIA: Valor de 5% da avaliação do imóvel, recolhida, conforme Edital, até às 13h30 do dia 17 de abril de 2023. RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Até as 13h30 do dia 17 de abril de 2023, na Secretaria Municipal da Administração - Divisão de Licitações, na Rua Pará nº 3227 - Patrimônio Velho. FORNECIMENTO DO EDITAL: O Edital e Anexos estão disponíveis no site da Prefeitura www.votuporanga.sp.gov.br. INFORMAÇÕES: As Informações poderão ser obtidas no endereço da Prefeitura, pelo fone (17) 3405-9700 - ramais 9841 e 9843, no horário das 09h00 às 15h00 e no e-mail: licita@votuporanga.sp.gov.br.
CARINA OLIVI CORRÊA - Secretária Municipal da Administração em exercício – 15/03/2023.

Prefeitura do Município de Caieiras
Secretaria de Administração - Diretoria de Compras

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2023

ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL:** 021/2023. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para locação de beliches com colchões, incluindo transporte, montagem e desmontagem para alojamento dos atletas, comissão técnica e equipe de trabalho da Delegação de Caieiras que participarão da 65ª Edição dos Jogos Regionais – 2ª Região Esportiva – Pindamonhangaba, conforme Termo de Referência. **MODALIDADE:** Pregão Presencial. **DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES:** dia 29/03/2023 às 08h30min e **ABERTURA DOS ENVELOPES:** na mesma data e horário. As empresas interessadas poderão solicitar o envio do Edital via e-mail, bem como ficará disponível no Site do Município de Caieiras www.caieiras.sp.gov.br (Portal de Transparência). Os e-mails para envio do Edital são: licitacao@caieiras.sp.gov.br ou licitacao.caieiras@gmail.com. Maiores informações pelo telefone 4445-9240, no horário das 09h00min às 16h00min. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.
Caieiras, 15 de Março de 2.023.
SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Diretor de Compras e Licitações

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 002/2023 – Contratação de pessoa jurídica especializada no ramo de construção civil para realização dos serviços de construção e adequação das instalações da Unidade do SESI Caruaru com o objetivo de padronizar o conceito arquitetônico, modernizar e reorganizar os espaços de aprendizagem, criando uma referência de estrutura física que favoreça a interação e a construção de novas experiências, em atendimento às ações empenhadas pelo SESI/PE. **Data de abertura: 03/04/2023 - 10:00 Horas – Presidente: Cláudia Vital**

Demais informações e aquisição do Edital poderão ser obtidas no site: **www.pe.sesi.br** ou pelos telefones (81) 3412-8538 / (81) 3412-8525 / (81) 98816-0974, e-mail: **licitacao@sistemafiepe.org.br** e no Edf. Casa da Indústria, localizado na Avenida Cruz Cabugá nº 767.

Recife, 16 de março de 2023.
Comissão Permanente de Licitação – Sistema FIEPE.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PRESIDENTE PRUDENTE
FORO DE PRESIDENTE PRUDENTE
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Av. Coronel José Soares Marcondes, nº 2.201, Sala 55 -, Vila São Jorge - CEP 19013-050, Fone: 18-32213144-241, Presidente Prudente-SP - Email: prudentefaz@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min àS17h00min

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS – DESAPROPRIAÇÃO – LEVANTAMENTO DOS DEPÓSITOS EFETUADOS

Processo Digital nº: **1016046-90.2022.8.26.0482**
Classe: Assunto: **Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941**
Requerente: **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM - DER**
Requerido: **Maria Cristina Ribeiro Rodrigues e outros**

Tramitação prioritária

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS, COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, expedido nos autos do PROC. Nº 1016046-90.2022.8.26.0482.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara da Fazenda Pública, do Foro de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, Dr(a). Darci Lopes Beraldo, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER A TERCEIROS INTERESSADOS NA LIDE que o(a) **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM - DER** move uma Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 de Desapropriação contra **Maria Cristina Ribeiro Rodrigues, Franklin Rodrigues Junior e Celso Ribeiro**, objetivando objetivando a duplicação da Rodovia SP 425-Assis Chateaubriand, entre os acessos dos Quilômetros 462,50 - 521,000 em face de MARIA CRISTINA RIBEIRO RODRIGUES, FRANKLIN RODRIGUES JÚNIOR e CELSO RIBEIRO (conf. inicial fls 01/06 e documentos fls. 7/49). A área objeto da desapropriação (1.168,94 m²), está inserida no imóvel de propriedade dos requeridos o qual se encontra matriculado junto ao 2º Cartório de Registro de Imóveis de Presidente Prudente, nº 23.314 (fls. 20), e foi declarada de utilidade pública de acordo com o Decreto Estadual nº60.691 de 29 de julho de 2014 retificado pelo decreto 62.764 de 04 de agosto de 2017 (fls 24/28). Foi ofertado pelo autor o valor de R$. 118.069,00, valor este depositado nos autos (fls. 74) sendo que houve a concordância dos requeridos conforme fls 76. Para o levantamento do depósito efetuado, foi determinada a expedição de edital com o prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação no Órgão Oficial, nos termos e para os fins do Dec. Lei nº 3.365/41, o qual, por extrato, será afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de Presidente Prudente, aos 18 de janeiro de 2023.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 008/2023 – Processo nº 064/2023

A Prefeitura Municipal de Lençóis Paulista torna público que a licitação acima mencionada, cujo objeto é o Registro de preços para aquisição de medicamentos Lote A, foi REVOGADA. Informações: Praça das Palmeiras nº 55, Lençóis Paulista, Fone: 14-3269.7022/3269.7088. Lençóis Paulista, 15 de março de 2023. LUIZ FERNANDO DE CAMPOS – Secretário de Suprimentos e Licitações.

ABIMDE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAIS DE DEFESA E SEGURANÇA
Av. Brig. Luís Antônio, 2367 – 12º andar – Conj. 1211 – Edifício Barão de Ouro Branco
Jardim Paulista – São Paulo/SP – CEP: 01.401-000 - Fone: (11) 3170-1860

Consultamos as possíveis empresas nacionais fabricantes do produto ou similar: Serviços de reparo, conservação, revisão, atualização, modernização, troca de partes e peças e/ou manutenção dos componentes e sistemas da viatura militar blindada 4x4 modelo "IVECO DEFENCE EHICLES - IDV VTLM-LINCE 4x4; a se manifestarem com a devida comprovação e em até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação deste informe, nos termos de nossa Norma de Emissão de Declaração de Exclusividade. Caso não haja qualquer manifestação em contrário até o fim deste prazo, será expedida a Declaração de Exclusividade. São Paulo, 16 de março de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES

PROCESSO Nº 053/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES, MONITORES, IMPRESSORAS, NOTEBOOKS E ESTABILIZADORES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSOS DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, NAS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO VII DO EDITAL. ENCERRAMENTO/ ABERTURA: 30/03/2023 ÀS 09:00 HORAS. LOCAL: Rua Prudente de Moraes, nº 575 – Fundos. OBS: O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Gestão de Material e Patrimônio, sito à Rua Mario Rolin Telles, nº 674, e no site www.guararapes.sp.gov.br
Guararapes, 15 de março de 2023
Maria Marta Justi - Diretora do Departamento de Gestão de Material e Patrimônio

Edital de Convocação de Eleições Sindicais

O SAAE OSASCO - Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Osasco e Região, faz saber a todos os associados quites com suas obrigações estatutárias que, com base no disposto do artigo 8º e incisos da Constituição Federal, serão realizadas, nos termos do estatuto social vigente, no dia 12 de setembro de 2023, das 09:00 h às 16:00 h, em sua sede social, na Rua Ester Rombenso, nº 49, Centro, Osasco/SP, eleições para composição da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Representantes junto à Federação, devendo o registro de chapas ser feito, das 09:00 h às 16:00 h, no endereço supra, no período de 5 (cinco) dias contados da data da publicação deste edital. Osasco, 16 de março de 2023.
Alexandre Eduardo da Silva - Presidente

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA

EDITAL nº 13/2023 – P.P. 09/2023. ÓRGÃO: Departamento de Água e Esgoto de Marília. MODALIDADE: Pregão. FORMA: Presencial. NÚMERO: 09/2023. OBJETO: **contratação de empresa especializada para construção de adutora de água bruta em tubos de ferro fundido de 500mm, com interligações em adutora existe, no sistema de captação do Rio do Peixe, na cidade de Marília-SP, de acordo com cronograma anexo.** SESSÃO DE PROCESSAMENTO DO PREGÃO: Dia 30/03/2023 a partir das 09:00 horas na Divisão de Suprimentos – Rua São Luis, nº 359 – Marília-SP. O Edital completo bem como maiores informações poderão ser obtidos no endereço acima, pelo fone (14) 3402-8510, no site: daem.com.br ou por e-mail: dacompra@terra.com.br e licitacaodaem@gmail.com. Marília, 15 de março de 2023. Ricardo Hatori – Presidente.

Prefeitura da Estância Turística de Salto

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12952/2022
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Na qualidade de SECRETÁRIO DE SAÚDE, devidamente autorizado, no uso das atribuições que me são conferidas, conforme disposto no art. 2º do Decreto Municipal nº 08/2001, Lei Federal nº 8666/93 e posteriores alterações e Lei 10.520/02, HOMOLOGO todos os atos praticados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio no processo acima citado, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Home Care com enfermagem para acompanhamento de pacientes, durante 24 (vinte e quatro) e 06 (seis) horas/dia respectivamente, para atendimento de Decisões Judiciais, conforme descritivo/ quantitativos dos serviços no anexo I do edital, a cargo da Secretaria de Saúde, à **empresa São José Assistência Saúde Ltda.**, no valor global da contratação de R$ 313.608,00 (trezentos e treze mil seiscentos e oito reais).
Salto/SP, 15 de março de 2023.
Marcio Conrado - Secretário de Saúde

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Acha-se aberta no **CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA - CEETEPS**, a licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2023**, tipo **MENOR PREÇO, OC. 102401100632023OC00050** referente ao **Processo CPS nº2021/08612**, a ser efetivada por intermédio do sistema eletrônico de contratações, denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – BEC/SP", cujo objeto se trata de tecnologia da informação, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO**, objetivando a **CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA DE BAIXA COMPLEXIDADE, CONSISTENTES EM MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E REPAROS DE PEQUENO PORTE NOS PRÉDIOS DAS ETEC'S, FATEC'S E ADMINISTRAÇÃO CENTRAL VINCULADOS AO CEETEPS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA**, sendo que a realização do pregão dar-se-á no dia **30 de março de 2023**, a partir das **09: 00h**, no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br. O edital estará disponível para consulta e/ou retirada no site www.bec.sp.gov.br, www.cps.sp.gov.br e www.imprensaoficial.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EMILIANÓPOLIS

RETIFICAÇÃO DE EDITAL – TOMADA DE PREÇO Nº. 04/2023 - O MUNICIPIO DE EMILIANÓPOLIS-SP, torna público a RETIFICAÇÃO DE EDITAL de Licitação, na Modalidade TOMADA DE PREÇO - OBJETO: para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E MAQUINÁRIOS PARA EXECUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS EM TUBOS DE CONCRETO**, "POR EMPREITADA GLOBAL", Conforme Planilha Orçamentária, Cronograma, Memorial Descritivo e Projeto em Anexo - Ref. Recurso Próprio. Fica retirado do edital a exigência de COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS ou Utilizadoras de Recursos Ambientais. Fica prorrogada a ABERTURA DA SESSÃO para o dia: 31/03/2023, às 09:00 horas, na Prefeitura Municipal de Emilianópolis, Rua Padre Cornélio Knubler, 255, centro, Emilianópolis – Fone 3994-1165. O edital com os dados completos encontra–se disponível aos interessados no endereço acima especificado e por email: jurídico@emilianopolis.sp.gov.br, ou pelo site: www.emilianopolis.sp.gov.br - Emilianópolis -SP, 15 de março de 2023. João Batista Amaral. Prefeito Municipal

Prefeitura da Estância Turística de Salto

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14077/2022
EXCLUSIVO PARA ME/EPP

Encontra-se aberta licitação visando a contratação de empresa, com exclusividade para ME/EPP, para fornecimento de impressos e formulários destinados as Unidades de Básicas de Saúde, conforme quantidades e especificações relacionadas no Anexo I do edital, a cargo da Secretaria de Saúde. O Pregão se realizará de forma ELETRÔNICA, através da BBM – Bolsa Brasileira de Mercadoria, **na data de 29 de março de 2023. Cadastro de Propostas Iniciais: das 08hs do dia 17/03/2023 até as 13h30min do dia 29/03/2023. Abertura de Propostas Iniciais: 29/03/2023 às 13h35min. Início da Sessão Pública (Fase Competitiva): 29/03/2023 às 14hs.** O edital e anexos estão disponíveis para consulta e impressão, através dos sítios: www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.salto.sp.gov.br – Licitação. Maiores informações, no Setor de Licitações – Secretaria de Administração, através dos telefones nºs (11)4602-8533/8524, das 08hs às 16h30min, e/ou e-mail: licitacao@salto.sp.gov.br
Estância Turística de Salto, 15 de março de 2023.
Marcio Saúde - Secretário de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL DE RINCÃO
ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 01/2023 – EDITAL Nº 01/23

A CÂMARA MUNICIPAL DE RINCÃO – SP, torna público aos interessados, que se acha aberta a licitação na modalidade de **CONVITE nº 01/23**, do tipo **MENOR PREÇO**, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DA LEI ORGÂNICA E DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE RINCÃO, BEM COMO ELABORAÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA PARLAMENTAR, NOS TERMOS, CONDIÇÕES E CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I, JUNTO AO EDITAL.
A SESSÃO SERÁ REALIZADA ÀS **10:00 HORAS,** DO **DIA 24 DE MARÇO DE 2.023**, EM CUJA DATA E HORÁRIO SERÃO RECEBIDOS E ABERTOS OS RESPECTIVOS ENVELOPES, NA CÂMARA MUNICIPAL DE RINCÃO, LOCALIZADA À AV. BARÃO DO RIO BRANCO, Nº 347 - CENTRO – RINCÃO - SP, E CUJA LICITAÇÃO SERÁ REGIDA PELAS NORMAS DA LEI FEDERAL N.º 8.666, DE 1993, E SUAS ALTERAÇÕES, E PELAS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NO RESPECTIVO EDITAL. O EDITAL COMPLETO ACHA-SE DISPONÍVEL NA PÁGINA DA INTERNET NO SITE WWW. CAMARA.RINCAO@TERRA.COM.BR, PODENDO SER RETIRADO, TAMBÉM, NA CÂMARA, SITA A AV. BARÃO DO RIO BRANCO, Nº 347, CENTRO, NO HORÁRIO DAS 08:00 ÀS 13:00 HORAS.
RINCÃO, 08 DE MARÇO DE 2023.
(AS) ANTONIO VALENTIM BERGAMASCO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Aviso de Ata de Sessão Habilitação - Extrato - Tomada de Preços nº 008/2023

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA NOS PRÉDIOS PÚBLICOS DA POLICLÍNICA E DA FARMÁCIA MUNICIPAL. Realização da sessão do processo licitatório em 14/03/2023, abertura envelope 1 "Habilitação"habilitação e propostas dos interessados em participar da Licitação supra, a empresa participante: SB CONSTRUÇÕES ALFA LIMITADA EPP, encaminhou seu representante o Sr. Danilo Antonio Machado Dias, a empresa SINGULAR CONSTRUTORA LTDA EPP, com o representante o Sr. Glaucio Henrique M. dos S. de Oliveira NEry; a empresa VITAL COMPANY LTDA ME, com o representante Sr. Roberto Alves de Oliveira; a empresa CAIO VINICIUS CECCONI DE AVILA EPP, com o representante Sr. Tales Edson Godoi Francisco; a empresa M. FOGAÇA CONSTRUÇÕES LTDA, com o representante o Sr. Geovany Rodrigo de Souza, para acompanhamento da sessão. As empresas JOSE DINIZ RIBEIRO PINTURAS EPP; MK JR. CONSTRUÇÕES LTDA; J & ALVES ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA; POOSE EIRELI EPP; CLAUDINEI CAMARGO ZECHI, protocolaram seus envelopes e não enviaram representantes para a sessão.Dando início aos trabalhos, a Presidente autorizou a abertura do envelope contendo a habilitação da licitante, onde todos os presentes no ato licitatório passaram a dar vistas e rubricar a documentação apresentada, onde ficou constatado que as empresas CAIO VINICIUS CECCONI DE AVILA EPP, CLAUDINEI CAMARGO ZECHI, M. FOGAÇA CONSTRUÇÕES LTDA, apresentaram os documentos solicitados em edital. A empresa POOSE EIRELI EPP apresentou o contrato de prestação de serviços com o prestador de serviços sem verificação da validade, foi realizado diligência no site CENAD, mas constou a reprova do documento. A empresa SINGULAR CONSTRUTORA LTDA EPP, apresentou a documentação solicada, mas as demais presentes, constatou que no balanço patrimonial apresentado, não consta o índice de individamento, após diligência junto ao departamento jurídico, o mesmo informou para encaminhar a documentação ao departamento financeiro, para análise técnica e que o mesmo informe se existe o indice ou não no Balanço apresentado, ou foi somente um erro de digitação da nomenclatura dos itens apresentados. A empresa SB CONSTRUÇÕES ALFA LIMITADA EPP, apresentou a Certidão Débito Municipal vencida em 11/02/2023, a emrpesa utilizará do § 1º, do artigo 43 da Lei Complementar nº 123, caso vencedora do certame, foi constatado que a empresa apresentou o seu contrato social com a autenticação junto a junta CENAD, e em sessão foi verificado a autenticidade dos documentos, onde conforme anexo. A empresa JOSE DINIZ RIBEIRO PINTURAS EPP, apresentou a Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, vencida em 08/01/2023, e conforme prevê o item 6.2.7.1 - Havendo alguma restrição da comprovação da regularidade fiscal, o edital prevê somente a comprovação da reguladidade fiscal para as empresas ME e EPP, desta maneira a empresa foi considerada INABILITADA. A empresa MK JR. CONSTRUÇÕES LTDA, apresentou o contrato de prestação de serviços com o profissional, sem a autenticação tanto da autenticidade do documento, quanto das as assinaturas das partes, desta maneira a empresa foi considerada INABILITADA. A empresa J & ALVES ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, não apresentou o Balanço Patrimonial, conforme solicitado no item 6.2.9.1, apresentando somentea Análise Financeira, desta maneira a empresa foi considerada INABILITADA. A empresa VITAL COMPANY LTDA ME, não apresentou a cópia autenticada do CRC, conforme solicitado no item 6.2.1, e não apresentou o item 6.2.4.3 - Fazenda Municipal: Certidão Negativa de Tributos Mobiliário, emitida pela Prefeitura Municipal da sede da licitante, desta maneira a empresa foi considerada INABILITADA. Após a presidente suspendeu a sessão, para a encaminhar os documentos das empresas ao departamento financeiro e ao departamento de obras, para análise técnica da documentação apresentada que deverá emitir parecer da análise, após a Comissão emitirá a Ata da análise da documentação de Habilitação apresentada e assim agendará a data da Sessão de abertura do envelope 2 - Propostas, respeitando todos os prazos exigidos e estipulados pela lei. Em seguida, encerrou-se a presente sessão, onde a presente ata foi lida e assinada pelos presentes. Holambra, 14 de março de 2023. Comissão de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ FAZ SABER AOS INTERESSADOS QUE ACHA ABERTA A LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2023, REGIDA PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993, PARA A "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA À CONSTRUÇÃO DE ESCULTURA EM BRONZE (FUNDIÇÃO), CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I". A ENTREGA DOS "ENVELOPES" SERÁ ATÉ O DIA 31/03/2023 ATÉ ÀS 09 HORAS E A ABERTURA DOS "ENVELOPES" SERÁ NO DIA 31/03/2023 ÀS 09H30MIN. IPERÓ, 15 DE MARÇO DE 2023. LEONARDO ROBERTO FOLIM - PREFEITO MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ FAZ SABER AOS INTERESSADOS QUE FICA RETIFICADO O EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N° 08/2023, CUJO OBJETO É "AQUISIÇÃO DE CARTUCHO E TONER". DIANTE DA RETIFICAÇÃO, FICA REAGENDADO NOVA SESSÃO DE PROCESSAMENTO COM O INÍCIO DO RECEBIMENTO DA PROPOSTA DO DIA 15/03/2023 ATÉ ÀS 8 HORAS DO DIA 29/03/2023. DATA E HORA DA DISPUTA: 29/03/2023 ÀS 9 HORAS, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO HTTPS://BLLCOMPRAS.COM/. IPERÓ, 15 DE MARÇO DE 2023. LEONARDO ROBERTO FOLIM - PREFEITO MUNICIPAL.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JANDIRA

ABERTURA DA LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2023 - Processo nº 2848/23

Objeto: implantação de registro de preços para futura aquisição de medicamentos (cumprimento judicial), em atendimento à Secretaria de Saúde desta Prefeitura. O Pregoeiro e Equipe de Apoio fazem saber que, devido ao tempo hábil para responder aos pedidos de esclarecimentos, a abertura será adiada para o dia **29/03/2023** às **09h00.** O Edital e seus anexos estão disponíveis em www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.jandira.sp.gov.br - aba licitações. As Informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacoes@jandira.sp.gov.br.
Hamilton César de Paula Roza - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

CONCORRÊNCIA Nº 004/2.023 - PROCESSO Nº 027/2023 – COMUNICADO

Fica incluso ao Edital o anexo V – Mapa de localização, as demais cláusulas permanecem inalteradas. O anexo está à disposição no site do Município de Fernandópolis, no endereço www.fernandopolis.sp.gov.br, Fica mantida a data de abertura dos envelopes, dia 03 (três) de maio de 2023 às 09:00 hr., na Sala de Licitações, sito à Rua Porto Alegre, nº 350, Jardim Santa Rita.
Fernandópolis-SP., 15 de março de 2.023.
CIBELE BERGER SANCHES CARBONE
Gerente de Suprimentos

ABIMDE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAIS DE DEFESA E SEGURANÇA
Av. Brig. Luís Antônio, 2367 – 12º andar – Conj. 1211 – Edifício Barão de Ouro Branco
Jardim Paulista – São Paulo/SP – CEP: 01.401-000 - Fone: (11) 3170-1860

Consultamos as possíveis empresas nacionais fabricantes do produto ou similar: Conjunto Balsa Salva-Vidas – IMF-707: Involucro plástico estanque e flutuante, homologado pela Marinha do Brasil – DPC, composto de 02 unidades do Sinal Fumigeno Flutuante Laranja – IFF-203, 04 unidades do Foguete Manual Estrela Vermelha com Paraquedas – IFP-201 e 06 unidades do Facho Manual Luz Vermelha – IFL-202, do qual é utilizado para salvatagem dento das balsas salva-vidas nas embarcações; a se manifestarem com a devida comprovação e em até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação deste informe, nos termos de nossa Norma de Emissão de Declaração de Exclusividade. Caso não haja qualquer manifestação em contrário até o fim deste prazo, será expedida a Declaração de Exclusividade. São Paulo, 16 de março de 2023.

Prefeitura do Município de Caieiras
Secretaria de Administração - Diretoria de Compras

COMUNICADO DA PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2023
COMUNICADO

O Senhor Pregoeiro do Município de Caieiras faz saber a todos os interessados que devido a um equívoco com relação à unidade do aparelho auditivo, houve a necessidade de mudança no Edital 018/2023, que para tanto, foi necessário prorrogar da data da sessão de licitação, que foi designada para o dia 28/03/2023 às 08h30min, sendo que será encaminhado novo Edital e seus anexos para todos os que já o retiraram.
Publique-se.
Caieiras, 15 de Março de 2.023.
SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Diretor de Compras e Licitações

Prefeitura do Município de Caieiras
Secretaria de Administração - Diretoria de Compras

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2023

ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL:** 020/2023. **OBJETO:** Aquisição de guarda-sóis em alumínio, conforme anexos. **MODALIDADE:** Pregão Presencial. **DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES**: dia 28/03/2023 às 14h30min e **ABERTURA DOS ENVELOPES**: na mesma data e horário. As empresas interessadas poderão solicitar o envio do Edital via e-mail, bem como ficará disponível no Site do Município de Caieiras www.caieiras.sp.gov.br (Portal de Transparência). Os e-mails para envio do Edital são: licitacao@caieiras.sp.gov.br ou licitacao.caieiras@gmail.com. Maiores informações pelo telefone 4445-9240, no horário das 09h00min às 16h00min. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.
Caieiras, 15 de Março de 2.023.
SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Diretor de Compras e Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 522/2019 - PROCESSO Nº 217/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis-CONTRATADA: CONSTRUTORA CONSTRUCERTO EIRELI-ASSINATURA: 13/03/2023-OBJETO: Fica reequilibrado o valor mensal do referido contrato passando de R$ 48.360,00 (Quarenta e oito mil, trezentos e sessenta reais) para R$ 51.648,48 (Cinquenta e um mil, seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), retroagindo seus efeitos para 22 de dezembro de 2022, mantendo-se as mesmas condições contratuais. TOMADA DE PREÇO N° 015/2019
Fernandópolis-SP, 15 de novembro de 2023
CIBELE BERGER SANCHES CARBONE
Gerente de Suprimentos

Prefeitura da Estância Turística de Salto

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7722/2022
COMUNICADO DE SUSPENSÃO

Objeto: Contratação de empresa especializada para implantar solução de controle de frequência, prestação de serviços tendo a totalidade de 90 relógios de ponto e com leitura biométrica de impressão digital, com tecnologia avançada de detecção de dedo ao vivo e por cartão aproximação, contemplando instalação, configuração, treinamento, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico remoto e in loco, com fornecimento de suprimentos e peças, para atender as necessidades das diversas unidades administrativas da Prefeitura, atendendo ao disposto na portaria 971/2021 do Ministério do Trabalho e Emprego, conforme condições especificações estabelecidas no anexo I do edital, a cargo da Secretaria de Administração e Governo Digital. A Comissão Permanente de Licitação comunica a SUSPENSÃO da referida licitação para adequações no Edital, desconsiderando a publicação de 11/03/2023 do D.O.E e D.O.M. Os interessados deverão acompanhar o tramite do processo pelos sítios www.salto.sp.gov.br – licitação e www.bbmnetlicitacoes.com.br
Estância Turística de Salto, 15 de março de 2023.
Ingrid Franciele da Silva - Presidente da Comissão Permanente de Licitações

AVISO DE LICITAÇÃO

O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.252/2012, de 06 de junho de 2012, publicada na Seção III do Diário Oficial da União – Edição nº 144 de 26/07/2012, torna pública a abertura da seguinte licitação:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objeto:

PE 2023012000091 – Serviços civis complementares, instalações elétricas e hidráulicas, luminotécnica, condicionamento mecânico de ar, ventilação, exaustão, cenotecnia e caixilhos necessários às obras de conclusão da futura Unidade Franca. Abertura: 17/04/2023 às 11h.

A consulta e aquisição do edital está disponível no endereço eletrônico **portallc.sescsp.org.br** mediante inscrição para obtenção de senha de acesso.

ELEKTRO REDES S.A.
CNPJ n° 02.328.280/0001-97
NIRE n° 35.300.153.570
RUA ARY ANTENOR DE SOUZA, 321 - JARDIM NOVA AMÉRICA - CAMPINAS/SP - CEP: 13053-024

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A **Elektro Redes S.A.- NEOENERGIA ELEKTRO**, empresa responsável pelos serviços de distribuição de energia em 223 municípios do estado de São Paulo e 05 municípios no estado de Mato Grosso do Sul, em observância às normas veiculadas em seu Contrato de Concessão de Distribuição nº 187/98, Terceira Subcláusula da Cláusula Sexta, e na Resolução n° 920/2021-ANEEL, de 23/02/2021, comunica que se encontram na home page da NEOENERGIA ELEKTRO - www.neoenergiaelektro.com.br - os arquivos em que constam os resultados dos projetos de eficiência energética concluídos em 2022 e os que estão em implementação em 2023, todos instituídos pela Lei Federal nº 9.991/2000. A presente audiência tem o objetivo de prestar contas dos resultados alcançados aos consumidores, agentes do setor de energia elétrica e demais interessados, e proporcionar condições para que todos possam enviar sugestões para os novos projetos. Para tanto, as contribuições podem ser encaminhadas para o endereço eletrônico: eficiencia@neoenergia.com ou postal: Rua Ary Antenor de Souza, 321- Jardim Nova América - Campinas/SP - CEP: 13053-024.